

Índice

Dados da Empresa

Composição do Capital	1
-----------------------	---

DFs Individuais

Balanço Patrimonial Ativo	2
---------------------------	---

Balanço Patrimonial Passivo	3
-----------------------------	---

Demonstração do Resultado	5
---------------------------	---

Demonstração do Resultado Abrangente	7
--------------------------------------	---

Demonstração do Fluxo de Caixa	8
--------------------------------	---

Demonstração das Mutações do Patrimônio Líquido

DMPL - 01/01/2019 à 30/09/2019	9
--------------------------------	---

DMPL - 01/01/2018 à 30/09/2018	10
--------------------------------	----

Demonstração do Valor Adicionado	11
----------------------------------	----

DFs Consolidadas

Balanço Patrimonial Ativo	12
---------------------------	----

Balanço Patrimonial Passivo	13
-----------------------------	----

Demonstração do Resultado	15
---------------------------	----

Demonstração do Resultado Abrangente	18
--------------------------------------	----

Demonstração do Fluxo de Caixa	19
--------------------------------	----

Demonstração das Mutações do Patrimônio Líquido

DMPL - 01/01/2019 à 30/09/2019	21
--------------------------------	----

DMPL - 01/01/2018 à 30/09/2018	22
--------------------------------	----

Demonstração do Valor Adicionado	23
----------------------------------	----

Comentário do Desempenho	24
--------------------------	----

Notas Explicativas	31
--------------------	----

Pareceres e Declarações

Relatório da Revisão Especial - Sem Ressalva	126
--	-----

Parecer do Conselho Fiscal ou Órgão Equivalente	127
---	-----

Relatório Resumido do Comitê de Auditoria (estatutário, previsto em regulamentação específica da CVM)	128
---	-----

Parecer ou Relatório Resumido, se houver, do Comitê de Auditoria (estatutário ou não)	129
---	-----

Declaração dos Diretores sobre as Demonstrações Financeiras	130
---	-----

Declaração dos Diretores sobre o Relatório do Auditor Independente	131
--	-----

Dados da Empresa / Composição do Capital

Número de Ações (Unidades)	Trimestre Atual 30/09/2019
Do Capital Integralizado	
Ordinárias	755.993.938
Preferenciais	1.058.567.972
Total	1.814.561.910
Em Tesouraria	
Ordinárias	0
Preferenciais	0
Total	0

DFs Individuais / Balanço Patrimonial Ativo**(Reais Mil)**

Código da Conta	Descrição da Conta	Trimestre Atual 30/09/2019	Exercício Anterior 31/12/2018
1	Ativo Total	11.171.259	10.564.296
1.01	Ativo Circulante	896.576	1.749.707
1.01.01	Caixa e Equivalentes de Caixa	17.236	313.687
1.01.02	Aplicações Financeiras	689.315	1.182.802
1.01.02.01	Aplicações Financeiras Avaliadas a Valor Justo através do Resultado	689.315	1.182.802
1.01.02.01.01	Títulos para Negociação	689.315	1.182.802
1.01.03	Contas a Receber	39.097	34.842
1.01.03.01	Clientes	39.097	34.842
1.01.03.01.01	Consumidores e Concessionárias	39.097	34.842
1.01.04	Estoques	90	104
1.01.06	Tributos a Recuperar	85.718	88.855
1.01.08	Outros Ativos Circulantes	65.120	129.417
1.01.08.03	Outros	65.120	129.417
1.01.08.03.01	Dividendos a receber	1.289	101.938
1.01.08.03.02	Instrumentos financeiros derivativos	20.007	2.286
1.01.08.03.03	Títulos de crédito a receber	109	144
1.01.08.03.04	Outros Créditos	43.715	25.049
1.02	Ativo Não Circulante	10.274.683	8.814.589
1.02.01	Ativo Realizável a Longo Prazo	2.276.645	1.654.331
1.02.01.01	Aplicações Financeiras Avaliadas a Valor Justo através do Resultado	1.766.328	1.248.900
1.02.01.09	Créditos com Partes Relacionadas	377.061	186.396
1.02.01.10	Outros Ativos Não Circulantes	133.256	219.035
1.02.01.10.03	Depósitos e cauções vinculados	397	179
1.02.01.10.04	Títulos de créditos a receber	5	78
1.02.01.10.05	Tributos a recuperar	44.950	20.185
1.02.01.10.06	Instrumentos financeiros derivativos	25.884	26.970
1.02.01.10.07	Outros	62.020	171.623
1.02.02	Investimentos	7.922.632	7.095.503
1.02.02.01	Participações Societárias	7.922.632	7.095.503
1.02.02.01.02	Participações em Controladas	7.843.011	7.085.524
1.02.02.01.04	Outros Investimentos	79.621	9.979
1.02.03	Imobilizado	55.504	51.068
1.02.04	Intangível	19.902	13.687
1.02.04.01	Intangíveis	19.902	13.687

DFs Individuais / Balanço Patrimonial Passivo**(Reais Mil)**

Código da Conta	Descrição da Conta	Trimestre Atual 30/09/2019	Exercício Anterior 31/12/2018
2	Passivo Total	11.171.259	10.564.296
2.01	Passivo Circulante	1.464.857	1.194.556
2.01.01	Obrigações Sociais e Trabalhistas	7.493	6.965
2.01.01.01	Obrigações Sociais	7.493	6.965
2.01.01.01.01	Impostos e Contribuições Sociais	7.493	6.965
2.01.02	Fornecedores	5.446	2.962
2.01.04	Empréstimos e Financiamentos	896.325	647.780
2.01.04.01	Empréstimos e Financiamentos	169.495	155.677
2.01.04.01.02	Em Moeda Estrangeira	169.495	155.677
2.01.04.02	Debêntures	726.830	492.103
2.01.05	Outras Obrigações	555.593	536.849
2.01.05.02	Outros	555.593	536.849
2.01.05.02.01	Dividendos e JCP a Pagar	4.097	288.540
2.01.05.02.04	Encargos de dívidas	11.480	2.331
2.01.05.02.05	Obrigações estimadas	11.785	7.080
2.01.05.02.06	Benefícios pós emprego	1.845	1.845
2.01.05.02.07	Instrumentos financeiros derivativos	302.193	1.480
2.01.05.02.08	Arrendamentos operacionais	82	0
2.01.05.02.10	Outros passivos	224.111	235.573
2.02	Passivo Não Circulante	4.218.316	3.981.599
2.02.01	Empréstimos e Financiamentos	3.272.431	3.197.523
2.02.01.01	Empréstimos e Financiamentos	469.564	311.354
2.02.01.01.01	Em Moeda Nacional	299.792	0
2.02.01.01.02	Em Moeda Estrangeira	169.772	311.354
2.02.01.02	Debêntures	2.802.867	2.886.169
2.02.02	Outras Obrigações	628.859	506.298
2.02.02.01	Passivos com Partes Relacionadas	6.121	68.926
2.02.02.01.04	Débitos com Outras Partes Relacionadas	6.121	68.926
2.02.02.02	Outros	622.738	437.372
2.02.02.02.03	Provisão para riscos trabalhistas, cíveis e fiscais	1.558	1.286
2.02.02.02.04	Benefícios pós emprego	9.422	8.038
2.02.02.02.05	Instrumentos financeiros derivativos	605.403	422.906
2.02.02.02.06	Imposto e contribuições sociais	434	115
2.02.02.02.07	Fornecedores	0	265
2.02.02.02.08	Arrendamentos operacionais	667	0
2.02.02.02.09	Outros passivos	5.254	4.762
2.02.03	Tributos Diferidos	317.026	277.778
2.02.03.01	Imposto de Renda e Contribuição Social Diferidos	317.026	277.778
2.03	Patrimônio Líquido	5.488.086	5.388.141
2.03.01	Capital Social Realizado	3.363.685	3.363.685
2.03.02	Reservas de Capital	284.598	194.729
2.03.02.07	Custo com emissão de ações	-65.723	-65.723
2.03.02.08	Programa de remuneração variável-ILP	3.797	1.408
2.03.02.09	Outras Reservas	346.524	259.044
2.03.04	Reservas de Lucros	2.047.953	2.053.299
2.03.04.01	Reserva Legal	206.842	206.842

DFs Individuais / Balanço Patrimonial Passivo**(Reais Mil)**

Código da Conta	Descrição da Conta	Trimestre Atual 30/09/2019	Exercício Anterior 31/12/2018
2.03.04.05	Reserva de Retenção de Lucros	1.841.111	1.841.111
2.03.04.08	Dividendo Adicional Proposto	0	5.346
2.03.05	Lucros/Prejuízos Acumulados	15.422	0
2.03.08	Outros Resultados Abrangentes	-223.572	-223.572

DFs Individuais / Demonstração do Resultado**(Reais Mil)**

Código da Conta	Descrição da Conta	Trimestre Atual 01/07/2019 à 30/09/2019	Acumulado do Atual Exercício 01/01/2019 à 30/09/2019	Igual Trimestre do Exercício Anterior 01/07/2018 à 30/09/2018	Acumulado do Exercício Anterior 01/01/2018 à 30/09/2018
3.01	Receita de Venda de Bens e/ou Serviços	54.707	157.125	44.432	121.628
3.02	Custo dos Bens e/ou Serviços Vendidos	-55.536	-82.762	-18.400	-52.930
3.02.01	Pessoal e administradores	-46.350	-68.358	-15.037	-41.845
3.02.02	Benefícios pós emprego	-360	-1.078	-305	-915
3.02.03	Material	-539	-782	-266	-592
3.02.04	Serviços de Terceiros	-5.117	-7.723	-1.398	-5.304
3.02.05	Amortização e Depreciação	-3.091	-4.645	-1.320	-3.962
3.02.06	Outras Despesas	-79	-176	-74	-312
3.03	Resultado Bruto	-829	74.363	26.032	68.698
3.04	Despesas/Receitas Operacionais	243.880	679.584	277.531	641.952
3.04.02	Despesas Gerais e Administrativas	13.721	-41.497	-18.270	-60.307
3.04.02.02	Pessoal e administradores	19.636	-8.555	-3.328	-11.947
3.04.02.03	Benefícios pós emprego	-533	-1.418	-619	-1.048
3.04.02.04	Material	80	-582	-181	-316
3.04.02.05	Serviços Terceiros	-4.754	-25.475	-12.872	-42.558
3.04.02.06	Amortização e Depreciação	637	-2.621	-854	-2.307
3.04.02.07	Provisões para riscos trabalhistas, cíveis e fiscais	-145	-230	1.978	144
3.04.02.08	Outras	-1.200	-2.616	-2.394	-2.275
3.04.04	Outras Receitas Operacionais	29	117	0	1.559
3.04.04.02	Outros	29	117	0	1.559
3.04.06	Resultado de Equivalência Patrimonial	230.130	720.964	295.801	700.700
3.05	Resultado Antes do Resultado Financeiro e dos Tributos	243.051	753.947	303.563	710.650
3.06	Resultado Financeiro	-207.624	-639.941	-61.223	-233.287
3.06.01	Receitas Financeiras	53.852	161.315	60.362	155.375
3.06.01.01	Receita de aplicação financeira	39.314	121.453	49.988	108.906
3.06.01.02	Receita de atualização de mútuos	9.639	25.341	5.098	29.871
3.06.01.03	Receita de aval	6.637	19.640	5.938	21.663
3.06.01.04	Tributos sobre receitas financeiras	-2.701	-8.101	-3.001	-7.485

DFs Individuais / Demonstração do Resultado**(Reais Mil)**

Código da Conta	Descrição da Conta	Trimestre Atual 01/07/2019 à 30/09/2019	Acumulado do Atual Exercício 01/01/2019 à 30/09/2019	Igual Trimestre do Exercício Anterior 01/07/2018 à 30/09/2018	Acumulado do Exercício Anterior 01/01/2018 à 30/09/2018
3.06.01.05	Outros receitas financeiras	963	2.982	2.339	2.420
3.06.02	Despesas Financeiras	-261.476	-801.256	-121.585	-388.662
3.06.02.01	Encargos e dívidas - juros	-71.849	-295.220	-75.502	-190.785
3.06.02.02	Marcação a mercado derivativos	-169.950	-478.393	252	-114.273
3.06.02.03	Instrumentos financeiros derivativos	22.162	23.570	16.036	47.631
3.06.02.04	Encargos de dívidas - variação monetária e cambial	-36.571	-36.571	-40.725	-106.961
3.06.02.05	Despesas bancárias	-162	-435	-694	-1.329
3.06.02.06	IOF	-24	-74	-689	-1.203
3.06.02.07	Despesas de aval	-3.077	-9.176	-2.942	-8.742
3.06.02.08	Atualização de mútuos	-112	-338	-2.613	-4.642
3.06.02.09	Marcação a mercado da dívida	-1.725	-4.338	164	6.374
3.06.02.10	Atualização de provisões p/ contingência	0	0	-27	-49
3.06.02.11	Outras despesas financeiras	-168	-281	-14.845	-14.683
3.07	Resultado Antes dos Tributos sobre o Lucro	35.427	114.006	242.340	477.363
3.08	Imposto de Renda e Contribuição Social sobre o Lucro	-959	3.031	135	-2.684
3.08.01	Corrente	42.279	42.279	0	0
3.08.02	Diferido	-43.238	-39.248	135	-2.684
3.09	Resultado Líquido das Operações Continuadas	34.468	117.037	242.475	474.679
3.11	Lucro/Prejuízo do Período	34.468	117.037	242.475	474.679
3.99	Lucro por Ação - (Reais / Ação)				
3.99.01	Lucro Básico por Ação				
3.99.01.01	ON	0,01900	0,06450	0,14017	0,27441
3.99.01.02	PN	0,01900	0,06450	0,14017	0,27441
3.99.02	Lucro Diluído por Ação				
3.99.02.01	ON	0,01900	0,06450	0,14017	0,27441
3.99.02.02	PN	0,01900	0,06450	0,14017	0,27441

DFs Individuais / Demonstração do Resultado Abrangente**(Reais Mil)**

Código da Conta	Descrição da Conta	Trimestre Atual 01/07/2019 à 30/09/2019	Acumulado do Atual Exercício 01/01/2019 à 30/09/2019	Igual Trimestre do Exercício Anterior 01/07/2018 à 30/09/2018	Acumulado do Exercício Anterior 01/01/2018 à 30/09/2018
4.01	Lucro Líquido do Período	34.468	117.037	242.475	474.679
4.03	Resultado Abrangente do Período	34.468	117.037	242.475	474.679

DFs Individuais / Demonstração do Fluxo de Caixa - Método Indireto**(Reais Mil)**

Código da Conta	Descrição da Conta	Acumulado do Atual Exercício 01/01/2019 à 30/09/2019	Acumulado do Exercício Anterior 01/01/2018 à 30/09/2018
6.01	Caixa Líquido Atividades Operacionais	27	-12.427
6.01.01	Caixa Gerado nas Operações	27.761	6.716
6.01.01.01	Lucro Líquido do Período	117.037	474.679
6.01.01.03	Despesas com juros, var.monet. e cambiais - líquidas	165.790	163.660
6.01.01.04	Resultado de equivalência patrimonial	-720.964	-700.700
6.01.01.05	Amortização e Depreciação	7.266	6.269
6.01.01.08	Imposto de renda e contribuição social	-3.031	2.684
6.01.01.09	Provisão para riscos trabalhistas, cíveis e fiscais	230	-144
6.01.01.10	Instrumentos financeiros derivativos	-23.570	-47.631
6.01.01.11	Marcação a mercado de derivativos	478.393	114.273
6.01.01.12	Marcação a mercado das dívidas	4.338	-6.374
6.01.01.13	(Ganho) Perda na alienação dos ativos de geração	-117	0
6.01.01.14	Programa de remuneração variável (ILP)	2.389	0
6.01.02	Variações nos Ativos e Passivos	-27.734	-19.143
6.01.02.01	(Aumento) de clientes	-4.255	-5.660
6.01.02.02	(Aumento) Diminuição de cauções e depósitos vinculados	-218	171
6.01.02.03	Diminuição (Aumento) de estoques	14	-29
6.01.02.04	(aumento) de tributos a recuperar	-21.628	-15.348
6.01.02.05	Diminuição Títulos e créditos a receber	108	1.328
6.01.02.07	Diminuição de outros créditos	1.090	3.342
6.01.02.08	Aumento (Diminuição) de fornecedores	2.219	-3.413
6.01.02.10	Aumento de impostos e contribuições sociais	846	921
6.01.02.11	Aumento de obrigações estimadas	4.705	2.744
6.01.02.13	(Diminuição) de outras contas a pagar	-10.615	-3.199
6.02	Caixa Líquido Atividades de Investimento	316.240	643.087
6.02.01	Aumento de capital e compra de ações de subsidiárias e outros investimentos	-695.804	0
6.02.02	Aquisição de ativo imobilizado	-17.308	-10.184
6.02.04	Recebimento de dividendos	931.698	495.470
6.02.05	Aplicações Financeiras e recursos vinculados	97.512	-93.542
6.02.07	Alienação de bens do imobilizado e intangível	186	0
6.02.08	Partes relacionadas	-44	335.287
6.02.09	Aumento de capital em controladas	0	-83.944
6.03	Caixa Líquido Atividades de Financiamento	-612.718	-129.206
6.03.01	Novos empréstimos e financiamentos obtidos	799.421	1.133.989
6.03.03	Pagamento de empréstimos , debentures - principal	-590.971	-258.788
6.03.04	Pagamento de empréstimos , debentures - juros	-211.977	-165.788
6.03.05	Liquidação de instrumentos financeiros derivativos	10.735	-1.851
6.03.06	Pagamentos de dividendos	-391.404	-269.350
6.03.09	Aquisição de participação adicional de não controladores	-63.099	-567.418
6.03.10	Pagamento por Arrendamento Financeiro Mercantil	-99	0
6.03.11	Partes relacionadas	-165.324	0
6.05	Aumento (Redução) de Caixa e Equivalentes	-296.451	501.454
6.05.01	Saldo Inicial de Caixa e Equivalentes	313.687	134.406
6.05.02	Saldo Final de Caixa e Equivalentes	17.236	635.860

DFs Individuais / Demonstração das Mutações do Patrimônio Líquido / DMPL - 01/01/2019 à 30/09/2019**(Reais Mil)**

Código da Conta	Descrição da Conta	Capital Social Integralizado	Reservas de Capital, Opções Outorgadas e Ações em Tesouraria	Reservas de Lucro	Lucros ou Prejuízos Acumulados	Outros Resultados Abrangentes	Patrimônio Líquido
5.01	Saldos Iniciais	3.363.685	194.729	2.053.299	0	-223.572	5.388.141
5.03	Saldos Iniciais Ajustados	3.363.685	194.729	2.053.299	0	-223.572	5.388.141
5.04	Transações de Capital com os Sócios	0	89.869	-5.346	-101.615	0	-17.092
5.04.08	Novas aquisições de ações de controladas	0	22.165	0	0	0	22.165
5.04.09	Transações de capital - instrumento financeiro MTM - reflexo	0	-6.362	0	0	0	-6.362
5.04.10	Pagamento de Dividendos Adicionais	0	0	-5.346	0	0	-5.346
5.04.11	Valor investimento PUT	0	68.626	0	0	0	68.626
5.04.12	Programa de remuneração variável - ILP	0	2.389	0	0	0	2.389
5.04.13	Reserva de Incentivo fiscal-Reinvestimento	0	3.051	0	0	0	3.051
5.04.15	Reserva de Dividendos	0	0	0	-23.226	0	-23.226
5.04.16	Pagamento de Dividendos	0	0	0	-78.389	0	-78.389
5.05	Resultado Abrangente Total	0	0	0	117.037	0	117.037
5.05.01	Lucro Líquido do Período	0	0	0	117.037	0	117.037
5.07	Saldos Finais	3.363.685	284.598	2.047.953	15.422	-223.572	5.488.086

DFs Individuais / Demonstração das Mutações do Patrimônio Líquido / DMPL - 01/01/2018 à 30/09/2018**(Reais Mil)**

Código da Conta	Descrição da Conta	Capital Social Integralizado	Reservas de Capital, Opções Outorgadas e Ações em Tesouraria	Reservas de Lucro	Lucros ou Prejuízos Acumulados	Outros Resultados Abrangentes	Patrimônio Líquido
5.01	Saldos Iniciais	2.795.963	-144.558	1.370.833	0	-178.785	3.843.453
5.03	Saldos Iniciais Ajustados	2.795.963	-144.558	1.370.833	0	-178.785	3.843.453
5.04	Transações de Capital com os Sócios	0	91.811	-84.114	-96.870	0	-89.173
5.04.02	Gastos com Emissão de Ações	0	130.706	0	0	0	130.706
5.04.06	Dividendos	0	0	-84.114	0	0	-84.114
5.04.09	Outras transações - PUT reflexa	0	-43.873	0	0	0	-43.873
5.04.11	Dividendos intercalares	0	0	0	-96.870	0	-96.870
5.04.12	Reservas de Incentivos Fiscais-Reinvestimentos	0	4.978	0	0	0	4.978
5.05	Resultado Abrangente Total	0	0	0	474.679	0	474.679
5.05.01	Lucro Líquido do Período	0	0	0	474.679	0	474.679
5.07	Saldos Finais	2.795.963	-52.747	1.286.719	377.809	-178.785	4.228.959

DFs Individuais / Demonstração do Valor Adicionado**(Reais Mil)**

Código da Conta	Descrição da Conta	Acumulado do Atual Exercício 01/01/2019 à 30/09/2019	Acumulado do Exercício Anterior 01/01/2018 à 30/09/2018
7.01	Receitas	178.069	139.202
7.01.01	Vendas de Mercadorias, Produtos e Serviços	177.952	137.643
7.01.02	Outras Receitas	117	1.559
7.02	Insumos Adquiridos de Terceiros	-36.098	-50.115
7.02.02	Materiais, Energia, Servs. de Terceiros e Outros	-34.563	-48.770
7.02.04	Outros	-1.535	-1.345
7.03	Valor Adicionado Bruto	141.971	89.087
7.04	Retenções	-7.266	-6.269
7.04.01	Depreciação, Amortização e Exaustão	-7.266	-6.269
7.05	Valor Adicionado Líquido Produzido	134.705	82.818
7.06	Vlr Adicionado Recebido em Transferência	890.380	863.560
7.06.01	Resultado de Equivalência Patrimonial	720.964	700.700
7.06.02	Receitas Financeiras	169.416	162.860
7.07	Valor Adicionado Total a Distribuir	1.025.085	946.378
7.08	Distribuição do Valor Adicionado	1.025.085	946.378
7.08.01	Pessoal	68.035	46.985
7.08.01.01	Remuneração Direta	50.765	35.934
7.08.01.02	Benefícios	13.184	7.878
7.08.01.03	F.G.T.S.	4.086	3.173
7.08.02	Impostos, Taxas e Contribuições	37.447	35.073
7.08.02.01	Federais	32.906	31.810
7.08.02.03	Municipais	4.541	3.263
7.08.03	Remuneração de Capitais de Terceiros	802.566	389.641
7.08.03.01	Juros	801.256	388.662
7.08.03.02	Aluguéis	1.310	979
7.08.04	Remuneração de Capitais Próprios	117.037	474.679
7.08.04.02	Dividendos	78.389	96.870
7.08.04.03	Lucros Retidos / Prejuízo do Período	38.648	377.809

DFs Consolidadas / Balanço Patrimonial Ativo**(Reais Mil)**

Código da Conta	Descrição da Conta	Trimestre Atual 30/09/2019	Exercício Anterior 31/12/2018
1	Ativo Total	37.958.538	36.418.008
1.01	Ativo Circulante	11.035.389	11.037.151
1.01.01	Caixa e Equivalentes de Caixa	823.457	706.738
1.01.02	Aplicações Financeiras	1.707.143	3.538.730
1.01.02.01	Aplicações Financeiras Avaliadas a Valor Justo através do Resultado	1.707.143	3.538.730
1.01.02.01.01	Títulos para Negociação	1.707.143	3.538.730
1.01.03	Contas a Receber	3.651.568	3.041.247
1.01.03.01	Clientes	3.651.568	3.041.247
1.01.03.01.01	Consumidores e Concessionárias	3.651.568	3.041.247
1.01.04	Estoques	103.594	70.749
1.01.06	Tributos a Recuperar	1.038.007	925.676
1.01.06.01	Tributos Correntes a Recuperar	1.038.007	925.676
1.01.08	Outros Ativos Circulantes	3.711.620	2.754.011
1.01.08.03	Outros	3.711.620	2.754.011
1.01.08.03.01	Títulos de crédito a receber	16.524	20.031
1.01.08.03.02	Instrumentos financeiros derivativos	119.275	49.171
1.01.08.03.03	Ativos financeiros setoriais	1.392.803	1.763.567
1.01.08.03.04	Ativo financeiro indenizável da concessão	1.363.590	0
1.01.08.03.05	Outros créditos	819.428	921.242
1.02	Ativo Não Circulante	26.923.149	25.380.857
1.02.01	Ativo Realizável a Longo Prazo	11.688.068	10.549.442
1.02.01.02	Aplicações Financeiras Avaliadas a Valor Justo através de Outros Resultados Abrangentes	113.522	105.242
1.02.01.04	Contas a Receber	1.004.313	948.933
1.02.01.04.01	Consumidores e Concessionárias	1.004.313	948.933
1.02.01.10	Outros Ativos Não Circulantes	10.570.233	9.495.267
1.02.01.10.03	Títulos de créditos a receber	12.038	15.106
1.02.01.10.04	Tributos a recuperar	1.000.787	267.447
1.02.01.10.05	Créditos tributários	1.419.839	1.374.384
1.02.01.10.06	Depósitos e cauções vinculados	559.092	495.947
1.02.01.10.07	Ativos financeiros setoriais	1.053.151	1.064.247
1.02.01.10.08	Ativo financeiro indenizável da concessão	4.704.887	5.515.275
1.02.01.10.09	Concessão do serviço público- ativo de contrato	724.670	0
1.02.01.10.10	Instrumentos financeiros derivativos	788.680	518.518
1.02.01.10.11	Outros créditos	307.089	244.343
1.02.02	Investimentos	93.567	52.184
1.02.02.01	Participações Societárias	93.567	52.184
1.02.02.01.04	Participações em Controladas em Conjunto	93.567	52.184
1.02.03	Imobilizado	223.013	209.612
1.02.03.01	Imobilizado em Operação	223.013	209.612
1.02.04	Intangível	14.918.501	14.569.619
1.02.04.01	Intangíveis	14.918.501	14.569.619
1.02.04.01.01	Contrato de Concessão	13.299.792	13.232.308
1.02.04.01.03	Ativo Contratual - Infra-estrutura em construção	1.618.709	1.337.311

DFs Consolidadas / Balanço Patrimonial Passivo**(Reais Mil)**

Código da Conta	Descrição da Conta	Trimestre Atual 30/09/2019	Exercício Anterior 31/12/2018
2	Passivo Total	37.958.538	36.418.008
2.01	Passivo Circulante	7.274.161	7.537.834
2.01.02	Fornecedores	1.900.852	1.653.312
2.01.04	Empréstimos e Financiamentos	2.300.373	2.086.959
2.01.04.01	Empréstimos e Financiamentos	1.408.228	1.560.366
2.01.04.01.01	Em Moeda Nacional	729.195	1.052.097
2.01.04.01.02	Em Moeda Estrangeira	679.033	508.269
2.01.04.02	Debêntures	892.145	526.593
2.01.05	Outras Obrigações	3.072.936	3.797.563
2.01.05.02	Outros	3.072.936	3.797.563
2.01.05.02.01	Dividendos e JCP a Pagar	6.337	294.605
2.01.05.02.04	Instrumentos financeiros derivativos	376.084	691.352
2.01.05.02.05	Parcelamento de impostos	17.313	31.881
2.01.05.02.06	Obrigações estimadas	129.769	95.755
2.01.05.02.07	Encargos de dívidas	78.515	89.057
2.01.05.02.08	Contribuição de iluminação publica	99.629	106.475
2.01.05.02.09	Benefícios pós emprego	63.190	63.190
2.01.05.02.10	Encargos setoriais	180.230	292.898
2.01.05.02.11	Impostos e contribuições sociais a recolher	748.619	546.841
2.01.05.02.12	Passivos financeiros setoriais	690.777	871.502
2.01.05.02.13	Taxas regulamentares	0	39.494
2.01.05.02.14	Incorporação de redes	66.448	93.708
2.01.05.02.15	Arrendamentos operacionais	19.822	0
2.01.05.02.16	Outros passivos	596.203	580.805
2.02	Passivo Não Circulante	24.509.461	22.832.646
2.02.01	Empréstimos e Financiamentos	14.359.080	13.611.882
2.02.01.01	Empréstimos e Financiamentos	6.456.401	6.611.201
2.02.01.01.01	Em Moeda Nacional	3.589.686	3.648.600
2.02.01.01.02	Em Moeda Estrangeira	2.866.715	2.962.601
2.02.01.02	Debêntures	7.902.679	7.000.681
2.02.02	Outras Obrigações	5.626.452	4.862.080
2.02.02.02	Outros	5.626.452	4.862.080
2.02.02.02.03	Fornecedores	92.326	75.302
2.02.02.02.04	Instrumentos financeiros derivativos	590.379	428.333
2.02.02.02.05	Impostos e contribuições sociais a recolher	473.281	400.123
2.02.02.02.06	Parcelamentos de impostos	36.275	44.956
2.02.02.02.07	Benefícios pós emprego	489.072	490.258
2.02.02.02.08	Provisão para riscos trabalhistas, cíveis, fiscais e regulatórias	2.304.510	2.393.125
2.02.02.02.09	Passivos financeiros setoriais	262.124	366.928
2.02.02.02.10	Encargos setoriais	309.210	272.675
2.02.02.02.11	Incorporação de redes	161.290	166.437
2.02.02.02.12	Arrendamentos operacionais	38.027	0
2.02.02.02.13	Efeitos da Redução do ICMS na base de calculo do Pis e Cofins	627.619	0
2.02.02.02.14	Outros passivos	242.339	223.943

DFs Consolidadas / Balanço Patrimonial Passivo**(Reais Mil)**

Código da Conta	Descrição da Conta	Trimestre Atual 30/09/2019	Exercício Anterior 31/12/2018
2.02.03	Tributos Diferidos	4.523.929	4.358.684
2.02.03.01	Imposto de Renda e Contribuição Social Diferidos	4.523.929	4.358.684
2.03	Patrimônio Líquido Consolidado	6.174.916	6.047.528
2.03.01	Capital Social Realizado	3.363.685	3.363.685
2.03.02	Reservas de Capital	284.598	194.729
2.03.02.07	Custo com emissão de ações	-65.723	-65.723
2.03.02.08	Programa de remuneração variável-ILP	3.797	1.408
2.03.02.09	Outros reservas	346.524	259.044
2.03.04	Reservas de Lucros	2.047.953	2.053.299
2.03.04.01	Reserva Legal	206.842	206.842
2.03.04.05	Reserva de Retenção de Lucros	1.841.111	1.841.111
2.03.04.08	Dividendo Adicional Proposto	0	5.346
2.03.05	Lucros/Prejuízos Acumulados	15.422	0
2.03.08	Outros Resultados Abrangentes	-223.572	-223.572
2.03.09	Participação dos Acionistas Não Controladores	686.830	659.387

DFs Consolidadas / Demonstração do Resultado**(Reais Mil)**

Código da Conta	Descrição da Conta	Trimestre Atual 01/07/2019 à 30/09/2019	Acumulado do Atual Exercício 01/01/2019 à 30/09/2019	Igual Trimestre do Exercício Anterior 01/07/2018 à 30/09/2018	Acumulado do Exercício Anterior 01/01/2018 à 30/09/2018
3.01	Receita de Venda de Bens e/ou Serviços	5.070.403	14.537.472	4.102.008	11.660.654
3.02	Custo dos Bens e/ou Serviços Vendidos	-4.321.846	-12.213.841	-3.380.325	-9.754.876
3.02.01	Energia elétrica comprada p/revenda	-2.375.708	-7.277.375	-2.237.038	-6.248.235
3.02.02	Encargos uso sistema transm.e distribuição	-302.161	-830.316	-253.559	-789.793
3.02.03	Pessoal e administradores	-290.659	-765.976	-153.770	-590.234
3.02.04	Benefícios Pós emprego	-7.298	-21.224	-5.941	-20.340
3.02.05	Material	-39.383	-99.947	-27.863	-91.157
3.02.06	Serviços terceiros	-157.309	-429.983	-98.837	-337.089
3.02.07	Amortização e depreciação	-276.020	-782.625	-186.566	-556.031
3.02.08	Provisões para riscos trabalhistas, cíveis, fiscais e regulatórias	996	38.728	-16.278	958
3.02.09	Custo de construção	-839.961	-1.796.506	-351.315	-991.440
3.02.11	Provisão para perdas esperadas de créditos de liquidação duvidosa	-13.282	-186.847	-40.202	-95.685
3.02.12	Outras	-21.061	-61.770	-8.956	-35.830
3.03	Resultado Bruto	748.557	2.323.631	721.683	1.905.778
3.04	Despesas/Receitas Operacionais	-168.320	-665.687	-228.299	-514.574
3.04.02	Despesas Gerais e Administrativas	-168.161	-629.216	-200.182	-428.700
3.04.02.01	Pessoal	-43.514	-239.526	-97.781	-148.972
3.04.02.02	Benefícios Pós emprego	-9.880	-30.396	-12.419	-35.961
3.04.02.03	Material	-11.550	-33.787	-11.109	-22.802
3.04.02.04	Serviços de terceiros	-59.903	-171.810	-58.907	-116.955
3.04.02.05	Provisões para riscos trabalhistas, cíveis, fiscais e regulatórias	39.240	63.374	48.556	65.975
3.04.02.06	Amortização e depreciação	-28.815	-91.225	-15.820	-63.127
3.04.02.07	Outras	-53.739	-125.846	-52.702	-106.858
3.04.04	Outras Receitas Operacionais	11.758	83.482	17.433	42.250
3.04.04.01	Ganho/Perda de Alienação	11.758	50.149	0	0
3.04.04.02	Alienação de Ações	0	33.333	0	0
3.04.04.03	Outras	0	0	17.433	42.250
3.04.05	Outras Despesas Operacionais	-11.917	-119.953	-45.550	-128.124

DFs Consolidadas / Demonstração do Resultado**(Reais Mil)**

Código da Conta	Descrição da Conta	Trimestre Atual 01/07/2019 à 30/09/2019	Acumulado do Atual Exercício 01/01/2019 à 30/09/2019	Igual Trimestre do Exercício Anterior 01/07/2018 à 30/09/2018	Acumulado do Exercício Anterior 01/01/2018 à 30/09/2018
3.04.05.01	Ganho/Perda de Alienação	-18.465	-79.338	0	0
3.04.05.02	Custo de Ações alienadas	0	-24.993	0	0
3.04.05.03	MTM comercialização de energia	9.293	-7.695	0	0
3.04.05.04	Outras	-2.745	-7.927	-45.550	-128.124
3.05	Resultado Antes do Resultado Financeiro e dos Tributos	580.237	1.657.944	493.384	1.391.204
3.06	Resultado Financeiro	-427.269	-1.129.043	-164.432	-645.111
3.06.01	Receitas Financeiras	231.593	688.635	150.730	366.549
3.06.01.01	Receitas de aplicação financeira	47.204	140.624	43.811	111.999
3.06.01.02	Varição monetária e acresc.moratorio de energia	94.834	251.992	68.296	189.923
3.06.01.04	Juros recebidos/selic	16.608	23.796	6.225	8.720
3.06.01.05	Atualização de depósitos judiciais	10.341	17.402	2.167	6.626
3.06.01.08	Atualização financeira de ativos setoriais	20.741	59.020	10.845	29.780
3.06.01.09	Tributos sobre receitas financeiras	-11.387	-42.201	-9.260	-25.354
3.06.01.10	Atualização sobre os efeitos da Redução do ICMS na base do Pis e Cofins	41.098	131.976	0	0
3.06.01.11	Outras receitas	12.154	106.026	28.646	44.855
3.06.02	Despesas Financeiras	-658.862	-1.817.678	-315.162	-1.011.660
3.06.02.01	Encargos dívidas - juros	-262.496	-829.215	-181.711	-509.494
3.06.02.02	Encargos dividas - var monetaria e cambial	-285.256	-314.315	-133.459	-561.288
3.06.02.03	(-) Transferência p/ordens em curso	1.582	4.133	1.424	-6.545
3.06.02.04	Ajuste valor presente de ativos	-9.537	-10.770	433	3.938
3.06.02.05	Marcação a mercado derivativos	-89.545	-307.336	8.759	-164.444
3.06.02.06	Instrumentos financeiros derivativos	208.958	203.428	91.051	427.971
3.06.02.07	Atualização PEE e P&D	-4.778	-13.626	-3.016	-2.816
3.06.02.08	Despesas bancárias	-3.712	-10.165	-4.073	-9.512
3.06.02.09	Juros/ multas	-7	-58	0	0
3.06.02.10	Atualização contingências	26.166	-11.310	-7.241	-13.607
3.06.02.11	Marcação a mercado da dívida	-82.014	-174.927	-8.394	42.100
3.06.02.12	Atualização financeira de passivos setoriais	-7.330	-23.281	-5.920	-42.083

DFs Consolidadas / Demonstração do Resultado**(Reais Mil)**

Código da Conta	Descrição da Conta	Trimestre Atual 01/07/2019 à 30/09/2019	Acumulado do Atual Exercício 01/01/2019 à 30/09/2019	Igual Trimestre do Exercício Anterior 01/07/2018 à 30/09/2018	Acumulado do Exercício Anterior 01/01/2018 à 30/09/2018
3.06.02.13	Despesa de aval	-3.077	-9.176	-2.942	-8.742
3.06.02.14	Atualização sobre os efeitos da Redução do ICMS na base do Pis e Cofins	-41.098	-131.976	0	0
3.06.02.15	Outras despesas financeiras	-106.718	-189.084	-58.062	-105.907
3.06.02.16	Incorporação de redes	0	0	-12.011	-61.231
3.07	Resultado Antes dos Tributos sobre o Lucro	152.968	528.901	328.952	746.093
3.08	Imposto de Renda e Contribuição Social sobre o Lucro	-99.056	-355.075	-69.554	-240.962
3.08.01	Corrente	7.008	-235.285	-25.641	-84.242
3.08.02	Diferido	-106.064	-119.790	-43.913	-156.720
3.09	Resultado Líquido das Operações Continuadas	53.912	173.826	259.398	505.131
3.11	Lucro/Prejuízo Consolidado do Período	53.912	173.826	259.398	505.131
3.11.01	Atribuído a Sócios da Empresa Controladora	34.468	117.037	242.475	474.679
3.11.02	Atribuído a Sócios Não Controladores	19.444	56.789	16.923	30.452
3.99	Lucro por Ação - (Reais / Ação)				
3.99.01	Lucro Básico por Ação				
3.99.01.01	ON	0,01900	0,06450	0,14017	0,27441
3.99.01.02	PN	0,01900	0,06450	0,00000	0,00000
3.99.02	Lucro Diluído por Ação				
3.99.02.01	ON	0,01900	0,06450	0,14017	0,27441
3.99.02.02	PN	0,01900	0,06450	0,00000	0,00000

DFs Consolidadas / Demonstração do Resultado Abrangente**(Reais Mil)**

Código da Conta	Descrição da Conta	Trimestre Atual 01/07/2019 à 30/09/2019	Acumulado do Atual Exercício 01/01/2019 à 30/09/2019	Igual Trimestre do Exercício Anterior 01/07/2018 à 30/09/2018	Acumulado do Exercício Anterior 01/01/2018 à 30/09/2018
4.01	Lucro Líquido Consolidado do Período	53.912	173.826	103.436	245.733
4.03	Resultado Abrangente Consolidado do Período	53.912	173.826	103.436	245.733
4.03.01	Atribuído a Sócios da Empresa Controladora	34.468	117.037	101.164	232.204
4.03.02	Atribuído a Sócios Não Controladores	19.444	56.789	2.272	13.529

DFs Consolidadas / Demonstração do Fluxo de Caixa - Método Indireto**(Reais Mil)**

Código da Conta	Descrição da Conta	Acumulado do Atual Exercício 01/01/2019 à 30/09/2019	Acumulado do Exercício Anterior 01/01/2018 à 30/09/2018
6.01	Caixa Líquido Atividades Operacionais	1.753.827	822.054
6.01.01	Caixa Gerado nas Operações	2.400.895	1.937.147
6.01.01.01	Lucro Líquido do Período	173.826	505.131
6.01.01.02	Imposto de renda e contribuição social corrente e diferido	355.075	240.962
6.01.01.03	Despesas com juros, variações monetárias e cambiais - líquidas	1.024.011	1.039.013
6.01.01.04	Amortização e depreciação	873.850	619.158
6.01.01.05	Provisão para perdas esperadas de créditos de liquidação duvidosa	186.847	95.685
6.01.01.06	Provisões para riscos trabalhistas, cíveis, fiscais e regulatórias	-102.102	-66.933
6.01.01.07	Valor residual de ativos permanentes baixados	29.189	85.874
6.01.01.08	Marcação a mercado das dívidas	174.927	-42.100
6.01.01.09	Marcação a mercado de derivativos	307.336	164.444
6.01.01.10	Instrumentos financeiros derivativos	-203.428	-427.971
6.01.01.11	Ajuste a valor justo do ativo financeiro indenizável da concessão	-143.577	-276.116
6.01.01.12	Programa de remuneração variável (ILP)	2.511	0
6.01.01.13	Marcação a Mercado dos contratos de compra / venda de energia comercializada	7.695	0
6.01.01.14	Remuneração do ativo de contrato	-245.265	0
6.01.01.16	Provisão para ajuste a valor de realização de créditos a receber	-40.000	0
6.01.02	Variações nos Ativos e Passivos	-647.068	-1.115.093
6.01.02.01	(Aumento) de consumidores e concessionárias	-820.130	-564.009
6.01.02.02	Diminuição (aumento) de ativos financeiros setoriais	379.820	-621.241
6.01.02.03	Diminuição (aumento) de títulos e créditos a receber	2.557	-66.888
6.01.02.04	(aumento) de estoques	-28.142	-11.644
6.01.02.05	(aumento) de tributos a recuperar	-210.060	-219.428
6.01.02.06	(Aumento) de cauções e depósitos vinculados	-63.145	-11.608
6.01.02.08	(Aumento) Diminuição de outros créditos	-88.686	41.243
6.01.02.10	Aumento de fornecedores	296.472	345.865
6.01.02.12	Aumento de tributos e contribuições sociais	321.549	179.076
6.01.02.13	Imposto de renda e contribuição social pagos	-263.656	-191.272
6.01.02.15	Aumento de obrigações estimadas	34.014	26.630
6.01.02.17	(Diminuição) de passivos financeiros setoriais	-247.750	-22.042
6.01.02.19	Aumento de outras contas a pagar	40.089	225
6.02	Caixa Líquido Atividades de Investimento	-36.584	-732.951
6.02.01	Aumento de outros investimentos	0	71
6.02.03	Adições para ativo contratual, financeiro e intangível da concessão e imobilizado	-1.796.250	-1.114.982
6.02.04	Aplicações em linhas de transmissão de energia	-265.539	-67.235
6.02.05	Aplicação Financeira e recursos vinculadas	1.963.931	339.334
6.02.06	Alienação de bens do imobilizado e intangível	61.081	109.861
6.02.09	Pagamentos pela combinação de negócios	-11.546	0
6.02.10	Caixa e equivalente de caixa adquirido na combinação de negócios	11.739	0

DFs Consolidadas / Demonstração do Fluxo de Caixa - Método Indireto**(Reais Mil)**

Código da Conta	Descrição da Conta	Acumulado do Atual Exercício 01/01/2019 à 30/09/2019	Acumulado do Exercício Anterior 01/01/2018 à 30/09/2018
6.03	Caixa Líquido Atividades de Financiamento	-1.600.524	118.527
6.03.01	Novos empréstimos e financiamentos obtidos	2.546.571	3.969.188
6.03.02	Pagamento de empréstimos, debêntures - principal	-2.161.470	-2.372.059
6.03.03	Pagamento de empréstimos, debêntures - juros	-718.171	-431.428
6.03.04	Parcelamento de impostos	-23.249	-6.867
6.03.05	Pagamento parcelamento de fornecedores	-80.131	-96.311
6.03.07	Pagamento de dividendos	-365.051	-285.333
6.03.08	Pagamento de incorporação de redes	-78.000	-113.584
6.03.09	Parcelamento de encargos setoriais	-38.282	-46.656
6.03.10	Liquidação de instrumentos financeiros derivativos	8.188	68.995
6.03.13	Aquisição de participação adicional de não controladores	-63.099	-567.418
6.03.14	Liquidação Opção de venda de ações Rede Energia Participações	-614.296	0
6.03.15	Pagamento por Arrendamento Financeiro Mercantil	-13.534	0
6.05	Aumento (Redução) de Caixa e Equivalentes	116.719	207.630
6.05.01	Saldo Inicial de Caixa e Equivalentes	706.738	921.481
6.05.02	Saldo Final de Caixa e Equivalentes	823.457	1.129.111

DFs Consolidadas / Demonstração das Mutações do Patrimônio Líquido / DMPL - 01/01/2019 à 30/09/2019**(Reais Mil)**

Código da Conta	Descrição da Conta	Capital Social Integralizado	Reservas de Capital, Opções Outorgadas e Ações em Tesouraria	Reservas de Lucro	Lucros ou Prejuízos Acumulados	Outros Resultados Abrangentes	Patrimônio Líquido	Participação dos Não Controladores	Patrimônio Líquido Consolidado
5.01	Saldos Iniciais	3.363.685	194.729	2.053.299	0	-223.572	5.388.141	659.387	6.047.528
5.03	Saldos Iniciais Ajustados	3.363.685	194.729	2.053.299	0	-223.572	5.388.141	659.387	6.047.528
5.04	Transações de Capital com os Sócios	0	89.869	-5.346	-101.615	0	-17.092	-29.346	-46.438
5.04.08	Novas aquisições de ações de controladas	0	22.165	0	0	0	22.165	4.421	26.586
5.04.09	Transações de capital - instrumento financeiro MTM - reflexo	0	-6.362	0	0	0	-6.362	0	-6.362
5.04.10	Pagamento de Dividendos Adicionais	0	0	-5.346	0	0	-5.346	-39.058	-44.404
5.04.11	Valor investimento PUT	0	68.626	0	0	0	68.626	-3	68.623
5.04.12	Programa de remuneração variável - ILP	0	2.389	0	0	0	2.389	122	2.511
5.04.13	Reserva de Incentivo fiscal-Reinvestimento	0	3.051	0	0	0	3.051	0	3.051
5.04.15	Reserva de Dividendos	0	0	0	-23.226	0	-23.226	0	-23.226
5.04.16	Pagamento de Dividendos	0	0	0	-78.389	0	-78.389	0	-78.389
5.04.17	Adiantamento para futuro aumento de capital	0	0	0	0	0	0	5.172	5.172
5.05	Resultado Abrangente Total	0	0	0	117.037	0	117.037	56.789	173.826
5.05.01	Lucro Líquido do Período	0	0	0	117.037	0	117.037	56.789	173.826
5.07	Saldos Finais	3.363.685	284.598	2.047.953	15.422	-223.572	5.488.086	686.830	6.174.916

DFs Consolidadas / Demonstração das Mutações do Patrimônio Líquido / DMPL - 01/01/2018 à 30/09/2018**(Reais Mil)**

Código da Conta	Descrição da Conta	Capital Social Integralizado	Reservas de Capital, Opções Outorgadas e Ações em Tesouraria	Reservas de Lucro	Lucros ou Prejuízos Acumulados	Outros Resultados Abrangentes	Patrimônio Líquido	Participação dos Não Controladores	Patrimônio Líquido Consolidado
5.01	Saldos Iniciais	2.795.963	-144.558	1.370.833	0	-178.785	3.843.453	941.069	4.784.522
5.03	Saldos Iniciais Ajustados	2.795.963	-144.558	1.370.833	0	-178.785	3.843.453	941.069	4.784.522
5.04	Transações de Capital com os Sócios	0	91.811	-84.114	-96.870	0	-89.173	-709.948	-799.121
5.04.02	Gastos com Emissão de Ações	0	130.706	0	0	0	130.706	-683.217	-552.511
5.04.06	Dividendos	0	0	-84.114	0	0	-84.114	-26.713	-110.827
5.04.09	Outras transações - PUT reflexa	0	-43.873	0	0	0	-43.873	-18	-43.891
5.04.11	Dividendos intercalares	0	0	0	-96.870	0	-96.870	0	-96.870
5.04.12	Reservas de Incentivos Fiscais - Reinvestimentos	0	4.978	0	0	0	4.978	0	4.978
5.05	Resultado Abrangente Total	0	0	0	474.679	0	474.679	30.452	505.131
5.05.01	Lucro Líquido do Período	0	0	0	474.679	0	474.679	30.452	505.131
5.07	Saldos Finais	2.795.963	-52.747	1.286.719	377.809	-178.785	4.228.959	261.573	4.490.532

DFs Consolidadas / Demonstração do Valor Adicionado**(Reais Mil)**

Código da Conta	Descrição da Conta	Acumulado do Atual Exercício 01/01/2019 à 30/09/2019	Acumulado do Exercício Anterior 01/01/2018 à 30/09/2018
7.01	Receitas	21.497.131	17.149.405
7.01.01	Vendas de Mercadorias, Produtos e Serviços	19.541.027	16.212.378
7.01.02	Outras Receitas	83.482	42.250
7.01.03	Receitas refs. à Construção de Ativos Próprios	2.059.469	990.462
7.01.04	Provisão/Reversão de Créds. Liquidação Duvidosa	-186.847	-95.685
7.02	Insumos Adquiridos de Terceiros	-11.568.501	-9.478.090
7.02.01	Custos Prods., Mercs. e Servs. Vendidos	-8.883.312	-7.715.065
7.02.02	Materiais, Energia, Servs. de Terceiros e Outros	-716.743	-583.966
7.02.04	Outros	-1.968.446	-1.179.059
7.03	Valor Adicionado Bruto	9.928.630	7.671.315
7.04	Retenções	-873.850	-619.158
7.04.01	Depreciação, Amortização e Exaustão	-873.850	-619.158
7.05	Valor Adicionado Líquido Produzido	9.054.780	7.052.157
7.06	Vlr Adicionado Recebido em Transferência	1.358.689	391.903
7.06.02	Receitas Financeiras	1.358.689	391.903
7.07	Valor Adicionado Total a Distribuir	10.413.469	7.444.060
7.08	Distribuição do Valor Adicionado	10.413.469	7.444.060
7.08.01	Pessoal	896.098	698.469
7.08.01.01	Remuneração Direta	591.561	495.582
7.08.01.02	Benefícios	204.168	163.203
7.08.01.03	F.G.T.S.	100.369	39.684
7.08.02	Impostos, Taxas e Contribuições	6.884.192	5.223.525
7.08.02.01	Federais	3.205.261	2.358.061
7.08.02.02	Estaduais	3.659.871	2.850.135
7.08.02.03	Municipais	19.060	15.329
7.08.03	Remuneração de Capitais de Terceiros	2.459.353	1.016.935
7.08.03.01	Juros	2.449.664	1.005.115
7.08.03.02	Aluguéis	9.689	11.820
7.08.04	Remuneração de Capitais Próprios	173.826	505.131
7.08.04.02	Dividendos	78.389	96.870
7.08.04.03	Lucros Retidos / Prejuízo do Período	38.648	377.809
7.08.04.04	Part. Não Controladores nos Lucros Retidos	56.789	30.452

Comentário do Desempenho

Energisa S/A | Resultados do 3º trimestre de 2019

Cataguases, 7 de novembro de 2019 - A Energisa S/A (“Energisa” ou “Companhia”) apresenta os resultados do terceiro trimestre (3T19) e dos primeiros nove meses de 2019 (9M19).

Em face das aquisições de duas distribuidoras realizadas em 2018 e a fim de permitir a comparabilidade com desempenhos passados, serão reportadas as informações neste relatório com duas visões:

i) Contábil (auditado): incluindo a consolidação contábil das Energisa Rondônia - Distribuidora de Energia S/A (“Energisa Rondônia” ou “ERO”) e da Energisa Acre - Distribuidora de Energia S/A (“Energisa Acre” ou “EAC”), a partir de 30/10/18 e 06/12/2018, datas de assunção do controle destas empresas, respectivamente; e

ii) Pro forma (não auditado): contendo apenas as empresas do legado do Grupo Energisa, desconsiderando as aquisições da ERO e da EAC.

Ao longo desse documento, as tabelas serão destacadas com os dados “pro forma” e “contábil”.

A partir de junho de 2019, a Energisa também passou a consolidar as informações da Alsol Energias Renováveis.

Destaques

Consumo de energia avança 4,4% e EBITDA Ajustado cresce 28,2% e totaliza R\$ 979,9 milhões no trimestre

- ✓ Consumo de energia (cativo + livre) no 3T19 avançou 4,4 % em relação ao 3T18, superior ao resultado do consumo médio de energia no Brasil, que apresentou redução de 0,2% no mesmo período;
- ✓ EBITDA Ajustado consolidado totalizou R\$ 979,9 milhões no 3T19, crescimento de 28,2 % em relação aos R\$ 764,1 milhões do 3T18. No acumulado em 9M19, atingiu R\$ 2.783,8 milhões, crescimento de 26,5 %;
- ✓ Resultado líquido foi de R\$ 53,9 milhões no 3T19. Desconsiderando Energisa Rondônia e Acre e excluindo efeitos extraordinários, em especial os R\$ 171,7 milhões da marcação a mercado do bônus de subscrição das debêntures da 7ª emissão sem efeito caixa, o lucro líquido (*pro forma*) no 3T19 seria de R\$ 369,2 milhões, 33,0% (R\$ 91,5 milhões) acima do registrado no 3T18.
- ✓ Dívida líquida consolidada totalizou R\$ 12.867,1 milhões em setembro, contra R\$ 11.869,3 milhões em junho de 2019. A relação dívida líquida por EBITDA Ajustado (12 meses encerrados em setembro de 2019) subiu para 2,8 vezes, ante 2,7 vezes em junho de 2019;
- ✓ Investimentos consolidados de R\$ 869,6 milhões no 3T19 contra R\$ 451,3 milhões no 3T18, aumento de 92,7%. Em 9M19, totalizaram R\$ 2.169,3 milhões, crescimento de 70,0% em relação ao registrado em 9M18;

Descrição	Trimestre			Acumulado		
	3T19	3T18	Var. %	9M19	9M18	Var. %
Indicadores Financeiros - R\$ milhões						
Receita Operacional Bruta	7.416,0	6.155,0	+ 20,5	21.594,5	17.280,7	+ 25,0
Receita Operacional Líquida, sem receita de construção	4.124,7	3.749,3	+ 10,0	12.471,2	10.663,7	+ 17,0
Custos e despesas controláveis	667,4	536,2	+ 24,5	2.064,9	1.535,0	+ 34,5
EBITDA	885,1	695,8	+ 27,2	2.531,8	2.010,4	+ 25,9
EBITDA Ajustado	979,9	764,1	+ 28,2	2.783,8	2.200,3	+ 26,5
Lucro (prejuízo) Líquido	53,9	259,4	- 79,2	173,8	505,1	- 65,6
Endividamento Líquido ⁽¹⁾	12.867,1	8.656,8	+ 48,6	12.867,1	8.656,8	+ 48,6
Investimentos	869,6	451,3	+ 92,7	2.169,3	1.276,4	+ 70,0
Indicadores Operacionais Consolidados						
Número de Consumidores Totais	7.805.864	7.648.158	+ 2,1	7.805.864	7.648.158	+ 2,1
Número de Colaboradores Próprios	14.445	12.799	+ 12,9	14.445	12.799	+ 12,9
Força de Trabalho (colaboradores próprios + terceirizados) ⁽²⁾	20.588	16.791	+ 22,6	20.588	16.791	+ 22,6

⁽¹⁾ Inclui créditos setoriais (CDE, CCC, CVA). ⁽²⁾ Não incluem terceirizados em obras e excluem terceirizados das distribuidoras registrados como próprios nas empresas prestadoras de serviços.

Comentário do Desempenho

1. Perfil e estrutura societária

O Grupo Energisa completou 114 anos em 26 de fevereiro de 2019 e é o quinto maior grupo distribuidor de energia do país em volume de energia distribuída, atendendo nesse segmento de atuação 7,8 milhões de consumidores em onze estados brasileiros, o que equivale aproximadamente a 20 milhões de pessoas atendidas, representando em torno de 10% da população do Brasil.

A Companhia controla, atualmente, 11 distribuidoras localizadas nos Estados de Minas Gerais, Sergipe, Paraíba, Rio de Janeiro, Mato Grosso, Mato Grosso do Sul, Tocantins, São Paulo, Paraná, Acre e Rondônia, com uma área de concessão que atinge 2.034 mil Km², equivalentes a 24% do território nacional (Fonte: IBGE, julho de 2016).

As atividades do Grupo Energisa também incluem ativos em transmissão de energia, decorrentes das aquisições de dois lotes no Leilão de Transmissão nº 5/2016, realizadas em 24/04/2017, um lote no Leilão de Transmissão nº 002/2018, adquirido em 28/06/2018, e um lote no Leilão de Transmissão nº 004/2018, adquirido em 20/12/2018.

Em 17 de junho de 2019, a Energisa S.A. concluiu a aquisição da Alsol Energias Renováveis. Nesta data, também foi celebrado o Acordo de Acionistas da Alsol, entre Energisa, Algar S.A. Empreendimentos e Participações e Gustavo Malagoli Buiatti. Em ato contínuo à conclusão da Aquisição e em razão da aprovação de aumento de capital no montante de R\$ 40,0 milhões, foram emitidas novas ações de emissão da Alsol, todas subscritas e integralizadas pela Energisa e pela Algar. Após aumento de capital, a participação da Energisa no capital da Alsol passou para 89,7%. Os recursos serão destinados, principalmente, ao reforço do capital de giro e ao financiamento de investimentos em novos projetos.

ÁREAS DE ATUAÇÃO DO GRUPO ENERGISA

11 concessões de distribuição de energia em todas as regiões do Brasil

862 municípios atendidos

7,8 milhões de clientes

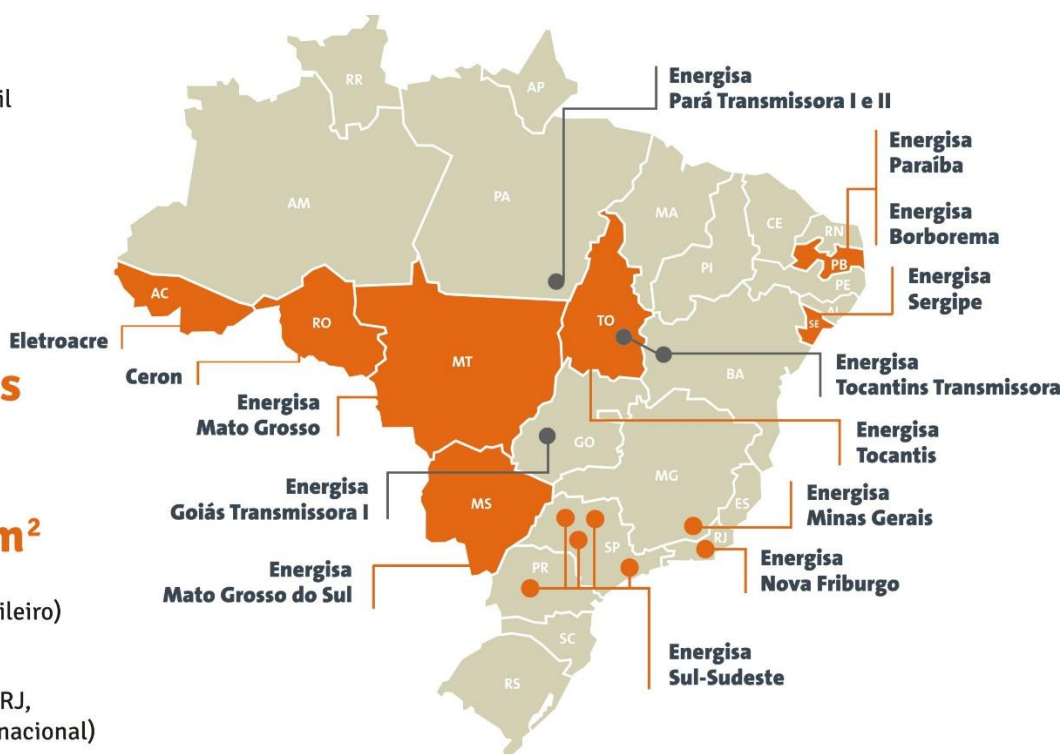
20,0 milhões de pessoas atendidas (10% do Brasil)

2.034 mil km² total de área coberta (24% do território brasileiro)

6 empresas de serviços (sedes nos estados de MG e RJ, atuantes em todo território nacional)

4 empresas de transmissão (sedes no estado de MG, atuantes nos estados de PA, GO, TO e BA)

1 empresa de geração distribuída (sede no estado de MG, atuando em 12 estados brasileiros)



Comentário do Desempenho

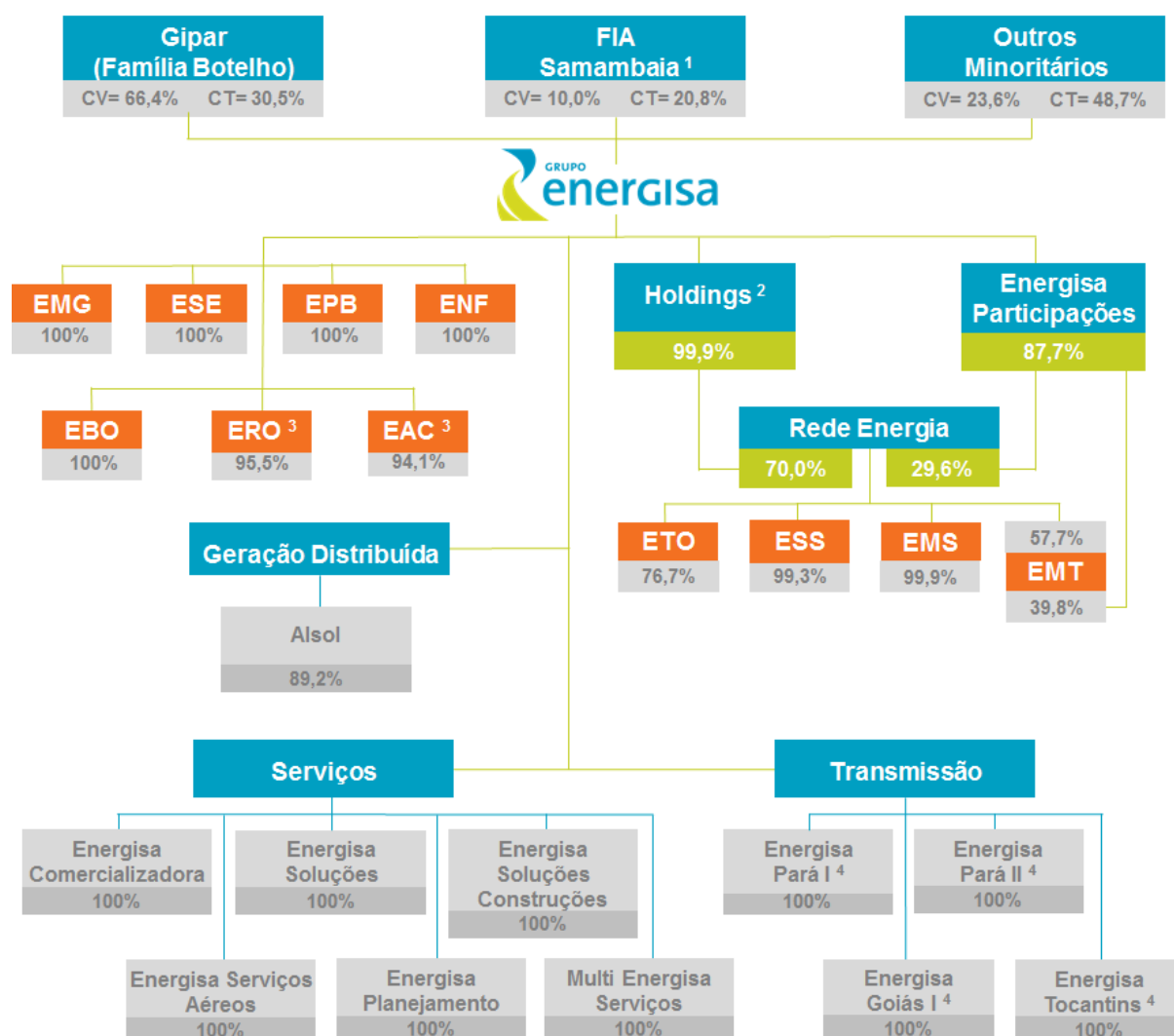
1.1 Estrutura societária do Grupo Energisa

O controle acionário do Grupo Energisa é exercido pela Gipar S.A., cujo controlador é a família Botelho. A Companhia é listada no Nível 2 de Governança Corporativa da B3, e as ações de maior liquidez são negociadas sob o código ENGI11 (Units, certificados compostos por uma ação ordinária e quatro ações preferenciais). Além desses títulos, são negociadas ações sob os códigos ENGI3 (ações ordinárias) e ENGI4 (ações preferenciais).

Em 30 de agosto de 2018, a Energisa S/A adquiriu, em leilão de privatização, o controle acionário da Energisa Rondônia e da Energisa Acre. Com essas duas aquisições, a Energisa passou a deter 11 concessões de distribuição de energia elétrica espalhadas pelas cinco regiões do país. A administração da Companhia acredita que seu histórico bem-sucedido de transformação operacional e financeira será essencial para melhorar os indicadores de qualidade dos serviços e o equilíbrio econômico-financeiro dessas distribuidoras.

Em 30 de abril de 2019 e 30 de maio de 2019, a Companhia recebeu correspondências da Eletrobras informando sua decisão de não exercer a opção de aumentar a participação no capital social da ERO e da EAC, conforme previsto nos termos do Edital do Leilão nº 2/2018-PPI/PND. Dado que a Eletrobras não exerceu a referida opção, em 18 de junho de 2019, a Companhia realizou o distrato dos Acordo de Acionistas da ERO e da EAC, assinado entre a Companhia e a Eletrobras.

A seguir, a estrutura societária simplificada do Grupo Energisa:



CV - Capital Votante | CT - Capital Total

(1) Posição acionária direta e indireta através de veículos de investimentos.

(2) A Energisa detém indiretamente através de holdings, 95,9% da Rede Energia.

(3) Distribuidoras adquiridas em leilões de privatização realizados em 30/08/2018.

(4) SPEs de transmissão (Leilões de Transmissão nº 5/2016, nº 2/2018 e nº 4/2018).

Comentário do Desempenho

2. Desempenho operacional

2.1 Mercado de energia

O consumo de energia elétrica no mercado cativo e livre (8.881,9 GWh) do Grupo Energisa apresentou, no 3T19, aumento de 4,4% em relação ao mesmo período do ano anterior. Considerando o fornecimento não faturado, o volume se situa em 8.892,3 GWh, o que significa um aumento de 3,8% na mesma base de comparação.

Com exceção da classe industrial que reduziu 1,8%, todas as demais registraram aumento de consumo de energia elétrica no trimestre. O desempenho no período deve-se, principalmente, ao aumento do consumo de energia elétrica das classes residencial (+8,2%; 238,6 GWh) e comercial (+6,3%; 103,3 GWh), influenciado pelas altas temperaturas e fator calendário positivo em algumas regiões. A classe rural por sua vez cresceu 1,7% (15,8 GWh) e as demais classes cresceram 4,1%.

Entre as distribuidoras destaca-se o desempenho das duas empresas do Centro-Oeste, que alavancaram o consumo de energia elétrica com altas de 8,4% (186,6 GWh) e 6,8% (83,9 GWh) na EMT e EMS, respectivamente. Em ambas o mercado residencial e comercial foram determinantes para o resultado, com o consumo sendo impulsionado por temperaturas mais elevadas em quase todos os meses. A alta da classe industrial nessas concessionárias contou com o impacto positivo do setor alimentício, com ênfase nos clientes relacionados ao abate animal, notadamente ligados à exportação. A ERO apresentou o terceiro maior aumento em volume no trimestre. O crescimento de 6,8% (54,1 GWh) foi reflexo das temperaturas máximas maiores, em conjunto com baixos índices de chuva na região. Na ESS, o crescimento de 3,5% (35,1 GWh) acompanhou o efeito climático positivo que impactou o consumo nas classes residencial e comercial, enquanto a classe industrial contribui com efeito da alta no setor de metal, com a contribuição de um cliente nessa concessão que modernizou suas máquinas e a ampliação da sua linha de produção.

Nos primeiros nove meses de 2019, o consumo de energia elétrica no mercado cativo e livre (26.727,1 GWh) apresentou aumento de 4,2% em relação ao mesmo período do ano anterior. Considerando o fornecimento não faturado, o volume passa para 26.737,8 GWh, o que significa aumento de 4,6%. Todas as classes registraram crescimento no acumulado, sendo as maiores contribuições advindas da residencial (+6,3%), comercial (+4,9%) e rural (+3,0%).

Mercado de Energia das Distribuidoras

Descrição (Valores em GWh)	Trimestre			Acumulado		
	3T19	3T18	Var. %	9M19	9M18	Var. %
Energia vendida mercado cativo faturado	7.398,3	7.066,7	+ 4,7	22.375,0	21.545,2	+ 3,9
Transporte de energia clientes livres (TUSD)	1.483,6	1.443,8	+ 2,8	4.352,1	4.113,7	+ 5,8
Subtotal (Mercado Cativo + TUSD faturado)	8.881,9	8.510,5	+ 4,4	26.727,1	25.658,9	+ 4,2
Subtotal (Mercado Cativo + TUSD), sem ERO e EAC	7.750,7	7.455,5	+ 4,0	23.528,0	22.580,1	+ 4,2
Consumo não faturado	10,4	57,3	- 81,8	10,7	(94,8)	-
Subtotal (Mercado Cativo + TUSD + não faturado)	8.892,3	8.567,8	+ 3,8	26.737,8	25.564,1	+ 4,6

Nota: Para efeito de cálculo de crescimento de mercado, foram consideradas as vendas de energia das empresas da ERO e EAC como se fossem controladas pela Energisa no 3T18 e 9M18, exceto quando sinalizado que não inclui ERO e EAC.

Segundo a Empresa de Pesquisa Energética (EPE), o consumo do Brasil no 3T19 foi 0,2% inferior ao 3T18 e em 9M19 foi 1,1% superior ao mesmo período de 2018. De forma consistente, o mercado atendido pela Energisa continua se descolando de forma ainda mais intensa da média do país.

Comentário do Desempenho

3. Desempenho financeiro

3.1 Lucro Líquido

No 3T19, o resultado consolidado (contábil) foi de R\$ 53,9 milhões, 79,2% (R\$ 205,5 milhões) abaixo do 3T18. Em 9M19, esse valor foi de R\$ 173,8 milhões, 65,6% (R\$ 331,3 milhões) abaixo do 9M18.

Lucro (prejuízo) Líquido por Empresa Valores em R\$ milhões	Trimestre		Semestre	
	3T19	Var. %	9M19	Var. %
Distribuição de energia elétrica	279,7	- 20,7	821,4	- 8,9
EMG	5,5	- 55,6	30,6	+ 10,9
ENF	3,1	- 20,5	10,1	+ 36,5
ESE	31,8	+ 60,6	107,6	+ 89,4
EBO	10,7	-	27,7	+ 16,4
EPB	72,5	+ 23,3	228,9	+ 20,3
EMT	176,6	+ 26,0	423,2	+ 32,3
EMS	67,3	+ 163,9	231,8	+ 100,7
ETO	42,6	- 2,3	145,9	+ 98,5
ESS	29,7	- 21,2	82,2	- 5,1
ERO	(132,8)	-	(418,8)	-
EAC	(27,3)	-	(47,8)	-
Comercialização, serviços de energia e outros	60,8	+ 502,0	92,8	+ 2.109,5
ECOM	2,3	- 72,6	(5,7)	-
ESOL Consol.	4,8	-	5,8	-
MULTI	1,8	- 5,3	5,6	+ 75,0
EGO	24,0	+ 3.900,0	44,0	+ 4.788,9
EPAI	20,5	+ 3.316,7	38,5	+ 1.825,0
EPAII	3,1	-	5,4	-
Outras *	4,3	-	(0,8)	- 78,9
Holdings (sem equivalência patrimonial)	(218,2)	+ 229,6	(641,9)	+ 129,4
ESA Controladora	(195,7)	+ 267,2	(603,9)	+ 167,2
Rede Controladora	(8,3)	+ 207,4	(4,8)	- 80,2
DENERGE	(9,7)	+ 1,0	(29,0)	+ 1,0
Demais holdings	(4,5)	+ 650,0	(4,2)	+ 425,0
<i>Combinação de negócios - Ajustes "pro forma"</i>	(68,4)	+ 84,4	(98,5)	- 18,4
Energisa Consolidada	53,9	- 79,2	173,8	- 65,6

3.2 Conciliação lucro líquido e EBITDA

Conciliação lucro (prejuízo) líquido e EBITDA Valores em R\$ milhões	Trimestre			Acumulado		
	3T19	3T18	Var. %	9M19	9M18	Var. %
(=) Lucro (prejuízo) líquido consolidado	53,9	259,4	- 79,2	173,8	505,1	- 65,6
(-) Contribuição social e imposto de renda	(99,1)	(69,6)	+ 42,4	(355,1)	(241,0)	+ 47,3
(-) Resultado financeiro	(427,3)	(164,4)	+ 159,9	(1.129,0)	(645,1)	+ 75,0
(-) Depreciação e amortização	(304,8)	(202,4)	+ 50,6	(873,9)	(619,2)	+ 41,1
(=) EBITDA	885,1	695,8	+ 27,2	2.531,8	2.010,4	+ 25,9
(+) Receitas de acréscimos moratórios	94,8	68,3	+ 38,8	252,0	189,9	+ 32,7
(=) EBITDA Ajustado	979,9	764,1	+ 28,2	2.783,8	2.200,3	+ 26,5
Margem EBITDA (%)	17,5	17,0	+ 0,5 p.p.	17,4	17,2	+ 0,2 p.p.
Margem EBITDA Ajustado (%)	19,3	18,6	+ 0,7 p.p.	19,1	18,9	+ 0,2 p.p.

Comentário do Desempenho

4 Investimentos

No 3T19, a Energisa e suas controladas realizaram investimentos no montante de R\$869,6 milhões, 92,7% maior que o valor investido no mesmo período do ano anterior (R\$ 451,3 milhões). Considerando apenas as distribuidoras, esse montante foi de R\$728,2 milhões, incremento de 70,9%.

As distribuidoras recém-adquiridas receberam, no 3T19, investimentos no montante de R\$198,1 milhões, sendo R\$146,4 milhões na ERO e R\$51,7 milhões na EAC.

Os investimentos realizados no período foram os seguintes:

Investimentos	Ativos Elétricos			Obrigações Especiais			Ativos Não Elétricos			Investimento Total		
	Valores em R\$ milhões	3T19	3T18	Var. %	3T19	3T18	Var. %	3T19	3T18	Var. %	3T19	3T18
EMG	15,9	7,2	+ 120,8	0,3	9,1	- 96,7	2,5	11,5	- 78,3	18,7	27,8	- 32,7
ENF	2,2	1,2	+ 83,3	0,1	-	-	0,0	0,5	-	2,3	1,7	+ 35,3
ESE	16,7	11,2	+ 49,1	0,9	0,9	-	3,4	6,8	- 50,0	21,0	18,9	+ 11,1
EBO	4,8	2,4	+ 100,0	0,0	0,5	-	0,5	1,3	- 61,5	5,3	4,2	+ 26,2
EPB	49,1	29,3	+ 67,6	2,4	2,2	+ 9,1	0,0	12,8	-	51,5	44,3	+ 16,3
EMT	215,5	166,6	+ 29,4	7,1	2,1	+ 238,1	10,3	1,0	+ 930,0	232,9	169,7	+ 37,2
EMS	55,3	38,6	+ 43,3	4,7	2,9	+ 62,1	7,1	20,2	- 64,9	67,1	61,7	+ 8,8
ETO	108,0	69,5	+ 55,4	(27,7)	(9,9)	+ 179,8	6,2	3,4	+ 82,4	86,5	63,0	+ 37,3
ESS	37,5	22,8	+ 64,5	3,8	4,2	- 9,5	3,5	7,8	- 55,1	44,8	34,8	+ 28,7
ERO	176,0	-	-	(40,2)	-	-	10,6	-	-	146,4	-	-
EAC	47,5	-	-	2,6	-	-	1,6	-	-	51,7	-	-
Total Distribuidoras	728,5	348,8	+ 108,9	(46,0)	12,0	-	45,7	65,3	- 30,0	728,2	426,1	+ 70,9
EPA I	53,8	6,9	+ 679,7	-	-	-	-	-	-	53,8	6,9	+ 679,7
EPA II	21,7	1,4	+ 1.450,0	-	-	-	-	-	-	21,7	1,4	+ 1.450,0
EGO I	42,6	8,1	+ 425,9	-	-	-	0,10	-	-	42,7	8,1	+ 427,2
Energisa Tocantins Transmissora	2,6	-	-	-	-	-	-	-	-	2,6	-	-
ESOL Consolidada	3,8	-	-	-	-	-	-	4,5	-	3,8	4,5	- 15,6
Outras	8,00	-	-	-	-	-	8,8	4,3	+ 104,7	16,8	4,3	+ 290,7
Total	861,0	365,2	+ 135,8	(46,0)	12,0	-	54,6	74,1	- 26,3	869,6	451,3	+ 92,7

Comentário do Desempenho

5 Mercado de capitais

5.1 Desempenho das ações

Negociadas na B3, as ações de maior liquidez da Energisa, ENGI11 - Units, (compostas de 1 ação ordinária e 4 ações preferenciais) apresentaram rentabilidade de 38,1% nos primeiros nove meses de 2019 e encerraram o referido período cotadas a R\$ 49,95 por Unit. Na mesma base de comparação, o principal índice da bolsa, o Ibovespa, apresentou alta de 19,2%, enquanto o IEE avançou 38,3%. A seguir, os indicadores de mercado das ações da Energisa no final do terceiro trimestre:

	Setembro/19	Setembro/18	Variação %
Indicadores de mercado			
Enterprise value (EV - R\$ milhões) ⁽¹⁾	30.994,6	19.013,5	63,0
Valor de mercado no final dos 9 meses (R\$ milhões)	18.127,5	10.356,7	75,0
Volume médio diário negociado em 9 meses - Units (R\$ milhões)	60,00	31,0	93,6
Cotação das ações			
ENGI11 (Unit) no fechamento no final dos 9 meses (R\$/Unit)	49,95	29,94	66,9
ENGI3 (ON) no fechamento no final dos 9 meses (R\$/ação)	11,1	10,56	5,1
ENGI4 (PN) no fechamento no final dos 9 meses (R\$/ação)	9,6	4,82	99,2
Indicadores relativos			
Dividend yield de ENGI11 (Units) - % ⁽²⁾	2,5	2,3	+8,7 p.p
Retorno total ao acionista detentor de Units (TSR) 12 meses - %	65,7	23,2	+42,5 p.o
Valor de Mercado / Patrimônio Líquido (vezes)	3,3	2,5	+ 0,8 x

(1) EV = Valor de mercado (R\$/Unit x quantidade de ações do capital social convertida em Unit) + dívida líquida consolidada; e

(2) Dividendos distribuídos nos últimos quatro trimestres / cotação de fechamento das Units.

6 Eventos subsequentes

6.1 Emissão debêntures da controlada Alsol

Em 07 de outubro de 2019 a controlada direta Alsol, fez a 1ª emissão de debêntures em moeda corrente no valor total de R\$100,0 milhões, com vencimento em 07/10/2024 e remuneração de CDI mais 1,20% ao ano, sendo os recursos disponibilizados em conta corrente no dia 23 de outubro de 2019. Os recursos captados com a emissão serão destinados à gestão ordinária dos negócios da Alsol Energias Renováveis S.A.

6.2 Encerramento de arbitragem

No final do mês de outubro foi o processo de arbitragem movida pela São João Energética S.A. (“requerente”) em face da Energisa S.A. e da controlada Energisa Soluções S.A., julgado pelo tribunal arbitral, por unanimidade, improcedentes todos os pedidos apresentados pela Requerente. Foi declarado encerrada a sua jurisdição com o proferimento da decisão sobre o pedido de esclarecimentos da Requerente.

7 Serviços prestados pelo auditor independente

Nos primeiros nove meses de 2019, a remuneração total auditores Ernst & Young Auditores Independentes S.S. pelos serviços prestados foi de R\$ 4,9 milhões, dos quais R\$ 4,6 milhões pela revisão contábil das demonstrações financeiras da Companhia e de suas controladas e R\$ 0,3 milhão por serviços de consultoria.

A política de contratação adotada pela Companhia atende aos princípios que preservam a independência do auditor, de acordo com as normas vigentes, que determinam, principalmente, que o auditor não deve auditar seu próprio trabalho, nem exercer funções gerenciais para seu cliente ou promover os seus interesses.

A Administração.

Notas Explicativas

Notas explicativas

Energisa S/A

Notas explicativas às informações trimestrais para o período findo em 30 de setembro de 2019

(Em milhares de reais, exceto quando indicado ao contrário).

1. Contexto operacional

A Energisa S/A (“Energisa” ou “Companhia”), com sede em Cataguases, estado de Minas Gerais, é uma sociedade anônima de capital aberto cujo objeto social principal é a participação no capital de outras empresas, além da prestação de serviços administrativos às suas controladas distribuidoras e transmissoras de energia elétrica, como também para as demais controladas.

A Energisa possui indiretamente o direito de explorar concessões e/ou autorizações de distribuição, transmissão, geração e comercialização de energia elétrica. Sendo seus principais contratos:

Distribuidoras de energia elétrica	Localidade	Data da concessão	Data de vencimento
Energisa Minas Gerais - Distribuidora de Energia S/A (“EMG”)	Minas Gerais	07/07/2015	07/07/2045
Energisa Nova Friburgo - Distribuidora de Energia S/A (“ENF”)	Nova Friburgo	07/07/2015	07/07/2045
Energisa Sul Sudeste - Distribuidora de Energia S/A (“ESS”)	São Paulo	07/07/2015	07/07/2045
Energisa Tocantins - Distribuidora de Energia S/A (“ETO”) (*)	Palmas	28/06/1999	30/01/2020
Energisa Sergipe Distribuidora de Energia S/A (“ESE”)	Aracaju	23/12/1997	23/12/2027
Energisa Mato Grosso - Distribuidora de Energia (“EMT”)	Cuiabá	11/12/1997	11/12/2027
Energisa Mato Grosso do Sul - Distribuidora de Energia S/A (“EMS”)	Campo Grande	04/12/1997	04/12/2027
Energisa Borborema - Distribuidora de Energia S/A (“EBO”)	Campina Grande	04/02/2000	04/02/2030
Energisa Paraíba - Distribuidora de Energia S/A (“EPB”)	João Pessoa	21/03/2001	21/03/2031
Centrais Elétricas de Rondônia S/A (“ERO”)	Rondônia	30/10/2018	29/10/2048
Companhia de Eletricidade do Acre (“EAC”)	Acre	07/12/2018	06/12/2048

(*) A Companhia manifestou no âmbito do Plano de Recuperação das Falhas e Transgressões homologado pela ANEEL e por meio de correspondência protocolada em 25/04/2016 seu interesse na prorrogação de seu Contrato de Concessão pelo prazo de 30 (trinta) anos nos termos do Contrato de Concessão e da legislação vigente. O Ministério de Minas e Energia em 23 de outubro de 2019 deferiu o requerimento para prorrogação do prazo do Contrato de Concessão nº 52/1999-ANEEL de acordo com as regras da Lei nº 12.783.

Transmissão de energia elétrica (Em fase pré-operacionais)	Localidade	Data da concessão	Data de vencimento
LT 230 kV Rio Verde Norte - Jataí, CD e ampliação da SE Rio Verde Norte	Goiás	11/08/2017	11/08/2047
LT 230 kV Xinguara II - Santana do Araguaia C1 e C2, CD e SE 230/138 kV Santana do Araguaia	Pará	11/08/2017	11/08/2047
LT 500 kV Serra Pelada - Integradora Sossego, CD; LT 230 kV Integradora Sossego - Xinguara II, C2; SE 500/138 kV Serra Pelada; e SE 500/230 kV Integradora Sossego.	Pará	21/09/2018	21/09/2048
LT 230 kV Dianópolis II - Barreiras II, C1; LT 230 kV Dianópolis II - Gurupi, C1; LT 230 kV Dianópolis II - Palmas 2, C1 e SE 500/230 kV Gurupi - (3+1 Res) x 150 MVA; SE 230/138 kV Dianópolis II - 2 x 200 MVA	Bahia e Tocantins	22/03/2019	22/03/2049

Projetos de Geração	Atividade	Localidade
Geração:		
Complexo Parque Eólico Sobradinho:		
EOL Alecrim	Eólica	Bahia
EOL Umbuzeiro Muquim	Eólica	Bahia
EOL Mandacaru	Eólica	Bahia
EOL Boa Esperança	Eólica	Bahia
Geração Distribuída:		
Alsol Energias Renováveis S.A. (“Alsol”)	Geração distribuída	Uberlândia

Notas Explicativas

Comercializadora de energia elétrica	Localidade	Data de autorização
Energisa Comercializadora de Energia Ltda (“ECOM”)	Rio de Janeiro	21/03/2006

Outros Serviços	Natureza
Energisa Soluções S/A (“ESOL”)	Operação, manutenção e serviços correlatos à geração e distribuição de energia elétrica, comissionamento, pré-operação, operação remota e local, e também manutenção eletromecânica de usinas, subestações, linhas de transmissão e parques.
Energisa Soluções Construções e Serviços em Linhas e Redes S/A	Construção, operação, manutenção e serviços correlatos a geração e distribuição de energia elétrica.
Multi Energisa Serviços S/A (“MULTI”)	Construção, operação, manutenção e serviços correlatos a geração e distribuição de energia elétrica, tele atendimento e atendimento pessoal de consumidores de energia elétrica.
Energisa Serviços Aéreos de Aeroinspeção S/A (“ESER”)	Serviços Aéreos na qualidade de prospecção - modalidade SAE, principalmente em apoio às empresas que exploram linhas de alta tensão, oleodutos e de obras de engenharia de reflorestamento.

As obrigações das concessionárias, previstas no contrato de concessão do serviço público de distribuição de energia elétrica são:

Distribuição de energia elétrica:

I - operar e manter as instalações de modo a assegurar a continuidade e a eficiência do Serviço Regulado, a segurança das pessoas e a conservação dos bens e instalações e fornecer energia elétrica a consumidores localizados em sua área de concessão, nos níveis de qualidade e continuidade estabelecidos em legislação específica;

II - realizar as obras necessárias à prestação dos serviços concedidos, reposição de bens, e operar a infraestrutura de forma a assegurar a regularidade, continuidade, eficiência, segurança e modicidade das tarifas, em conformidade com as normas técnicas e legais específicas;

III - organizar e manter controle patrimonial dos bens e instalações vinculados à concessão e zelar por sua integridade providenciando que aqueles que, por razões de ordem técnica, sejam essenciais à garantia e confiabilidade do sistema elétrico, estejam sempre adequadamente garantidos por seguro sendo vedado à concessionária alienar ou conceder em garantia tais bens sem a prévia e expressa autorização do agente regulador;

IV - atender a todas as obrigações de natureza fiscal, trabalhista, previdenciária e regulatória, inclusive prestando contas aos consumidores;

V - implementar medidas que objetivem o combate ao desperdício de energia, por meio de programas de redução de consumo de energia e inovações;

VI - submeter à prévia aprovação da Agência Nacional de Energia Elétrica (“ANEEL”) alterações em posições acionárias que impliquem em mudanças de controle. Na hipótese de transferência de ações representativas do controle acionário, o novo controlador deverá assinar termo de anuência e submissão às cláusulas do contrato de concessão e às normas legais e regulamentares da concessão; e

VII - manter o acervo documental auditável, em conformidade com as normas vigentes;

As informações referentes à revisão e aos reajustes tarifários, ativos e passivos financeiros setoriais, ativo financeiro indenizável da concessão, ativos vinculados à concessão e receita de construção estão apresentados nas notas explicativas nº 11, 12, 16, 19 e 31, respectivamente.

Transmissão de energia elétrica:

A Energisa foi vencedora de quatro lotes de Leilões de Transmissão promovidos pela Agência Nacional de Energia Elétrica (ANEEL). Em abril de 2017, no Leilão de Transmissão nº 005/2016, foram adquiridas as concessões referentes aos lotes 3 e 26, para a construção e operação de Linhas de Transmissão nos estados de Goiás e do Pará, respectivamente. Em 28 de junho de 2018, no Leilão de Transmissão nº 02/2018, foi adquirida concessão para a construção e operação de mais uma Linha de Transmissão, referente ao Lote 19 do referido Leilão, também

Notas Explicativas

no estado do Pará em 20 de dezembro de 2018, no leilão de transmissão nº 4/2018 foi adquirida concessão para a construção e operação de mais uma Linha de Transmissão, referente ao Lote 4 do referido Leilão localizado no estado da Bahia e Tocantins, passando a apresentar um investimento estimado total da ordem de R\$1.804.304.

O prazo para entrada em operação comercial da linha em Goiás é até agosto de 2021 e das linhas do estado do Pará, em fevereiro de 2022 e março de 2023, respectivamente e, a linha adquirida dos estados da Bahia e Tocantins é até março de 2024. Os três primeiros projetos já estão com seus processos de licenciamento ambiental em estágio avançado, sendo que já foram emitidas as suas Licenças de Instalação, junto aos órgãos competentes dos Estados, enquanto o último projeto vencido em dezembro de 2018 está em fase inicial do licenciamento. Para todos os empreendimentos, foram contratadas empresas com base sólida e “Know How” na execução de obra no segmento de Transmissão, sendo que as atividades de construção dos três primeiros já estão em andamento e busca-se antecipação do prazo de entrada em operação comercial, enquanto o último empreendimento está na fase de Projeto Básico.

Lote 3 - Leilão nº 005/2016, composto por instalações que ficam no estado de Goiás, incluindo a linha de transmissão de 230 kV Rio Verde Norte - Jataí, com 136 quilômetros em circuito duplo, e a subestação Rio Verde Norte. Os investimentos previstos no empreendimento somam R\$295.294 e o prazo para a realização das obras é de 48 meses. A linha fica próxima ao Mato Grosso e Mato Grosso do Sul, onde ficam duas das empresas do Grupo Energisa.

Lote 26 - Leilão nº 005/2016, ficará no estado do Pará, em uma área localizada quase na divisa com Tocantins e Mato Grosso. O lote consiste em Linha de Transmissão 230 kV Xinguara II - Santana do Araguaia, com 296 quilômetros de extensão em circuito duplo, e a subestação Santana do Araguaia. Os investimentos previstos montam em R\$329.791 e o prazo para a realização das obras é de 54 meses. Esta obra é importante para concluir os reforços da região do Baixo Araguaia do Mato Grosso, que é a fronteira agrícola mais dinâmica do Estado.

Lote 19 - Leilão nº 002/2018, ficará no estado do Pará, em uma área localizada quase na divisa com Tocantins e Mato Grosso. O lote consiste em Linha de Transmissão 500 kV, Serra Pelada com 66,5 quilômetros de extensão em circuito duplo; Linha de Transmissão 230kV, Integradora Sossego - Xinguara II, com 72,3 quilômetros e as subestações Serra Pelada e Integradora Sossego. Os investimentos previstos montam em R\$479.796 e o prazo para a realização das obras é de até 54 meses. Esta obra é importante para concluir os reforços da região do Baixo Araguaia do Mato Grosso, que é a fronteira agrícola mais dinâmica do Estado.

Lote 4 - Leilão nº 004/2018 ficará nos estados da Bahia e Tocantins. O lote consiste em Linha de Transmissão de 230 kV Dianópolis II - Barreiras II com 255 quilômetros de extensão; Linha de Transmissão de 230 kV Dianópolis II - Gurupi com 256 quilômetros de extensão e Linha de Transmissão de 230 kV Dianópolis II - Palmas com 261 quilômetros de extensão. Os investimentos estimados para esta obra irão totalizar R\$699.423 e o prazo para realização das obras é de 60 meses. Esta obra é importante para o escoamento do potencial de geração hidráulica e fotovoltaica dos estados da Bahia e do Tocantins, além de suprimento para a região de Dianópolis e Gurupi no estado de Tocantins.

Geração de energia elétrica:

A Energisa possui projetos de instalação de parque eólico, localizado no Estado da Bahia, uma pequena central de geração de energia hidrelétrica em Nova Friburgo (RJ), Rondônia e Minas Gerais (MG), além de projetos de geração solar.

Além desses projetos, a controlada EMT possui Contrato de Concessão de Geração nº 04/1997 de 1 usina termelétrica, com a respectiva subestação associada, com vencimento em 10 de dezembro de 2027.

De acordo com o artigo 8º da Lei nº 10.848 de 15 de março de 2004, regulamentada pelo Decreto nº 5.163 de 30 de julho de 2004, ficou vedada às concessionárias que atuam na distribuição de energia elétrica, manter atividades de geração no sistema interligado nacional de transmissão. A exceção ficou para os casos de atendimento a sistema elétrico isolado, ou seja, aqueles não ligados ao sistema interligado de transmissão. Embora, possuindo 1 usina termelétrica para atendimento de sistemas isolado, a principal atividade da controlada EMT é a distribuição de energia elétrica. Desta forma, a administração da controlada EMT considera a pequena atividade de geração como parte integrante do negócio principal, o que levou a bifurcação dos ativos da concessão em ativo financeiro e ativo intangível.

Em 05/05/2019 a controlada Ceron através do contrato de compra e venda de ativos alienou, a Pequena Central Hidrelétrica, de seu acervo patrimonial denominada PCH Rio Vermelho, instalada no município de Vilhena - RO, no KM 27, com uma capacidade de 2.600 kW para a Energisa Geração Usina Mauricio S/A.

Notas Explicativas

Comercialização de energia elétrica:

A comercialização de energia elétrica e serviços correlatos, a proposição de soluções integradas com objetivos de racionalizar custos são realizados através da controlada Energisa Comercializadora de Energia Ltda. (“ECOM”), que também participa no Ambiente de Contratação Livre (ACL).

Serviços:

A Energisa, através de suas controladas direta e indireta Energisa Soluções S/A (“ESOL”) e Multi Energisa Serviços S/A (“MULTI”), presta serviços de operação, manutenção e serviços correlatos à geração, transmissão e distribuição de energia elétrica, comissionamento, pré-operação, operação remota e local, e também manutenção eletromecânica de usinas, subestações, linhas de transmissão e parques eólicos, a controlada Energisa Serviços Aéreos de Aeroinspeção S/A (“ESER”) presta serviços Aéreos na qualidade de prospecção - modalidade SAE, principalmente em apoio às empresas que exploram linhas de alta tensão, oleodutos e de obras de engenharia de reflorestamento.

Recuperação judicial de controladas:

Em 26 de novembro de 2012 as controladas Rede Energia Participações S/A (“REDE”) publicaram fato relevante informando que ajuizaram pedido de Recuperação Judicial (“RJ”). Na mesma data, foram ajuizados, os pedidos de RJ da Companhia Técnica de Comercialização de Energia (“CTCE”), da QMRA Participações S/A. (“QMRA”), da Empresa de Eletricidade Vale Parapanema S/A. (“EEVP”) e da Denerge Desenvolvimento Energético S/A. (“Denerge”).

Em fevereiro de 2016, a administradora judicial protocolou petição informando que o plano de recuperação vinha sendo devidamente cumprido, requerendo o encerramento da Recuperação Judicial. Em agosto de 2016, o parecer da administradora foi acolhido, tendo sido proferida decisão decretando o encerramento da recuperação judicial, uma vez que cumpridas todas as obrigações previstas no Plano de Recuperação Judicial dentro do período adequado e credores apresentaram embargos de declaração, contra a decisão, os quais foram devidamente rejeitados pelo Juízo da recuperação. Na sequência, um dos credores interpôs Apelação contra a decisão de encerramento. Apesar do recurso, o Juízo da recuperação, autorizou a retirada da expressão “em recuperação judicial” da razão social das Recuperadas, o que já foi averbado junto às respectivas juntas comerciais. Em julgamento realizado no dia 29/07/2019, o Tribunal de Justiça de São Paulo negou provimento à Apelação, mantendo a sentença de encerramento. O credor interpôs Recurso Especial, estando pendente o julgamento pelo Superior Tribunal de Justiça.

A posição em 30 de setembro de 2019 do saldo remanescente das dívidas habilitadas na Recuperação Judicial totaliza R\$565.010, dos quais R\$441.301 refere-se a Empréstimos, R\$60.074 a Debêntures e R\$63.635 a Fornecedores e Outros Contas a Pagar é como segue:

Descrição	Rede Energia	Denerge	CTCE	Total
Saldos em 31 de dezembro de 2017	180.239	272.451	54.267	506.957
(+) Atualização (1)	11.480	29.492	3.499	44.471
Reversão de provisão ajuste a valor presente (2)	16.273	5.673	4.970	26.916
(-) Liquidação/Cessão de Créditos	(4.456)	(29.492)	(961)	(34.909)
Saldos em 31 de dezembro de 2018	203.536	278.124	61.775	543.435
(+) Atualização (1)	8.600	22.057	2.651	33.308
Reversão de provisão ajuste a valor presente (2)	14.316	4.394	4.466	23.176
(-) Liquidação/Cessão de Créditos	(4.456)	(29.492)	(961)	(34.909)
Saldos em 30 de setembro de 2019	221.996	275.083	67.931	565.010

- (1) Ajustes realizados na rubrica de outras receitas financeiras na demonstração de resultado da REDE, Denerge e CTCE. Na Energisa esses valores foram registrados no resultado financeiro na demonstração do resultado do período/exercício.
- (2) Ajustes a Valor Presente: refere-se ao valor de ajuste a valor presente, registrado pelas controladas Rede Energia, Denerge e CTCE, para os créditos dos credores que fizeram no Plano de Recuperação Judicial opções para os recebimentos de seus créditos - opções A e B. Para o desconto a valor presente utilizou-se uma taxa de 15,19% a.a., que a Companhia considera como a taxa de retorno adequada para a realização dos créditos. Essa taxa é compatível com a natureza, o prazo e os riscos de transações similares em condições de mercado na situação atual. A Administração da Companhia entende que essa taxa de desconto representava adequadamente o custo de capital na data de aquisição das empresas.

Notas Explicativas

Aquisição de controle acionário:

i) Distribuidoras - Ceron e Eletroacre

Em 30 de outubro e 6 de dezembro de 2018, após terem sido cumpridas ou dispensadas as condições contidas no edital nº 2/2018-PPI/PND, a Energisa, em observância à Instrução CVM nº 358/02 e alterações posteriores, formalizou as transferências das participações societárias que asseguram o controle acionário das Centrais Elétricas de Rondônia (“ERO”) e da Companhia de Eletricidade do Acre (“EAC”), respectivamente. A aquisição ocorreu através da formalização da transferência para Energisa de 90,00% do capital da ERO e 87,61% do capital da EAC.

Naquelas datas, ocorreram as Assembleias Gerais da ERO e da EAC que tiveram como ordem a eleição dos novos membros da administração indicados pela Energisa, na qualidade de nova controladora, além de aprovar os aportes de capital realizados pela Energisa na ERO no montante de R\$282.049 e na EAC de R\$274.374, sendo todas as condições suspensivas estabelecidas em Edital satisfeitas e/ou dispensadas.

ii) Geração Distribuída - Alsol Energias Renováveis S.A. (“Alsol”)

Em 17 de junho de 2019, após terem sido cumpridas ou dispensadas as condições suspensivas usuais para transações dessa natureza, tais como a aprovação pelo Conselho de Administrativo de Defesa Econômica - CADE, dentre outras, a Energisa, em observância à Instrução CVM nº 358/02 e alterações posteriores, finalizou a aquisição de ações representativas de 87,01% do capital social total e votante da Alsol Energias Renováveis S.A. (“Alsol”), o preço de aquisição pago pela Companhia em contrapartida das ações da Alsol foi de R\$11.546. A Alsol detém 99,9% Larolsol, deste modo a Energisa adquiriu o controle indireto da Larolsol.

Também nesta data, foi celebrado o Acordo de Acionistas da Alsol, entre Energisa, Algar S.A. Empreendimentos e Participações e Participações e Gustavo Malagoli Buiatti. Com a conclusão da Aquisição e em razão da aprovação de aumento de capital no montante de R\$40.000, foram emitidas novas ações de emissão da Alsol, nesta data, todas subscritas e integralizadas pela Energisa e pela Algar. Os recursos serão destinados, principalmente, ao reforço do capital de giro e ao financiamento de investimentos em novos projetos.

Os efeitos das combinações de negócios estão sendo divulgados na nota explicativa 17.

2. Apresentação das informações financeiras intermediárias (informações trimestrais)

A emissão das informações financeiras intermediárias (informações trimestrais) da Companhia, foi autorizada pelo Conselho de Administração em 07 de novembro de 2019, compreendendo:

- As informações financeiras intermediárias individuais e consolidadas elaboradas e apresentadas de acordo com o Pronunciamento Técnico CPC 21 (R1) - Demonstração Intermediária e com a norma internacional IAS 34 - *Interim Financial Reporting*, emitida pelo *International Accounting Standards Board - IASB*, e de forma condizente com as normas expedidas pela Comissão de Valores Mobiliários, aplicáveis à elaboração das Informações Trimestrais - ITR.

As demais informações referentes às bases de elaboração, apresentação das informações financeiras intermediárias e resumo das principais práticas contábeis não sofreram alterações em relação àquelas divulgadas na Nota Explicativa nº 3.2 às Demonstrações Financeiras Anuais referentes ao exercício findo em 31 de dezembro de 2018 (doravante denominadas de “Demonstrações Financeiras de 31 de dezembro de 2018”), publicadas na imprensa oficial em 23 de março de 2019, com exceção à nova política contábil estabelecida pelo CPC 06 (R2) Operações de arrendamento mercantil, aprovado pela CVM através da Deliberação nº 787. O CPC 06 (R2) entrou em vigência a partir de 1º de janeiro de 2019, sendo que a Companhia o adotou o método retrospectivo modificado onde os principais impactos estão apresentados nas notas explicativas nº 3.2, 19.2 e 20, respectivamente.

Dessa forma, estas informações financeiras intermediárias (informações trimestrais) devem ser lidas em conjunto com as referidas demonstrações financeiras.

A Administração da Companhia declara que todas as informações relevantes próprias das informações financeiras intermediárias individuais e consolidadas estão sendo evidenciadas e correspondem às utilizadas pela Administração na sua gestão.

Notas Explicativas

3. Adoção dos padrões internacionais de contabilidade

3.1 Novos pronunciamentos contábeis emitidos pelo CPC- Comitê de Pronunciamentos Contábeis e pelo IASB - International Accounting Standards Board

As informações referentes aos novos pronunciamentos contábeis emitidos pelo CPC - Comitê de Pronunciamentos Contábeis e pelo IASB International Accounting Standards Board, não trouxeram alterações significativas em relação àquelas divulgadas na nota explicativa nº 3.1 das Demonstrações Financeiras de 31 de dezembro de 2018.

3.2 Efeitos da adoção do CPC 06 (R2)

Balço patrimonial	Controladora			Consolidado		
	Saldo em 30/09/2019	Efeitos CPC 06 (R2)	Saldo sem efeitos em 30/09/2019	Saldo em 30/09/2019	Efeitos CPC 06(R2)	Saldo sem efeitos em 30/09/2019
Ativo						
Ativo circulante	896.576	-	896.576	11.035.389	-	11.035.389
Ativo realizável a longo prazo	2.276.645	-	2.276.645	11.688.068	-	11.688.068
Investimentos	7.922.632	-	7.922.632	93.567	-	93.567
Imobilizado	55.504	-	55.504	223.013	-	223.013
Intangível	19.902	(730)	19.172	14.918.501	(56.732)	14.861.769
Direito de uso - imóveis	730	(730)	-	56.732	(56.732)	-
Ativo Total	11.171.259	(730)	11.170.529	37.958.538	(56.732)	37.901.806
Passivo						
Passivo circulante	1.464.857	(76)	1.464.781	7.274.161	(19.442)	7.254.719
Impostos e contribuições sociais	7.493	6	7.499	748.619	380	748.999
Arrendamentos operacionais	82	(82)	-	19.822	(19.822)	-
Passivo não circulante	4.218.316	(667)	4.217.649	24.509.461	(38.027)	24.471.434
Arrendamentos operacionais	667	(667)	-	38.027	(38.027)	-
Patrimônio Líquido	5.488.086	13	5.488.099	6.174.916	737	6.175.653
Total	11.171.259	(730)	11.170.529	37.958.538	(56.732)	37.901.806

Demonstração do Resultado do trimestre	Controladora			Consolidado		
	Saldo em 01/07/2019 a 30/09/2019	Efeitos CPC 06 (R2)	Saldo sem efeitos em 01/07/2019 a 30/09/2019	Saldo em 01/07/2019 a 30/09/2019	Efeitos CPC 06(R2)	Saldo sem efeitos em 01/01/2019 a 30/09/2019
Receita de venda de bens e/ou serviços	54.707	-	54.707	5.070.403	-	5.070.403
Custos dos bens e/ou serviços vendidos	(55.536)	(13)	(55.549)	(4.321.846)	(431)	(4.322.277)
Amortização e depreciação	(3.091)	35	(3.056)	(276.020)	3.880	(272.140)
Outras	(79)	(48)	(127)	(21.061)	(4.311)	(25.372)
Resultado bruto	(829)	(13)	(842)	748.557	(431)	748.126
Despesas/Receitas operacionais	243.880	-	243.880	(168.320)	-	(168.320)
Resultado antes do resultado financeiro e dos tributos	243.051	(13)	243.038	580.237	(431)	579.806
Resultado financeiro	(207.624)	21	(207.603)	(427.269)	945	(426.324)
Outras despesas financeiras	(168)	21	(147)	(106.718)	945	(105.773)
Resultado antes dos tributos sobre o lucro	35.427	8	35.435	152.968	514	153.482
Imposto de renda e contribuição social (corrente e diferido)	(959)	(2)	(961)	(99.056)	(175)	(99.231)
Lucro líquido do período	34.468	6	34.474	53.912	339	54.251

Notas Explicativas

Demonstração do Resultado do período	Controladora			Consolidado		
	Saldo em 01/01/2019 a 30/09/2019	Efeitos CPC 06 (R2)	Saldo sem efeitos em 01/01/2019 a 30/09/2019	Saldo em 01/01/2019 a 30/09/2019	Efeitos CPC 06 (R2)	Saldo sem efeitos em 01/01/2019 a 30/09/2019
Receita de venda de bens e/ou serviços	157.125	-	157.125	14.537.472	-	14.537.472
Custos dos bens e/ou serviços vendidos	(82.762)	(34)	(82.796)	(12.213.841)	(1.582)	(12.215.423)
Amortização e depreciação	(4.645)	65	(4.580)	(782.625)	11.951	(770.674)
Outras	(176)	(99)	(275)	(61.770)	(13.533)	(75.303)
Resultado bruto	74.363	(34)	74.329	2.323.631	(1.582)	2.322.049
Despesas/Receitas operacionais	679.584	-	679.584	(665.687)	-	(665.687)
Resultado antes do resultado financeiro e dos tributos	753.947	(34)	753.913	1.657.944	(1.582)	1.656.362
Resultado financeiro	(639.941)	53	(639.888)	(1.129.043)	2.699	(1.126.344)
Outras despesas financeiras	(281)	53	(228)	(189.084)	2.699	(186.385)
Resultado antes dos tributos sobre o lucro	114.006	19	114.025	528.901	1.117	530.018
Imposto de renda e contribuição social (corrente e diferido)	3.031	(6)	3.025	(355.075)	(380)	(355.455)
Lucro líquido do período	117.037	13	117.050	173.826	737	174.563

3.3 ICPC 22 - Incerteza sobre Tratamento de Tributos sobre o Lucro

Em dezembro de 2018 foi emitido o ICPC 22, em correlação à norma IFRIC 23 - Incerteza sobre Tratamentos de Imposto de Renda, onde esta interpretação esclarece como aplicar os requisitos de reconhecimento e mensuração do CPC 32 quando há incerteza sobre os tratamentos de tributo sobre o lucro. A interpretação determina que a entidade deverá reconhecer e mensurar seu tributo corrente ou diferido ativo ou passivo, aplicando os requisitos do CPC 32 com base em lucro tributável (prejuízo fiscal), bases fiscais, prejuízos fiscais não utilizados, créditos fiscais não utilizados e alíquotas fiscais determinados.

A Administração da Companhia e de suas controladas conduziu as análises dos tratamentos fiscais utilizando-se das orientações de consultores e assessores jurídicos externos, a fim de avaliar se a posição adotada é a mais adequada, bem como, mensurar e reavaliar aqueles que potencialmente poderiam expor a Companhia e suas controladas à riscos prováveis de perdas. No período findo em 30 de setembro de 2019 não foram identificados impactos relevantes na adoção desta interpretação.

4. Informações financeiras intermediárias (informações trimestrais) consolidadas

As informações financeiras intermediárias consolidadas incluem as informações financeiras intermediárias da Energisa e das controladas. O controle é obtido quando a Energisa estiver exposta ou tiver direito a retornos variáveis com base em seu envolvimento com as investidas e possuir a capacidade de afetar estes retornos por meio do poder exercido em relação as investidas.

Especificamente, o Energisa controla uma investida se, e apenas se, tiver:

- Poder em relação à investida (ou seja, direitos existentes que lhe garantem a atual capacidade de dirigir as atividades pertinentes da investida).
- Exposição ou direito a retornos variáveis decorrentes de seu envolvimento com a investida.
- A capacidade de utilizar seu poder em relação à investida para afetar o valor de seus retornos.

Geralmente, há presunção de que uma maioria de direitos de voto resulta em controle. Para dar suporte a esta presunção e quando o Grupo Energisa tiver menos da maioria dos direitos de voto de uma investida, o Grupo considera todos os fatos e circunstâncias pertinentes ao avaliar se tem poder em relação a uma investida, inclusive:

- O acordo contratual entre o investidor e outros titulares de direitos de voto.
- Direitos decorrentes de outros acordos contratuais.
- Os direitos de voto e os potenciais direitos de voto do Grupo (investidor).

Notas Explicativas

A Companhia avalia se exerce controle ou não de uma investida se fatos e circunstâncias indicarem que há mudanças em um ou mais dos três elementos de controle anteriormente mencionados. A consolidação de uma controlada tem início quando a Companhia obtiver controle em relação à controlada e finaliza quando Grupo deixar de exercer o mencionado controle. Ativo, passivo e resultado de uma controlada adquirida ou alienada durante o período/exercício são incluídos nas demonstrações financeiras consolidadas a partir da data em que o Grupo obtiver controle até a data em que a Companhia deixar de exercer o controle sobre a controlada.

O resultado e cada componente de outros resultados abrangentes são atribuídos aos acionistas controladores e aos não controladores do Grupo, mesmo se isso resultar em prejuízo aos acionistas não controladores. Quando necessário, são efetuados ajustes nas demonstrações financeiras das controladas para alinhar suas políticas contábeis com as políticas contábeis do Grupo. Todos os ativos e passivos, resultados, receitas, despesas e fluxos de caixa do mesmo grupo, relacionados com transações entre membros do Grupo, são totalmente eliminados na consolidação.

A variação na participação societária da controlada, sem perda de exercício de controle, é contabilizada como transação patrimonial.

Se a Companhia perder o controle exercido sobre uma controlada, é efetuada a baixa dos correspondentes ativos (incluindo qualquer ágio) e os passivos da controlada pelo seu valor contábil na data em que o controle for perdido e a baixa do valor contábil de quaisquer participações de não controladores na data em que o controle for perdido (incluindo quaisquer componentes de outros resultados abrangentes atribuídos a elas). Qualquer diferença resultante como ganho ou perda é contabilizada no resultado. Qualquer investimento retido é reconhecido pelo seu valor justo na data em que o controle é perdido.

As informações financeiras intermediárias consolidadas incluem as informações financeiras intermediárias da Energisa e das controladas.

	Ramo de atividade	% de participação	
		30/09/2019	31/12/2018
Controladas diretas			
Energisa Sergipe - Distribuidora de Energia S/A (ESE) (1)	Distribuição de energia	100	100
Energisa Borborema - Distribuidora de Energia S/A (EBO)	Distribuição de energia	100	100
Energisa Paraíba - Distribuidora de Energia S/A (EPB) (1)	Distribuição de energia	100	100
Energisa Minas Gerais - Distribuidora de Energia S/A (EMG) (1)	Distribuição de energia	100	100
Energisa Nova Friburgo Distribuidora de Energia S/A (ENF)	Distribuição de energia	100	100
Centrais Elétricas de Rondônia S/A (2)	Distribuição de energia	95,52	90
Companhia de Eletricidade do Acre S/A (2)	Distribuição de energia	94,09	87,61
Energisa Soluções S/A (ESO)	Serviços de geração e distribuição de energia	100	100
Energisa Serviços Aéreos de Aeroinspeção S/A (ESER)	Inspeção termográfica aérea	100	100
Energisa Planejamento e Corretagem de Seguros Ltda. (EPLA)	Corretagem de seguros	58,26	58,26
Energisa Comercializadora de Energia Ltda (ECOM)	Comercialização de energia	100	100
Parque Eólico Sobradinho Ltda. (3)	Geração eólica de energia	100	100
Energisa Geração Usina Maurício S/A (GUM)	Geração de energia elétrica	100	100
Energisa Geração Central Solar Coremas S/A (3)	Geração solar de energia	100	100
Energisa Geração Eólica Boa Esperança S/A (3)	Geração eólica de energia	100	100
Energisa Geração Eólica Mandacaru S/A (3)	Geração eólica de energia	100	100
Energisa Central Eólica Alecrim S/A (3)	Geração eólica de energia	100	100
Energisa Geração Central Eólica Umbuzeiro -Muquim S/A (3)	Geração eólica de energia	100	100
Energisa Participações Minoritárias S/A (**)	Holding	87,7	87,7
FIM Zona da Mata	Fundo de Investimento exclusivo	100	100
Caixa FI Energisa	Fundo de Investimento exclusivo	100	100
Dinâmica Direitos Creditórios	Securitização de créditos	100	100
Denerge Desenvolvimento Energético S/A	Holding	99,97	99,97
Energisa Transmissão de Energia S/A (nova denominação social da Energisa Empreendimentos de Energia II S/A (1) (*)	Holding	100	100
Energisa Geração Central Solar Rio do Peixe I S/A	Geração eólica de energia	100	-
Energisa Geração Central Solar Rio do Peixe II S/A	Geração eólica de energia	100	-
Energisa Transmissora de Energia I S/A (3)	Transmissão de energia	100	-
Energisa Transmissora de Energia II S/A (3)	Transmissão de energia	100	-
Energisa Transmissora de Energia III S/A (3)	Transmissão de energia	100	-

Notas Explicativas

	Ramo de atividade	% de participação	
		30/09/2019	31/12/2018
Alsol Energias Renováveis S/A	Geração de energia distribuída	89,21	-
Controladas indiretas			
Empresa Energética Vale Paranapanema S/A - EEVP	Holding	99,99	99,99
Rede Energia Participações S.A (1)	Holding	95,91	92,62
Rede Power do Brasil S/A	Holding	95,91	92,62
QMRA Participações S/A	Holding	95,91	92,62
Energisa Mato Grosso Distribuidora de Energia S/A (1)	Distribuição de energia	75,28	73,38
Energisa Mato Grosso do Sul Distribuidora de Energia S/A (1) (4)	Distribuição de energia	95,84	92,58
Energisa Tocantins Distribuidora de Energia S/A	Distribuição de energia	73,53	77,07
Multi Energisa Serviços S/A	Serviços	95,91	92,66
Energisa Sul - Sudeste - Distribuidora de Energia S/A (1)	Distribuição de energia	95,19	92,12
Energisa Soluções Construções e Serviços em linhas e Redes S/A	Serviços de geração e distribuição de energia	100	100
Energisa Para Transmissora de Energia I S/A	Transmissão de energia	100	99,99
Energisa Goiás Transmissora de Energia I S/A	Transmissão de energia	100	99,99
Energisa Para Transmissora de Energia II S/A	Transmissão de energia	99,90	99,99
Energisa Tocantins Transmissora de Energia S/A	Transmissão de energia	100	-
Laralsol Empreendimentos Energéticos Ltda	Geração de energia distribuída	89,12	-

(*) Em Assembleia Geral Extraordinária do dia 18 de julho de 2018, foi aprovada alteração da denominação social da Companhia.

(**) Em Assembleia Geral Extraordinária do dia 27 de dezembro de 2018, foi aprovada alteração da denominação social da Companhia de Energia Geração de Energia S/A para Energia Participações Minoritárias S/A.

(1) Companhias Abertas.

(2) Companhias adquiridas pela Energisa S/A em outubro e dezembro de 2018 com participação direta de 95,43% (90% em 31 de dezembro de 2018) capital social da Centrais Elétricas de Rondônia ("Ceron") e 93,58% (87,61% em 31 de dezembro de 2018) da Companhia de Eletricidade do Acre ("Eletroacre"), respectivamente.

Em 1º de março de 2019, as sobras de ações da Ceron e da Eletroacre que não foram adquiridas pelos empregados e aposentados, sendo 128.665.217 ações ordinárias na Ceron e 10.088.904.771 ações ordinárias e 3.768.032.911 ações preferenciais da Eletroacre, foram integralizadas pela Companhia que passou a deter os novos percentuais de participação.

(3) Em fase pré-operacional.

(4) A Rede Power do Brasil S/A é controlada pela Rede Energia Participações S.A., e possui 35,92% de participação na EMS.

Descrição dos principais procedimentos de consolidação:

- 1) Eliminação dos saldos das contas de ativos e passivos entre as empresas consolidadas;
- 2) Eliminação dos saldos das contas de investimentos e correspondentes participações no capital e resultados das empresas consolidadas; e
- 3) Eliminação dos saldos de receitas e despesas, decorrentes de negócios entre as empresas.

Combinação de negócio e ágio:

Combinações de negócios são contabilizadas aplicando o método de aquisição. O custo de uma aquisição é mensurado pela soma da contraprestação transferida, que é avaliada com base no valor justo na data de aquisição, e o valor de qualquer participação de não controladores na adquirida. Para cada combinação de negócio, a adquirente mensura a participação de não controladores na adquirida pelo valor justo ou com base na sua participação nos ativos líquidos identificados na adquirida. Custos diretamente atribuíveis à aquisição são contabilizados como despesa quando incorridos. Ao adquirir um negócio, a Companhia avalia os ativos e passivos financeiros assumidos com o objetivo de classificar e alocar de acordo com os termos contratuais, as circunstâncias econômicas e as condições pertinentes na data de aquisição, o que inclui a segregação, por parte da adquirida, de derivativos embutidos existentes em contratos hospedeiros na adquirida.

Qualquer contraprestação contingente a ser transferida pela adquirente será reconhecida ao valor justo na data de aquisição. Alterações subsequentes no valor justo da contraprestação contingente considerada como um ativo ou como um passivo deverão ser reconhecidas de acordo com o CPC 48 na demonstração do resultado.

Notas Explicativas

Inicialmente, o ágio é mensurado como sendo o excedente da contraprestação transferida em relação aos ativos líquidos adquiridos (ativos identificáveis adquiridos, líquidos e os passivos assumidos). Se a contraprestação for menor do que o valor justo dos ativos líquidos adquiridos, a diferença deverá ser reconhecida como ganho na demonstração do resultado.

Após o reconhecimento inicial, o ágio é mensurado pelo custo, deduzido de quaisquer perdas acumuladas do valor recuperável. Para fins de teste do valor recuperável, o ágio adquirido em uma combinação de negócios é, a partir da data de aquisição, alocado a cada uma das unidades geradoras de caixa do Grupo que se espera sejam beneficiadas pelas sinergias da combinação, independentemente de outros ativos ou passivos da adquirida ser atribuídos a estas unidades.

Quando um ágio fizer parte de uma unidade geradora de caixa e uma parcela desta unidade for alienada, o ágio associado à parcela alienada deve ser incluído no custo da operação ao apurar-se o ganho ou a perda na alienação. O ágio alienado nestas circunstâncias é apurado com base nos valores proporcionais da parcela alienada em relação à unidade geradora de caixa mantida.

Classificação dos ativos e passivos correntes e não correntes:

Os ativos e passivos estão apresentados no balanço patrimonial com base na sua classificação como circulante ou não circulante. Um ativo é classificado no circulante quando:

- Espera-se que seja realizado, ou pretende-se que seja vendido ou consumido no decurso normal do ciclo operacional da entidade.
- Está mantido essencialmente com o propósito de ser negociado.
- Espera-se que seja realizado até 12 meses após a data do balanço.
- É caixa ou equivalente de caixa (conforme definido no Pronunciamento Técnico CPC 03 - Demonstração dos Fluxos de Caixa), a menos que sua troca ou uso para liquidação de passivo se encontre vedada durante pelo menos 12 meses após a data do balanço.

Todos os demais ativos são classificados como não circulantes. Um passivo é classificado no circulante quando:

- Espera-se que seja liquidado durante o ciclo operacional normal da entidade.
- Está mantido essencialmente para a finalidade de ser negociado.
- Deve ser liquidado no período de até 12 meses após a data do balanço.
- A entidade não tem direito incondicional de diferir a liquidação do passivo durante pelo menos 12 meses após a data do balanço.

Todos os demais passivos são classificados no não circulante.

Os ativos e passivos fiscais diferidos são classificados no ativo e passivo não circulante.

Subvenções governamentais:

Subvenções governamentais são reconhecidas quando há razoável segurança de que a entidade cumprirá todas as condições estabelecidas e relacionadas à subvenção e de que a subvenção será recebida. Quando o benefício se refere a um item de despesa, é reconhecido como receita ao longo do período do benefício de forma sistemática em relação às respectivas despesas cujo benefício pretende compensar. Quando o benefício se referir a um ativo, é reconhecido como receita diferida no passivo e em base sistemática e racional durante a vida útil do ativo.

Quando são recebidos os benefícios não monetários, o bem e o benefício são registrados pelo valor nominal e refletidos na demonstração do resultado ao longo da vida útil esperada do bem, em prestações anuais iguais o benefício obtido com empréstimo governamental é reconhecido ou mensurado inicialmente ao valor justo de acordo com o CPC 48, sendo o benefício relacionado a uma taxa de juros abaixo da praticada pelo mercado tratado como subvenção governamental (mensurado por meio da diferença entre o valor contábil inicial do empréstimo, apurado conforme o CPC 48, e o montante recebido).

Imposto de renda e contribuição social - corrente:

Ativos e passivos de tributos correntes referentes aos exercícios corrente e anterior são mensurados pelo valor esperado a ser pago para as autoridades tributárias, utilizando as alíquotas de tributos que estejam aprovadas no fim do período/exercício.

Notas Explicativas

Imposto de renda e contribuição social correntes relativos a itens reconhecidos diretamente no patrimônio líquido são contabilizados neste mesmo grupo de contas. A administração periodicamente avalia a posição fiscal das situações nas quais a regulamentação fiscal requer interpretação e estabelece provisões quando apropriado.

Tributos diferidos:

Tributo diferido é gerado por diferenças temporárias na data do balanço entre as bases fiscais de ativos e passivos e seus valores contábeis. Os passivos fiscais diferidos são reconhecidos para todas as diferenças tributárias temporárias, exceto:

- Quando o passivo fiscal diferido surge do reconhecimento inicial de ágio ou de um ativo ou passivo em uma transação que não for uma combinação de negócios e, na data da transação, não afeta o lucro contábil ou o lucro ou prejuízo fiscal.
- Quando as diferenças temporárias tributárias relacionadas com investimentos em controladas, em que o período da reversão das diferenças temporárias pode ser controlado e é provável que as diferenças temporárias não sejam revertidas no futuro próximo.

Ativos fiscais diferidos são reconhecidos para todas as diferenças temporárias dedutíveis, créditos e perdas tributários não utilizados, na extensão em que seja provável que o lucro tributável esteja disponível para que as diferenças temporárias dedutíveis possam ser realizadas, e créditos e perdas tributários não utilizados possam ser utilizados, exceto:

- Quando o ativo fiscal diferido relacionado com a diferença temporária dedutível é gerado no reconhecimento inicial do ativo ou passivo em uma transação que não é uma combinação de negócios e, na data da transação, não afeta nem o lucro contábil nem o lucro tributável (ou prejuízo fiscal).
- Quando as diferenças temporárias dedutíveis associadas com investimentos em controladas, ativos fiscais diferidos são reconhecidos somente na extensão em que for provável que as diferenças temporárias sejam revertidas no futuro próximo e o lucro tributável esteja disponível para que as diferenças temporárias possam ser utilizadas.

O valor contábil dos ativos fiscais diferidos é revisado em cada data do balanço e baixado na extensão em que não é mais provável que lucros tributáveis estarão disponíveis para permitir que todo ou parte do ativo fiscal diferido venha a ser utilizado. Ativos fiscais diferidos baixados são revisados a cada data do balanço e são reconhecidos na extensão em que se torna provável que lucros tributáveis futuros permitirão que os ativos fiscais diferidos sejam recuperados.

Ativos e passivos fiscais diferidos são mensurados à taxa de imposto que é esperada de ser aplicável no ano em que o ativo será realizado ou o passivo liquidado, com base nas taxas de imposto (e lei tributária) que foram promulgadas na data do balanço.

Tributo diferido relacionado a itens reconhecidos diretamente no patrimônio líquido também é reconhecido no patrimônio líquido, e não na demonstração do resultado. Itens de tributos diferidos são reconhecidos de acordo com a transação que originou o tributo diferido, no resultado abrangente ou diretamente no patrimônio líquido. Benefícios fiscais adquiridos como parte de uma combinação de negócios, mas que não cumprem os critérios para reconhecimento em separado naquela data, são reconhecidos subsequentemente em caso de novas informações sobre fatos e mudanças nas circunstâncias. O ajuste é tratado como redução no ágio (contanto que não exceda o ágio) se incorrido durante o período de mensuração ou reconhecido no resultado.

Os ativos e passivos fiscais correntes são demonstrados de forma líquida se, e somente se, as entidades referidas possuem o direito legalmente executável de fazer ou receber um único pagamento líquido e as entidades pretendam fazer ou receber este pagamento líquido ou recuperar o ativo e liquidar o passivo simultaneamente. A contabilização dos ativos e passivos fiscais diferidos líquidos, por sua vez, é efetuada e somente se, a Companhia tem o direito legalmente executável de compensar os ativos fiscais correntes contra os passivos fiscais correntes e se os ativos fiscais diferidos e os passivos fiscais diferidos estão relacionados com tributos sobre o lucro lançados pela mesma autoridade tributária: (i) na mesma Companhia tributável; ou (ii) nas Companhias tributáveis diferentes que pretendem liquidar os passivos e os ativos fiscais correntes em bases líquidas ou realizar os ativos e liquidar os passivos simultaneamente, em cada período futuro no qual se espera que valores significativos dos ativos ou passivos fiscais diferidos sejam liquidados ou recuperados.

Notas Explicativas

Tributos sobre as receitas:

Despesas e ativos são reconhecidos líquidos dos tributos sobre as receitas, exceto:

- Quando os tributos sobre vendas incorridos na compra de bens ou serviços não forem recuperáveis junto às autoridades fiscais, hipótese em que o tributo sobre vendas é reconhecido como parte do custo de aquisição do ativo ou do item de despesa, conforme o caso.
- Quando os valores a receber e a pagar forem apresentados junto com o valor dos tributos sobre vendas.
- Quando o valor líquido dos tributos sobre vendas, recuperável ou a pagar, é incluído como componente dos valores a receber ou a pagar no balanço patrimonial.

5. Informações por segmento - consolidado

Um segmento operacional é um componente da Companhia que desenvolve atividades de negócio das quais pode obter receitas e incorrer em despesas, incluindo receitas e despesas relacionadas com transações com outras unidades da Companhia. Todos os resultados operacionais dos segmentos são revistos frequentemente pela Administração para decisões sobre os recursos a serem alocados ao segmento e para avaliação de seu desempenho, e para o qual informações financeiras intermediárias individualizadas estão disponíveis.

Os resultados de segmentos que são reportados à Administração incluem itens diretamente atribuíveis ao segmento, bem como aqueles que podem ser alocados em bases razoáveis. O item não alocado compreende principalmente ativos corporativos.

A Companhia e suas controladas atuam nos segmentos econômicos de distribuição, geração, transmissão, comercialização e na prestação de serviços de manutenção e operação de empreendimentos de geração e distribuição de energia elétrica. Resumem-se a seguir as operações por segmento:

a) Informações sobre segmentos

	30/09/2019					
	Distribuição	Geração	Transmissão	Comercialização	Serviços	Total
Receitas Externas	13.551.656	219	378.579	586.607	20.411	14.537.472
Receitas Intersegmentos	12.610	-	-	-	292.794	305.404
Total	13.564.266	219	378.579	586.607	313.205	14.842.876
Receitas Financeiras	627.207	-	5.415	2.423	219.903	854.948
Despesas Financeiras	(1.090.507)	(5)	(12.471)	(3.301)	(877.707)	(1.983.991)
Total	(463.300)	(5)	(7.056)	(878)	(657.804)	(1.129.043)
Amortização e depreciação	841.854	76	23	32	31.865	873.850
Resultado por segmento divulgável antes do imposto de renda e contribuição social	953.872	(499)	216.521	(8.644)	(632.349)	528.901

	30/09/2018					
	Distribuição	Geração	Transmissão	Comercialização	Serviços	Total
Receitas Externas	10.884.029	255	67.802	696.397	12.171	11.660.654
Receitas Intersegmentos	12.052	-	-	-	225.903	237.955
Total	10.896.081	255	67.802	696.397	238.074	11.898.609
Receitas Financeiras	328.567	5	7	1.609	166.914	497.102
Despesas Financeiras	(674.570)	(7)	(29)	(5.449)	(462.158)	(1.142.213)
Total	(346.003)	(2)	(22)	(3.840)	(295.244)	(645.111)
Amortização e depreciação	591.188	38	14	26	27.892	619.158
Resultado por segmento divulgável antes do imposto de renda e contribuição social	1.035.924	(91)	4.572	11.965	(306.277)	746.093

Notas Explicativas

	Distribuição	Geração	Transmissão	Comercialização	Serviços	30/09/2019	31/12/2018
Ativos dos segmentos divulgáveis	34.412.318	9.130	859.076	196.969	4.388.044	39.865.537	37.882.471
Ativo circulante	9.595.507	426	97.480	183.663	1.299.187	11.176.263	11.252.719
Ativo não circulante	24.816.811	8.704	761.596	13.306	3.088.857	28.689.274	26.629.752
Passivos dos segmentos divulgáveis	26.241.583	288	548.385	197.634	6.702.731	33.690.621	31.834.941
Passivo circulante	5.627.710	277	25.179	156.642	1.605.222	7.415.030	7.753.395
Passivo não circulante	20.613.873	11	523.206	40.992	5.097.509	26.275.591	24.081.546

b) Conciliação de receitas, lucros, ativos e passivos por segmento

	01/07/2019 a 30/09/2019	01/01/2019 a 30/09/2019	01/07/2018 a 30/09/2018	01/01/2018 a 30/09/2018
Receita				
Receita líquida total de segmentos divulgáveis	5.192.042	14.842.876	4.195.763	11.898.609
Eliminação de receitas intersegmentos	(121.639)	(305.404)	(93.755)	(237.955)
Receita líquida consolidada	5.070.403	14.537.472	4.102.008	11.660.654
Amortização e depreciação				
Amortização e depreciação total de segmentos divulgáveis	304.835	873.850	202.386	619.158
Amortização e depreciação consolidada	304.835	873.850	202.386	619.158
Receita financeira				
Receita financeira total de segmentos divulgáveis	303.165	854.948	190.715	497.102
Eliminação de receitas intersegmentos	(71.572)	(166.313)	(39.985)	(130.553)
Receita financeira consolidada	231.593	688.635	150.730	366.549
Despesa financeira				
Despesa financeira total de segmentos divulgáveis	(730.434)	(1.983.991)	(355.147)	(1.142.213)
Eliminação de despesa intersegmentos	71.572	166.313	39.985	130.553
Despesa financeira consolidada	(658.862)	(1.817.678)	(315.162)	(1.011.660)
Lucros				
Total de lucros dos segmentos divulgáveis	152.968	528.901	328.952	746.093
Lucro antes dos impostos	152.968	528.901	328.952	746.093

	30/09/2019	31/12/2018
Ativo		
Ativo total dos segmentos divulgáveis	39.865.537	37.882.471
Outros valores não alocados	(1.906.999)	(1.464.463)
Total Ativo consolidado	37.958.538	36.418.008
Passivo		
Passivo total dos segmentos divulgáveis	33.690.621	31.834.941
Outros valores não alocados	(1.906.999)	(1.464.463)
Total passivo consolidado	31.783.622	30.370.478

Notas Explicativas

6. Caixa, equivalente de caixa, aplicações financeiras no mercado aberto e recursos vinculados

6.1 Caixa e equivalentes de caixa (avaliados ao valor justo por meio de resultado)

A carteira de aplicações financeiras é constituída por Certificados de Depósito Bancário (CDBs) e, operações compromissadas. A rentabilidade média ponderada da carteira no período findo em 30 de setembro de 2019 equivale a 99,0% do CDI (96,0 % do CDI em 31 dezembro de 2018).

Descrição	Controladora		Consolidado	
	30/09/2019	31/12/2018	30/09/2019	31/12/2018
Caixa e depósitos bancários à vista	2.592	2.930	215.114	173.785
Aplicações financeiras de liquidez imediata:	14.644	310.757	608.343	532.953
Certificado de Depósito Bancário (CDB)	-	178.789	-	184.590
Compromissada	14.644	131.968	608.343	348.363
Total de caixa e equivalentes de caixa - Circulante	17.236	313.687	823.457	706.738

6.2 Aplicações no mercado aberto e recursos vinculados (avaliadas ao valor justo por meio do resultado)

A carteira de aplicações financeiras é formada, principalmente, por Fundos de Investimentos Exclusivos, compostos por diversos ativos visando melhor rentabilidade com o menor nível de risco, tais como: títulos de renda fixa, títulos públicos, operações compromissadas, debêntures, CDB's, entre outros. A rentabilidade média ponderada da carteira em 30 de setembro de 2019 equivale a 101,9% do CDI (100,0% do CDI em 31 de dezembro de 2018).

Descrição	Controladora		Consolidado	
	30/09/2019	31/12/2018	30/09/2019	31/12/2018
1) Avaliadas ao valor justo por meio do resultado	2.455.643	2.431.702	1.820.665	3.643.972
Certificado de Depósito Bancário (CDB)	14.207	13.597	38.376	33.064
Certificado de Depósito Bancário Garantias Comerciais (CDB) ⁽¹⁾	-	-	12.092	8.454
Operações Compromissadas ⁽²⁾	-	-	478	342
Debêntures ⁽³⁾	1.835.976	1.272.160	-	-
Fundos de Investimentos ⁽⁴⁾	25	14.310	106.581	723.726
Fundos de Investimentos Exclusivos ⁽⁵⁾	605.435	1.131.635	1.555.874	2.778.399
Certificado de Depósito Bancário (CDB)	23.260	8.816	47.882	16.238
Cédula de Crédito Bancário (CCB)	2.423	2.991	4.988	5.508
Operações Compromissadas	6.399	238.504	13.173	439.285
Títulos públicos	2.551	408	97.756	443.894
Fundo de Renda Fixa	466.344	620.420	960.004	1.142.711
Letra financeira do Tesouro (LFT)	65.556	210.690	289.483	541.796
Letra financeira (LF)	690	9.969	13.487	64.626
Letra financeira (LTN)	8.186	8.089	31.841	29.627
Nota do Tesouro Nacional (NTNB)	30.026	31.748	97.260	94.714
Títulos CCBs ⁽⁶⁾	74.591	74.711	74.591	74.711
(-) Provisão para perdas com os títulos CCBs ⁽⁶⁾	(74.591)	(74.711)	(74.591)	(74.711)
Outros instrumentos	-	-	252	252
Fundos de Investimentos em direitos creditórios ⁽⁷⁾	-	-	107.012	99.735
Total de aplicações no mercado aberto e recursos vinculados ⁽⁸⁾	2.455.643	2.431.702	1.820.665	3.643.972
Circulante	689.315	1.182.802	1.707.143	3.538.730
Não Circulante	1.766.328	1.248.900	113.522	105.242

Notas Explicativas

- (1) Certificado de Depósito Bancário (CDB) - Garantias Comerciais - São aplicações referentes aos recursos vinculados às garantias comerciais de clientes, conforme contrato de venda de energia. Os recursos do mesmo montante foram reconhecidos em contrapartida na rubrica do passivo circulante e são remunerados de 99,0% a 100,0% e média ponderada 99,9% do CDI;
- (2) Operações compromissadas em debêntures - São operações de venda de títulos com compromisso de recompra assumido pelo vendedor, concomitante de revenda assumido pelo comprador. São remuneradas de 80,0% e estão lastreadas em debêntures;
- (3) Debêntures privadas emitidas pelas distribuidoras do grupo;
- (4) Fundos de Investimentos - Inclui fundos classificados como Renda Fixa e são remunerados de 33,6% a 114,9% e média ponderada 105,4% do CDI.
- (5) Fundo de investimentos exclusivos, inclui aplicações em CDB, CCB, Compromissadas, Fundos de Renda Fixa, Títulos Públicos, LFT, LF, LTN e NTN-B são remuneradas 104,9% do CDI Fundo FI Energisa e 105,3% do CDI Fundo Zona da Mata.
- (6) Cédula de Crédito Bancária - títulos CCBs.
- (7) Fundo de investimento em direitos creditórios não padronizados: FIDC IV Energisa Centro Oeste com vencimento em 01/10/2034 e FIDC III Energisa 2008 com vencimento em 29/12/2020.
- (8) Inclui na controladora R\$15.294 (R\$14.185 em 31 de dezembro de 2018) e no consolidado R\$213.378 (R\$233.821 em 31 de dezembro de 2018) referente a recursos vinculados, conforme segue:

Recursos vinculados	Controladora		Consolidado	
	30/09/2019	31/12/2018	30/09/2019	31/12/2018
Depósito judicial credores	15.269	14.094	15.268	14.094
FIDC	-	-	107.012	99.735
Luz para todos	-	-	62.356	100.492
Garantia com comercialização de energia	-	-	14.681	8.454
Outros	25	91	14.061	11.046
Total	15.294	14.185	213.378	233.821

7. Clientes, consumidores e concessionárias

Na controladora, inclui principalmente serviços especializados prestados as controladas, conforme detalhado na nota explicativa nº 14 - transações com partes relacionadas, enquanto no consolidado englobam, principalmente, o fornecimento de energia elétrica faturada e não faturada, esta última apurada por estimativa reconhecida pelo regime de competência, tendo por base o consumo médio diário individualizado, entre a data da última leitura e a data do encerramento das informações financeiras intermediárias.

	Controladora		Consolidado							Total	
			Saldos a vencer		Saldos vencidos			PPECLD (7)			
	30/09/2019	31/12/2018	Até 60 dias	Mais de 60 dias	Até 90 dias	91 a 180 dias	181 a 360 dias		Há mais de 360 dias	30/09/2019	31/12/2018
Valores correntes: ⁽¹⁾											
Residencial	-	-	409.590	-	404.242	63.610	29.891	16.849	(115.615)	808.567	738.142
Industrial	-	-	182.156	-	36.388	6.752	8.011	34.995	(41.443)	226.859	215.549
Comercial	-	-	306.192	-	96.991	16.832	17.188	31.386	(50.079)	418.510	382.440
Rural	-	-	130.338	-	61.712	14.503	6.133	4.970	(11.011)	206.645	167.188
Poder público	-	-	121.569	-	31.892	3.640	2.051	8.617	(12.235)	155.534	120.799
Iluminação pública	-	-	53.877	-	11.843	3.996	3.473	8.744	(13.921)	68.012	70.471
Serviço público	-	-	61.874	-	9.779	4.851	11.199	62.068	(79.379)	70.392	62.583
Serviço taxado	-	-	4.019	-	-	-	-	-	-	4.019	4.323
Fornecimento não faturado	-	-	922.515	-	-	-	-	-	-	922.515	754.443
Arrecadação Processo Classificação	-	-	(938)	-	-	-	-	-	-	(938)	92.269
Valores renegociados:											
Residencial	-	-	35.899	98.326	31.459	12.548	11.818	45.799	(82.181)	153.668	97.206
Industrial	-	-	8.511	16.723	4.643	1.695	2.304	21.876	(33.977)	21.775	26.755
Comercial	-	-	13.639	94.336	9.718	4.764	3.169	18.037	(41.834)	101.829	82.830
Rural	-	-	6.320	19.301	3.972	1.925	1.349	4.349	(14.561)	22.655	22.498
Poder público ⁽²⁾	-	-	16.561	375.229	3.153	236	230	8.230	(10.807)	392.832	390.717
Iluminação pública	-	-	3.875	34.587	904	-	5	17	(8.911)	30.477	22.295

Notas Explicativas

	Controladora		Consolidado							Total	
			Saldos a vencer		Saldos vencidos			PPECLD (7)			
	30/09/2019	31/12/2018	Até 60 dias	Mais de 60 dias	Até 90 dias	91 a 180 dias	181 a 360 dias		Há mais de 360 dias	30/09/2019	31/12/2018
Serviço público	-	-	1.005	14.190	153	3.065	133	317	(4.195)	14.668	17.679
(-) Ajuste valor Presente ⁽³⁾	-	-	(804)	(111.747)	-	-	-	-	-	(112.551)	(111.618)
Subtotal-clientes	-	-	2.276.198	540.945	706.849	138.417	96.954	266.254	(520.149)	3.505.468	3.156.569
Suprimento energia a concessionárias-moeda nacional ⁽⁴⁾	-	-	285.015	-	-	-	-	34.589	(2.918)	316.686	75.568
Encargos de uso do sistema de transmissão e distribuição	-	-	4.435	-	186	-	-	9.716	(10.122)	4.215	1.655
Serviços Especializados	39.097	34.842	50.746	-	977	-	-	-	(2.652)	49.071	14.770
Redução do uso do sistema de distribuição ⁽⁵⁾	-	-	12.201	-	-	-	-	-	-	12.201	12.201
Outros ⁽⁶⁾	-	-	143.643	70.601	191.017	25.522	29.270	331.201	(23.014)	768.240	729.417
Total	39.097	34.842	2.772.238	611.546	899.029	163.939	126.224	641.760	(558.855)	4.655.881	3.990.180
Circulante	39.097	34.842								3.651.568	3.041.247
Não Circulante	-	-								1.004.313	948.933

- (1) Os vencimentos são programados para o 5º dia útil após a entrega das faturas, exceto os clientes do Poder Público que possuem 10 dias úteis para efetuar os pagamentos.
- (2) Reconhecido ajuste a valor presente sobre a dívida no montante de R\$6.242 (R\$12.926 em 31 dezembro de 2018) contabilizado na demonstração de resultado do período na rubrica de outras despesas financeiras no consolidado, calculado pela aplicação da taxa anual de CDI 5,76% a.a (6.60% a.a em 31 de dezembro de 2018).
- (3) Ajuste a valor presente: calculado para os contratos renegociados sem a incidência de juros e/ou para aqueles com taxa de juros de IPCA ou IGPM. Para o desconto a valor presente foi utilizado a taxa média anual de CDI 5,76% a.a. (6,40% a.a. em 31 de dezembro de 2018).
- (4) Inclui energia vendida na Câmara de Comercialização de Energia Elétrica - CCEE.

Composição dos créditos da CCEE	Consolidado	
	30/09/2019	31/12/2018
Saldos a vencer	285.015	43.963
Créditos vinculados a liminares ^(a)	34.589	34.589
Sub-total créditos CCEE ^(*)	319.604	78.552
(-) Aquisição de energia na CCEE	(469.408)	(157.619)
(-) Encargos de serviços do sistema	(4.342)	(31.628)
Total débitos CCEE	(154.146)	(110.695)

- (*) O sub-total de R\$319.604 (R\$78.552 em 31 de dezembro de 2018) não inclui a provisão para perdas esperadas de crédito de liquidação duvidosa no valor de R\$2.913 (R\$2.913 em 31 de dezembro de 2018).
- (a) Os valores que se encontram vinculados a liminares, podem estar sujeitos à alterações dependendo de decisões dos processos judiciais em andamento. As controladas ESE, EMG, ENF e ESS não constituíram provisão perdas esperadas de créditos de liquidação duvidosa sobre os saldos vinculados às referidas liminares, por entenderem que os valores serão integralmente recebidos, quer seja dos devedores que questionaram os créditos judicialmente, ou de outras empresas que vierem a ser indicadas pela CCEE.
- (5) Os valores objetivaram recompor a receita da controlada EMT referente à disponibilização da rede de distribuição aos consumidores livres, geradoras e fontes incentivadas. Para o saldo remanescente de R\$12.201 (R\$12.201 em 31 de dezembro de 2018), registrado no ativo não circulante, suspenso por liminares, tem-se o mesmo valor reconhecido em contrapartida na rubrica outras contas a pagar no passivo não circulante no consolidado.
- (6) ICMS incidente sobre a disponibilização da rede de distribuição aos consumidores livres incidentes sobre a demanda de energia, suspenso por liminares em contrapartida possui o mesmo valor contabilizado na rubrica de ICMS em tributos e contribuições sociais no passivo não circulante no consolidado além de incluir, serviços taxados e outros valores a receber de consumidores.
- (7) Provisão para perdas esperadas de créditos de liquidação duvidosa. A provisão foi constituída em bases consideradas suficientes para fazer face às eventuais perdas na realização dos créditos do contas a receber de clientes, consumidores e concessionárias.

Notas Explicativas

Segue movimentação das provisões:

Movimentação das provisões	30/09/2019	31/12/2018
Saldo inicial - circulante - 31/12/2018 e 31/12/2017	605.063	388.025
Saldo de aquisição da combinação de novos negócios	220	170.936
Provisões constituídas no período/exercício	186.847	154.736
Baixa de contas de energia elétrica - incobráveis	(116.460)	(108.634)
Saldo final - circulante - 30/09/2019 e 31/12/2018	675.670	605.063
Alocação:		
Clientes, consumidores e concessionárias	558.855	493.192
Títulos de créditos a receber	75.220	71.175
Outros créditos	41.595	40.696
Saldo final	675.670	605.063

8. Títulos de créditos a receber

	Controladora		Consolidado	
	30/09/2019	31/12/2018	30/09/2019	31/12/2018
Processo execução de precatórios PM de Cuiabá (1)	-	-	12.744	16.590
Precatório de Órgãos Públicos Municipais (1)	-	-	68.121	65.763
Títulos de créditos a receber (1,2 e 3)	114	222	46.056	47.125
Provisão para perdas esperadas de créditos de liquidação duvidosa (1,2 e 3)	-	-	(75.220)	(71.175)
Ajuste a valor presente (1,2 e 3)	-	-	(23.139)	(23.166)
Total	114	222	28.562	35.137
Circulante	109	144	16.524	20.031
Não circulante	5	78	12.038	15.106

Em 30 de setembro de 2019, os vencimentos dos títulos de créditos são como segue:

Vencimento dos títulos	Controladora	Consolidado (*)
	30/09/2019	30/09/2019
Vencidos	-	4.693
2019	109	4.343
2020	5	6.955
2021	-	7.213
2022 em diante	-	80.578
Total	114	103.782

(*) Apresentado líquido do ajuste a valor presente.

Controladora:

Em 30 de setembro de 2019 a Energisa S/A, possui R\$114 (R\$222 em 31 de dezembro 2018) de títulos a receber junto a Raizen do Brasil que serão liquidados em 36 parcelas com valor mensal de R\$85, com incidência de juros mensais equivalentes ao CDI.

Consolidado:

(1) Controlada indireta EMT

Processo execução de precatórios PM de Cuiabá - R\$12.744 (R\$16.590 em 31 de dezembro de 2018):

- (i) Títulos precatórios referente a Ação de Execução (processo nº 383/2001 - 3ª Vara de Fazenda Pública - Cuiabá) ajuizada em desfavor do Município de Cuiabá, que deu origem ao Precatório Requisitório nº 13.699/2004/TJMT. O montante dos títulos de R\$12.744 (R\$16.590 em 31 de dezembro de 2018) encontra-se em processo de recebimento, tendo sido já recebidos 39 parcelas, restando 27 parcelas fixas de R\$500, corrigidos pela taxa de 0,5% ao mês, e a última parcela, de nº 67, no valor de R\$183. A Administração da controlada, constituiu

Notas Explicativas

ajuste a valor presente de R\$44 (R\$78 em 31 dezembro de 2018), utilizando a taxa média anual de CDI 5,76% a.a. (6,40% a.a. em 31 de dezembro de 2018).

Outros Precatórios de Órgãos Públicos Municipais:

	30/09/2019	31/12/2018
Prefeitura Municipal de Alta Floresta (ii)	3.383	1.025
Prefeitura Municipal de Cáceres	4.021	4.021
Prefeitura Municipal de Juscimeira	4.127	4.127
Departamento de água e Esgoto de Várzea Grande - DAE VG (56.590	56.590
Total	68.121	65.763

(ii) Inclui ajuste a valor presente no valor de R\$8 referente ao precatório de Alta Floresta.

(iii) Referem-se a títulos precatórios de Órgãos Públicos Municipais, que após condenação judicial definitiva dos devedores resultou na expedição dos precatórios conforme ordem emanada do Poder Judiciário, e expedição de requisições de pagamentos, para cobrar dos municípios dívidas relacionadas a débitos de contas de energia elétrica, referente ao período de julho de 1998 a junho de 2014 no montante R\$68.121 (R\$65.763 em 31 de dezembro de 2018), vencidos a partir de 27 de julho de 1998. O montante foi transferidos da rubrica de clientes, consumidores e concessionárias e todos os processos tiveram instrução processual finalizada, transitada em julgado. Do montante, R\$64.738 (R\$65.763 em 31 de dezembro de 2018) encontra-se provisionado.

(2) Títulos de créditos a receber:

Controlada indireta EMT

Aquisição de crédito de carbono realizado em 16 de julho de 2008 junto a Companhia Técnica de Comercialização de Energia apresentando em setembro de 2019 saldo de R\$1.625 (R\$1.625 em 31 de dezembro de 2018) que se encontra totalmente provisionado.

Controlada indireta ESS:

(i) A controlada ESS, adquiriu em 2003, R\$44.034 (R\$44.034 em 31 de dezembro de 2018), créditos de origem não tributária decorrentes da condenação da União Federal em ação indenizatória, com finalidade de compensação de impostos e contribuições administrados pela Secretaria da Receita Federal, reconhecidos por decisão judicial transitada em julgado. Os referidos créditos estão sob discussão judicial, movida pela detentora do crédito contra a União Federal. A controlada indireta ingressou nesta ação com pedido de assistência o que foi indeferido pelo Juiz de Primeira Instância por fundamentos de ordem meramente processual. Contra a referida decisão, foi apresentado recurso, que aguarda apreciação pelo Tribunal Regional Federal da 1ª Região. Com a adesão ao Parcelamento Excepcional - PAEX, nos termos da Medida Provisória nº 303/2006, em 15/12/2006, a controlada ESS desistiu da compensação tributária dos referidos créditos e mantém a discussão judicial, com a finalidade de ver reconhecido seu direito ao crédito. A recuperação do crédito depende do sucesso da referida ação judicial, sendo considerado possível o êxito da ação pelos assessores jurídicos da Companhia. A Administração reconheceu provisão para perdas no valor recuperável desse ativo, registrada como redutora na rubrica títulos de créditos a receber no consolidado no montante de R\$21.400 (R\$21.400 em 31 de dezembro de 2018) e na rubrica de ajuste a valor presente o montante de R\$22.633 (R\$22.633 em 31 de dezembro de 2018).

(ii) Inclui convênio de arrecadação, uso mutuo de postes e outros no montante de R\$3.358 (R\$8.299 em 31 de dezembro de 2018). A controlada constitui perdas de valor recuperável de uso mútuo de postes de R\$762 (R\$762 em 31 de dezembro de 2018).

(iii) Refere-se a títulos precatórios de Prefeituras no montante de R\$472 (R\$684 em 31 de dezembro de 2018), que após condenação judicial definitiva dos devedores houve a expedição dos precatórios. A controlada constituiu perda do valor recuperável do precatório da Prefeitura Municipal de Regente Feijó no montante de R\$290 (R\$290 em 31 de dezembro de 2018).

Prefeituras	30/09/2019	31/12/2018
Regente Feijó	290	290
Santo Anastácio	182	394
Total	472	684

Controlada indireta ETO:

A controlada indireta ETO registrou o montante de R\$11.770 (R\$12.496 em 31 de dezembro de 2018), é como segue:

(i) R\$8.418 (R\$9.135 em 31 de dezembro de 2018) refere-se a títulos precatórios de Prefeituras, que após condenação judicial definitiva dos devedores houve a expedição dos precatórios, conforme ordem emanada do Poder Judiciário, e expedição de requisições de pagamentos, para cobrar dos municípios dívidas relacionadas a débitos de contas de energia elétrica.

Todos os processos tiveram instrução processual finalizada, transitada em julgado, por consequência os precatórios foram formados e são como segue:

Notas Explicativas

Prefeituras	30/09/2019	31/12/2018
Araguatins	-	163
Palmeirópolis	3	3
Paraíso	1.673	2.358
Silvanópolis	-	28
Taguatinga	4.053	4.601
Divinópolis (*)	258	442
Miranorte	462	699
Porto Nacional (*)	651	651
Cachoeirinha (*)	33	33
Colmeia (*)	204	107
Ponte Alta do Bom Jesus (*)	50	50
Sítio Novo (*)	771	-
Santa Fé do Araguaia (*)	260	-
Total	8.418	9.135

(*) valores integralmente provisionados, no montante de R\$2.227 (R\$1.283 em 31 de dezembro de 2018).

- (ii) R\$3.352 (R\$3.361 em 31 de dezembro de 2018), inclui créditos de contas de energia elétrica vencidas e não pagas, decorrentes de ação de cobrança ajuizada contra o devedor Itafós Mineração S/A, julgada procedente e transitada em julgado, sendo que os créditos foram integralmente habilitados nos autos do Processo de Recuperação Extrajudicial da devedora nº 0000459-40.2016.827.2709, homologado em 29 de agosto de 2016, e tramita perante a 1ª Vara Cível de Arraias - TO. A controlada constituiu perda de valor recuperável no montante de R\$13.

A Administração da controlada ETO, constituiu provisão de ajuste a valor presente sobre os títulos de crédito a receber no valor de R\$349 (R\$455 em 31 de dezembro de 2018) registrados em outras despesas financeiras na demonstração do resultado do período no consolidado.

(3) Demais controladas:

- (i) R\$6.083 (R\$1.665 em 31 de dezembro de 2018), outros títulos a receber junto a terceiros, das controladas CTCE, EPB, EMG, ESE, Dinâmica e ERO.
- (ii) A controlada EMG constituiu no período perda do valor recuperável do precatório da Prefeitura Municipal de Manhuaçu no montante de R\$746 (R\$748 em 31 de dezembro de 2018).
- (iii) A controlada Ceron constituiu no período perda do valor recuperável de R\$4.819 e ajuste a valor presente de R\$105.

9. Dividendos a receber

Dividendos a receber	Controladora	
	30/09/2019	31/12/2018
Energisa Mato Grosso - Distribuidora de Energia S/A	-	42.445
Denerge Desenvolvimento Energético S/A	-	53.486
Energisa Nova Friburgo Distribuidora de Energia S/A	1.289	1.289
Energisa Comercializadora de Energia Ltda.	-	4.471
Energisa Borborema Distribuidora de Energia S/A	-	247
Total - Ativo Circulante	1.289	101.938

Notas Explicativas

10. Tributos a recuperar

	Controladora		Consolidado	
	30/09/2019	31/12/2018	30/09/2019	31/12/2018
Imposto sobre Circulação de Mercadorias e Serviços - ICMS	-	-	331.000	270.539
Imposto de renda retido fonte - IRRF	44.808	29.306	71.272	38.986
Imposto de renda pessoa jurídica - IRPJ	75.767	71.591	608.280	567.338
Contribuição social sobre o lucro - CSSL	8.537	6.663	156.498	162.289
Contribuições ao PIS e a COFINS	1.414	1.309	161.785	111.555
Efeitos da Redução do ICMS na base de Cálculo Pis e Cofins (*)	-	-	634.289	-
Outros	142	171	75.670	42.416
	130.668	109.040	2.038.794	1.193.123
Circulante	85.718	88.855	1.038.007	925.676
Não circulante	44.950	20.185	1.000.787	267.447

(*) As controladas EPB, EBO e ETO constituíram no período créditos de PIS e de COFINS a recuperar de R\$634.289, sendo R\$371.846, R\$60.420 e R\$202.023, respectivamente, referente a redução do ICMS na base de cálculo em face das ações judiciais com trânsito em julgado, calculados com base na melhor estimativa da Administração. Os valores foram devidamente atualizados pela aplicação da variação da taxa Selic. As controladas estarão estabelecendo procedimentos de recuperação de créditos tributários de acordo com as normas legais, tão logo seja finalizado as apurações finais, conforme nota explicativa nº 30.

Os demais itens referem-se a créditos tributários de saldos negativos de imposto de renda e contribuição social sobre o lucro, ICMS sobre aquisição de bens para o ativo intangível/imobilizado e/ou recolhimentos de impostos e contribuições efetuadas a maior, que serão recuperados ou compensados com apurações de tributos em exercícios posteriores, de acordo com a forma prevista na legislação tributária vigente aplicável.

11. Reajustes, Revisões Tarifárias e outros assuntos regulatórios - consolidado

11.1 Reajustes tarifários:

Os valores das tarifas serão reajustados em periodicidade anual e a receita da concessionária será dividida em duas parcelas: Parcela A (composta pelos custos não gerenciáveis) e Parcela B (custos operacionais eficientes e custos de capital). O reajuste tarifário anual tem o objetivo de repassar os custos não gerenciáveis e atualizar monetariamente os custos gerenciáveis.

As tarifas das controladas foram reajustadas conforme segue:

Distribuidoras	Resolução Homologatória	Efeito médio a ser percebido pelos consumidores (%)	Vigência (início)
ESS	Resolução 2.570, de 09/07/2019	1,30%	12/07/2019
EMG	Resolução 2.561, de 18/06/2019	6,73%	22/06/2019
EBO	Resolução 2.512, de 29/01/2019	4,36%	04/02/2019
ENF	Resolução 2.560, de 18/06/2019	9,26%	22/06/2019
EPB	Resolução 2.596, de 20/08/2019	4,27%	28/08/2019
ETO	Resolução 2.567, de 02/07/2019	-0,33%	04/07/2019
CERON	Resolução 2.496, de 11/12/2018	25,34%	13/12/2018
ELETROACRE	Resolução 2.497, de 11/12/2018	21,29%	13/12/2018
ESE	Resolução 2.531, de 16/04/2019	2,80%	22/04/2019
EMT	Resolução 2.527, de 02/04/2019	11,29%	08/04/2019
EMS	Resolução 2.525, de 02/04/2019	12,39%	08/04/2019

11.2 Revisões tarifárias períodos:

As revisões tarifárias periódicas das controladas ocorrem: (i) a cada quatro anos na EBO, EPB e ETO, e (ii) a cada cinco anos na ESE, EMT, EMS, EMG, ENF, ESS (*), ERO e EAC.

Nesse processo, a ANEEL procede ao recálculo das tarifas, considerando as alterações na estrutura de custos e mercado das concessionárias, estimulando a eficiência e a modicidade das tarifas. Os reajustes e as revisões são

Notas Explicativas

mecanismos de atualização tarifária, ambos previstos no contrato de concessão. As Concessionárias também podem solicitar uma revisão extraordinária sempre que algum evento provoque significativo desequilíbrio econômico-financeiro da concessão.

Resumem-se, a seguir, as revisões tarifárias em vigor:

Distribuidoras	Ato ANEEL	Efeito médio para o consumidor (%)	Vigência (início)
ESS (*)	Resolução 2.071, de 03/05/2016	-0,94%	10/05/2016
CFLO (*)	Resolução 2.095, de 21/06/2016	-16,48%	29/06/2016
CNEE (*)	Resolução 2.073, de 03/05/2016	-0,37%	10/05/2016
EBO	Resolução 2.200, de 31/01/2017	0,43%	04/02/2017
EDEVP (*)	Resolução 2.072, de 03/05/2016	1,69%	10/05/2016
EEB (*)	Resolução 2.074, de 03/05/2016	1,84%	10/05/2016
EMG	Resolução 2.092, de 21/06/2016	2,16%	22/06/2016
EMS	Resolução 2.380, de 03/04/2018	9,87%	08/04/2018
EMT	Resolução 2.379, de 03/04/2018	11,53%	08/04/2018
ENF	Resolução 2.091, de 21/06/2016	8,86%	22/06/2016
EPB	Resolução 2.291, de 22/08/2017	14,55%	28/08/2017
ESE	Resolução 2.387, de 17/04/2018	11,30%	22/04/2018
ETO	Resolução 2.105, de 28/06/2016	12,81%	04/07/2016
CERON	Resolução 1.657 de 26/11/2013	13,17%	30/11/2013
ELETROACRE	Resolução 1.655 de 26/11/2013	10,73%	30/11/2013

(*) Em 30 de junho de 2017 a ESS, incorporou a CFLO, CNEE, EDEVP e EEB. A ANEEL através Resolução Autorizativa nº 6.318 e Resolução Homologatória 2.271, de 11 de junho de 2017, aprovou o primeiro índice de reajuste tarifário da Energisa Sul Sudeste, que passou a ter uma tarifa única, sendo que, dado que as distribuidoras anteriormente possuíam tarifas distintas, o efeito médio percebido pelos consumidores da nova concessão agrupada neste primeiro ano foi diferenciado.

11.3 Revisão Tarifária Extraordinária

Em 26 de março de 2019, a ANEEL aprovou por meio da Resolução 2.523 a revisão extraordinária que afetou as controladas diretas EBO, ERO e EAC, devido a antecipação do término do pagamento da cota da CDE Conta ACR. Os novos valores entrarão em vigor a partir do dia 1º de abril de 2019, afetando então os ativos e passivos financeiros setoriais das controladas diretas.

Distribuidoras	Ato ANEEL	Efeito médio para o consumidor (%)	Vigência (início)
ERO ⁽¹⁾	Resolução 2.524, de 26/03/2019	17,87%	01/04/2019
EBO ⁽²⁾	Resolução 2.523, de 26/03/2019	1,75%	01/04/2019
EAC ⁽²⁾	Resolução 2.523, de 26/03/2019	18,13%	01/04/2019

⁽¹⁾ Na controlada ERO foi efetuado em 26/03/2019, redução média de 7,4% nas tarifas de energia elétrica da Companhia, resultando em uma diminuição do índice de reajuste médio de 25,34% (aprovados em dezembro de 2018) para 17,87%.

⁽²⁾ Nas controladas EBO e EAC foi efetuado em 26/03/2019, redução média de 2,5% e 2,6%, respectivamente, nas tarifas de energia elétrica das Companhias, devido ao abatimento da parcela do empréstimo da Conta ACR, na Conta de Desenvolvimento Energético - CDE e ajustes nas parcelas referentes a outras rubricas da CDE (CDE USO e CDE Decreto), resultando em uma diminuição do índice de reajuste médio na EBO de 4,36%, aprovado em janeiro de 2019, para 1,75% e na EAC de 21,29%, aprovado em dezembro de 2018, para 18,13%.

11.4 Bandeiras tarifárias:

A partir de 2015, as contas de energia passaram a trazer o sistema de Bandeiras Tarifárias.

As Bandeiras Tarifárias têm como finalidade sinalizar aos consumidores as condições de geração de energia elétrica no Sistema Interligado Nacional -SIN, por meio da cobrança de valor adicional à Tarifa de Energia - TE.

O sistema de Bandeiras Tarifárias é representado por:

Bandeira Tarifária Verde;

Bandeira Tarifária Amarela;

Bandeira Tarifária Vermelha, segregada em Patamar 1 e 2;

A Bandeira Tarifária Verde indica condições favoráveis de geração de energia, não implicando acréscimo tarifário.

Notas Explicativas

A Bandeira Tarifária Amarela indica condições de geração menos favoráveis. A tarifa sofre acréscimo de R\$1,00 para cada 100 quilowatt-hora (kWh) consumido no mês. A partir de junho de 2019 o acréscimo da tarifa passou a ser de R\$1,50 para cada 100 quilowatt-hora (kWh).

A Bandeira Tarifária Vermelha indica condições ainda mais custosas de geração. Essa bandeira é dividida em dois patamares, quais sejam:

Patamar 1: com a aplicação de uma tarifa de R\$3,00 para cada 100 quilowatt-hora (kWh) consumido no mês. A partir de junho de 2019 o acréscimo da tarifa passou a ser de R\$4,00 para cada 100 quilowatt-hora (kWh)

Patamar 2: com aplicação de uma tarifa de R\$5,00 para cada 100 quilowatt-hora (kWh) consumido no mês. A partir de junho de 2019 o acréscimo da tarifa passou a ser de R\$6,00 para cada 100 quilowatt-hora (kWh).

Em 21 de maio de 2019, a ANEEL, através da Resolução Homologatória n°2.551, com vigência a partir de junho/2019, aprovou a alteração dos valores da Bandeiras Tarifárias Amarela e Vermelha - Patamar 1 e Patamar 2, conforme mencionado acima.

No período as bandeiras tarifárias vigoraram da seguinte forma:

	30/09/2019	30/09/2018
Janeiro	Verde	Verde
Fevereiro	Verde	Verde
Março	Verde	Verde
Abril	Verde	Verde
Maio	Amarela	Amarela
Junho	Verde	Vermelha Patamar 2
Julho	Amarela	Vermelha Patamar 2
Agosto	Vermelha Patamar 1	Vermelha Patamar 2
Setembro	Vermelha Patamar 1	Vermelha Patamar 2

11.5 Outros assuntos regulatórios - sobrecontratação:

A sobrecontratação das distribuidoras do grupo Energisa é decorrente, principalmente, da obrigatoriedade que foi imposta às concessionárias de energia elétrica de adquirir energia no Leilão A-1 de 2015 e da migração de clientes especiais para o Ambiente de Contratação Livre (ACL).

Independentemente da sua necessidade, as distribuidoras de energia elétrica do país estavam sujeitas à aquisição obrigatória de um mínimo de 96% dos seus Montantes de Reposição no último leilão de 2015, sendo que o descumprimento dessa regra configuraria riscos alheios à gestão dos agentes, inclusive com a imposição de prejuízos às controladas, distribuidora de energia elétrica, oriundos de atividade não remunerada (a aquisição de energia).

O Poder Concedente, diante do cenário de maior retração da economia e da renda, e, por conseguinte, da carga atendida pelos agentes de distribuição, editou o Decreto n° 8.828/16, alterando a obrigação de aquisição do montante mínimo obrigatório para futuros leilões, quando desnecessária. Quanto ao passado, foram mantidas as discussões e análise do tema junto aos agentes.

Da mesma forma, com relação à migração de clientes especiais do mercado cativo para o mercado livre, a ANEEL alterou a regulamentação permitindo a devolução da energia a eles correspondente, a partir de leilão A-1 de 2016. Não sendo possível a redução dos contratos existentes uma vez que esta possibilidade não estava clara para o vendedor no edital dos leilões anteriores, resta o reconhecimento destas sobras como involuntárias.

Por isso, o Grupo Energisa, recorreu a ANEEL para que essa sobrecontratação seja reconhecida como involuntária, afastando-se os prejuízos das controladas, distribuidoras de energia elétrica. Em reunião da Diretoria da ANEEL, realizada em 25 de abril de 2017, o regulador definiu que a aprovação da involuntariedade de cada distribuidora será avaliada individualmente, considerando o máximo esforço para atingimento do nível de cobertura contratual, conforme previsto na Resolução Normativa 453/2011. Cabe destacar que os processos administrativos abertos pelas empresas do setor de energia elétrica não foram deliberados pela ANEEL.

Os valores envolvidos de ganho do Grupo montam em R\$4.495 (R\$4.495 em 31 de dezembro de 2018) que deverão ser compensados.

Notas Explicativas

O grupo Energisa emvidou seus melhores esforços utilizando-se dos mecanismos disponíveis, tais como a participação nos Mecanismo de Compensação de Sobras e Déficits (MCSDs) Mensais e de Energia Nova e a realização de acordos bilaterais com geradores para se manter dentro do limite regulatório (entre 100% e 105%) durante o período.

12. Ativos e Passivos Financeiros Setoriais- Consolidado

Referem-se aos ativos e passivos decorrentes das diferenças temporárias entre os custos homologados pela Parcela A e outros componentes financeiros, que são incluídos nas tarifas no início do período tarifário e aqueles efetivamente incorridos ao longo do período de vigência da tarifa. Os valores são realizados quando do início da vigência de outros períodos tarifários ou extinção de concessão com saldos apurados e não recuperados, os quais serão incluídos na base de indenização.

Os valores reconhecidos de ativos e passivos financeiros setoriais tiveram a contrapartida a receita de venda de bens e serviços.

Os aditivos contratuais emitidos pela ANEEL, vem garantir que os valores de CVA e outros itens financeiros serão incorporados no cálculo da indenização, quando da extinção da concessão.

As controladas distribuidoras de energia elétrica, contabilizaram as variações destes custos como ativos e passivos financeiros setoriais, conforme demonstrado a seguir:

Ativo financeiro setorial	Saldo em 31/12/2018	Receita Operacional		Resultado Financeiro	Transferência	Saldo em 30/09/2019	Valores em Amortização	Valores em Constituição	Circulante	Não Circulante
		Adição	Amortização	Remuneração						
Itens da Parcela A (1)										
Energia elétrica comprada para revenda	1.575.318	240.196	(1.000.348)	25.494	(28.084)	812.576	595.984	216.592	699.259	113.317
Transporte de Energia Elétrica Rede Básica	53.496	66.320	(38.452)	897	(2.721)	79.540	24.834	54.706	50.827	28.713
Programa Incentivo Fontes Alternativas de Energia - PROINFA	3.900	20.901	(8.350)	434	-	16.885	11.438	5.447	15.669	1.216
Transporte de Energia Elétrica - Itaipu	10.116	8.170	(5.734)	248	(14)	12.786	6.434	6.352	9.178	3.608
Encargo de serviços de sistema ESS (2)	-	(2.500)	-	(150)	2.650	-	-	-	-	-
Conta de Desenvolvimento Energético - CDE	118.223	141.279	(68.126)	4.069	(10.039)	185.406	83.704	101.702	132.262	53.144
Componentes financeiros										
Neutralidade da Parcela A (3)	14.884	19.674	(1.966)	223	(15.388)	17.427	2.266	15.161	7.853	9.574
Sobrecontratação de energia (4)	176.995	37.835	(145.070)	640	2.821	73.221	37.479	35.742	51.877	21.344
CUSD	8.965	(3.025)	(7.293)	(166)	2.329	810	765	45	790	20
Garantias (8)	4.614	3.466	(3.210)	116	(506)	4.480	2.418	2.062	3.447	1.033
Exposição de submercados (6)	150.923	336.657	(121.376)	8.785	31	375.020	148.912	226.108	279.601	95.419
Saldo a Compensar (9)	25.978	34.265	(25.351)	(4.722)	(12.236)	17.934	4.866	13.068	10.160	7.774
RGR Designadas (7)	672.776	(5.501)	-	18.347	-	685.622	-	685.622	-	685.622
Outros itens financeiros (10)	11.626	143.714	4.005	4.805	97	164.247	1.907	162.340	131.880	32.367
Total Ativo	2.827.814	1.041.451	(1.421.271)	59.020	(61.060)	2.445.954	921.007	1.524.947	1.392.803	1.053.151

Notas Explicativas

Passivo financeiro setorial	Saldo em 31/12/2018	Receita Operacional		Resultado Financeiro	Transferência	Saldo 30/09/2019	Valores em Amortização	Valores em Constituição	Circulante	Não Circulante
		Adição	Amortização	Remuneração						
Itens da Parcela A (1)										
Energia elétrica comprada para revenda	13.048	14.605	-	431	(28.084)	-	-	-	-	-
Transporte de Energia Elétrica Rede Básica	7.240	3.714	(5.637)	147	(2.721)	2.743	2.743	-	2.743	-
Transporte de Energia Elétrica - Itaipu	195	-	(181)	-	(14)	-	-	-	-	-
Encargo de serviços de sistema ESS (2)	632.275	169.053	(423.272)	9.866	2.651	390.573	263.601	126.972	332.629	57.944
Conta de Desenvolvimento Energético - CDE	18.229	10.754	(16.601)	(4)	(10.039)	2.339	36	2.303	714	1.625
Componentes financeiros										
Neutralidade da Parcela A (3)	63.443	72.791	(61.833)	1.913	(15.387)	60.927	43.999	16.928	53.222	7.705
Sobrecontratação de energia (4)	295.880	126.184	(163.233)	7.344	2.822	268.997	138.242	130.755	239.823	29.174
Devoluções Tarifárias (5)	139.662	80.173	(18.643)	6.284	-	207.476	14.437	193.039	42.945	164.531
CUSD	89	770	(239)	38	2.329	2.987	2.922	65	2.956	31
Exposição de submercados (6)	3	(37)	-	3	31	-	-	-	-	-
Garantias	-	490	-	16	(506)	-	-	-	-	-
Saldo a Compensar (9)	30.959	22.339	(24.641)	(2.755)	(12.239)	13.663	10.259	3.404	12.548	1.115
Outros itens financeiros (10)	37.407	2.419	(36.725)	(2)	97	3.196	3.197	(1)	3.197	(1)
Total Passivo	1.238.430	503.255	(751.005)	23.281	(61.060)	952.901	479.436	473.465	690.777	262.124
Saldo líquido	1.589.384	538.196	(670.266)	35.739	-	1.493.053	441.571	1.051.482	702.026	791.027

- (1) **Valores tarifários não gerenciáveis a compensar da Parcela A (CVA):** A Portaria Interministerial dos Ministros de Estado da Fazenda e de Minas e Energia nº 25, de 24 de janeiro de 2002, estabeleceu a Conta de Compensação de Variação de Valores de Itens da “Parcela A” - CVA, com o propósito de registrar as variações de custos, negativas ou positivas, ocorridas no período entre reajustes tarifários anuais, relativos aos itens previstos nos contratos de concessão de distribuição de energia elétrica. Estas variações são apuradas por meio da diferença entre os gastos efetivamente incorridos e os gastos estimados no momento da constituição da tarifa nos reajustes tarifários anuais. Os valores considerados na CVA são atualizados monetariamente com base na taxa SELIC.
- (2) **Encargo de Serviço do Sistema - ESS:** representa um encargo destinado à cobertura dos custos dos serviços do sistema, que inclui os serviços ancilares, prestados pelos usuários do Sistema Interligado Nacional - SIN.
- (3) **Neutralidade da Parcela A:** refere-se à neutralidade dos encargos setoriais na tarifa, apurando as diferenças mensais entre os valores faturados e os valores inseridos nas tarifas.
- (4) **Repasse de sobrecontratação de energia (energia excedente):** a distribuidora deve garantir, por meio de contratos de energia regulados, o atendimento de 100% do seu mercado. Contratações superiores ou inferiores a este referencial implicam na apuração, pela ANEEL, com aplicação nos processos de reajustes e revisões tarifárias, dos custos de repasse de aquisição do montante de sobrecontratação, limitado aos 5% em relação à carga anual regulatória de fornecimento da distribuidora e do custo da energia referente à exposição ao mercado de curto prazo.
- (5) **Devoluções tarifárias:** refere-se às receitas de ultrapassagem de demanda e excedente de reativos auferidos a partir do 4º ciclo de Revisão Tarifária Periódica (4CRTP), onde a partir de novembro de 2017, são apropriadas em passivos financeiros setoriais e atualizadas mensalmente com aplicação da variação da SELIC e serão amortizadas a partir do início do 5º ciclo de Revisão Tarifária Periódica (5CRTP).
- (6) **Exposição de submercados:** representa o ganho financeiro decorrente das diferenças entre o Preço de Liquidação das Diferenças (PLD) decorrente da transferência de energia entre Submercados.
- (7) **RGR Designada** - as controladas CERON e ACRE detinham a concessão para a exploração de serviços públicos de distribuição de energia elétrica, nos termos dos Contratos de Concessão vigentes a época. Em 22 de julho de 2016 a acionista até então Eletrobrás, deliberou pela não prorrogação das Concessões de Serviço Público de Distribuição de Energia Elétrica das Distribuidoras da Eletrobrás, deixando de ser concessionárias para se tornarem prestadoras temporárias do serviço de distribuição de energia elétrica.

Objetivando regulamentar o assunto, o Ministério de Minas e Energia - MME publicou a Portaria nº 388/2016, definiu os termos e condições para a Prestação do Serviço Público Temporário por órgão ou entidade da Administração Pública Federal e designou as empresas de distribuição da Eletrobrás como prestadoras temporárias do serviço de distribuição de energia elétrica, por meio das Portarias nº 420, nº 421, nº 422, nº 423, nº 424 e nº 425, todas de 2016.

Até a transferência do controle acionário ocorrido em 30 de outubro e 06 de dezembro de 2018, para Ceron e Eletroacre, respectivamente, as distribuidoras complementaram suas fontes de recursos através da utilização e captação de empréstimos oriundos da Reserva Global de Reversão - RGR.

Ao contrair tais obrigações financeiras, as controladas foram oneradas economicamente pela ausência de contrapartida ativa de tais obrigações.

Desta forma, por meio do ofício nº 242/2018, a Aneel estabeleceu que em ambos os cenários, outorga pura (liquidação) e ou licitação combo (alienação do controle acionário) o passivo contraído junto ao Fundo RGR, durante todo o período da designação, seria transferido para a nova concessão, no qual o novo concessionário faria jus ao recebimento tarifário nos termos da Lei e da forma definida pelo edital de licitação. Adicionalmente a Aneel ainda concluiu no ofício que: “Não há hipótese, portanto, que o passivo fique com a Distribuidora Designada sem ter um ativo ‘correspondente’”.

Notas Explicativas

Assim, ficou também afastada a condicionalidade de reconhecimento desse direito apenas via consumo, caracterizando um direito incondicional, de forma análoga ao ativo consubstanciado no OCPC 08 - Reconhecimento de Determinados Ativos ou Passivos nos relatórios Contábil-Financeiro de Propósito Geral das Distribuidoras de Energia Elétrica emitidos de acordo com as Normas Brasileiras e Internacionais de Contabilidade, reunindo assim as condições necessárias para o registro contábil do reconhecimento do direito como receita da CVA - outros componentes financeiros em contrapartida de ativo financeiro setorial da concessão. Conforme Resolução Normativa nº 748, de 29 de novembro de 2016, art. 6º Parágrafos 9º a 10º. § 9º, a taxa de juros utilizada para o empréstimo foi de 111% da taxa SELIC.

Desta forma, nas datas das assinaturas dos novos contratos de concessão foram aplicados os índices de deságio da flexibilização regulatória e outorga ofertados pela Companhia, 21% para a Ceron e 31% para a Eletroacre, resultando em redução do montante de RGR designada de R\$101.038 e R\$52.454, respectivamente.

- (8) **Garantias Financeiras:** repasse dos custos decorrentes da liquidação e custódia das garantias financeiras previstas nos contratos de que tratam os art. 15 (geração distribuída por chamada pública), art. 27 (CCEAR de leilões de energia nova e existente) e art. 32 (leilões de ajuste) do Decreto nº 5.163/2004.
- (9) **Saldo a Compensar da CVA do ciclo anterior:** conforme previsto no § 4º do artigo 3º da Portaria Interministerial MME/MF nº 25/2002, verifica-se se o saldo da CVA em processamento considerado no processo tarifário foi efetivamente compensado, levando-se em conta as variações ocorridas entre o mercado de energia elétrica utilizado na definição daquele processo tarifário e o mercado verificado nos 12 meses da compensação, bem como a diferença entre a taxa de juros projetada e a taxa de juros SELIC verificada.
- (10) **Outros itens financeiros:** considera-se os demais itens financeiros de característica não recorrentes e específico das Distribuidoras, tais como, Reversão do financeiro RTE2015, Diferencial Eletronuclear, Repasse de Compensação DIC/FIC. Inclui, em março de 2019 a Companhia reconheceu na rubrica Outros Itens Financeiros, o montante de R\$2.435 incluído na coluna "adição", referente ao ressarcimento de recursos pagos pelas concessionárias de serviços públicos de distribuição de energia elétrica (Lei nº 12.111 de 09 de dezembro de 2009) conforme consta do Ofício Circular 210/2018-SFF/ANEEL.

13. Outros créditos

	Controladora		Consolidado	
	30/09/2019	31/12/2018	30/09/2019	31/12/2018
Subvenção Baixa Renda ⁽¹⁾	-	-	74.645	68.727
Ordens de serviço em curso - PEE e P&D	-	-	122.222	147.378
Ordens de serviço em curso - outros	-	-	21.798	15.218
Ordens de desativação em curso	-	-	4.436	18.521
Ordens de dispêndio a reembolsar - ODR	-	-	2.107	1.512
Adiantamentos a fornecedores e empregados	2.593	610	108.612	46.593
Subvenção CDE - Desconto Tarifário ⁽²⁾	-	-	173.266	178.121
Banco Daycoval ⁽³⁾	-	-	176.791	176.791
Provisão para perdas Banco Daycoval ⁽³⁾	-	-	(176.791)	(176.791)
Outros créditos a receber - CELPA ⁽⁴⁾	-	-	88.844	80.581
(-) Ajuste a valor presente - CELPA ⁽⁴⁾	-	-	(29.939)	(27.808)
Sub-rogação da CCC ⁽⁵⁾	-	-	20.770	24.316
Padrão de baixa renda	-	-	3.260	3.264
Adiantamento de benefícios pós-emprego	-	-	8.704	8.704
Créditos a receber Banco Pine	-	-	1.663	1.663
Despesas pagas antecipadamente	16.093	8.257	78.580	61.325
Contas a receber de venda das empresas de geração ⁽⁶⁾	62.020	62.020	62.020	62.020
Créditos a receber de terceiros ⁽⁷⁾	-	-	52.468	39.284
Créditos a receber da Eletrobrás - LPT ⁽⁸⁾	-	-	-	16.166
Créditos a receber Estado de Tocantins ⁽⁹⁾	-	-	5.393	50.343
(-) Provisão para ajuste a valor de realização de créditos a receber ⁽⁹⁾	-	-	-	(40.000)
Aquisição de combustível p/ conta CCC ⁽¹⁰⁾	-	-	53.712	55.162
Depósito para reinvestimentos - incentivo fiscais	-	-	3.962	8.049
Adiantamentos - Inergus ⁽¹¹⁾	-	-	66.493	58.089
CCC custo total de geração - Lei 12.111/2009 ⁽¹²⁾	-	-	96.460	244.971
Repasse Capitalização ERO e EAC ⁽¹³⁾	-	109.604	-	-
Créditos CCC - ICMS a receber EAC ⁽¹⁴⁾	-	-	55.817	-
Outros ^(*)	25.029	16.181	51.224	43.386
Total	105.735	196.672	1.126.517	1.165.585
Circulante	43.715	25.049	819.428	921.242
Não circulante	62.020	171.623	307.089	244.343

Notas Explicativas

(*) Inclui, na controladora R\$683 (R\$705 em 31 de dezembro 2018) referente a transações entre as partes relacionadas dos serviços prestados de comissão de aval e no consolidado, R\$41.595 (R\$40.696 em 31 de dezembro de 2018) refere-se a provisão para perdas esperadas de crédito de liquidação duvidosa.

(1) Os créditos de subvenção baixa renda referem-se à subvenção da classe residencial baixa renda, das unidades consumidoras com consumo mensal inferior 220 kWh, desde que cumprido certos requisitos. Essa receita é custeada com recursos financeiros oriundos da RGR - Reserva Global de Reversão e da CDE - Conta de Desenvolvimento Energético, ambos sob a administração da CCEE. O saldo refere-se as provisões de agosto e setembro/2019. Administração não espera apurar perdas na realização do saldo.

Segue a movimentação ocorrida no período:

	EMG	ENF	ESE	EPB	EBO	EMT	ETO	EMS	ESS	ERO	EAC	Total
Saldos consolidados em 31/12/2018	4.260	333	8.850	10.451	1.811	8.831	7.097	7.893	4.446	3.381	11.374	68.727
Subvenção baixa renda	12.635	1.401	35.207	71.492	6.842	30.789	29.625	27.809	14.197	13.391	9.883	253.271
Ressarcimento pela CCEE	(12.631)	(1.401)	(35.890)	(65.819)	(7.008)	(27.592)	(29.784)	(28.414)	(14.401)	(13.603)	(10.810)	(247.353)
Saldos consolidados em 30/09/2019	4.264	333	8.167	16.124	1.645	12.028	6.938	7.288	4.242	3.169	10.447	74.645

(2) O saldo de subvenção CDE - Desconto Tarifário refere-se a recursos transferidos às concessionárias autorizados pelo Governo Federal, para fazer frente à Subvenção CDE para os descontos incidentes sobre as tarifas aplicáveis aos usuários do serviço público de distribuição de energia elétrica. Os saldos correspondem às subvenções incorridas nos meses de agosto e setembro de 2019, que serão compensados /ressarcidos no quarto trimestre de 2019.

	EMG	ENF	ESE	EPB	EBO	EMT	ETO	EMS	ESS	ERO	EAC	Total
Saldos consolidados em 31/12/2018	10.198	374	1.653	26.176	(404)	54.442	12.864	27.099	20.359	21.508	3.852	178.121
Desconto tarifário subvenção Irrigante e Rural	42.109	3.219	31.451	65.333	6.630	218.957	57.807	124.928	81.282	57.697	12.030	701.443
Ressarcimento pela CCEE	(45.509)	(2.843)	(32.743)	(75.063)	(5.662)	(198.991)	(53.299)	(127.431)	(77.999)	(72.334)	(14.424)	(706.298)
Saldos consolidados em 30/09/2019	6.798	750	361	16.446	564	74.408	17.372	24.596	23.642	6.871	1.458	173.266

As controladas EMG, ENF, ESS e EMS desde 02 de setembro de 2015, possuem ação ordinária onde foi ajuizado o direito de promover mensalmente a compensação das subvenções a receber de CDE e Baixa Renda, com os valores a pagar de CDE com a CCEE (anteriormente o fundo era administrado pela Eletrobrás). Desta forma, até dezembro de 2018, foram compensados e ressarcidos R\$92.119 referente à Subvenção CDE e R\$24.295 referente subvenção Baixa Renda. As compensações foram finalizadas em dezembro de 2018.

(3) Banco Daycoval - refere-se ao valor transferido pelo Banco Daycoval S.A. para a conta corrente da Rede Energia Participações S.A, em 28 de fevereiro de 2012, para quitação de dívidas vencidas, conforme justificativa da Instituição Financeira. A Administração das controladas EMT, ESS e EMS consideram essas transferências indevidas e ajuizaram uma medida judicial para a recuperação desse valor. O saldo está provisionado por se tratar de um ativo contingente, visto que sua realização será confirmada apenas pela ocorrência ou não de eventos futuros, incertos, fugindo totalmente do controle da Administração das controladas.

(4) Crédito a receber da Celpa são valores que a Rede Energia e as controladas indiretas EMT, ETO, EMS, ESS e Multi Energisa tem a receber da Centrais Elétricas do Pará S.A. - CELPA, oriundo de transações entre partes relacionadas, até a data de alienação para a Equatorial Energia S/A realizado em 25 de setembro de 2012. Os créditos intragrupo serão parcialmente assumidos pela Rede Power do Brasil S/A, até onde se compensarem, que passará a responder perante as Partes Relacionadas pela parcela do crédito assumido e serão compensados. Do saldo total, cerca de 69% foram assumidas pela Rede Power do Brasil S/A e o restante tiveram seus recebimentos iniciados em parcelas semestrais em 30 de setembro de 2019, com conclusão em setembro de 2034.

Notas Explicativas

(5) Sub rogação CCC - a controlada EMT foi enquadrada na sub-rogação do direito de uso da Conta de Consumo de Combustíveis Fósseis - CCC, devido à implantação de projetos elétricos que proporcionaram a redução do dispêndio da CCC, que contribui para a modicidade das tarifas aos consumidores finais. Para fins de cálculo do benefício, foram aprovados os seguintes projetos com saldos a receber em aberto:

Obra	Status	Valor aplicado	Valor sub-rogado	Recebido	A receber	
					30/09/2019	31/12/2018
Sistema de Transmissão Sapezal / Comodoro	em serviço	36.225	32.254	15.340	16.914	19.019
Sistema de Transmissão Rondolândia	em serviço	10.203	4.613	4.574	39	1.154
Sistema de Transmissão Paranorte	em serviço	6.697	4.915	1.097	3.817	4.143
Total		53.125	41.782	21.011	20.770	24.316
Circulante (Principal)					7.144	10.414
Não Circulante (Principal)					13.626	13.902

(6) Contas a receber de venda das empresas de geração refere-se ao montante que a Energisa possui a receber de R\$113.500 pela venda de seus ativos de geração de energia elétrica, referente a valor adicional de ajustes de preços sujeitos ao cumprimento de determinadas condições precedentes, conforme consta nos contratos de compra e venda firmados com a compradora.

A Companhia estimou a controvérsia em R\$51.480, valor que foi registrado pela Energisa como redutor aos resultados descontinuados no exercício findo em 31 de dezembro de 2016.

O recebimento desse valor faz parte de um processo arbitral iniciado pela Companhia contra a compradora com prováveis êxitos de realização.

(7) Refere-se a créditos com terceiros referentes a uso mútuo de poste e venda de sucatas.

(8) Créditos a receber das Centrais Elétrica Brasileiras refere-se ao montante que a controlada Energisa TO reconheceu no período créditos a receber no montante de R\$16.166 em 31 de dezembro de 2018, referente às liberações finais da 4ª e 5ª Tranche da subvenção econômica do Programa Luz Para Todos prevista no Contrato Nº ECFS-343/2013 firmado em 19/12/2013 com Eletrobrás, em face da finalização do processo de prestação de contas, cujos recursos são provenientes da Conta de Desenvolvimento Energético (CDE), e que se destinam a aplicação integral no âmbito do Programa, tendo como contra partida a conta de Obrigações vinculadas à concessão e permissão do serviço público de energia elétrica. No período findo de 30 de setembro de 2019 a controlada ETO reverteu a totalidade do valor a receber em contrapartida a rubrica de Obrigações vinculadas a concessão.

(9) Créditos a receber do Estado de Tocantins refere-se a valores que a controlada ETO tem a receber do Governo do Estado do Tocantins, a saber:

	30/09/2019	31/12/2018
Principal	95.561	95.561
Atualização monetária - IGPM (*)	75.090	76.589
Amortização - Dividendos	(118.922)	(88.744)
Amortização - Ações	(33.063)	(33.063)
Reversão do valor em contrapartida da rubrica de obrigações vinculadas a concessão	(13.273)	-
Total	5.393	50.343
(-) Provisão para ajuste a valor de realização de créditos a receber	-	(40.000)
Total não circulante	5.393	10.343

(*) A partir do mês de julho de 2017 a controlada paralisou a aplicação do índice de atualização monetária sobre o saldo do contrato em face de encontrar-se em processo de negociação com o Governo do Estado.

- Programa Reluz Tocantins

Trata-se de crédito mantido pela controlada ETO contra o Governo do Estado de Tocantins relativo a implementação do Programa Reluz Tocantins e Convênio 028/2008. A controlada vem mantendo tratativas junto ao Governo do Estado de forma a possibilitar a liquidação do saldo, uma vez que a ETO realizou todas as obras e cumpriu com todas as obrigações contratuais.

Em 01 de julho de 2016, o Governo do Estado do Tocantins, através do Ofício nº 909/2016/SEFAZ/GASEC, confirmou o saldo devedor com a controlada indireta ETO no montante de R\$103.185, na data base de 31 de março de 2016, referente ao convênio 028/2008 - linha de transmissão ligando Xambioá a Tocantinópolis e o Programa Reluz. Esse Ofício ainda confirma que as partes estão em tratativas para encontrar uma forma de parcelar e liquidar o referido saldo devedor.

Baseado na perspectiva de conclusão das negociações, a administração reavaliou a expectativa de realização dos créditos a receber referentes ao Programa Reluz Tocantins e Convênio 028/2008 da controlada ETO com o acionista Estado do Tocantins e efetuou a reversão da provisão do valor presente do contas a receber de R\$40.000, reconhecida na demonstração de resultado consolidado do período, na rubrica de outras despesas financeiras.

No trimestre findo em 30 de setembro de 2019, o montante a receber pela controlada ETO junto ao Estado, será totalmente liquidado em outubro através da distribuição de dividendos.

Notas Explicativas

(10) Aquisição de combustível da conta CCC a controlada Energisa Mato Grosso Distribuição de Energia S.A (EMT) possui saldos a receber referente a Conta de Consumo de Combustíveis - CCC, sendo ANEEL através da Nota Técnica nº 01/2018-SFF de 03 de janeiro de 2018 detalhou a metodologia estabelecida para a fiscalização e o reprocessamento mensal dos benefícios referente ao período de 30 de julho de 2009 a 30 de junho de 2016, demonstrou as análises técnicas das informações colhidas sobre contratos de compra de energia e potência, de combustíveis, as medições de grandezas elétricas e de combustíveis e os tratamentos regulatórios dados acerca das manifestações da empresa, no intuito de apurar eventual ativo ou passivo da beneficiária, no âmbito das regras da Resolução Normativa nº 427/2011.

(11) Adiantamento INERGUS refere-se a recursos antecipados pela controlada Energisa Sergipe ao Instituto Energipe de Seguridade Social ("INERGUS") para assegurar a liquidez e o fluxo financeiro do Plano de Benefício Definido (BD). Os valores transferidos ao Plano BD têm caráter de adiantamento por conta de cobertura de parte do déficit técnico, e que será objeto de Contrato de Confissão de Dívida, a ser celebrado entre a controlada ESE e o INERGUS.

(12) Os direitos de ressarcimento correspondentes aos custos com energia nos Sistemas Isolados e Contratos Bilaterais, cujos valores são custeados pelo Fundo CDE-CCC estão apresentados no ativo circulante e não circulante. Estes são reconhecidos com base na Lei 12.111/2009, cujas informações são prestadas pelas controladas Ceron e Eletroacre junto à Câmara de Comercialização de Energia Elétrica - CCEE, que é gestora da Conta CDE. Esses valores após aprovados pela gestora são repassados as controladas e direcionados para liquidação dos valores correspondentes aos fornecedores envolvidos no processo. Em junho/19 foi recebido o montante de R\$214.519, pela controlada ERO referente aos meses de setembro a dezembro/2018.

(13) Refere-se ao montante da subscrição das sobras de ações da Ceron e da Eletroacre que não foram adquiridas pelos empregados e aposentados, correspondente a 128.665.217 ações ordinárias da ERO e 10.088.904.771 ações ordinárias e 3.768.032.911 ações preferenciais da EAC, a Companhia realizou a aquisição das sobras em 1º de março de 2019. O montante das ações adquiridas foram reconhecidos como investimentos - participação em controladas.

(14) Refere-se a créditos de CCC reconhecido pela controlada Eletroacre de ICMS não recuperados incidentes sobre as aquisições de óleo diesel consumidos durante o processo de geração de energia elétrica nos sistemas isolados no interior do Estado do Acre, referente ao período de 2014 a outubro de 2016. Os valores de 30 de setembro de 2019 estão compondo a nota explicativa, nº24.

Notas Explicativas

14. Transações com partes relacionadas

A Companhia é controlada diretamente pela Gipar S/A (30,49% do capital total) que por sua vez é controlada pela Nova Gipar (81,40% do capital total). Esta última é controlada pela Itacatu S/A (67,27% do capital total) e pela Multisetor S/A (32,73% do capital total). A Itacatu S/A é controlada pela Multisetor S/A (72,15% do capital total).

A Multisetor é controlada por Ivan Muller Botelho (78,83% do capital votante).

Os saldos com partes relacionadas são apresentados como segue:

Controladora	30/09/2019		31/12/2018	
	Ativo	Passivo	Ativo	Passivo
Clientes, consumidores e concessionárias - Serviços especializados	39.097	-	34.842	-
Outros Créditos - outros - Comissão de aval	683	-	706	-
Aplicação no mercado aberto e recursos vinculados-Debêntures	1.835.976	-	1.272.160	-
Mútuos (1):				
. Companhia Técnica de Comercialização de Energia S/A (1)	1.051	-	995	-
. Companhia Técnica de Comercialização de Energia S/A (2)	16.881	-	14.413	-
. Rede Energia Participações S/A (2) e (3)	107.729	6.121	95.434	5.827
. Companhia de Eletricidade do Acre (1)	-	-	75.554	-
. Centrais Elétricas de Rondônia S/A (1)	246.804	-	-	-
. Energisa Comercializadora de Energia S/A	4.596	-	-	-
Outros (*):				
. Companhia de Eletricidade do Acre	-	-	-	35.264
. Centrais Elétricas de Rondônia S/A	-	-	-	27.835
Total - não circulante	377.061	6.121	186.396	68.926
Investimentos - Recursos destinados a futuro aumento de capital (4):				
. Energisa Geração Central Solar Coremas S/A	10	-	10	-
. Parque Eólico Sobradinho S/A	430	-	932	-
. Energisa Geração Usina Maurício S/A	2.665	-	41	-
. Energisa Geração Central Eólica Boa Esperança S/A	11	-	10	-
. Energisa Geração Central Eólica Mandacaru S/A	11	-	10	-
. Energisa Geração Central Eólica Alecrim S/A	11	-	11	-
. Energisa Geração Central Eólica Umbuzeiro Muquim S/A	12	-	11	-
. Energisa Participações Minoritárias S/A (**)	11	-	11	-
. Energisa Pará Transmissora de Energia I S/A	71.601	-	60.201	-
. Energisa Pará Transmissora de Energia II S/A	9.687	-	948	-
. Energisa Goiás Transmissora de Energia I S/A	59.246	-	52.771	-
. Energisa Soluções S/A	-	-	32.819	-
. Energisa Transmissora de Energia S/A	-	-	134	-
. Energisa Geração Central Solar Rio do Peixe I S/A	13	-	-	-
. Energisa Geração Central Solar Rio do Peixe II S/A	17	-	-	-
. Energisa Tocantins Transmissão de Energia S/A	3.193	-	-	-
. Denerge Desenvolvimento Energético S/A	614.296	-	-	-
. Energisa serviços Aéreos de Aeroinspeção S/A	160	-	-	-
	761.374	-	147.909	-
Total	3.014.191	6.121	1.642.013	68.926

(*) Refere-se compromisso da controladora em subscrever as sobras das ações dos empregados e aposentados.

(**) Em Assembleia Geral Extraordinária do dia 27 de dezembro de 2018, foi aprovada alteração da denominação social da Companhia de Energisa Geração de Energia S/A para Energisa Participações Minoritárias S/A.

(1) Os mútuos possuem prazo de 24 meses, nos termos de contratos, podendo ser prorrogado por iguais e sucessivos períodos. Os contratos de mútuos com partes relacionadas são remunerados pela taxa média de captação junto a terceiros, que no período foi em média de CDI + 0,6311 a.a (CDI + 0,6668 a.a em 31 de dezembro de 2018), e incluem o Instrumento particular de Cessão e aquisição de direitos de crédito e outras avenças firmado pela Energisa em 31 de dezembro de 2016 com as controladas Rede Energia e Rede Power.

(2) Aquisição de créditos cedidos no processo de recuperação judicial da controlada indireta.

(3) Os créditos a receber da Rede Energia Participações S/A, adquiridos dos credores, seriam pagos inicialmente pela Recuperanda nas seguintes condições: (i) o valor correspondente a 25% do montante total dos créditos cedidos seriam pagos em parcela única em até 1 ano da data de pagamento da cessão, com juros de 12,5% ao ano incidentes a partir da data da cessão; e (ii) o valor remanescente

Notas Explicativas

correspondente a 75% do montante total dos créditos cedidos serão pagos ao fim do prazo de 22 anos em parcela única, com juros capitalizados de 0,5% ao ano incidentes a partir da data de pagamento da cessão. Em 2014, foi acordada entre as partes a postergação pelo prazo de 10 anos o vencimento da parcela única que teria vencimento em julho de 2015, correspondente a 25% do montante total da dívida, entretanto ficou mantido o prazo de 22 anos para pagamento do valor remanescente correspondente a 75% do montante total da dívida com juros capitalizados de 0,5% ao ano, incidentes a partir da data de pagamento. No final do período as partes repactuaram a dívida com aplicação de taxa de juros equivalentes ao CDI + 2% ao ano com amortizações semestrais vencidas nas datas de 26 de junho e dezembro de cada ano.

- (4) Os recursos destinados para futuro aumento de capital não são remunerados, estão registrados na rubrica investimentos. Os recursos no montante de R\$614.296 adiantados a controlada Denerge, foram utilizados pela EEVP para liquidação da PUT exercida pela BNDESPAR e liquidada em 08 de março de 2019. Vide nota 35.

Condições de contratos:

Controladas	Taxa	Vencimento
. Rede Energia Participações S/A	Média ponderada dos juros de empréstimos captados pelas empresas do grupo + variação do CDI	03/07/2020
. Companhia Técnica de Comercialização de Energia S/A	Média ponderada dos juros de empréstimos captados pelas empresas do grupo + variação do CDI	12/09/2020
. Rede Energia Participações S/A (créditos opção "C")	CDI + 2% a.a	11/10/2036
. Centrais Elétricas de Rondônia S/A	Média ponderada dos juros de empréstimos captados pelas empresas do grupo + variação do CDI	31/10/2021
. Companhia de Eletricidade do Acre	Média ponderada dos juros de empréstimos captados pelas empresas do grupo + variação do CDI	06/12/2021

Transações efetuadas durante o período/exercício pela Companhia e suas controladas:

Controladas diretas, indiretas e sua controladora	Serviços administrativos prestados (1)	Serviços contratados	Atualização mútuos/Comissão aval e rendimento de títulos (Receita (Despesa) financeira) (2 e 3)	Saldo a receber (Clientes, consumidores e concessionárias)	Saldo a receber Comissão de Aval e debentures (5)	
. Energisa Minas Gerais - Distribuidora de Energia S/A	9.803	-	8.089	2.142	71.234	
. Energisa Paraíba - Distribuidora de Energia S/A	25.279	-	15.938	7.146	203.151	
. Energisa Sergipe - Distribuidora de Energia S/A	13.368	-	14.690	3.235	124.818	
. Energisa Borborema - Distribuidora de Energia S/A	4.018	-	1.019	1.607	78	
. Energisa Soluções S/A	1.960	81	-	410	-	
. Energisa Nova Friburgo - Distribuidora de Energia S/A	1.845	-	972	405	41	
. Energisa Mato Grosso - Distribuidora de Energia S/A (4)	41.597	-	19.543	9.019	326.282	
. Energisa Mato Grosso do Sul - Distribuidora de Energia S/A	24.608	-	7.832	5.323	158.554	
. Energisa Tocantins - Distribuidora de Energia S/A (4)	16.987	-	12.698	3.840	223.367	
. Energisa Sul-Sudeste Distribuidora de Energia S.A	21.769	-	12.483	4.542	216.271	
. Energisa Soluções Construções e Serv em Linhas e Rede S.A	939	-	-	200	-	
. Companhia Técnica de Comercialização de Energia	-	-	2.525	-	-	
. Multi Energisa Serviços S/A	1.501	-	-	330	-	
. Energisa Planejamento e Corretagem de Seguros Ltda	5	-	-	8	-	
. Energisa Serviços Aéreos e Aero inspeção S/A	4	-	-	1	-	
. Energisa Comercializadora de Energia Ltda	607	-	18	171	-	
. Energisa Geração Usina Mauricio S/A	1	-	-	1	-	
. Gipar S/A (2)	-	-	(9.176)	-	-	
. Rede Energia Participações S/A	-	-	11.957	-	-	
. Centrais Elétricas de Rondônia S/A	9.597	-	16.903	2.537	333.361	
. Companhia de Eletricidade do Acre	4.064	-	6.461	951	179.502	
	30/09/2019	177.952	81	121.952	41.868	1.836.659
	31/12/2018	-	-	-	37.613	1.272.866
	30/09/2018	137.002	-	112.528	-	-

- (1) Refere-se a serviços administrativos e de compartilhamento de recursos humanos para execução de parcela dos macroprocessos, prestados às suas controladas. Os custos são referenciados ao modelo de empresa de referência utilizado pela área regulatória da ANEEL para fins tarifários. Os contratos foram aprovados pela ANEEL. Os contratos de compartilhamento foram firmados em 01 de março de 2017 com prazo de validade de 60 meses, podendo ser prorrogado mediante termo aditivo que deverá conter anuência da ANEEL;

- (2) Refere-se a comissão de aval sobre empréstimos com cobrança de 1,5% a.a para empresas controladas - Distribuidoras de energia elétrica e para a controladora Gipar com taxa de juros 1% a.a.; Os valores de comissão de Aval referente ao contrato firmado com a Gipar S/A, possuem juros de 1% a.a. e prevê pagamentos antecipados.

Notas Explicativas

No exercício de 2018, foram pagos e considerados como antecipação o montante de R\$12.199, registrados na rubrica de “despesas pagas antecipadamente” e reconhecidos no resultado a razão de 1/12 avos mês. No período findo em 30 de setembro de 2019 foram contabilizados R\$9.176 (R\$11.791 em 31 de dezembro de 2018) registrados em outras despesas financeiras - comissão de aval no resultado do período. O saldo a apropriar em 30 de setembro de 2019 é de R\$11.479 que será reconhecido até agosto de 2019;

- (3) Refere-se aos custos dos juros dos contratos de mútuos, firmados com as controladas, referente ao período findo em 30 de setembro de 2019 os quais compõe os respectivos saldos de cada contrato;
- (4) Inclui o valor de R\$814 em 31 dezembro de 2018 referente aos rendimentos das aplicações financeiras das 33.540 debentures de emissão da controlada EMT e recompradas pela controlada em 15 de janeiro de 2018 e R\$11.942 em 31 de dezembro de 2017 de notas promissórias de 1ª e 2ª série emitidas pela controlada ETO - vide nota explicativa nº 6.2;

Em 2017 a Companhia adquiriu a totalidade de Debêntures de 1ª e 2ª séries incentivadas emitidas pelas controladas EMG, ESE, EPB, EMT, ESS, ETO e EMS, com vencimento em 15/06/2022 e remuneração de IPCA mais 5,60% ao ano para a 1ª Série e com vencimento 15/06/2024 e remuneração de IPCA mais 5,6601% ao ano para a 2ª Série. Em 30 de setembro de 2019, o valor atualizado é de R1.835.976 (R\$1.272.160 em 31 de dezembro de 2018) de suas controladas diretas EMG, ESE, EPB e das controladas indiretas ESS, EMT, ETO e EMS, conforme segue: (i) EMG R\$71.084; EPB - R\$203.084; ESE - R\$124.471; EMT - R\$326.282; ETO - R\$223.367, ESS - R\$216.271, EMS R\$158.554, EAC R\$179.502 e ERO R\$333.361 (EMG R\$68.184; EPB - R\$194.159; ESE - R\$119.003; EMT - R\$316.133; ETO - R\$215.234, ESS - R\$208.726 e EMS (R\$150.721).

Custo do contrato de comissão de aval, de garantias da controladora para contratos das controladas de empréstimos e financiamentos, com taxa a razão de 1,5% a.a. O saldo a pagar em 30 de setembro de 2019 monta em R\$683(R\$705 em 31 dezembro 2018).

Remuneração dos administradores

	Controladora		Consolidado	
	30/09/2019	30/09/2018	30/09/2019	30/09/2018
Remuneração Anual ^(a)	9.380	7.809	82.578	73.975
Remuneração dos membros do Conselho de Administração	580	706	3.417	2.859
Remuneração da Diretoria	1.103	1.162	15.196	13.681
Outros Benefícios ^(b)	1.386	656	11.042	9.578

(a) Limite global da remuneração anual dos administradores foi aprovado em AGO/E de 30 de abril de 2019. Para o exercício de 2018 foi aprovado na AGO/E de 25 de abril de 2018.

(b) Inclui, encargos sociais, benefícios de previdência privada, seguro saúde e seguro de vida.

A maior e a menor remuneração atribuída a dirigente e conselheiros, relativas ao mês de setembro de 2019, foram de R\$101 e R\$1 na controladora e R\$199 e R\$2 no consolidado (R\$121 e R\$1 na controladora e R\$192 e R\$2 no consolidado em 30 de setembro de 2018), respectivamente. A remuneração média no período findo em 30 de setembro de 2019 foi de R\$13 na controladora e R\$46 no consolidado (R\$18 na controladora e R\$43 no consolidado em setembro de 2018).

Programa de Remuneração Variável (ILP)

A Companhia e suas controladas ofereceram aos seus executivos um plano de Incentivo de Longo Prazo (ILP) Este plano tem por objetivo (i) o alinhamento de interesses entre acionistas e executivos; (ii) a promoção da meritocracia; (iii) a retenção de executivos de bom desempenho; (iv) o estímulo de resultados sustentáveis e atingimento de metas empresariais, com compartilhamento da criação de valor. O benefício é direcionado aos executivos da Companhia a ser pago em Units da controladora Energisa S/A, até o limite previsto de 0,5% do capital social da Companhia, na data de aprovação do Plano, ou seja 1.729.827 units, a ser baseado em um valor definido para cada nível levando em consideração o desempenho individual consignado no contrato de concessão de ações, de acordo com o escopo de cada executivo. O benefício visa atrair e reter pessoas-chaves e premiá-las em função do seu desempenho, aliado às metas de desempenho da Companhia. O plano foi aprovado em Assembleia Geral Ordinária e Extraordinária de 25 de abril de 2018 e seu regulamento foi aprovado em 10 de maio de 2018.

Atualmente, as Controladas possuem um total de dois programas de concessão de ações e duas outorgas contratuais em andamento. Aos programas são associadas condições de performance (Total Shareholder Return (TSR) Relativo e Fluxo de caixa livre), que modificam o target em função das faixas atingidas.

O 1º programa foi aprovado em 10 de maio de 2018 com limite previsto de até 241.080 units e período de aquisição do direito (vesting) de 3 anos, a partir da data de outorga de 02 de maio de 2018. O 1º programa foi aprovado em 9 de maio de 2019 com limite de pagamento previsto de até 210.754 units e período de aquisição do direito (vesting) de 3 anos, a partir da data de outorga de 10 de maio de 2019. Não há opções exercíveis ou expiradas em 30 de setembro de 2019.

Em atendimento ao IFRS 2/CPC 10, a Companhia e suas controladas apuram o valor justo das ações (units) restritas com condições de performance (Performance Shares) outorgadas com base no modelo de Monte Carlo para permitir

Notas Explicativas

a incorporação das condições de carência de mercado no valor justo do ativo. A despesa é reconhecida em uma base “pro rata temporis”, que se inicia na data da outorga, até a data em que o beneficiário adquire o direito a receber as ações.

Premissas e cálculo do valor justo das Ações Outorgadas:

Para determinação do valor justo foram utilizadas as seguintes premissas:

	1º programa ILP	2º programa ILP
Método de Cálculo	Monte Carlo	Monte Carlo
Total de opções de ações outorgadas ^(a)	241.080	210.754
Prazo de carência	3 anos	3 anos
Taxa de juros livre de risco ^(b)	8,2%	7,7%
Volatilidade ^(c)	25,61%	23,98%
Valor justo na data da outorga	R\$27,65	R\$31,82

(a) Inclui redução de 11.983, referente prescrição de opções de ações outorgadas.

(b) Para 1º programa taxa de juros = 8,2% (projeção da DI com prazo de vencimento equivalente ao fim da carência do Programa - D11J2021). Para 2º programa taxa de juros = 7,7% (projeção da DI com prazo de vencimento equivalente ao fim da carência do Programa - D11J2022).

(c) Volatilidade e correlação entre os preços de ação (da Energisa S/A e dos concorrentes considerados no IEE (“Índice de Energia Elétrica e seus pares”) para o Total Shareholder Return (TSR)) foram calculadas com base nos valores históricos de 1 ano anterior à data de outorga do programa.

Devido as características específicas do Plano de Incentivo de Longo Prazo da Companhia, divulgadas acima, não há preço de exercício ou limite para exercício associados.

No período de nove meses de 2019, foram contabilizados R\$2.389 decorrente do Plano de Outorga de Opção de Ações na demonstração do resultado do período na rubrica de despesas operacionais, sendo R\$809 na controladora e R\$1.580 nas controladas. O montante reconhecido como reserva de capital no patrimônio líquido em 30 de setembro de 2019 foi de R\$3.797 (R\$1.408 em 31 de dezembro de 2018).

15. Créditos tributários, impostos diferidos e despesa de imposto de renda e contribuição social corrente

O IRPJ e a CSLL diferidos são calculados sobre as diferenças entre os saldos dos ativos e passivos das Informações Financeiras Intermediárias e as correspondentes bases fiscais utilizadas no cálculo do IRPJ e da CSLL correntes. A probabilidade de recuperação destes saldos é revisada no fim de cada período e, quando não for mais provável que bases tributáveis futuras estejam disponíveis e permitam a recuperação total ou parcial destes impostos, o saldo do ativo é reduzido ao montante que se espera recuperar.

A Companhia e suas controladas possuem prejuízo fiscal e base negativa de contribuição social não reconhecidos nas informações financeiras intermediárias de R\$250.305 (R\$205.019 em 31 de dezembro de 2018) na controladora e R\$2.901.984 (R\$2.721.228 em 31 dezembro de 2018) no consolidado.

	Consolidado	
	30/09/2019	31/12/2018
Ativo		
Prejuízos fiscais	244.624	256.779
Base negativa da contribuição social	90.334	94.733
Diferenças temporárias	1.084.881	1.022.872
Total - ativo não circulante	1.419.839	1.374.384

Notas Explicativas

	Controladora		Consolidado	
	30/09/2019	31/12/2018	30/09/2019	31/12/2018
Passivo				
Diferenças Temporárias:				
Imposto de Renda	233.107	204.249	3.326.418	3.204.915
Contribuição Social	83.919	73.529	1.197.511	1.153.769
Total - passivo não circulante	317.026	277.778	4.523.929	4.358.684
Total líquido - ativo e passivo não circulante	(317.026)	(277.778)	(3.104.090)	(2.984.300)

A diferenças temporárias são como segue:

	Controladora			
	30/09/2019		31/12/2018	
	Base de cálculo (*)	IRPJ + CSLL	Base de cálculo	IRPJ + CSLL
Ativo/Passivo				
Ganho auferido na combinação de negócios	(818.693)	(278.356)	(818.693)	(278.356)
Ganho/perda investimentos	(124.353)	(42.280)	-	-
Outras exclusões/adições	10.615	3.610	1.700	578
Total - Passivo Não Circulante	(932.431)	(317.026)	(816.993)	(277.778)

(*) base de cálculo reduzida do limite fiscal de 30%.

	Consolidado			
	30/09/2019		31/12/2018	
	Base de Cálculo	IRPJ + CSSL	Base de Cálculo	IRPJ + CSSL
Ativo/Passivo				
Prejuízos fiscais	978.497	244.624	1.027.119	256.780
Base negativa da contribuição social	1.003.709	90.334	1.052.590	94.733
Provisão para perdas esperadas de crédito de liquidação duvidosa - (PPECLD e Daycoval)	649.813	220.936	629.406	213.998
Provisões para riscos trabalhistas, cíveis, fiscais e regulatórias	890.579	302.797	888.905	302.228
Créditos fiscais - ágio (1)	246.824	83.920	265.453	90.254
Provisão ajuste atuarial	604.086	205.389	570.949	194.123
Outras provisões (PEE, P&D, Honorários e Outras)	523.049	177.837	453.810	154.295
Marcação a mercado da dívida	212.530	72.260	118.536	40.302
Outras adições temporárias	63.941	21.742	81.385	27.671
Intangível - mais valia (2)	(7.531.179)	(2.560.601)	(7.728.320)	(2.627.629)
Resultado auferido na combinação de negócios (*)	(1.007.100)	(342.414)	(1.007.100)	(342.414)
Parcela do VNR - ativo financeiro indenizável da concessão e atualizações (3)	(1.075.697)	(365.737)	(918.172)	(312.178)
Ajustes a valor presente (4)	(2.553.321)	(868.129)	(2.575.562)	(875.691)
Marcação a mercados - derivativos	(711.910)	(242.049)	(445.379)	(151.429)
Encargos sobre reservas de reavaliação	(117.172)	(39.838)	(137.959)	(46.906)
Remuneração do ativo de contrato	(184.943)	(62.881)	-	-
Ganho/perda investimentos	(124.353)	(42.280)	-	-
Outras exclusões temporárias	-	-	(7.172)	(2.437)
Total	(8.132.647)	(3.104.090)	(7.731.511)	(2.984.300)
Total - Ativo Não Circulante	5.173.028	1.419.839	5.088.153	1.374.384
Total - Passivo Não Circulante	(13.305.675)	(4.523.929)	(12.819.664)	(4.358.684)

(*) base de cálculo reduzida do limite fiscal de 30%.

- Os créditos fiscais - ágio no montante de R\$83.920 (R\$90.254 em 31 de dezembro de 2018) está sendo realizados pelo prazo remanescente de exploração das concessões das controladas: EBO (12 anos) e EPB (13 anos) pelo método linear.
- Inclui R\$1.892.974 (R\$1.941.743 em 31 de dezembro de 2018) de tributos diferidos de imposto de renda e contribuição social incidentes sobre o montante da mais valia atribuída ao valor da concessão calculado na combinação de negócios de Ceron e Eletroacre, deduzido de R\$48.769 (R\$9.057 em 31 de dezembro de 2018) de amortização realizada no período.
- Refere-se ao Imposto de renda e contribuição social, incidentes sobre a parcela do ativo financeiro indenizável da concessão - VNR das

Notas Explicativas

controladas EMG, ENF e ESS que por terem assinados os novos aditivos dos contratos de concessão que prorrogaram o prazo da concessão até 2045, transferiram o saldo do ativo financeiro indenizável da concessão apurado até assinatura daqueles aditivos para o ativo intangível a serem amortizados ao longo da vida útil remanescente dos bens de acordo com novo prazo de concessão e que resultará nas realizações dos créditos diferidos que serão realizados com base na amortização.

- (4) Refere-se basicamente ao valor, registrado pelas controladas Rede Energia Participações e CTCE, para os créditos dos credores que fizeram no Plano de Recuperação Judicial opções A e B.

Realizações dos créditos fiscais diferidos são como segue:

Exercícios	Consolidado
2019	24.804
2020	147.184
2021	96.531
2022	100.335
2023	96.959
2024 a 2026	954.026
Total	1.419.839

Os valores de imposto de renda e contribuição social que afetaram o resultado do período, bem como a compensação dos créditos tributários registrados podem ser assim demonstrados:

	Controladora			
	01/07/2019 a 30/09/2019	01/01/2019 a 30/09/2019	01/07/2018 a 30/09/2018	01/01/2018 a 30/09/2018
Resultados antes dos tributos sobre o lucro	35.427	114.006	242.340	477.363
Alíquota fiscal combinada	34%	34%	34%	34%
Imposto de renda e contribuição social calculadas às alíquotas fiscais combinadas	(12.045)	(38.762)	(82.396)	(162.303)
Ajustes:				
Itens permanentes:				
Efeitos de Prejuízos Fiscais de Períodos Anteriores Constituídos no exercício	(959)	3.031	135	(2.684)
Equivalência patrimonial	79.529	248.983	101.857	242.093
Créditos tributários não constituído no período	(67.484)	(210.221)	(19.461)	(79.790)
Imposto de renda e contribuição social corrente e diferido	(959)	3.031	135	(2.684)
Alíquota efetiva	(2,71)%	2,66%	0,06%	0,56%

	Consolidado			
	01/07/2019 a 30/09/2019	01/01/2019 a 30/09/2019	01/07/2018 a 30/09/2018	01/01/2018 a 30/09/2018
Resultado antes dos tributos sobre o lucro	152.968	528.901	328.949	746.093
Alíquota fiscal combinada	34%	34%	34%	34%
Imposto de renda e contribuição social calculadas às alíquotas fiscais combinadas	(52.009)	(179.827)	(111.843)	(253.672)
Ajustes:				
Itens permanentes:				
Redução do imposto de renda e adicionais (1)	65.794	185.221	55.089	108.375
Redução do imposto de renda e adicionais- anos anteriores	(1.963)	(1.963)	(13.650)	(13.650)
Créditos tributários não constituídos no período	(123.622)	(375.248)	(25.276)	(100.019)
Incentivo de inovação tecnológica - Lei do Bem	15.263	15.263	21.094	21.094
Outros	(2.519)	1.479	5.032	(3.090)
Imposto de renda e contribuição social sobre o lucro	(99.056)	(355.075)	(69.554)	(240.962)
Alíquota efetiva	64,76%	67,13%	21,14%	32,30%

- (1) Em 2012 a ESE, EPB e EBO obtiveram aprovação da Superintendência do Desenvolvimento do Nordeste - SUDENE dos novos pedidos de benefício fiscal de redução de 75% do imposto de renda e adicionais calculados sobre o lucro da exploração, para o período de 01/01/2012 a 31/12/2021. Já as controladas ETO e EMT obtiveram aprovação de seus pleitos de redução do imposto de renda e adicionais (em 75%) da Superintendência do Desenvolvimento da Amazônia - SUDAM em dezembro/2014 para o período de 01/01/2014 a 31/12/2023.

Notas Explicativas

Os valores de redução do imposto de renda e adicionais reconhecidos pelas controladas correspondem a R\$185.221 (R\$108.375 em 30 de setembro de 2018). Esses valores foram registrados diretamente no resultado do período na rubrica “imposto de renda e contribuição social corrente” e serão destinados à reserva de incentivo fiscais nas controladas.

Em 2018, as controladas, amparadas pela legislação vigente, formalizou novo pedido para obtenção do benefício fiscal, a fim de ampliá-lo pelo período de 10 anos, a contar do momento da sua aprovação.

Neste sentido, as controladas possuem processos que se encontra em fase de análise, formalizado junto à Superintendência de Desenvolvimento do Nordeste (SUDENE).

Com a publicação da Lei nº 13.799/2019, estendeu-se o prazo para aprovação e obtenção do Incentivo Fiscal de Redução de 75% do IRPJ e adicionais até 31/12/2023. Dessa forma, a previsão é que os projetos das controladas tenham os benefícios garantidos por parte da SUDENE até o ano calendário de 2028, após a emissão dos Laudos Constitutivos, aumentando o prazo de fruição em mais de 7 anos.

16. Ativo financeiro indenizável da concessão e concessão do serviço público (ativo de contrato) - consolidado

16.1 Ativo financeiro indenizável da concessão

A Lei nº 12.783/13 determinou a metodologia que deve ser adotada na indenização dos ativos de geração, transmissão e distribuição ao final da concessão, o VNR - Valor novo de reposição.

No entendimento da Administração da Companhia, este fato alterou as condições contratuais da concessão relacionadas à forma de remunerar controladas, distribuidoras de energia elétrica, pelos investimentos realizados na infraestrutura vinculados à prestação de serviços outorgados, que até o exercício de 2011, era reconhecido pelo custo histórico.

Em novembro de 2015 a ANEEL através da Resolução Normativa nº 686/2015, aprovou a revisão do Submódulo 2.3 dos Procedimentos de Revisão Tarifária (PRORET) da Base de Remuneração Regulatória (BRR), onde determinou que a base de remuneração fosse atualizada pela aplicação do IPCA, tendo as distribuidoras controladas diretas e indiretamente adotada para reconhecimento do VNR - Valor Novo de Reposição.

A remuneração do ativo financeiro indenizável da concessão relativa ao período dos nove meses findo em 30 de setembro de 2019, foi registrada em receitas operacionais como ativo financeiro indenizável da concessão no montante de R\$143.577 (R\$276.116 em 30 de setembro de 2018).

Segue as movimentações ocorridas no período/exercício:

	Saldo 31/12/2018	Transferências para ativo de contrato	Adições (1)	Baixas	Receitas operacionais -ativo financeiro indenizável da concessão (2)	Saldo 30/09/2019
Energisa Minas Gerais (EMG)	23.791	-	794	(1)	600	25.184
Energisa Paraíba (EPB)	548.227	-	39.424	(349)	13.749	601.051
Energisa Sergipe (ESE)	412.032	-	21.867	(408)	10.337	443.828
Energisa Nova Friburgo (ENF)	3.409	-	117	-	86	3.612
Energisa Borborema (EBO)	63.360	-	4.063	(17)	1.593	68.999
Energisa Mato Grosso (EMT)	2.118.843	-	288.324	(6.330)	53.827	2.454.664
Energisa Tocantins (ETO)	1.152.116	-	188.911	(10.362)	32.925	1.363.590
Energisa Mato Grosso do Sul (EMS)	915.844	-	79.162	(1.779)	23.203	1.016.430
Energisa Sul Sudeste (ESS)	45.348	-	6.516	(21)	1.142	52.985
Centrais Elétricas de Rondônia S/A (CERON)	15.419	-	12.178	(22)	854	28.429
Companhia de Eletricidade do Acre (ELETROACRE)	3.020	-	1.424	-	5.261	9.705
Energisa Pará Transmissora de Energia I S/A	101.169	(101.169)	-	-	-	-
Energisa Goiás Transmissora de Energia I S/A	109.509	(109.509)	-	-	-	-
Energisa Pará Transmissora de Energia II S/A	3.188	(3.188)	-	-	-	-
	5.515.275	(213.866)	642.780	(19.289)	143.577	6.068.477
Circulante	-	-	-	-	-	1.363.590
Não circulante	5.515.275	-	-	-	-	4.704.887

(1) Transferência do intangível para o ativo financeiro indenizável da concessão.

Notas Explicativas

- (2) Os ativos financeiros estão demonstrados a valor justo, atualizados pela variação mensal do IPCA, índice de remuneração utilizado pelo regulador nos processos de revisão tarifária, a melhor expectativa da Administração e no histórico de glosas em homologações anteriores, refletindo a melhor estimativa de valor justo do ativo.

	Saldo 31/12/2017	Saldos de Aquisição	Adições (1)	Baixas	Receitas operacionais -ativo financeiro indenizável da concessão (2)	Saldo 31/12/2018
Energisa Minas Gerais (EMG)	15.782	-	7.375	(12)	646	23.791
Energisa Paraíba (EPB)	464.587	-	67.143	(1.468)	17.965	548.227
Energisa Sergipe (ESE)	396.701	-	18.364	(3.550)	517	412.032
Energisa Nova Friburgo (ENF)	3.149	-	179	(36)	117	3.409
Energisa Borborema (EBO)	55.615	-	5.720	(62)	2.087	63.360
Energisa Mato Grosso (EMT)	1.827.340	-	165.025	(28.422)	154.900	2.118.843
Energisa Tocantins (ETO)	897.543	-	240.711	(19.237)	33.099	1.152.116
Energisa Mato Grosso do Sul (EMS)	704.613	-	140.188	(9.587)	80.630	915.844
Energisa Sul Sudeste (ESS)	38.984	-	4.882	(21)	1.503	45.348
Centrais Elétricas de Rondônia S/A (CERON)	-	15.700	1.320	-	(1.601)	15.419
Companhia de Eletricidade do Acre (ELETROACRE)	-	6.438	-	(22)	(3.396)	3.020
Energisa Pará Transmissora de Energia I S/A (1)	9.565	-	87.136	-	4.468	101.169
Energisa Goiás Transmissora de Energia I S/A (1)	6.787	-	98.564	-	4.158	109.509
Energisa Pará Transmissora de Energia II S/A (1)	-	-	3.162	-	26	3.188
Circulante	4.420.666	22.138	839.769	(62.417)	295.119	5.515.275

- (1) As adições, incluídas de PIS e COFINS, estão relacionadas ao investimento na infraestrutura do serviço público de transmissão de energia elétrica, onde será recuperada pelo fluxo de caixa a ser recebida diretamente dos usuários delegados pelo Poder Concedente, sendo o montante investido R\$188.862 em 31 de dezembro de 2018.
- (2) Os ativos financeiros estão demonstrados a valor justo por meio de resultado, atualizados pela variação mensal do IPCA, índice de remuneração utilizado pelo regulador nos processos de revisão tarifária e no histórico de glosas em homologações anteriores, refletindo a melhor expectativa da Administração do valor justo do ativo. Em 29 de março de 2018 e 11 de abril de 2018, através das notas técnicas nº 68/2018, nº 65/2018 e nº 86/2018 a ANEEL aprovou a nova base de remuneração das controladas referente ao 4º ciclo tarifário o que possibilitou o reconhecimento integral do valor do VNR do ativo financeiro indenizável da concessão, gerando complemento nas controladas EMT R\$98.341, EMS R\$31.987 e um decréscimo da controlada ESE R\$13.377, respectivamente.

16.2 Concessão do serviço público (ativo de contrato)

Os ativos de contrato incluem os valores a receber referentes aos serviços da implementação da infraestrutura e da receita de remuneração dos ativos de concessão, sendo mensurados ao valor presente dos fluxos de caixa futuros, com base na taxa média de financiamento do projeto quando da formalização do contrato de concessão, conforme normas do CPC 47.

As concessões das Companhias de transmissão por não ser onerosas, não possuem obrigações financeiras fixas e pagamentos a serem realizados ao Poder Concedente. Ao final do contrato de concessão, todos os bens e instalações passarão a ser de propriedade da União.

Os ativos contratuais, serão recebidos pelas controladas através da Receita Anual Permitida - RAP, correspondendo aos fluxos de caixa firmados no contrato da concessão.

Ademais, conforme previsto pelo CPC47/IFRS 15, as controladas passaram a avaliar um ativo de contrato quanto à redução ao valor recuperável de acordo com o CPC48/IFRS 9, onde, para o período findo de 30 de setembro de 2019 não foi identificado necessidade de registro de provisão para redução ao valor recuperável para o ativo de contrato.

A taxa utilizada para remunerar o saldo de recebíveis de concessão de serviços, incluindo saldo de indenização, reflete o custo de oportunidade de um investidor à época da tomada de decisão de investir nos ativos de transmissão, cuja composição observou os valores à época da realização do investimento.

Notas Explicativas

Segue as movimentações ocorridas no período:

	Linha de transmissão	WACC REGULATÓRIO	Transferências do ativo financeiro	Adições (ii)	Remuneração do ativo de contrato (i)	Saldo 30/09/2019
Energisa Pará Transmissora de Energia I S/A	LT 230 kV Xinguara II - Santana do Araguaia C1 e C2, CD e SE 230/138 kV Santana do Araguaia	0,85%	101.169	117.482	107.142	325.793
Energisa Goiás Transmissora de Energia I S/A	LT 230 kV Rio Verde Norte - Jataí, CD e ampliação da SE Rio Verde Norte	0,85%	109.509	101.697	126.531	337.737
Energisa Pará Transmissora de Energia II S/A	LT 500 kV Serra Pelada - Integradora Sossego, CD; LT 230 kV Integradora Sossego - Xinguara II, C2; SE 500/138 kV Serra Pelada; e SE 500/230 kV Integradora Sossego.	0,71%	3.188	42.209	9.868	55.265
Energisa Tocantins Transmissora de Energia S/A	LT 230 kV Dianópolis II - Barreiras II C1, Gurupi C1, Palmas C1, SE 230/138-13,8Kv e SE 500/230kV Gurupi (novo setor 230kV)	0,71%	-	4.151	1.724	5.875
Saldo Não Circulante			213.866	265.539	245.265	724.670

(i) Refere-se a margem de construção reconhecida durante a obra para remunerar os saldos de recebíveis das concessões de serviços.

(ii) As adições, líquidas de Pis e Cofins, estão relacionadas ao investimento na infraestrutura do serviço público de transmissão de energia elétrica, onde será recuperada pelo fluxo de caixa a ser recebida diretamente dos usuários delegados pelo Poder Concedente, totalizando no período em R\$240.977.

17. Investimentos

	Controladora		Consolidado	
	30/09/2019	31/12/2018	30/09/2019	31/12/2018
Participação em controladas	7.843.011	7.085.524	-	-
Outros	79.621	9.979	93.567	52.184
Total	7.922.632	7.095.503	93.567	52.184

Notas Explicativas

Participação em controladas:

30/09/2019									
Informações sobre as controladas								Informações sobre o investimento da controladora	
Controladas	%	Nº ações / cotas detidas / mil	Capital social	Ativo	Passivo	Patrimônio Líquido	Resultado do exercício	Equivalência Patrimonial	Investimentos
Distribuição de Energia Elétrica								(96.003)	3.078.859
Energisa Minas Gerais (EMG)	100	819	228.428	962.542	706.932	255.610	30.555	30.555	255.610
Energisa Sergipe (SE)	100	196	417.604	1.940.021	1.568.941	371.080	107.588	107.588	371.081
Energisa Paraíba (EPB)	100	918	571.865	2.740.099	1.871.293	868.806	228.878	228.878	868.807
Energisa Borborema (EBO)	100	293	82.532	357.063	220.069	136.994	27.669	27.669	136.994
Energisa Nova Friburgo (ENF)	100	30	63.343	220.013	132.391	87.622	10.069	10.069	87.622
Companhia de Eletricidade do Acre (ACRE) (1)	94,09	227.681.510	863.943	3.270.127	2.220.647	1.049.480	(69.934)	(64.153)	987.479
Centrais Elétricas de Rondônia S/A (CERON) (1)	95,52	4.004.678	3.440.348	7.739.517	7.350.858	388.659	(466.584)	(436.609)	371.266
Geração de Energia Elétrica								(1.777)	45.093
Parque Eólico Sobradinho	100	9.291	9.291	4.598	42	4.556	(112)	(112)	4.556
Energisa Geração Usina Maurício	100	1.789	1.789	3.900	245	3.655	(266)	(266)	3.655
Energisa Geração Solar Coremas	100	1.014	1.014	317	-	317	(11)	(11)	317
Energisa Geração Eólica Boa Esperança	100	68	59	1	-	1	(11)	(11)	1
Energisa Geração Eólica Mandacaru	100	69	60	1	-	1	(11)	(11)	1
Energisa Geração Eólica Alecrim	100	69	60	1	-	1	(12)	(11)	1
Energisa Geração Eólica Umbuzeiro - Muquim	100	68	59	1	-	1	(12)	(12)	1
Energisa Geração Central Solar Rio do Peixe I S/A	100	173	173	150	-	150	(36)	(36)	150
Energisa Geração Central Solar Rio do Peixe II S/A	100	173	173	159	-	159	(31)	(31)	159
Alsol Energias Renováveis S/A	89,21	16	50.634	130.056	89.422	40.634	(1.430)	(1.276)	36.252
Transmissora de Energia Elétrica								(3)	143.727
Energisa Pará Transmissora de Energia I S/a	-	-	-	-	-	-	-	-	71.601
Energisa Goiás Transmissora de Energia I S/A	-	-	-	-	-	-	-	-	59.246
Energisa Pará Transmissora de Energia II S/A	-	-	-	-	-	-	-	-	9.687
Energisa Tocantins Transmissora de Energia S/A	-	-	-	-	-	-	-	-	3.193
Energisa Transmissora de Energia I S/A	100	1	1	-	-	-	(1)	(1)	-
Energisa Transmissora de Energia II S/A	100	1	1	-	-	-	(1)	(1)	-
Energisa Transmissora de Energia III S/A	100	1	1	-	-	-	(1)	(1)	-
Comercialização de Energia Elétrica								(5.730)	(665)
Energisa Comercializadora	100	5.119	5.119	196.968	197.633	(665)	(5.730)	(5.730)	(665)
Prestação de Serviços								4.914	123.035
Energisa Soluções	100	127.819	127.819	219.253	100.689	118.564	5.848	5.848	118.564
Energisa Serviços Aéreos de Aeroinspeção	100	6.313	6.313	1.483	200	1.283	(1.811)	(1.811)	1.283
Energisa Planejamento	58,26	1.686	4.109	7.123	1.650	5.473	1.506	877	3.188
Holdings e demais Companhias								830.902	4.293.670
Dinâmica Direitos Creditórios	100	1.955	1.877	1.999	15	1.984	184	184	1.984
Denerge S/A	99,97	531	1.316.157	2.194.131	507.511	1.686.620	394.383	394.287	1.686.361
Energisa Transmissora de Energia S/A	100	32.657	32.657	859.076	548.385	310.691	81.777	131.148	166.957
Energisa Participações Minoritárias S.A	87,70	427.958	4.879.167	2.786.381	6.152	2.780.229	348.084	305.283	2.438.368
Ágio pago na aquisição de controladas								(11.339)	159.292
Total								720.964	7.843.011

(1) O aumento do percentual das empresas Eletroacre e Ceron, refere-se a integralização pela companhia das sobras de ações não exercida o direito de compra pelos empregados.

Notas Explicativas

31/12/2018								Informações sobre o investimento da controladora	
Informações sobre as controladas									
Controladas	%	Nº ações / cotas detidas / mil	Capital social	Ativo	Passivo	Patrimônio Líquido	Resultado do exercício	Equivalência Patrimonial	Investimentos
Distribuição								482.392	3.343.444
Energisa Minas Gerais (EMG)	100	819	228.428	909.753	633.848	275.905	36.228	36.228	275.905
Energisa Sergipe (SE)	100	196	417.227	1.843.730	1.497.379	346.351	92.535	92.535	346.353
Energisa Paraíba (EPB)	100	918	571.865	2.441.918	1.629.194	812.724	238.215	238.215	812.723
Energisa Borborema (EBO)	100	293	82.532	307.974	179.244	128.730	30.958	30.958	128.731
Energisa Nova Friburgo (ENF)	100	30	63.343	212.636	126.594	86.042	9.351	9.351	86.040
Energisa Mato Grosso (EMT)	-	-	-	-	-	-	-	152.465	-
Companhia de Eletricidade do Acre (ACRE)	87,61	117.540.239	828.374	3.281.883	2.198.142	1.083.741	53.151	46.566	949.463
Centrais Elétricas de Rondônia S/A (CERON)	90,00	3.773.054	3.412.143	7.372.163	6.545.242	826.921	(137.695)	(123.926)	744.229
Geração								(179)	5.816
Parque Eólico Sobradinho	100	8.359	8.359	4.280	42	4.238	(166)	(166)	4.238
Energisa Geração Usina Maurício	100	1.748	1.748	2.210	954	1.256	40	40	1.256
Energisa Geração Solar Coremas	100	1.004	1.004	318	-	318	(11)	(11)	318
Energisa Geração Eólica Boa Esperança	100	58	49	1	-	1	(10)	(10)	1
Energisa Geração Eólica Mandacaru	100	58	49	1	-	1	(10)	(10)	1
Energisa Geração Eólica Alecrim	100	58	49	1	-	1	(11)	(11)	1
Energisa Geração Eólica Umbuzeiro - Muquim	100	57	48	1	-	1	(11)	(11)	1
Transmissão								2.771	145.074
Energisa Pará Transmissora de Energia I S/A	-	-	-	-	-	-	-	2.457	60.201
Energisa Goiás Transmissora de Energia I S/A	-	-	-	-	-	-	-	1.255	52.771
Energisa Pará Transmissora de Energia II S/A	-	-	-	-	-	-	-	(3)	948
Energisa Transmissão de Energia S/A S/A	100	31.993	31.993	473.424	328.348	145.076	(938)	(938)	31.154
Comercialização								17.883	18.476
Energisa Comercializadora de Energia Ltda	100	5.119	5.119	170.495	152.019	18.476	17.883	17.883	18.476
Prestação de Serviços								(14.470)	118.589
Energisa Soluções	100	95.000	95.000	176.933	64.327	112.606	(13.942)	(13.942)	112.604
Energisa Serviços Aéreos de Aeroinspeção	100	6.312	6.313	3.277	343	2.934	(1.515)	(1.515)	2.934
Energisa Planejamento	58,26	1.686	4.109	6.821	1.584	5.237	1.694	987	3.051
Holdings e demais companhias								334.489	3.293.248
Dinâmica Direitos Creditórios	100	1.955	1.877	1.800	-	1.800	(77)	(77)	1.800
Denerge S/A	99,97	531	1.316.157	1.726.483	561.230	1.165.253	217.970	217.917	1.164.971
Rede Energia Participações S/A (nova denominação social da Rede Energia S.A.)	-	-	-	-	-	-	-	134.113	-
Energisa Participações Minoritárias S/A (*)	87,70	427.958	4.879.167	2.451.804	27.196	2.424.608	(19.911)	(17.464)	2.126.477
Ágio pago na aquisição de controladas								(15.118)	160.877
Total								807.768	7.085.524

(*) Em Assembléia Geral Extraordinária do dia 27 de dezembro de 2018, foi aprovada alteração da denominação social da Companhia de Energia Geração de Energia S/A para Energisa Participações Minoritárias S/A.

Notas Explicativas

Movimentação dos investimentos:

Controladas	Saldo em 31/12/2018	Aquisição/Adiant. Futuro aumento de capital	Ganho/Perda aquisição de ações (1)	Transações de capital (2)	Dividendos	Equivalência Patrimonial	Saldo em 30/09/2019
Distribuição de Energia Elétrica	3.343.444	99.984	69.351	-	(337.917)	(96.003)	3.078.859
Energisa Minas Gerais (EMG)	275.905	-	100	-	(50.950)	30.555	255.610
Energisa Sergipe (SE)	346.353	-	66	-	(82.926)	107.588	371.081
Energisa Paraíba (EPB)	812.723	-	3.282	-	(176.076)	228.878	868.807
Energisa Borborema (EBO)	128.731	-	43	-	(19.449)	27.669	136.994
Energisa Nova Friburgo (ENF)	86.040	-	29	-	(8.516)	10.069	87.622
Companhia de Eletricidade do Acre (ACRE)	949.463	63.693	38.476	-	-	(64.153)	987.479
Centrais Elétricas de Rondônia S/A (CERON)	744.229	36.291	27.355	-	-	(436.609)	371.266
Geração de Energia Elétrica	5.816	40.853	201	-	-	(1.777)	45.093
Parque Eólico Sobradinho	4.238	430	-	-	-	(112)	4.556
Energisa Geração Usina Maurício	1.256	2.665	-	-	-	(266)	3.655
Energisa Geração Solar Coremas	318	10	-	-	-	(11)	317
Energisa Geração Eólica Boa Esperança	1	11	-	-	-	(11)	1
Energisa Geração Eólica Mandacaru	1	11	-	-	-	(11)	1
Energisa Geração Eólica Alecrim	1	11	-	-	-	(11)	1
Energisa Geração Eólica Umbuzeiro - Muquim	1	12	-	-	-	(12)	1
Energisa Geração Central Solar Rio do Peixe I S/A	-	186	-	-	-	(36)	150
Energisa Geração Central Solar Rio do Peixe II S/A	-	190	-	-	-	(31)	159
Alsol Energias Renováveis	-	37.327	201	-	-	(1.276)	36.252
Transmissora de Energia Elétrica	113.920	29.810	-	-	-	(3)	143.727
Energisa Pará Transmissora de Energia I S/a	60.201	11.400	-	-	-	-	71.601
Energisa Goiás Transmissora de Energia I S/A	52.771	6.475	-	-	-	-	59.246
Energisa Pará Transmissora de Energia II S/a	948	8.739	-	-	-	-	9.687
Energisa Tocantins Transmissora de Energia S/A	-	3.193	-	-	-	-	3.193
Energisa Transmissora de Energia I S/A	-	1	-	-	-	(1)	-
Energisa Transmissora de Energia II S/A	-	1	-	-	-	(1)	-
Energisa Transmissora de Energia III S/A	-	1	-	-	-	(1)	-
Comercialização de Energia Elétrica	18.476	-	2	-	(13.413)	(5.730)	(665)
Energisa Comercializadora	18.476	-	2	-	(13.413)	(5.730)	(665)
Prestação de Serviços	118.589	160	112	-	(740)	4.914	123.035
Energisa Soluções	112.604	-	112	-	-	5.848	118.564
Energisa Serviços Aéreos de Aeroinspeção	2.934	160	-	-	-	(1.811)	1.283
Energisa Planejamento	3.051	-	-	-	(740)	877	3.188
Holdings e demais Companhias	3.324.402	614.826	8.881	(6.362)	(478.979)	830.902	4.293.670
Dinâmica Direitos Creditórios	1.800	-	-	-	-	184	1.984
Denerge S/A	1.164.971	614.296	(1.557)	(6.362)	(479.274)	394.287	1.686.361
Energisa Transmissora de Energia S/A	31.154	530	4.125	-	-	131.148	166.957
Energisa Participações Minoritárias S/AA	2.126.477	-	6.313	-	295	305.283	2.438.368
Ágio pago na aquisição de controladas	160.877	9.754	-	-	-	(11.339)	159.292
Total	7.085.524	795.387	78.547	(6.362)	(831.049)	720.964	7.843.011

(1) Refere-se; (i) a ganho apurado no aporte de capital da Ceron de R\$27.244, Eletroacre de R\$38.377 e Alsol de R\$194; (ii) transações entre sócios da Energisa Transmissora de Energia contabilizado diretamente no patrimônio líquido - Impacto da adoção do CPC 47/IFRS15, líquido de tributos (reflexo) no valor de R\$4.090; (iii) reserva de incentivo fiscal reflexa da EPB de R\$3.051; (iv) transações entre sócios da Denerge e Energisa participações reflexas no valor de R\$2.002 (perda), R\$6.014 (ganho); e (v) valor de R\$1.579 de implementação do programa de remuneração variável, através de concessão de ações, denominada Incentivo de Longo Prazo (ILP) das empresas do Grupo.

(2) Refere-se a parcela reflexa do percentual de participação na controlada EEVP, referente a variação do instrumento financeiro derivativo de R\$6.362, apurado no período de 01 de janeiro a 08 de março de 2019, vide nota explicativa nº 35, contabilizado em contrapartida do Patrimônio Líquido.

Nova aquisição de combinação de negócios - Alsol Energias Renováveis.

Em 17 de junho de 2019, foi formalizada a transferência para Energisa de 87,01% do capital da Alsol Energias Renováveis S.A, sendo todas as condições suspensivas usuais para transações dessa natureza satisfeitas e/ou dispensadas.

A Administração da Companhia observa um crescimento significativo do mercado de geração distribuída, ainda fragmentado e imaturo no Brasil, e dado no seu histórico bem-sucedido de operações no setor, acredita que poderá adquirir escala e expandir a oferta de novos produtos e serviços no segmento de geração distribuída.

Notas Explicativas

A Companhia apurou em caráter provisório os valores da combinação de negócio de acordo com o tópico 45 do CPC 15 (R1) - Combinação de Negócios e IFRS 3 (R) - “Business Combination”, que determina a contabilização inicial da combinação de negócios ao término do período de reporte em que a combinação ocorrer, em suas demonstrações financeiras. A Companhia não possui expectativa de alterações que possam modificar a posição dos resultados obtidos na combinação de negócio.

Os valores justos dos ativos e passivos identificáveis adquiridos, na data da combinação de negócios, são os seguintes:

	Alsol
Valor justo dos ativos adquiridos	2.058
% de participação	87%
Valor da participação	1.792
Valor de aquisição	11.546
Mais valia de ativos intangíveis	9.754

A contabilização da aquisição realizada em 17 de junho de 2019 foi mensurada pelo valor justo na data da transação, de acordo com o CPC 15 (R1) - Combinação de Negócios e IFRS 3 (R) - “Business Combination”.

O valor da Mais Valia de Ativos intangíveis apurado na aquisição da Companhia monta em R\$9.754 foi reconhecido na rubrica “investimentos” na controladora e no “intangível” no consolidado. O preço da aquisição no valor de R\$11.546 refere-se ao montante total a ser transferido para aquisição do controle da empresa. Até 30 de setembro de 2019 foram pagos R\$11.758 sendo liquidado em 24 de julho de 2019, 31 de julho de 2019 e 24 de setembro de 2019.

Provisão para riscos trabalhistas, cíveis, fiscais e regulatórias

A Companhia reconheceu o montante de R\$1.668, de provisão para riscos trabalhistas, cíveis, fiscais e regulatórias, com prognósticos de perdas possíveis e remotas e estão a valor justo dos passivos contingentes assumidos na contabilização inicial da combinação de negócios.

Segue as informações das demonstração financeira das empresa Alsol adquirida com posição em 31 de maio de 2019.

	Alsol
Caixa e equivalente de caixa	11.739
Clientes, consumidores e concessionárias	28.407
Estoques	4.703
Impostos à recuperar	1.322
Créditos Tributários	1.956
Outros créditos	5.654
Imobilizado	5.622
Intangível	5.473
Fornecedores	12.100
Empréstimos e financiamentos	116
Arrendamentos operacionais	4.831
Tributos e contribuições sociais	2.910
Impostos de renda e contribuição social diferido	1.385
Provisão para riscos trabalhistas, cíveis, fiscais e regulatórias	2.177
Outros passivos	39.299
Participação de acionistas não controladores	266

Notas Explicativas

A empresa adquirida contribuiu com uma receita líquida de R\$2.583 e prejuízo no mês de junho de R\$68.

Controladas	Saldo em 31/12/2017	Aquisição/Adiant. Futuro aumento de capital	Investimentos Adquiridos	Ganho/Perda aquisição de ações (1)	Transações de capital (2)	Incorporação	Dividendos	ORA	Equivalência Patrimonial	Saldo em 31/12/2018
Distribuição de Energia Elétrica	1.900.672	1.060.068	1.333.257	78.546	-	(864.947)	(649.146)	2.602	482.392	3.343.444
Energisa Minas Gerais (EMG)	273.489	-	-	76	-	-	(34.862)	974	36.228	275.905
Energisa Sergipe (SE)	381.883	-	-	453	-	-	(126.646)	(1.872)	92.535	346.353
Energisa Paraíba (EPB)	832.027	-	-	1.299	-	-	(261.054)	2.236	238.215	812.723
Energisa Borborema (EBO)	126.504	-	-	42	-	-	(29.383)	610	30.958	128.731
Energisa Nova Friburgo (ENF)	86.868	-	-	19	-	-	(10.852)	654	9.351	86.040
Energisa Mato Grosso (EMT) (1)	199.901	567.418	-	131.512	-	(864.947)	(186.349)	-	152.465	-
Companhia de Eletricidade do Acre (ACRE)	-	238.806	693.680	(29.589)	-	-	-	-	46.566	949.463
Centrais Elétricas de Rondônia S/A (CERON)	-	253.844	639.577	(25.266)	-	-	-	-	(123.926)	744.229
Geração de Energia Elétrica	4.964	1.026	-	-	-	-	-	5	(179)	5.816
Parque Eólico Sobradinho	3.466	933	-	-	-	-	-	5	(166)	4.238
Energisa Geração Usina Maurício	1.174	42	-	-	-	-	-	-	40	1.256
Energisa Geração Solar Coremas	320	9	-	-	-	-	-	-	(11)	318
Energisa Geração Eólica Boa Esperança	1	10	-	-	-	-	-	-	(10)	1
Energisa Geração Eólica Mandacaru	1	10	-	-	-	-	-	-	(10)	1
Energisa Geração Eólica Alecrim	1	11	-	-	-	-	-	-	(11)	1
Energisa Geração Eólica Umbuzeiro - Muquim	1	11	-	-	-	-	-	-	(11)	1
Transmissora de Energia Elétrica	15.047	127.292	-	20	-	-	-	(56)	2.771	145.074
Energisa Pará Transmissora de Energia I S/a	8.811	65.933	(17.000)	-	-	-	-	-	2.457	60.201
Energisa Goiás Transmissora de Energia I S/A	6.236	58.280	(13.000)	-	-	-	-	-	1.255	52.771
Energisa Pará Transmissora de Energia II S/a	-	2.943	(1.992)	-	-	-	-	-	(3)	948
Energisa Transmissora de Energia S/A	-	136	31.992	20	-	-	-	(56)	(938)	31.154
Comercialização de Energia Elétrica	17.831	-	-	39	-	-	(17.180)	(97)	17.883	18.476
Energisa Comercializadora	17.831	-	-	39	-	-	(17.180)	(97)	17.883	18.476
Prestação de Serviços	101.507	32.819	-	81	-	-	(1.140)	(208)	(14.470)	118.589
Energisa Soluções	93.766	32.819	-	81	-	-	-	(120)	(13.942)	112.604
Energisa Serviços Aéreos de Aeroinspeção	4.470	-	-	-	-	-	-	(21)	(1.515)	2.934
Energisa Planejamento	3.271	-	-	-	-	-	(1.140)	(67)	987	3.051
Holdings e demais Companhias	1.978.275	326	-	272.843	(59.069)	864.947	(53.516)	(45.047)	334.489	3.293.248
Dinâmica Direitos Creditórios	1.907	-	-	-	-	-	(30)	(77)	(77)	1.800
Denerge S/A	1.082.924	(3)	-	2.355	(59.069)	-	(53.486)	(25.667)	217.917	1.164.971
Rede Energia S.A.	893.442	318	-	693	-	(1.028.566)	-	-	134.113	-
Energisa Participações Minoritárias S/A (*) (3)	2	11	-	269.795	-	1.893.513	-	(19.380)	(17.464)	2.126.477
Ágio pago na aquisição de controladas	175.995	-	-	-	-	-	-	-	(15.118)	160.877
Total	4.194.291	1.221.531	1.333.257	351.529	(59.069)	-	(720.982)	(42.801)	807.768	7.085.524

(*) Em Assembléia Geral Extraordinária do dia 27 de dezembro de 2018, foi aprovada alteração da denominação social da Companhia de Energisa Geração de Energia S/A para Energisa Participações Minoritárias S/A.

- Refere-se a ganho apurado na aquisição de participação acionária minoritária em leilão de oferta pública de ações realizada em 16 de janeiro e 02 de fevereiro de 2018, tendo sido adquiridas 65.740.888 ações do capital social da controlada EMT pelo montante de R\$567.418 (R\$566.161 líquido de taxas, emolumentos, e comissões aplicáveis) resultando em um ganho de R\$131.513 registrado diretamente do patrimônio líquido na rubrica de transações com sócios. Adicionalmente, foram adquiridas ações da Denerge e Rede Energia no montante de R\$319, resultando em um ganho de R\$2.656 também reconhecida diretamente no Patrimônio Líquido. R\$377 e R\$1.138 referente a Reserva de Incentivo Fiscais - reflexo das empresas ESE e EPB.
- Refere-se a parcela reflexa do percentual de participação na controlada EEVP, referente ao instrumento financeiro derivativo conforme descrito na nota explicativa nº 35, que no período montou em R\$6.362 (R\$43.873 em 31 de dezembro de 2018), contabilizado em contrapartida do Patrimônio Líquido.
- A controlada Energisa Participações Minoritárias S/A (EPM), nova denominação social da Energisa Geração de Energia S/A é uma sociedade de propósito específico criada para participação no capital de outras sociedades por interesse da controladora Energisa S/A para aprimorar a estrutura societária do grupo.

Atualmente, a EPM detém participação de ações ordinárias de emissão da Rede Energia, representativas de 29,57% (vinte e nove virgula cinquenta e sete por cento) do capital social total da Rede Energia ("Ações Rede Energia"); e ações ordinárias e ações preferenciais de emissão da EMT, representativas de 39,82% (trinta e nove virgula oitenta e dois por cento) do capital social total da EMT ("Ações EMT").

Em 28 de dezembro de 2018, a EPM recebeu aporte primário de R\$600.000 relativo a subscrição de ações preferenciais por acionista minoritário, cuja participação é representativa de 12,3% do capital social da EPM.

Como resultado da operação, a Companhia passou a deter, direta e indiretamente, 92,7% (ante 96,3%) do capital social total da Rede Energia e 88,4% (ante 95,3%) do capital social total da EMT.

Notas Explicativas

Destaca-se que os direitos e obrigações dos acionistas da Energisa Participações, foram disciplinados por meio de acordo de acionistas celebrado entre as partes.

Dentre outras avenças próprias de documentos dessa natureza, o Acordo de Acionistas assegurou, à Companhia, uma opção de compra da totalidade das ações preferenciais do acionista minoritário. Não há opção de venda que obrigue a Companhia a adquirir a parcela minoritária em todo ou em parte.

Pela capitalização realizada em dezembro de 2018 o qual fará jus aos dividendos de 40% do lucro líquido apurado pela Companhia, com base no fluxo de dividendos.

Em caso de liquidação da Companhia as ações preferenciais terão prioridade em relação as ações ordinárias ou outras espécies ou classes de ações existentes ou que venham a existir, no reembolso do capital, acrescido de um prêmio nos termos do inciso II, do artigo 17 das Lei 6.404/76, sendo certo que o prêmio, por conta disto foram efetuados os cálculos por consultoria especializada, não obtendo resultados a serem considerados no período.

Combinação de negócios - distribuidoras de energia elétrica.

Em leilão realizado no dia 30 de agosto de 2018 e de acordo com as regras contidas no edital nº 2/2018-PPI/PND (“Edital”), a Energisa adquiriu 90% do capital social das Centrais Elétricas de Rondônia (“Ceron”) e 87,61% da Companhia de Eletricidade do Acre (“Eletroacre”), das Centrais Elétricas Brasileiras S.A. (“Eletrobrás”). Os índices de deságio da flexibilização regulatória e outorga ofertados pela Companhia foram de 21% para a Ceron e de 31% para a Eletroacre.

Em face do cumprimento de todas as condicionantes e dos termos do Edital, a Companhia efetivou em 30 de outubro de 2018, a aquisição de 2.599.666.099 ações ordinárias de emissão da Ceron, representativas dos 90,0% do seu capital social total, nos termos do Contrato de Compra e Venda de Ações e Outras Avenças (“Contrato”) assinado entre a Energisa e a Eletrobrás.

Na mesma data, a Companhia firmou Acordo de Acionistas da Ceron, com a Eletrobrás e realizou Assembleia Geral Extraordinária deliberando aumento de capital no montante de R\$282.049 (valor superior ao aumento de capital obrigatório e previsto na aquisição de R\$253.844), ao preço de R\$0,21633448 por ação, fixado nos termos do artigo 170, § 1º, inciso I, da Lei das S.A.. Nesse ato, a Energisa subscreveu e integralizou o valor do aumento de capital obrigatório e previsto. A Companhia também subscreveu e integralizou as sobras das ações ofertadas aos empregados e aposentados da Ceron, em 1º de março de 2019, no montante de R\$27.834, passando a deter 95,43% da Ceron.

E em 6 de dezembro de 2018, após cumprir todas as condicionantes, a Companhia concluiu também a aquisição da Eletroacre com o recebimento de 117.538.360.880 ações de emissão dessa distribuidora (86.020.249.480 ordinárias e 31.518.111.400 preferenciais), representativas de 87,61% do capital social total, nos termos do Contrato de Compra e Venda de Ações e Outras Avenças (“Contrato”) assinado naquela data entre a Energisa e a Eletrobrás. Na mesma data a Companhia também firmou Acordo de Acionistas da Eletroacre, com a Eletrobrás e aprovou aumento de capital no montante de R\$274.374 (valor superior ao aumento de capital obrigatório e prevista na aquisição de R\$238.806), ao preço de R\$0,00254489 por ação, fixado nos termos do artigo 170, § 1º, inciso I, da Lei das S.A.. Nesse ato, a Companhia subscreveu e integralizou o valor do aumento de capital obrigatório. A Companhia também subscreveu e integralizou as sobras das ações ofertadas aos empregados e aposentados da Eletroacre, em 1º de março de 2019, no montante de R\$35.264, passando a deter 93,58% da Eletroacre.

Nos termos do Edital, a Eletrobrás possuía o direito de realizar aumento de capital em até seis meses após a liquidação do leilão de forma a aumentar sua participação societária no capital social das duas distribuidoras em até 30%.

Em 30 de abril de 2019, encerrou-se o prazo previsto no Acordo de Acionistas das Centrais Elétricas de Rondônia S.A. (“Ceron”) assinado entre a Companhia e a Centrais Elétricas Brasileiras S.A. - Eletrobrás em 30 de outubro de 2018 (“Acordo de Acionistas”), celebrado nos termos do Edital do Leilão nº 2/2018-PPI/PND, para o exercício da opção de aumentar a participação da Eletrobrás no capital social da CERON em até 30% (trinta por cento), sem que a Eletrobrás tenha exercido a referida opção nos termos do Acordo de Acionistas. Dado que a Eletrobrás não exerceu a referida opção, em 18 de junho de 2019, a Companhia realizou o distrato dos Acordo de Acionistas da Ceron e da Eletroacre, assinado entre a Companhia e a Eletrobrás.

Nas datas de 30 de outubro e 6 de dezembro de 2018, a Ceron e a Eletroacre, respectivamente, assinaram os contratos de Concessão do Serviço Público de Distribuição de Energia Elétrica com a União, nos termos da lei nº 12.783, de 11 de janeiro de 2013.

Notas Explicativas

Com essas aquisições, a Energisa passou a deter controle de onze concessões de distribuição de energia elétrica espalhadas pelas cinco regiões do país. A Administração da Companhia acredita que seu histórico bem-sucedido de transformação operacional e financeira será essencial para melhorar os indicadores de qualidade, perdas, inadimplência e também o equilíbrio econômico-financeiro das distribuidoras, trazendo benefícios para seus consumidores. A Companhia mantém o compromisso de alocação prudente de capital, buscando geração de valor para seus acionistas e a sustentabilidade do negócio.

Período de mensuração do Purchase Price Allocation (PPA):

A Companhia apurou em caráter provisório os valores da combinação de negócio de acordo com o tópico 45 do CPC 15 (R1) - Combinação de Negócios e IFRS 3 (R) - “Business Combination”, que determina a contabilização inicial da combinação de negócios ao término do período de reporte em que a combinação ocorrer, em suas demonstrações financeiras.

Durante o período de mensuração, a Companhia poderá ajustar retrospectivamente os valores provisórios reconhecidos na data da aquisição para refletir qualquer nova informação obtida relativa a fatos e circunstâncias existentes na data da aquisição, a qual, se conhecida naquela data, teria afetado a mensuração dos valores reconhecidos. Durante o período de mensuração, também deve reconhecer adicionalmente ativos ou passivos, quando nova informação for obtida acerca de fatos e circunstâncias existentes na data da aquisição, a qual, se conhecida naquela data, teria resultado no reconhecimento desses ativos e passivos. O período de mensuração termina quando o adquirente obtiver as informações que buscava sobre fatos e circunstâncias existentes na data da aquisição, ou quando ele concluir que mais informações não podem ser obtidas. Contudo, o período de mensuração não pode exceder a um ano da data da aquisição. Durante este período, a Companhia não possui expectativa de alterações que possam modificar a posição dos resultados obtidos na combinação de negócio.

Até 31 de dezembro de 2018, a Companhia incorreu em R\$9.620 de gastos com aquisição das empresas.

Os valores justos dos ativos e passivos identificáveis adquiridos, na data da combinação de negócios, são como segue:

	CERON	Eletroacre	Total
Valor justo dos ativos adquiridos	710.640	791.782	1.502.422
% de participação	90,00%	87,61%	-
Valor da participação	639.576	693.681	1.333.257
Valor da aquisição	137.548	26.147	163.695
Resultado auferido na combinação de negócio	502.028	667.534	1.169.562

Resultado auferido na combinação de negócios:

Nas aquisições de combinação de negócios de Ceron e Eletroacre realizadas pela Companhia de acordo com o CPC 15 (R1) - Combinação de Negócios e IFRS 3 (R) - “Business Combination”, foram auferidos resultados no montante de R\$1.169.562, reconhecidos na rubrica “investimentos” na controladora e no “intangível” no consolidado, em contrapartida de outras receitas operacionais - resultado auferido na combinação de negócios na demonstração do resultado do exercício. O resultado auferido na aquisição decorre, principalmente, das perspectivas de apuração de resultados com o incremento de receitas provenientes do crescimento da região, que ainda tem restrições de atendimento de energia elétrica, na redução de custos operacionais e nos investimentos estratégicos a serem realizados.

Além da sinergia geográfica com a controlada Energisa Mato Grosso, as duas distribuidoras têm muitas similaridades com outras duas concessionárias do Grupo, como a concentração de cliente por quilômetro de rede e passou a deter o “corredor noroeste” que liga os estados que fazem divisa e que vão do Acre, passa por Rondônia, Mato Grosso, Mato Grosso do Sul e o estado de Tocantins.

Notas Explicativas

Provisão para riscos trabalhistas, cíveis, fiscais e regulatórias

A Companhia reconheceu o montante de R\$467.403, em 31 de dezembro de 2018 de provisão para riscos trabalhistas, cíveis, fiscais e regulatórias, com prognósticos de perdas possíveis e remotas e estão a valor justo dos passivos contingentes assumidos na contabilização inicial da combinação de negócios.

Apuração do valor justo

Mais Valia dos ativos intangíveis

As aquisições descritas na nota explicativa acima foram contabilizadas de acordo com o CPC 15 (R1) - Combinação de Negócios e IFRS 3 (R) - "Business Combination". Para efeitos de registro contábil, de acordo com as normas contábeis que consideram a essência econômica da operação a Energisa passou a avaliar os ativos das controladas a valor justo, na aquisição do controle acionário. Como resultado, e seguindo as determinações do CPC 15 (R1) e IFRS 3 (R), os ativos e passivos líquidos (acervo líquido) das empresas foram avaliados ao seu valor justo ("fair value") e alocados conforme laudo de avaliação preparado por empresa especializada, o qual gerou o registro nas empresas de: (a) um ativo intangível - direito de concessão no montante de R\$5.737.649; (b) o registro de imposto de renda e contribuição social diferidos, no passivo não circulante, no montante de R\$1.950.801; e (c) outros passivos circulantes no montante de R\$467.403 (provisão para riscos trabalhistas, cíveis, fiscais e regulatórias), totalizando R\$3.319.445, registrado em cada controlada como ajuste de avaliação patrimonial no patrimônio líquido em 31 de dezembro de 2018.

Os impostos diferidos (passivo) foram constituídos sobre a diferença entre a mais-valia dos ativos identificáveis e adquiridos e os respectivos valores contábeis desses ativos, uma vez que as bases fiscais destes não foram afetadas pela combinação de negócio e, conseqüentemente, geraram diferenças temporárias. Esses impostos diferidos foram constituídos utilizando-se a alíquota de 34% sobre a mais-valia desses ativos. O valor do imposto de renda diferido será realizado contabilmente à medida que o ativo intangível seja amortizado ou no caso de o investimento ser vendido pela controladora. Adicionalmente, as controladas são tributadas pelo regime de lucro real, no qual a amortização do intangível não é dedutível. Desta forma, na controladora sua realização fiscal ocorre pela venda do ativo imobilizado na controlada ou por venda do investimento pela controladora, o que levaria a uma tributação de 34% na controladora, decorrente do resultado auferido.

Controladas	Custo do Intangível e imobilizado	Custo atribuído as contingências	Tributos	Efeito no Patrimônio Líquido
Ceron	3.851.936	(437.451)	(1.309.659)	2.104.826
Eletoacre	1.885.713	(29.952)	(641.142)	1.214.619
Total	5.737.649	(467.403)	(1.950.801)	3.319.445

Segue as demonstrações financeiras das empresas adquiridas com posição na data da aquisição, Ceron em 30 de outubro de 2018 e Eletoacre em 06 de dezembro de 2018.

	Ceron	Eletoacre
Caixa e equivalente de caixa	11.715	14.999
Aplicações financeiras no mercado aberto e recursos vinculados	33.554	8.520
Clientes, consumidores e concessionárias	522.083	226.731
Estoques	16.466	1.604
Tributos a recuperar	79.016	17.129
Outros ativos circulantes	193.668	72.668
Cauções e depósitos vinculados	217.841	7.953
Contas a receber da concessão	15.700	6.438
Ativos financeiros setoriais	1.037.577	254.228
Intangível, imobilizado e ativo contratual - infraestrutura em construção	5.101.109	2.421.759
Fornecedores	1.700.096	360.870
Empréstimos, financiamentos e encargos de dívidas	977.705	588.685
Provisão para riscos trabalhistas, cíveis, fiscais e regulatórios	1.606.836	302.875
Passivos financeiros setoriais	144.662	50.316
Imposto de renda e contribuição social diferido	1.293.606	732.522
Outros passivos	795.184	204.979
Participação de acionistas não controladores	71.064	98.101

Notas Explicativas

As empresas adquiridas contribuíram com uma receita líquida de R\$240.038 e prejuízo do período de R\$119.268 desde a data de aquisição até 31 de dezembro de 2018 para o resultado consolidado da Companhia.

Amortização acumulada dos bens intangíveis no período findo em 30 de setembro de 2019, que tem sua contabilização efetuada na demonstração de resultado nas rubricas de amortização e depreciação e imposto de renda e contribuição social sobre o lucro, são originados, conforme segue.

	EMT	ETO	EMS	Ceron	Eletroacre	Total	
						30/09/2019	31/12/2018
Amortização no período/exercício	(47.900)	(47.726)	(53.556)	(96.298)	(47.143)	(292.623)	(225.548)
IR e CSSL	16.286	16.227	18.209	32.741	16.029	99.492	76.687
Amortização Líquida de tributos	(31.614)	(31.499)	(35.347)	(63.557)	(31.114)	(193.131)	(148.861)

A Companhia detém participações indiretas nas empresas distribuidoras de energia elétrica e serviços, controlada diretamente pela Rede Energia S/A, conforme segue:

30/09/2019					
Controladas indiretas	% indireto	Ativo	Passivo	Patrimônio Líquido	Resultado do período
Distribuição de Energia Elétrica					
Energisa Tocantins	73,53	2.854.749	2.069.352	785.397	141.215
Energisa Mato Grosso	75,28	8.021.896	5.610.822	2.411.074	391.755
Energisa Mato Grosso do Sul	95,84	3.940.328	2.705.860	1.234.468	196.577
Energisa Sul-Sudeste - Distribuidora de Energia S/A (1)	95,19	2.020.702	1.439.159	581.543	82.195
Multi Energisa Serviços S/A	95,91	29.562	14.619	14.943	5.558
QMRA Participações S.A.	95,91	2.359	264	2.095	(99)
Rede Power do Brasil S.A.	95,91	460.600	48.289	412.311	75.823
Companhia Técnica de Comercialização de Energia	95,91	17.952	202.967	(185.015)	(5.476)

31/12/2018					
Controladas indiretas	% indireto	Ativo	Passivo	Patrimônio Líquido	Resultado do exercício
Distribuição de Energia Elétrica					
Energisa Tocantins	77,07	2.502.695	1.729.365	773.330	57.261
Energisa Mato Grosso	73,38	7.206.607	5.063.042	2.143.565	386.422
Energisa Mato Grosso do Sul	92,58	3.779.625	2.530.962	1.248.663	124.129
Energisa Sul-Sudeste - Distribuidora de Energia S/A (1)	92,12	1.915.387	1.344.037	571.350	111.156
Multi Energisa Serviços S/A	92,66	24.875	16.050	8.825	4.590
QMRA Participações S.A.	92,62	2.350	156	2.194	(74.209)
Rede Power do Brasil S.A.	92,62	526.927	58.864	468.063	48.067
Companhia Técnica de Comercialização de Energia	92,66	18.289	197.828	(179.539)	(7.533)

Notas Explicativas

18. Imobilizado

Os itens do imobilizado são registrados pelo custo histórico de aquisição ou construção, deduzidos da depreciação acumulada e perdas de redução ao valor recuperável (*impairment*) acumuladas, quando aplicável.

Por natureza, os valores dos ativos imobilizados do consolidado estão compostos da seguinte forma:

	Controladora						Saldo 30/09/2019
	Taxa média de depreciação (%)	Saldo 31/12/2018	Adição	Transferências	Baixas	Depreciação	
Imobilizado em Serviço							
Custo:							
Terrenos	-	606	-	-	-	-	606
Edificações e benfeitorias	3,39%	27.348	-	-	-	-	27.348
Máquinas e equipamentos	14,25%	22.317	-	1.685	(4)	-	23.998
Veículos	14,29%	17.116	-	177	(373)	-	16.920
Móveis e utensílios	7,58%	15.577	-	475	-	-	16.052
Total do imobilizado em serviço		82.964	-	2.337	(377)	-	84.924
Depreciação acumulada:							
Edificações e benfeitorias		(2.885)	-	-	-	(691)	(3.576)
Máquinas e equipamentos		(7.837)	-	-	-	(2.172)	(10.009)
Veículos		(9.875)	-	-	191	(1.006)	(10.690)
Móveis e utensílios		(13.097)	-	-	-	(247)	(13.344)
Total Depreciação acumulada		(33.694)	-	-	191	(4.116)	(37.619)
Subtotal Imobilizado		49.270	-	2.337	(186)	(4.116)	47.305
Imobilizado em curso		1.798	8.738	(2.337)	-	-	8.199
Total do Imobilizado		51.068	8.738	-	(186)	(4.116)	55.504

	Controladora						Saldo 31/12/2018
	Taxa média de depreciação (%)	Saldo 31/12/2017	Adição	Transferências	Depreciação		
Imobilizado em Serviço							
Custo:							
Terrenos	-	16	-	590	-	-	606
Edificações e benfeitorias	3,39%	23.766	-	3.582	-	-	27.348
Máquinas e equipamentos	14,50%	17.137	-	5.180	-	-	22.317
Veículos	14,29%	16.396	-	720	-	-	17.116
Móveis e utensílios	7,97%	15.142	-	435	-	-	15.577
Total do imobilizado em serviço		72.457	-	10.507	-	-	82.964
Depreciação acumulada:							
Edificações e benfeitorias		(1.661)	-	(387)	(837)	(2.885)	(2.885)
Máquinas e equipamentos		(5.350)	-	-	(2.487)	(7.837)	(7.837)
Veículos		(8.576)	-	-	(1.299)	(9.875)	(9.875)
Móveis e utensílios		(12.756)	-	-	(341)	(13.097)	(13.097)
Total Depreciação acumulada		(28.343)	-	(387)	(4.964)	(33.694)	(33.694)
Subtotal Imobilizado		44.114	-	10.120	(4.964)	49.270	49.270
Imobilizado em curso		4.671	7.247	(10.120)	-	-	1.798
Total do Imobilizado		48.785	7.247	-	(4.964)	51.068	51.068

Notas Explicativas

	Consolidado							
	Taxa média de depreciação (%)	Saldo 31/12/2018	Saldo de Aquisição	Adição	Transferências (*)	Baixas (**)	Amortização/ Depreciação	Saldo 30/09/2019
Imobilizado em Serviço								
Custo:								
Terrenos	-	2.550	-	-	1.411	-	-	3.961
Reservatório, Barragens e Adutoras	2,96%	2.774	-	-	1.778	-	-	4.552
Edificações e benfeitorias	3,23%	58.821	19	-	6.209	-	-	65.049
Máquinas e equipamentos	13,54%	279.268	5.656	12	(29.774)	(179)	-	254.983
Veículos	14,27%	74.275	242	-	2.868	(968)	-	76.417
Móveis e utensílios	6,37%	83.721	188	-	6.004	(22)	-	89.891
Total do Imobilizado em Serviço		501.409	6.105	12	(11.504)	(1.169)	-	494.853
Depreciação acumulada:								
Reservatório, Barragens e Adutoras		(824)	-	-	-	-	(38)	(862)
Edificações e benfeitorias		(21.972)	(5)	-	(4.354)	(273)	2.067	(24.537)
Máquinas e equipamentos		(175.061)	(414)	-	37.821	13	(23.712)	(161.353)
Veículos		(43.704)	(835)	-	2.652	755	(5.611)	(46.743)
Móveis e utensílios		(58.279)	(55)	-	(1.893)	2	(2.202)	(62.427)
Total Depreciação acumulada		(299.840)	(1.309)	-	34.226	497	(29.496)	(295.922)
Subtotal Imobilizado		201.569	4.796	12	22.722	(672)	(29.496)	198.931
Imobilizado em curso		8.043	826	32.620	(17.407)	-	-	24.082
Total do Imobilizado		209.612	5.622	32.632	5.315	(672)	(29.496)	223.013

(*) O montante de R\$5.315 refere-se a reclassificações entre o imobilizado e o intangível.

(*) O montante de R\$672 refere-se a baixas realizadas no período, inicialmente são contabilizados nas Ordens de desativação - ODD, e ao final do processo os valores são transferidos para a demonstração do resultado do período na rubrica de outras receitas (despesas) operacionais

	Consolidado							
	Taxa média de depreciação (%)	Saldo 31/12/2017	Saldo de Aquisição	Adição	Transferências	Baixas (*)	Amortização/ Depreciação	Saldo 31/12/2018
Imobilizado em Serviço								
Custo:								
Terrenos	-	1.448	512	-	590	-	-	2.550
Reservatório, Barragens e Adutoras	3,05%	2.792	-	-	-	(18)	-	2.774
Edificações e benfeitorias	3,27%	35.905	18.850	-	4.141	(75)	-	58.821
Máquinas e equipamentos	13,72%	176.775	31.431	-	71.783	(721)	-	279.268
Veículos	14,26%	64.341	6.013	-	4.362	(441)	-	74.275
Móveis e utensílios	7,54%	65.193	7.515	443	10.571	(1)	-	83.721
Total do Imobilizado em Serviço		346.454	64.321	443	91.447	(1.256)	-	501.409
Depreciação acumulada:								
Reservatório, Barragens e Adutoras		(818)	-	-	-	18	(24)	(824)
Edificações e benfeitorias		(5.806)	(14.567)	-	(375)	26	(1.250)	(21.972)
Máquinas e equipamentos		(99.578)	(21.748)	-	(31.138)	209	(22.806)	(175.061)
Veículos		(30.943)	(5.475)	-	42	420	(7.748)	(43.704)
Móveis e utensílios		(45.977)	(5.385)	-	(4.462)	1	(2.456)	(58.279)
Total Depreciação acumulada		(183.122)	(47.175)	-	(35.933)	674	(34.284)	(299.840)
Subtotal Imobilizado		163.332	17.146	443	55.514	(582)	(34.284)	201.569
Imobilizado em curso		14.804	-	48.753	(55.514)	-	-	8.043
Total do Imobilizado		178.136	17.146	49.196	-	(582)	(34.284)	209.612

(*) O montante de R\$582 refere-se a baixas realizadas no exercício, inicialmente são contabilizados nas Ordens de desativação - ODD, e ao final do processo os valores são transferidos para a demonstração do resultado do exercício na rubrica de outras receitas (despesas) operacionais.

Notas Explicativas

19. Intangível

	Controladora		Consolidado	
	30/09/2019	31/12/2018	30/09/2019	31/12/2018
Intangível - contrato de concessão	19.172	13.687	12.899.077	12.868.270
Direto de uso	730	-	56.732	-
Ativo contratual - infraestrutura em construção	-	-	1.618.709	1.337.311
Direito de concessão	-	-	343.983	364.038
Total	19.902	13.687	14.918.501	14.569.619

19.1 Intangível - controladora

	Controladora						
	Taxa média de amortização (%)	Saldo 31/12/2018	Adoção Inicial CPC 06 (R2)	Adições	Transferências	Amortização	Saldo 30/09/2019
Em Serviço							
Custo dos softwares	20,00%	27.376	-	-	186	-	27.562
Amortização Acumulada		(14.030)	-	-	-	(3.085)	(17.115)
Em Curso		341	-	8.570	(186)	-	8.725
Subtotal		13.687	-	8.570	-	(3.085)	19.172
Direito de Uso - Imóveis (*)							
Custo		-	777	18	-	-	795
Amortização Acumulada		-	-	-	-	(65)	(65)
Subtotal		-	777	18	-	(65)	730
Total Geral		13.687	777	8.588	-	(3.150)	19.902

(*) Refere-se ao direito de uso de imóveis originados pela aplicação das normas contábil CPC 06 (R2) são amortizados em conformidade com vida útil definida em cada contrato.

	Controladora					
	Taxa média de amortização (%)	Saldo 31/12/2017	Adições	Transferências	Amortização	Saldo 31/12/2018
Em Serviço						
Custo dos softwares	20,00%	17.147	-	10.229	-	27.376
Amortização Acumulada		(10.118)	-	-	(3.912)	(14.030)
Subtotal		7.029	-	10.229	(3.912)	13.346
Em Curso		4.520	6.050	(10.229)	-	341
Total Geral		11.549	6.050	-	(3.912)	13.687

Notas Explicativas

19.2 Intangível e Ativo contratual - Infraestrutura em construção - Consolidado

	Taxa média de amortização (%)	Saldo 31/12/2018	Saldo de aquisição	Adoção Inicial CPC 06 (R2)	Adição	Transferências	Baixas (*)	Amortização / Depreciação (**)	Saldo 30/09/2019
Intangível									
Em serviço:	10,32%	25.124.702	992	-	-	1.147.918	(149.128)	-	26.124.484
Amortização Acumulada		(10.032.268)	(274)	-	(140)	(84.161)	107.996	(997.471)	(11.006.318)
Em Curso		4.353	-	-	9.490	(1.559)	-	-	12.284
Subtotal		15.096.787	718	-	9.350	1.062.198	(41.132)	(997.471)	15.130.450
Direito de Uso - Imóveis (***)									
Custo		-	4.829	39.693	24.162	-	-	(1)	68.683
Amortização Acumulada		-	(74)	-	-	-	-	(11.877)	(11.951)
Subtotal		-	4.755	39.693	24.162	-	-	(11.878)	56.732
Total Intangível		15.096.787	5.473	39.693	33.512	1.062.198	(41.132)	(1.009.349)	15.187.182
(-) Obrigações vinculadas à concessão									
Em Serviço									
Custo	3,81%	4.606.612	-	-	-	186.710	-	-	4.793.322
Amortização Acumulada		(2.378.095)	-	-	792	(17.093)	-	(167.553)	(2.561.949)
Total das Obrigações vinculadas à concessão		2.228.517	-	-	792	169.617	-	(167.553)	2.231.373
Subtotal Intangível		12.868.270	5.473	39.693	32.720	892.581	(41.132)	(841.796)	12.955.809
Ativo contratual - infraestrutura em construção (****)									
Em construção		1.651.479	-	-	1.886.417	(1.006.433)	(671.303)	-	1.860.160
(-) Obrigações Vinculadas à Concessão									
Em construção		314.168	-	-	64.343	(108.537)	(28.523)	-	241.451
Total do ativo contratual - infraestrutura em construção		1.337.311	-	-	1.822.074	(897.896)	(642.780)	-	1.618.709
Total Intangível		14.205.581	5.473	39.693	1.854.794	(5.315)	(683.912)	(841.796)	14.574.518

(*) Das baixas no montante de R\$683.912, R\$642.780, refere-se as transferências do ativo intangível líquido das obrigações especiais para o ativo financeiro indenizável da concessão, R\$41.132 referem-se às baixas realizadas no período, inicialmente contabilizadas nas Ordens de Desativação - ODD e ao final do processo os valores são transferidos para a demonstração do resultado do período/exercício na rubrica de outras receitas (despesas) operacionais.

“O montante transferido do ativo contratual da infraestrutura, líquido das obrigações especiais para o ativo financeiro indenizável da concessão de R\$642.780 (R\$650.907 em 31 de dezembro 2018), corresponde a parcela bifurcada do ativo intangível a ser indenizada no final da concessão pelo Poder Concedente, conforme prevê o contrato de concessão de distribuição de energia elétrica que está enquadrado nos critérios de aplicação da interpretação técnica do ICPC 01 (IFRIC 12).”

(**) A Companhia registrou no período, crédito de PIS e COFINS sobre amortização dos bens e equipamentos no montante de R\$27.251 (R\$35.554 em 31 de dezembro de 2018).

(***) Refere-se ao direito de uso de imóveis originados pela aplicação das normas contábil CPC 06 (R2) são amortizados em conformidade com vida útil definida em cada contrato.

(****) No ativo contratual são registrados, os gastos que são diretamente atribuíveis a aquisição e construção dos ativos, tais como: (i). O custo de materiais e mão de obra direta; (ii). Quaisquer outros custos para colocar o ativo no local em condições necessárias para que sejam capazes de operar na sua plenitude; e (iii). Os juros incorridos sobre empréstimos, financiamentos ao custo de construção da infraestrutura, apropriados considerando os determinados critérios para capitalização, como aplicação da taxa média ponderada e juros de contratos específicos de acordo com o normativo do CPC 20.

Notas Explicativas

	Taxa média de amortização (%)	Saldo 31/12/2017	Saldo de Aquisição	Adição	Transferências	Baixas (*)	Amortização / Depreciação (**)	Saldo 31/12/2018
Intangível em Serviço								
Custo:	10,86%	16.079.665	8.147.850	38.243	1.068.557	(209.613)	-	25.124.702
Amortização Acumulada		(8.297.458)	(763.061)	-	(75.402)	307.510	(1.203.857)	(10.032.268)
Subtotal		7.782.207	7.384.789	38.243	993.155	97.897	(1.203.857)	15.092.434
Em Curso		8.127	-	8.498	(12.272)	-	-	4.353
Total Intangível		7.790.334	7.384.789	46.741	980.883	97.897	(1.203.857)	15.096.787
(-) Obrigações vinculadas à concessão								
Em Serviço								
Custo	3,80%	3.722.038	476.086	-	408.488	-	-	4.606.612
Amortização Acumulada		(2.028.539)	(77.911)	1.079	(110.565)	42.516	(204.675)	(2.378.095)
Total das Obrigações vinculadas à concessão		1.693.499	398.175	1.079	297.923	42.516	(204.675)	2.228.517
Subtotal Intangível		6.096.835	6.986.614	45.662	682.960	55.381	(999.182)	12.868.270
Ativo contratual - infraestrutura em construção (***)								
Em construção		840.185	536.753	1.750.344	(678.631)	(797.172)	-	1.651.479
(-) Obrigações Vinculadas à Concessão								
Em construção		197.120	17.645	241.339	4.329	(146.265)	-	314.168
Total do ativo contratual - infraestrutura em construção		643.065	519.108	1.509.005	(682.960)	(650.907)	-	1.337.311
Total Intangível		6.739.900	7.505.722	1.554.667	-	(595.526)	(999.182)	14.205.581

(*) Das baixas no montante de R\$595.526, R\$650.907, refere-se as transferências do ativo intangível líquido das obrigações especiais para o ativo financeiro indenizável da concessão, R\$97.897 referem-se às baixas realizadas no exercício, inicialmente contabilizadas nas Ordens de Desativação - ODD e ao final do processo os valores são transferidos para a demonstração do resultado do exercício na rubrica de outras receitas (despesas) operacionais, R\$42.516 refere-se à amortização da provisão das incorporações de rede da controlada indireta Centrais Elétricas de Rondônia S/A..

“O montante transferido do ativo contratual da infraestrutura, líquido das obrigações especiais para o ativo financeiro indenizável da concessão de R\$650.907 (R\$765.493 em 31 de dezembro de 2017), corresponde a parcela bifurcada do ativo intangível a ser indenizada no final da concessão pelo Poder Concedente, conforme prevê o contrato de concessão de distribuição de energia elétrica que está enquadrado nos critérios de aplicação da interpretação técnica do ICPC 01 (IFRIC 12).”

(**) A Companhia registrou no exercício, crédito de PIS e COFINS sobre amortização dos bens e equipamentos no montante de R\$35.554 (R\$36.118 em 31 de dezembro de 2017) e R\$24 referente à depreciação dos bens de uso futuro da controlada direta EMS.

(***) No ativo contratual são registrados, os gastos que são diretamente atribuíveis a aquisição e construção dos ativos, tais como: (i). O custo de materiais e mão de obra direta; (ii). Quaisquer outros custos para colocar o ativo no local em condições necessárias para que sejam capazes de operar na sua plenitude; e (iii). Os juros incorridos sobre empréstimos, financiamentos ao custo de construção da infraestrutura, apropriados considerando os determinados critérios para capitalização, como aplicação da taxa média ponderada e juros de contratos específicos de acordo com o normativo do CPC 20.

19.3 Intangível - Contrato de Concessão - consolidados

Referem-se à parcela da infraestrutura utilizada pelas controladas na concessão da distribuição de energia elétrica a ser recuperada pelas tarifas elétricas durante o prazo da concessão.

A infraestrutura utilizada pelas controladas nas suas operações é vinculada ao serviço público de distribuição de energia, não podendo ser retirada, alienada, cedida ou dada em garantia hipotecária sem a prévia e expressa autorização do Órgão Regulador. A Resolução Normativa nº 691/2015, de 08 de dezembro de 2015, regulamenta a desvinculação da infraestrutura das concessões do Serviço Público de Energia Elétrica, concedendo autorização prévia para a sua desvinculação, quando destinada à alienação. Determina, também, que o produto da alienação seja depositado em conta bancária específica e os recursos reinvestidos na infraestrutura da própria concessão.

A amortização do ativo intangível reflete a forma na qual os benefícios futuros referentes à utilização dos ativos são esperados que sejam consumidos pela Companhia ou limitado ao prazo da concessão com base nos benefícios econômicos gerados anualmente. O padrão de consumo destes ativos está relacionado às vidas úteis estimadas de cada bem integrante do conjunto de bens tangíveis contidos na infraestrutura de distribuição. A taxa média ponderada de amortização utilizada é de 10,32% (10,86% em 31 de dezembro de 2018).

Notas Explicativas

O saldo do intangível e do ativo financeiro indenizável da concessão estão reduzidos pelas obrigações vinculadas a concessão, que são representadas por:

Obrigações vinculadas à concessão:	30/09/2019	31/12/2018
Contribuições do consumidor ⁽¹⁾	4.186.113	3.855.868
Participação da União - recursos CDE ⁽²⁾	1.740.098	1.661.740
Participação do Governo do Estado ⁽²⁾	339.805	571.959
Reserva para reversão ⁽³⁾	8.633	9.206
Receitas de Ultrapassagem de Demanda e Energia Reativa Excedente	329.713	310.467
(-) Amortização acumulada	(2.561.949)	(2.378.095)
Total	4.042.413	4.031.145
Alocação:		
Ativo financeiro indenizável da concessão	1.569.589	1.488.460
Infraestrutura - Intangível em serviço	2.231.373	2.228.517
Ativo contratual - infraestrutura em construção e intangível em curso	241.451	300.166
Receitas de Ultrapassagem	-	14.002
Total	4.042.413	4.031.145

- (1) As contribuições de consumidores representam a participação de terceiros em obras para fornecimento de energia elétrica em áreas não incluídas nos projetos de expansão das concessionárias de energia elétrica.
- (2) A participação da União (recursos provenientes da Conta de Desenvolvimento Energético - CDE) e a participação do Governo do Estado, estão destinados ao programa Luz para Todos.
- (3) A reserva para reversão constituída até 31 de dezembro de 1971, representa o montante de recursos provenientes do fundo de reversão, os quais foram aplicados em projetos de expansão da Companhia, incidindo juros de 5 % a.a. pagos mensalmente.

19.4 Direito de concessão - consolidado

	Consolidado	
	30/09/2019	31/12/2018
Reconhecido por controladas ⁽¹⁾	538.012	538.012
Reconhecido pela controladora ⁽²⁾	298.589	298.589
Aquisição participação ⁽³⁾	77.112	67.358
Amortização acumulada	(569.730)	(539.921)
Subtotal	343.983	364.038

A movimentação é como segue:

	Consolidado	
	30/09/2019	31/12/2018
Saldo inicial	364.038	403.781
Aquisição participação	9.754	-
Amortização no período	(29.809)	(39.743)
Saldo final	343.983	364.038

(1) Intangível reconhecido por controlada:

Corresponde ao direito de concessão incorporado pela controlada ESE que está sendo amortizado a partir de abril de 1998 até o término de concessão de distribuição de energia elétrica (dezembro de 2027).

A amortização gera uma redução de imposto de renda e contribuição social da ordem de 34%. Em 30 de setembro de 2019, o saldo a amortizar pela controlada é de R\$184.689 (R\$203.159 em 31 de dezembro de 2018).

(2) Intangíveis reconhecidos pela controladora:

Correspondem aos direitos de concessão das participações societárias nas controladas EBO, ESE e EPB, no montante de R\$108.528 (R\$115.931 em 31 de dezembro de 2018). Desde 01 de janeiro de 2017, a Companhia de acordo com o IAS 16 passou a registrar a amortização do ativo da concessão pelo período remanescente das respectivas autorizações de exploração da concessão, pelo método linear.

A Companhia detém o controle acionário da empresa de propósitos específicos Parque Eólico Sobradinho, localizada no município Sobradinho - BA, que é detentora de projetos eólicos, pelo montante de R\$7.022 (R\$7.022

Notas Explicativas

em 31 de dezembro de 2018). Os valores pagos na aquisição do parque eólico estão alocados como concessão, a serem amortizados em 35 anos a partir da entrada em operação comercial.

(3) Combinação de negócio - Aquisição de participação

Em 11 de abril de 2014, foi formalizada a transferência das participações societárias que asseguram o controle acionário das sociedades integrantes do Grupo Rede para a Energisa, nos termos do Compromisso de Investimento, Compra e Venda de Ações e Outras Avenças.

O valor do ágio apurado na aquisição das Companhias montou em R\$165.552 foi reconhecido na rubrica “investimentos” na controladora e no “intangível” no consolidado. O preço da aquisição no valor simbólico de R\$1,00 (um real), baseado nas avaliações do patrimônio líquido das empresas adquiridas a valor de mercado. O ágio apurado na aquisição decorre principalmente pela não consideração nas premissas de cálculos do PPA da renovação das concessões de distribuição de energia elétrica prevista pela Lei nº 12.783/2013, que mesmo com a edição do Decreto nº 8.461/2015, que regulamentou a prorrogação das concessões de distribuição de energia elétrica, suspenso pelo Tribunal de Contas da União o que impossibilitou a assinatura do novo contrato de concessão e da variação entre a média considerada no processo de definição de preço e a melhor estimativa do patrimônio líquido a valor justo na data efetiva da aquisição.

Do montante do ágio de R\$165.552, foram deduzidos os ganhos de capital por aumento de participação nos aportes de capital realizados nas controladas JQMJ, BBPM, Denerge e Rede Energia no montante de R\$96.345, totalizando o montante de R\$69.207. Em maio de 2015, em face da alienação dos ativos da controlada indireta Tangará S/A, foram transferidos para bens destinados em alienação o montante de R\$6.361. Até 30 de setembro de 2019 foram amortizados R\$33.368.

Em 14 de maio de 2015, a Companhia adquiriu o controle acionário da controlada Dinâmica Direitos Creditórios apurando um ágio de R\$4.512.

A previsão de amortização dos direitos de concessão e a redução do imposto de renda e da contribuição social é como segue:

Período de amortização	Consolidado	Redução do imposto de renda e contribuição social
2019 e 2020	44.533	10.466
2021 e 2022	74.289	16.745
2023 e 2024	74.289	16.745
2025 e 2026	74.289	16.745
2027 e 2028	30.412	2.093
2029 e 2030	22.402	-
2031 em diante	23.769	-
Total	343.983	62.794

20. Fornecedores

	Controladora		Consolidado	
	30/09/2019	31/12/2018	30/09/2019	31/12/2018
Furnas	-	-	136	136
Ampla - CUSD	-	-	3.936	3.653
CCEE ^(1 e 2)	-	-	469.408	157.619
Contratos Bilaterais ⁽²⁾	-	-	1.019.902	873.138
Uso de rede básica ⁽²⁾	-	-	75.043	59.801
Conexão à rede ⁽²⁾	-	-	17.673	19.008
Encargo de serviços do sistema ⁽⁴⁾	-	-	4.342	31.628
Uso do sistema de distribuição (CUSD) ⁽²⁾	-	-	24.509	16.043
Petrobras ⁽²⁾	-	-	-	55.397
Materiais, serviços e outros ⁽³⁾	5.446	3.227	378.229	512.191
Total	5.446	3.227	1.993.178	1.728.614
Circulante	5.446	2.962	1.900.852	1.653.312
Não Circulante	-	265	92.326	75.302

(1) Refere-se o aumento do Preço da Liquidação das Diferenças (PLD) e diminuição do GSF, face ao cenário adverso da geração hidráulica. Em novembro e dezembro de 2018, o PLD atingiu R\$123,92/MWh e R\$78,96/MWh, respectivamente, enquanto em agosto e setembro de

Notas Explicativas

2019 atingiu R\$237,29/MWh e R\$219,57/MWh no submercado SE/CO. Já o GSF, atingiu 99,4% em dezembro /2018 e previsão de 55,5% em setembro/2019.

- (2) (i) em 31 de dezembro de 2018 inclui o montante de R\$78.031, referente ao parcelamento dos débitos com Eletrobrás do repasse Itaipu, consolidado em agosto de 2014 em 60 parcelas, com taxa de juros de 115% do CDI, sendo que nas 24 primeiras foram amortizados apenas os juros remuneratórios incidentes sobre o principal e nas 36 parcelas finais será amortizado o valor do principal. A partir de 30 de setembro de 2016, a Companhia iniciou o pagamento da parcela do principal, e o saldo foi integralmente quitado em 08/2019.

(ii) dívida remanescente com a Petrobras referente a Contratos de Confissão de dívida - CCD junto a Petrobras como sendo: CCD1 celebrado em 31 de dezembro de 2014 oriundo da compra de combustível para produção de energia elétrica para o sistema isolado, no período de setembro de 2011 a junho de 2015, no montante de R\$247.526 parcelado em 120 parcelas; CCD2: contrato firmado em maio de 2018 com mesmo objeto do primeiro, referente ao fornecimento de combustível no período de novembro de 2014 a junho de 2015. O montante da dívida atualizada até 30 de novembro de 2018 era R\$426.034, sendo que conforme modelagem do leilão, a Eletrobrás assumiria o montante de dívida de R\$370.995. O saldo devedor de R\$55.038 será assumido pela Eletroacre. O valor foi liquidado no primeiro trimestre de 2019.

- (3) Referem-se a aquisições de materiais, serviços e outros, necessários à execução, conservação e manutenção dos serviços de geração, distribuição e comercialização de energia elétrica, cujo prazo médio de liquidação é de 40 dias.
- (4) A variação dos Encargos de Serviços do Sistema se deve a queda no Despacho de térmicas em razão de restrição operativa. Encargos por Restrição Operativa são pagos pela geração despachada acima da ordem de mérito de custo, ou seja, usinas que não seriam despachadas por ordem de mérito (menor custo), mas em função de restrições operativas, como, por exemplo, a queda de uma linha de transmissão, são despachadas.

A seguir demonstramos a movimentação dos valores:

Parcelamento repasse Itaipu	30/09/2019	31/12/2018
Parcelamento	78.031	195.078
Juros	2.100	10.134
Amortização	(80.131)	(127.181)
Total - circulante	-	78.031

21. Empréstimos, financiamentos e encargos de dívidas

O saldo dos empréstimos e financiamentos são demonstrados pelo valor líquido dos custos de transação incorridos e são subsequentemente mensurados ao custo amortizado usando o método da taxa efetiva de juros.

Empréstimos, Financiamentos e encargos de dívidas	Controladora		Consolidado	
	30/09/2019	31/12/2018	30/09/2019	31/12/2018
Empréstimos e Financiamentos - Moeda nacional	300.000	-	4.322.047	4.701.681
Empréstimos e financiamentos - Moeda estrangeira	333.152	464.977	3.502.233	3.454.162
Encargos de dívidas - Moeda nacional	5.809	-	51.103	72.801
Encargos de dívidas - Moeda estrangeira	5.671	2.331	27.412	16.256
(-) custos a amortizar - Moeda nacional	(485)	-	(3.166)	(984)
(-) custos a amortizar - Moeda estrangeira	-	-	(2.040)	(2.606)
Marcação a mercado de dívidas	6.392	2.054	45.555	19.314
Total	650.539	469.362	7.943.144	8.260.624
Circulante	180.975	158.008	1.486.743	1.649.423
Não Circulante	469.564	311.354	6.456.401	6.611.201

A composição da carteira de empréstimos, financiamentos e as principais condições contratuais podem ser encontradas no detalhamento abaixo:

Empresa / Operação	Total		Encargos Financeiros Anuais	Vencimento	Periodicidade Amortização	(Taxa efetiva de juros) (3)	Garantias (3)
	30/09/2019	31/12/2018					
Energisa S/A							
Nota Promissória 4ª Emissão (1)	305.809	-	CDI +0,55% a.a	jun/21	Final	5,07%	-
Custo de captação incorrido na contratação	(485)	-					
Total em Moeda Nacional	305.324	-					
Resolução 4131 - Itau (1)	338.823	467.308	4,0375% a.a.	mai/21	Anual	10,48%	A
Marcação à Mercado de Dívida (2)	6.392	2.054	-	-	-	-	-
Total em Moeda Estrangeira	345.215	469.362					
Total Energisa S/A	650.539	469.362					

Notas Explicativas

Empresa / Operação	Total		Encargos Financeiros Anuais	Vencimento	Periodicidade Amortização	(Taxa efetiva de juros (3))		Garantias (3)
	30/09/2019	31/12/2018						
Energisa Sergipe								
FIDC Grupo Energisa III	7.087	10.802	CDI + 0,70% a.a.	dez/20	Mensal	5,18%		R
Repasso BNDES I - ABC	-	2.759	TJLP + 3,10% a 4,10% a.a. (Pré)	mai/19	Mensal	7,06%	a 7,80%	A
Repasso BNDES II - ABC	-	271	TJLP + 3,10% a 4,10% a.a. (Pré)	mai/19	Mensal	7,06%	a 7,80%	A
FINAME - Itaú BBA	8.904	10.926	2,50% a 8,70% a.a. (Pré)	jan/25	Mensal	1,87%	a 6,46%	A
Parcelamento INERGUS	12.607	12.864	IPC + 5,5% a.a.	dez/39	Mensal		6,65%	F
Parcelamento INERGUS - Migração	114.111	127.118	IPCA + 5,78% a.a.	jun/26	Mensal		6,79%	F
Nota Promissória SAFRA - 2º SÉRIE (1)	-	94.196	CDI + 1,65%	abr/19	Final		5,89%	A
Nota Promissória 6ª Emissão (1)	144.935	-	CDI + 0,80%	mar/22	Final		5,26%	A
Custo de captação incorrido na contratação	(373)	(122)	-	-	-	-	-	-
Total em Moeda Nacional	287.271	258.814						
Resolução 4131 - Citibank (1)	296.212	326.955	Libor + 0,72% a a 0,73% a.a.	abr/21	Final	10,53%	a 10,54%	A
Resolução 4131 - Bank of America ML (1)	143.945	134.004	Libor + 1,20% a.a.	jan/21	Final		10,89%	A
Resolução 4131 - Citibank (1)	46.342	43.146	Libor + 0,82% a.a.	set/21	Final		10,60%	A
Resolução 4131 - J.L Morgan (1)	15.072	14.031	Libor + 1,30% a.a.	set/21	Final		10,96%	A
Marcação à Mercado de Dívida (2)	2.000	467	-	-	-	-	-	-
Total em Moeda Estrangeira	503.571	518.603						
Total Energisa Sergipe	790.842	777.417						
Energisa Paraíba								
FIDC Grupo Energisa III	28.820	43.927	CDI + 0,70% a.a.	dez/20	Mensal	5,18%		R
FINAME - Itaú	16.378	20.163	2,50% a 10,0% a.a. (Pré)	jan/25	Mensal	1,87%	a 7,41%	A
Parcelamento FUNASA	3.579	3.843	IPCA + 5,94%	dez/29	Mensal		6,91%	-
NOTA PROMISSÓRIA SAFRA - 2º SÉRIE (1)	-	68.030	CDI + 1,65%	abr/19	Final		5,89%	A
Custo de captação incorrido na contratação	(121)	(240)	-	-	-	-	-	-
Total em Moeda Nacional	48.656	135.723						
Resolução 4131 - Itaú BBA (1)	107.398	98.814	3,7995% a.a. (Pré)	jun/20	Final		10,31%	A
Resolução 4131 - Citibank (1)	77.799	126.393	Libor + 0,73% a.a.	jan/21	Final		10,54%	A
Resolução 4131 - Bank of America ML (1)	-	121.966	Libor + 2,25% a.a.	set/19	Final		11,67%	A
Marcação à Mercado de Dívida (2)	973	968	-	-	-	-	-	-
Total em Moeda Estrangeira	186.170	348.141						
Total Energisa Paraíba	234.826	483.864						
Energisa Minas Gerais								
FIDC Grupo Energisa III	7.079	10.798	CDI + 0,70% a.a.	dez/20	Mensal	5,18%		R
Luz para Todos - Eletrobrás	362	1.446	6,00% a.a. (Pré)	dez/19	Mensal		4,47%	R
Repasso BNDES I - Itaú BBA	617	978	TJLP + 4,75% a.a.	jan/21	Mensal		8,28%	A
Repasso BNDES II - Itaú BBA	376	551	UMBND + 3,75% a.a. (*)	jan/21	Mensal		2,88%	A
Repasso BNDES III - Itaú BBA	257	408	TJLP + 5,95% a.a.	jan/21	Mensal		9,17%	A
Repasso BNDES IV - Itaú BBA	398	622	5,50% a.a. (Pré)	jan/21	Mensal		4,10%	A
FINAME - Itaú BBA	6.945	8.583	2,50% a 10,0% a.a. (Pré)	dez/24	Mensal	1,87%	a 7,41%	A
Nota Flutuante de Juros - Santander (1)	112.140	110.067	CDI + 1,3248%	dez/20	Semestral		5,65%	A
Nota Flutuante de Juros - Santander (1)	-	20.426	CDI + 0,57%	set/19	Final		5,09%	A
Custo de captação incorrido na contratação	(30)	(48)	-	-	-	-	-	-
Total em Moeda Nacional	128.144	153.831						
Resolução 4131 - Itaú BBA (1)	37.905	34.876	3,7995% a.a. (Pré)	jun/20	Final		10,31%	A
Resolução 4131 II - Citibank (1)	73.585	120.775	Libor + 0,72% a.a.	mai/21	Final		10,53%	A
Resolução 4131 - BBM Loan (1)	65.738	-	2,77% a.a. (Pré)	abr/21	Final		9,54%	A
Marcação à Mercado de Dívida (2)	1.640	337	-	-	-	-	-	-
Total em Moeda Estrangeira	178.868	155.988						
Total Energisa Minas Gerais	307.012	309.819						
Energisa Nova Friburgo								
FIDC Grupo Energisa III	1.890	2.880	CDI + 0,70% a.a.	dez/20	Mensal	5,18%		R
Luz para Todos - Eletrobrás	-	52	7,00% a.a. (Pré)	jun/19	Mensal		5,21%	-
Repasso BNDES I - Itaú	234	380	TJLP + 4,75% a.a.	dez/20	Mensal		8,28%	A
Repasso BNDES II - Itaú	141	211	UMBND + 3,75% a.a.	dez/20	Mensal		2,88%	A
Repasso BNDES III - Itaú	98	158	TJLP + 5,95% a.a.	dez/20	Mensal		9,17%	A
Repasso BNDES IV - Itaú	157	251	5,50% a.a. (Pré)	dez/20	Mensal		4,10%	A
FINAME - Itaú	736	901	2,50% a 6,00% a.a. (Pré)	nov/24	Mensal	1,87%	a 4,47%	A
Nota Flutuante de Juros - Santander (1)	35.681	35.021	CDI + 1,3248% a.a.	dez/20	Semestral		5,65%	A
Custo de captação incorrido na contratação	(8)	(13)	-	-	-	-	-	-
Total em Moeda Nacional	38.929	39.841						
Resolução 4131 - Citibank (1)	53.262	49.575	LIBOR + 0,65% aa 1,62% a.a.	set/22	Final	10,48%	a 11,20%	A
Marcação à Mercado de Dívida (2)	940	865	-	-	-	-	-	-
Total em Moeda Estrangeira	54.202	50.440						
Total Energisa Nova Friburgo	93.131	90.281						
Energisa Borborema								
FIDC Grupo Energisa III	2.362	3.601	CDI + 0,70% a.a.	dez/20	Mensal	5,18%		R
FINAME - Itaú BBA	1.534	1.880	2,50% a 8,70% a.a. (Pré)	nov/24	Mensal	1,87%	a 6,46%	A
NOTA PROMISSÓRIA SAFRA - 2º SÉRIE (1)	-	10.488	CDI + 1,65%	mar/19	Final		5,89%	A
Nota Flutuante de Juros - Santander (1)	40.778	40.024	CDI + 1,3248%	dez/20	Semestral		5,65%	A
Nota Flutuante de Juros - Santander (1)	-	20.426	CDI + 0,70%	set/19	Final		5,18%	A
Nota Flutuante de Juros - Santander (1)	20.291	-	CDI + 0,92%	jul/20	Final		5,35%	A
Custo de captação incorrido na contratação	(10)	(21)	-	-	-	-	-	-
Total em Moeda Nacional	64.955	76.398						
Resolução 4131 - Citibank (1)	25.675	23.906	Libor + 0,97% a.a.	nov/20	Final		10,72%	A
Marcação à Mercado de Dívida (2)	164	163	-	-	-	-	-	-
Total em Moeda Estrangeira	25.839	24.069						
Total Energisa Borborema	90.794	100.467						
Energisa Mato Grosso								
FIDC Grupo Energisa IV - 1ª Serie	353.402	353.307	TR + 7,00% a.a.	out/34	Mensal a partir de out/29	5,21%		R
FIDC Grupo Energisa IV - 2ª Serie	483.110	483.240	CDI + 0,70% a.a.	abr/31	Mensal a partir de abr/21	5,18%		R
CCB - Santander (1)	-	5.363	CDI + 2,28% a.a.	jun/19	Mensal		6,37%	R + A
Nota Flutuante de Juros - Santander (1)	527.923	517.965	CDI + 1,25% a a 1,3248% a.a.	dez/20	Semestral a partir de dez/19	5,60%	a 5,65%	A
Nota Promissória 2ª Emissão (1)	289.629	-	CDI + 0,80% a.a.	mar/22	Final		5,26%	A
Custo de captação incorrido na contratação	(712)	-	-	-	-	-	-	-
Total em Moeda Nacional	1.653.352	1.359.875						
Resolução 4131-Bank of America ML (1)	221.238	205.940	Libor + 1,20% a 1,60% a.a.	jan/21	Final	10,89%	a 11,19%	A

Notas Explicativas

Empresa / Operação	Total		Encargos Financeiros Anuais	Vencimento	Periodicidade Amortização	(Taxa efetiva de juros (3))		Garantias (3)
	30/09/2019	31/12/2018						
Citibank Loan - 4131 (1)	59.815	55.688	Libor + 1,70% a.a.	jun/22	Anual a partir de 2021	11,26%		A
Citibank EDC Loan - 4131 (1)	59.809	55.678	Libor + 1,80% a.a.	jun/22	Anual a partir de 2021	11,34%		A
Citibank Loan - 4131 (1)	132.697	123.546	Libor + 0,82% a.a.	set/21	Final	10,60%		A
BBM Loan - 4131 (1)	80.132	73.707	3,39% a.a. Pré	out/19	Final	10,00%		A
J P MORGAN Loan (1)	111.804	103.664	Libor + 1,05% a.a.	nov/21	Final	10,78%		A
Custo de captação incorrido na contratação	(602)	(766)						
Marcação à Mercado de Dívida (2)	5.775	4.650						
Total em Moeda Estrangeira	670.668	622.107						
Total Energisa Mato Grosso	2.324.020	1.981.982						
Energisa Mato Grosso do Sul								
FIDC Grupo Energisa IV - 1ª Serie	291.492	291.414	TR + 7,00% a.a.	out/34	Mensal a partir de out/29	5,21%		R
FIDC Grupo Energisa IV - 2ª Serie	220.445	220.504	CDI + 0,70% a.a.	abr/31	Mensal a partir de abr/21	5,18%		R
Nota Flutuante de Juros - Santander	65.631	-	CDI + 0,89% a.a.	ago/20	Final	5,33%		A
Total em Moeda Nacional	577.568	511.918						
Loan Citi - 4131 (1)	60.351	56.189	Libor + 1,70% a.a.	mai/22	Anual após 2021	11,26%		A
Loan Citi EDC - 4131 (1)	60.316	56.152	Libor + 1,80% a.a.	mai/22	Anual após 2021	11,34%		A
Loan Citi - 4131 (1)	71.452	66.525	Libor + 0,825% a.a.	set/21	Final	10,61%		A
Resolução 4131 - Bank of America ML (1)	51.481	-	0,99% a.a. Pré	mai/22	Final	3,07%		A
Custo de captação incorrido na contratação	(591)	(757)						
Marcação à Mercado de Dívida (2)	3.414	1.573						
Total em Moeda Estrangeira	246.423	179.682						
Total Energisa Mato Grosso do Sul	823.991	691.600						
Energisa Tocantins								
Luz para Todos I - Eletrobrás	9.585	13.027	6,0% a.a.	abr/22	Mensal	4,47%		R
Luz para Todos II - Eletrobrás	1.871	18.706	SELIC	out/19	Mensal	4,66%		R
CCB - Santander (1)	-	13.909	CDI + 2,28% a.a.	jun/19	Mensal	6,37%		R
Nota Promissória Itaú 2ª Emissão(1)	-	315.566	110,00% CDI	set/19	Final	5,13%		A
Custo de captação incorrido na contratação	-	(540)						
Total em Moeda Nacional	11.456	360.668						
Resolução 4131 - Itaú (1)	219.396	201.514	4,352% a.a. (Pré)	jun/21	Final	10,72%		R
Loan Citi - 4131 (1)	46.891	43.660	Libor + 1,70% a.a.	mai/22	Anual a partir de 2021	11,26%		A
Loan Citi EDC - 4131 (1)	46.858	43.624	Libor + 1,80% a.a.	mai/22	Anual a partir de 2021	11,34%		A
Merrill lynch Loan (1)	130.148	121.160	Libor + 1,20% a.a.	jan/21	Final	10,89%		A
Custo de captação incorrido na contratação	(560)	(717)						
Marcação à Mercado de Dívida (2)	9.294	3.355						
Total em Moeda Estrangeira	452.027	412.596						
Total Energisa Tocantins	463.483	773.264						
Energisa Sul Sudeste								
CCB - Santander (1)	-	1.425	CDI + 2,28% a.a.	jun/19	Mensal	6,37%		R + A
Nota Promissória - SAFRA (1)	-	10.615	CDI + 1,65%	fev/19	Final	5,89%		A
Total em Moeda Nacional	-	12.040						
Loan Citi - 4131 (1)	28.579	26.607	Libor + 1,70% a.a.	jun/22	Anual a partir de 2021	11,26%		A
Loan Citi EDC - 4131 (1)	28.579	26.605	Libor + 1,80% a.a.	jun/22	Anual a partir de 2021	11,34%		A
Merrill lynch Loan (1)	124.994	116.332	Libor + 1,10% a.a.	abr/20	Final	10,81%		A
Loan Citi Loan - 4131 (1)	67.030	62.383	Libor + 1,27% a.a.	jul/23	Anual a partir de 2022	10,94%		A
Merrill lynch Loan (1)	82.333	76.653	Libor + 1,20% a.a.	ago/21	Final	10,89%		A
Merrill lynch Loan (1)	111.064	-	0,87% Pré a.a.	jun/22	Final	2,98%		A
Custo de captação incorrido na contratação	(287)	(366)						
Marcação à Mercado de Dívida (2)	6.041	4.436						
Total em Moeda Estrangeira	448.333	312.650						
Total Energisa Sul Sudeste	448.333	324.690						
Ceron								
CCEE - Eletrobrás	641.708	620.757	5,00% a.a.	out/48	Mensal a partir de 2024	3,73%		R
Luz para Todos - Eletrobrás (4)	-	16.245	8,50% a.a. pré	jun/21	Mensal	6,31%		R
Luz para Todos - Eletrobrás (4)	-	12.744	7,00% a.a. pré	dez/26	Mensal	5,21%		R
Luz para Todos - Eletrobrás (4)	-	21.149	6,00% a.a. pré	nov/25	Mensal	4,47%		R
Eletrobrás Recursos Ordinários (4)	-	297.821	119,50% CDI + 0,50%	dez/24	Mensal	6,07%		R
Eletrobrás Recursos Ordinários (4)	-	2.853	Selic + 0,50%	out/18	Mensal	5,03%		R
Total em Moeda Nacional	641.708	971.569						
Total Energisa Rondônia	641.708	971.569						
Eletoacre								
CCEE - Eletrobrás	212.400	205.019	5,00% a.a.	dez/48	Mensal a partir de 2024	3,73%		R
Luz para Todos - Eletrobrás (4)	-	218	6,00% a.a. pré	set/24	Mensal	4,47%		R
Luz para Todos - Eletrobrás (4)	-	82.423	6,90% a.a. pré	fev/20	Mensal	5,13%		R
Luz para Todos - Eletrobrás (4)	-	16.679	6,40% a.a. pré	dez/17	Mensal	4,76%		R
Luz para Todos - Eletrobrás (4)	-	634	7,00% a.a. pré	fev/19	Mensal	5,21%		R
Luz para Todos - Eletrobrás (4)	-	86.074	8,19% a.a. pré	jul/22	Mensal	6,08%		R
Luz para Todos - Eletrobrás (4)	-	103.855	7,85% a.a. pré	jul/22	Mensal	5,83%		R
Luz para Todos - Eletrobrás (4)	-	88.961	IPCA + 8,43% a.a.	jun/21	Mensal	8,75%		R
Total em Moeda Nacional	212.400	583.863						
Merrill lynch Loan (1)	361.494	351.794	1,40% a.a.	dez/23	Mensal a partir de 2020	3,38%		R + A
Marcação à Mercado de Dívida (2)	8.283	703						
Total em Moeda Estrangeira	369.777	352.497						
Total Energisa Acre	582.177	936.360						
Energisa Soluções								
FINEP -	-	-	8,00% a.a. (Pré)	out/18	Mensal	5,94%		A
FINAME - Itaú BBA	1.881	2.191	2,50 a 6,00% a.a. (Pré)	set/24	Mensal	1,87%	a	4,47%
Total em Moeda Nacional	1.881	2.191						
Banco BBM Loan 4131	21.910	-	2,96% a.a.	mar/21	Final	9,68%		A
Marcação à Mercado de Dívida (2)	349	-						
Total em Moeda Estrangeira	22.259	-						
Total Energisa Soluções	24.140	2.191						
Energisa Soluções Construções								
FINAME - Itaú BBA	2.545	2.915	6,00% a.a. (Pré)	nov/24	Mensal	4,47%		A
FINAME - Itaú BBA	983	1.234	SELIC + 5,14% a 5,20%	abr/22	Mensal	8,49%	a	8,54%

Notas Explicativas

Empresa / Operação	Total		Encargos Financeiros Anuais	Vencimento	Periodicidade Amortização	(Taxa efetiva de juros) (3)		Garantias (3)	
	30/09/2019	31/12/2018							
FINAME - Itaú BBA	2.501	3.329	TJLP + 4,80% a 4,87% a.a.	abr/22	Mensal	8,32%	a	8,37%	A
Total em Moeda Nacional	6.029	7.478							
Total Energisa Soluções Construções	6.029	7.478							
Energisa Pará I									
BASA - CCB 048-19/0002-0	96.465	-	IPCA + 1,8854% a.a	jul/39	Mensal a partir de 2023	3,90%			A + R + S
Custo de captação incorrido na contratação	(1.427)	-							
Total em Moeda Nacional	95.038	-							
Total Energisa Pará I	95.038	-							
Energisa Comercializadora									
SANTANDER - 4131	44.177	40.545	4,5883% a.a. (Pré)	jun/20	Final	10,89%			-
BBM Loan - 4131	25.341	-	Libor + 0,56% a.a.	set/22	Final	10,41%			F
Marcação à Mercado de Dívida (2)	290	446							
Total em Moeda Estrangeira	69.808	40.991							
Total Energisa Comercializadora	69.808	40.991							
Rede Energia S.A.									
Credores "RJ" - Bicanco	5.585	5.326	1,0% a.a. (Pré)	nov/35	Final	0,75%			R
Credores "RJ" - BNB	12.309	11.741	1,0% a.a. (Pré)	nov/35	Final	0,75%			R
Total em Moeda Nacional	17.894	17.067							
Total Rede Energia S.A.	17.894	17.067							
Denerge									
FI-FGTS (Reestruturado)	275.083	278.125	TR + 4,00% a.a.	nov/35	Final	2,99%			-
Total em Moeda Nacional	275.083	278.125							
Total Denerge	275.083	278.125							
Cia Téc.de Comercialização de Energia									
Credores "RJ" - BMG	4.296	4.097	1,0% a.a. (Pré)	nov/35	Final	0,75%			-
Total em Moeda Nacional	4.296	4.097							
Total Cia Téc.de Comerc.de Energia	4.296	4.097							
Em Moeda Nacional	4.369.984	4.773.498							
Em Moeda Estrangeira	3.573.160	3.487.126							
Energisa Consolidada	7.943.144	8.260.624							

(*) A=Aval Energisa S/A, F=Fiança, R=Recebíveis

Condições restritivas financeiras (Covenants):

- O contrato possui cláusulas restritivas que em geral, requerem a manutenção de certos índices financeiros em determinados níveis. Essas garantias são estruturadas a partir de indicadores estabelecidos pela Energisa S/A. O descumprimento desses níveis pode implicar em vencimento antecipado das dívidas (vide nota explicativa nº 35 - Instrumentos financeiros e gerenciamento de riscos). Em 30 de setembro de 2019, as exigências contratuais foram cumpridas.
- Estas operações estão sendo mensurada ao valor justo por meio do resultado, de acordo com os métodos da contabilidade de "hedge" de valor justo ou pela designação como "Fair Value Option" (vide nota explicativa nº 35 - Instrumentos financeiros e gerenciamento de riscos).
- As taxas efetivas de juros representam as variações ocorridas no período findo 30 de setembro de 2019. Para as dívidas em moeda estrangeira, não estão sendo considerados os efeitos do hedge cambial, demonstrados na Nota Explicativa nº 35 Instrumentos Financeiros e gerenciamento de riscos.
- Em fevereiro e março de 2019 as controladas diretas CERON e Eletroacre efetuaram liquidação antecipada de empréstimos junto a Eletrobrás no valor total de R\$718.590, sendo R\$358.898 da CERON e R\$359.692 da Eletroacre. Deste montante, R\$33.333 foram liquidados com a transferências das ações Eletronorte detidas pelas controladas.

Para garantia do pagamento das parcelas, as controladas mantêm aplicações financeiras no montante de R\$107.012 (R\$99.735 em 31 de dezembro de 2018), registrado na rubrica "Aplicações financeiras no mercado aberto e recursos vinculados" no ativo não circulante, consolidado.

Os contratos de financiamentos em moeda estrangeira possuem proteção de swap cambial e instrumentos financeiros derivativos (vide nota explicativa nº 35 - Instrumentos financeiros e gerenciamento de riscos).

Os financiamentos obtidos junto ao Finame estão garantidos pelos próprios equipamentos financiados.

A Companhia e suas controladas têm como prática contábil alocar o pagamento de juros na atividade de financiamento na demonstração do fluxo de caixa.

Notas Explicativas

Os principais indicadores utilizados para a atualização dos empréstimos e financiamentos tiveram as seguintes variações percentuais e taxas efetivas no período/exercício:

Moeda/indicadores	30/09/2019	31/12/2018
US\$ x R\$	7,47%	17,13%
TJLP	4,74%	6,72%
SELIC	4,66%	6,43%
CDI	4,66%	6,42%
IPCA	2,49%	3,75%
IGP-M	4,10%	7,55%
LIBOR	2,52%	2,34%
UMBNB	0,08%	0,07%
TR	0,00%	0,00%
IPC-FIPE	2,55%	2,99%
Euro	2,33%	11,83%

Em 30 de setembro de 2019, os financiamentos classificados no passivo não circulante têm seus vencimentos assim programados:

	Controladora	Consolidado
2020	-	184.712
2021	469.564	2.604.100
2022	-	963.715
2023	-	249.092
Após 2023	-	2.454.782
Total	469.564	6.456.401

Seguem as movimentações ocorridas no período/exercício:

Descrição	Controladora		Consolidado	
	30/09/2019	31/12/2018	30/09/2019	31/12/2018
Saldos em 31/12/2018 e 31/12/2017	469.362	83.477	8.260.624	5.597.944
Saldo de Aquisição	-	-	116	1.566.390
Novos empréstimos e financiamentos obtidos	300.000	436.800	1.166.464	3.126.932
Custos Apropriados	(579)	-	(3.270)	(2.225)
Encargos de dívidas - juros, custos, variação monetária e cambial	51.159	47.393	580.166	791.919
Marcação Mercado da Dívida	4.338	1.840	25.538	8.560
Pagamento de principal	(162.052)	(87.443)	(1.765.884)	(2.469.370)
Pagamento de juros	(11.689)	(12.705)	(320.610)	(359.526)
Saldos em 30/09/2019 e 31/12/2018	650.539	469.362	7.943.144	8.260.624
Circulante	180.975	158.008	1.486.743	1.649.423
Não circulante	469.564	311.354	6.456.401	6.611.201

Notas Explicativas

Os custos de captações dos financiamentos a serem amortizados nos exercícios subsequentes são:

Empresas	Contratos	31/12/2019	31/12/2020	31/12/2021 em diante	Total
ESA	Nota Promissória 4ª Emissão	69	277	139	485
		69	277	139	485
ESE	Fundo de Investimento em Direitos Creditórios-Grupo Energisa III	6	25	-	31
	Nota Promissória 6ª Emissão	34	137	171	342
		40	162	171	373
EPB	Fundo de Investimento em Direitos Creditórios-Grupo Energisa III	24	97	-	121
		24	97	-	121
EMG	Fundo de Investimento em Direitos Creditórios-Grupo Energisa III	6	24	-	30
		6	24	-	30
ENF	Fundo de Investimento em Direitos Creditórios-Grupo Energisa III	2	6	-	8
		2	6	-	8
EBO	Fundo de Investimento em Direitos Creditórios-Grupo Energisa III	2	8	-	10
		2	8	-	10
ETO	Banco Citibank	47	189	268	504
	Banco Citibank - EDC	4	17	35	56
		51	206	303	560
ESS	Banco Citibank	24	94	141	259
	Banco Citibank - EDC	3	10	15	28
		27	104	156	287
EMT	LOAN Citibank	49	197	296	542
	LOAN EDC	5	22	33	60
	Nota Promissória 2ª Emissão	71	285	356	712
		125	504	685	1.314
EMS	Loan Citibank	50	199	283	532
	Banco Citibank - EDC	6	22	31	59
		56	221	314	591
EPA	CCB 048-19/0002-0	30	107	1.290	1.427
		30	107	1.290	1.427
	TOTAL	432	1.716	3.058	5.206

22. Debêntures

O saldo das debêntures e demais componentes a elas relacionados, são como:

Descrição	Controladora		Consolidado	
	30/09/2019	31/12/2018	30/09/2019	31/12/2018
Debêntures - moeda nacional	3.532.697	3.383.121	8.602.854	7.480.904
Custos de captação incorridos na captação	(3.000)	(4.849)	(57.229)	(53.439)
Marcação à Mercado de Dívida	-	-	249.199	99.809
Total	3.529.697	3.378.272	8.794.824	7.527.274
Circulante	726.830	492.103	892.145	526.593
Não Circulante	2.802.867	2.886.169	7.902.679	7.000.681

Notas Explicativas

A composição dos saldos das debêntures e as principais condições contratuais são como segue:

Operações	Total		Emissão	Nº de Títulos Emitidos / circulação	Rendimentos	Vencimento	Amortização/ parcelas	Taxa efetiva de juros
	30/09/2019	31/12/2018						
ENERGISA S/A								
5ª Emissão/2ª Série	-	196.685	28/05/12	27.143 / 27.143	IPCA+10,7011% a.a	jul / 19	Anual, após jul.2018	10,41%
7ª Emissão/1ª Série	203.235	201.666	15/08/15	166.667 / 117.001	IPCA+8,75% a.a	ago / 20	Final	8,98%
7ª Emissão/2ª Série	203.235	201.666	15/08/15	166.667 / 117.001	IPCA+8,75% a.a	ago / 21	Final	8,98%
7ª Emissão/3ª Série	203.235	201.666	15/08/15	166.667 / 117.001	IPCA+8,75% a.a	ago / 22	Final	8,98%
7ª Emissão/4ª Série	203.589	202.687	15/08/15	166.667 / 117.001	IPCA+10,25% a.a	ago / 20	Final	10,08%
7ª Emissão/5ª Série	203.589	202.687	15/08/15	166.667 / 117.001	IPCA+10,25% a.a	ago / 21	Final	10,08%
7ª Emissão/6ª Série	203.589	202.687	15/08/15	166.667 / 117.001	IPCA+10,25% a.a	ago / 22	Final	10,08%
8ª Emissão/1ª Série	217.372	214.211	15/06/17	197.598 / 197.598	IPCA+5,60% a.a	jun / 22	Final	6,66%
8ª Emissão/2ª Série	195.128	192.317	15/06/17	177.348 / 177.348	IPCA+5,6601% a.a	jun / 24	Final	6,71%
Debentures 9ª Emissão 1ª Série	69.238	65.142	15/10/17	7.126 / 7.126	IPCA+4,4885% a.a	out / 22	Final	5,84%
Debentures 9ª Emissão 2ª Série	12.931	12.147	15/10/17	1.328 / 1.328	IPCA+4,7110% a.a	out / 24	Final	6,00%
Debentures 9ª Emissão 3ª Série	24.152	22.622	15/10/17	2.472 / 2.472	IPCA+5,1074% a.a	out / 27	Final	6,30%
Debentures 9ª Emissão 4ª Série	804.292	765.721	15/10/17	87.074 / 87.074	107,75% CDI	out / 22	Anual após out/20	5,02%
10ª Emissão	475.925	701.217	20/06/18	70.000 / 70.000	CDI+1,10% a.a	jun / 21	Anual após Jun/19	5,48%
11ª Emissão	513.187	-	15/04/19	500.000 / 500.000	IPCA+4,6249% a.a	abr / 26	Final	5,94%
Custos de captação	(3.000)	(4.849)	-	-	-	-	-	-
Total ENERGISA S A	3.529.697	3.378.272						
ENERGISA SERGIPE								
6ª Emissão	67.020	65.654	15/09/18	65.000 / 65.000	IPCA+5,0797% a.a	set / 25	Anual após set/23	6,28%
7ª Emissão	50.897	-	10/06/19	50.000 / 50.000	CDI + 0,73% a.a	jun / 24	Final	5,21%
Custos de captação	(1.235)	(1.124)	-	-	-	-	-	-
Total ENERGISA SERGIPE	116.682	64.530						
ENERGISA PARAÍBA								
Debentures 4ª Emissão	181.521	184.844	15/02/18	18.000 / 18.000	CDI+1,00% a.a	fev / 21	Final	5,41%
Debentures 5ª Emissão	139.194	136.359	15/09/18	135.000 / 135.000	IPCA+5,0797% a.a	set / 25	Anual após set/23	6,28%
Debentures 6ª Emissão 1ª Série	73.292	-	10/06/19	72.000 / 72.000	CDI + 0,73% a.a	jun / 24	Final	5,21%
Debentures 6ª Emissão 2ª Série	48.874	-	10/06/19	48.000 / 48.000	CDI + 0,83% a.a	jun / 26	Final	5,28%
Custos de captação	(3.054)	(3.302)	-	-	-	-	-	-
Total ENERGISA PARAÍBA	439.827	317.901						
REDE ENERGIA								
4ª Emissão	53.561	51.089	22/12/09	370.000 / 0	1% a.a	nov / 35	Final	1,00%
Total REDE ENERGIA	53.561	51.089						
EMS								
Debentures 8ª Emissão	300.691	305.689	15/09/17	30.000 / 30.000	107,50% CDI	set / 22	Semestral	5,01%
Debentures 10ª Emissão	151.258	154.008	15/02/18	15.000 / 15.000	CDI +0,95%	fev / 21	Final	5,37%
Debentures 11ª Emissão	159.816	156.560	15/09/18	155.000 / 155.000	IPCA+5,0797% a.a	set / 25	Anual após set/23	6,28%
Debentures 12ª Emissão	111.973	-	10/06/19	155.000 / 155.000	CDI + 0,73% a.a	jun / 24	Final	5,21%
Custos de captação	(3.091)	(3.497)	-	-	-	-	-	-
Total EMS	720.647	612.760						
EMT								
Debentures 8ª Emissão	474.030	482.824	15/02/18	47.000 / 47.000	CDI+1,10% a.a	fev / 21	Final	5,48%
Debentures 9ª Emissão	396.961	388.874	15/09/18	385.000 / 385.000	IPCA+5,0797% a.a	set / 25	Anual após set/23	6,28%
Debentures 10ª Emissão 1ª Série	119.575	-	10/06/19	117.500 / 117.500	CDI + 0,73% a.a	jun / 24	Final	5,21%
Debentures 10ª Emissão 2ª Série	33.101	-	10/06/19	32.500 / 32.500	CDI + 1,05% a.a	jun / 29	Anual após jun/27	5,45%
Custos de captação	(9.360)	(10.912)	-	-	-	-	-	-
Total EMT	1.014.307	860.786						
EMG								
Debentures 10ª Emissão	51.554	50.503	15/09/18	50.000 / 50.000	IPCA+5,0797% a.a	set / 25	Anual após set/23	6,28%
Debentures 11ª Emissão 1ª Série	34.610	-	10/06/19	34.000 / 34.000	CDI + 0,73% a.a	jun / 24	Final	5,21%
Debentures 11ª Emissão 2ª Série	36.656	-	10/06/19	36.000 / 36.000	CDI + 0,83% a.a	jun / 26	Final	5,28%
Custos de captação	(1.298)	(1.185)	-	-	-	-	-	-
Total ENERGISA MINAS GERAIS	121.522	49.318						
ETO								
Debentures 4ª Emissão	247.457	242.415	15/09/18	240.000 / 240.000	IPCA+5,0797% a.a	set / 25	Anual após set/23	6,28%
Debentures 5ª Emissão 1ª Série	242.003	-	10/06/19	237.596 / 237.596	CDI + 0,95% a.a	jun / 24	Final	5,37%
Debentures 5ª Emissão 2ª Série	165.504	-	10/06/19	162.404 / 162.404	CDI + 1,15% a.a	jun / 26	Final	5,52%
Custos de captação	(5.932)	(5.443)	-	-	-	-	-	-
Total ENERGISA TOCANTINS	649.032	236.972						
ESS								

Notas Explicativas

Operações	Total		Emissão	Nº de Títulos Emitidos / circulação	Rendimentos	Vencimento	Amortização/ parcelas	Taxa efetiva de juros
	30/09/2019	31/12/2018						
Debentures 4ª Emissão	72.175	70.704	15/09/18	70.000 / 70.000	IPCA+5,0797% a.a	set / 25	Anual após set/23	6,28%
Custos de captação	(1.434)	(1.672)						
Total ENERGISA SUL SUDESTE	70.741	69.032						
ETE								
Debentures 1ª Emissão 1ª Série	80.405	75.512	15/12/18	75.500 / 75.500	IPCA+4,9238% a.a	dez / 25	Final	6,16%
Debentures 1ª Emissão 2ª Série	54.891	51.471	15/12/18	51.462 / 51.462	IPCA+5,1410% a.a	dez / 28	Anual após dez/26	6,32%
Debentures 1ª Emissão 3ª Série	131.080	123.058	15/12/18	123.038 / 123.038	IPCA+4,9761% a.a	dez / 25	Final	6,20%
Custos de captação	(2.782)	(47)						
Total ENERGISA TRANSMISSÃO	263.594	249.994						
Ceron								
Debentures 1ª Emissão 1ª Série (**)	1.592.058	1.558.219	26/11/18	155.000 / 155.000	CDI+1,65% a.a	nov / 23	Final	5,89%
Custos de captação	(3.238)	(5.100)						
Total CERON	1.588.820	1.553.119						
TOTAL	8.602.854	7.480.904						
Custos de captação (*)	(22.805)	(16.308)						
Custos de captação	(34.424)	(37.131)						
Total dos custos de captação	(57.229)	(53.439)						
Marcação à Mercado de Dívida	249.199	99.809						
Total em moeda nacional	8.794.824	7.527.274						
CONSOLIDADO	8.794.824	7.527.274						

(*) Debêntures simples conjugadas com bônus de subscrição.

(**) Debêntures emitidas com garantias da controladora.

No último trimestre do exercício de 2015 a Companhia emitiu três séries de debêntures simples, conjugadas com bônus de subscrição (parte da 7ª Emissão de Debêntures da Energisa), o que corresponde a conversibilidade dessas debêntures em ações da Energisa. Na data de emissão, o somatório dessas três séries correspondiam a R\$500.001. O valor das debêntures foi contabilizado como dívida, ao mesmo tempo, o IFRS9/CPC48 determina que a opção de conversibilidade seja precificada e contabilizada, o que representou o reconhecimento na despesa financeira até o exercício de 2018 o montante de R\$422.906. No período findo em 30 de setembro de 2019 a Companhia reconheceu mais R\$483.673 de perdas com os títulos, registrados na demonstração do resultado do período na despesa financeira - Marcação a mercado derivativo.

O direito do período do bônus de subscrição (a conversibilidade), pelos debenturistas, se daria ao preço da unit (ENGI11) a R\$17,86, enquanto estava negociada a R\$49,39/unit em 27 de Setembro de 2019. Trata-se de uma opção “dentro do dinheiro”, o que reflete elevada probabilidade de conversão. Apesar dessa elevada probabilidade de período de direito de conversão, o que restaria a redução da dívida e aumento do Capital Social, mantido o registro da dívida, acrescida do efeito do instrumento financeiro derivativo.

- Os recursos captados com a emissão foram destinados para os projetos de Investimentos em Infraestrutura de Distribuição de Energia Elétrica que compreende a expansão, renovação ou melhoria da infraestrutura de distribuição de energia elétrica.

As debêntures possuem cláusulas restritivas que em geral, requerem a manutenção de certos índices financeiros em determinados níveis. O descumprimento desses níveis pode implicar em vencimento antecipado das dívidas. Em 30 de setembro de 2019, as exigências contratuais foram cumpridas.

Em 30 de setembro de 2019, as debêntures classificadas no passivo não circulante têm seus vencimentos assim programados:

Ano	Controladora	Consolidado
2020	251.416	291.438
2021	886.398	2.292.468
2022	934.041	1.566.997
2023	-	883.465
Após 2023	731.012	2.868.311
Total	2.802.867	7.902.679

Notas Explicativas

Seguem as movimentações ocorridas no período/exercício:

Descrição	Controladora		Consolidado	
	30/09/2019	31/12/2018	30/09/2019	31/12/2018
Saldos em 31/12/2018 e 31/12/2017	3.378.272	2.767.537	7.527.274	3.356.617
Novas debêntures emitidas	500.000	700.000	1.400.000	4.395.217
Custos Apropriados	-	(3.069)	(16.623)	(37.464)
Encargos de dívidas - juros, custos, variação monetária e cambial	280.632	316.205	561.264	427.827
Marcação Mercado da Dívida	-	-	149.389	99.809
Pagamento de principal	(428.919)	(158.424)	(428.919)	(415.589)
Pagamento de juros	(200.288)	(243.977)	(397.561)	(299.143)
Saldos em 30/09/2019 e 31/12/2018	3.529.697	3.378.272	8.794.824	7.527.274
Circulante	726.830	492.103	892.145	526.593
Não circulante	2.802.867	2.886.169	7.902.679	7.000.681

23. Arrendamentos operacionais

O CPC 06 (R2) estabelece os princípios para o reconhecimento, mensuração, apresentação e evidenciação de arrendamentos e exige que os arrendatários contabilizem todos os arrendamentos sob um único modelo no balanço patrimonial, semelhante à contabilização de arrendamentos financeiros segundo o CPC 06 (R1). A norma inclui duas isenções de reconhecimento para arrendatários - arrendamentos de ativos de “baixo valor” (por exemplo, computadores pessoais) e arrendamentos de curto prazo (ou seja, com prazo de arrendamento de até 12 meses). Na data de início de um contrato de arrendamento, o arrendatário reconhecerá um passivo relativo aos pagamentos de arrendamento e um ativo que representa o direito de utilizar o ativo subjacente durante o prazo de arrendamento (ativo de direito de uso). Os arrendatários serão obrigados a reconhecer separadamente a despesa de juros sobre o passivo de arrendamento e a despesa de depreciação sobre o ativo de direito de uso. Os arrendatários também deverão reavaliar o passivo do arrendamento na ocorrência de determinados eventos (como por exemplo, uma mudança no prazo do arrendamento ou uma mudança nos pagamentos futuros do arrendamento como resultado da alteração de um índice ou taxa usada para determinar tais pagamentos). O arrendatário irá reconhecer o valor do incremento do passivo de *arrendamento* como um ajuste do ativo de direito de uso.

A Companhia e suas controladas atuam como arrendatárias em contratos referentes imóveis não residenciais para a instalação de agências de atendimentos a clientes, estabelecimentos para desenvolver suas atividades comerciais e centros de distribuição.

Como arrendatária, a Companhia e controladas poderão aplicar a norma utilizando uma: - Abordagem retrospectiva; ou - Abordagem retrospectiva modificada com expedientes práticos opcionais. A Companhia aplicou o CPC 06 (R2) inicialmente em 1º de janeiro de 2019, utilizando a abordagem retrospectiva modificada. Portanto, o efeito cumulativo da adoção do CPC 06 (R2) será reconhecido como um ajuste ao saldo de abertura dos lucros acumulados em 1º de janeiro de 2019, sem atualização das informações comparativas.

No período findo em 30 de setembro de 2019 a Companhia aplicou os conceitos oriundos desta nova norma e os reflexos estão discriminados abaixo:

	Controladora				
	Adoção Inicial em 01/01/2019	Adição	Amortização	Juros	Saldo em 30/09/2019
Arrendamentos operacionais	777	18	(99)	53	749
Total	777	18	(99)	53	749
Circulante					82
Não circulante					667

Notas Explicativas

Consolidado							
Arrendamentos operacionais	Adoção Inicial em 01/01/2019	Saldo de Aquisição	Adição	Amortização	Juros	Baixas	Saldo em 30/09/2019
Energisa S/A	777	-	18	(99)	53	-	749
Energisa Minas Gerais - Distribuidora de Energia S/A	2.067	-	1.115	(547)	152	-	2.787
Energisa Paraíba - Distribuidora de Energia S/A	4.844	-	744	(1.289)	309	(3)	4.605
Energisa Sergipe - Distribuidora de Energia S/A	1.982	-	572	(584)	126	(2)	2.094
Energisa Borborema - Distribuidora de Energia S/A	772	-	36	(144)	47	-	711
Energisa Nova Friburgo - Distribuidora de Energia S/A	706	-	168	(223)	44	-	695
Energisa Comercializadora de Energia S/A	57	-	9	(6)	4	-	64
Energisa Soluções S/A	1.269	-	260	(431)	85	(6)	1.177
Energisa Soluções Construções e Serviços em Linhas e Redes S/A	2.279	-	2.058	(1.427)	206	-	3.116
Centrais Elétricas de Rondônia S/A	1.318	-	7.954	(1.175)	73	(1)	8.169
Companhia de Eletricidade do Acre	434	-	19	(454)	7	-	6
Alsol Energias Renováveis S.A.	-	4.831	1.502	(47)	75	-	6.361
Energisa Mato Grosso - Distribuidora de Energia S/A	7.225	-	2.020	(1.896)	518	-	7.867
Energisa Mato Grosso do Sul - Distribuidora de Energia S/A	6.718	-	945	(1.456)	404	-	6.611
Energisa Tocantins - Distribuidora de Energia S/A	5.490	-	4.553	(2.243)	359	-	8.159
Energisa Sul Sudeste - Distribuidora de Energia S/A	3.232	-	413	(997)	205	-	2.853
Multi Energisa Serviços S/A	522	-	1.788	(516)	31	-	1.825
Total	39.692	4.831	24.174	(13.534)	2.698	(12)	57.849
Circulante							19.822
Não circulante							38.027

Em 30 de setembro de 2019, os valores de arrendamento operacional, classificados no passivo não circulante, têm seus vencimentos assim programados:

	Controladora 30/09/2019	Consolidado 30/09/2019
2020	195	7.305
2021	61	6.734
2022	55	3.761
2023	55	2.392
Após 2023	301	17.835
Total	667	38.027

Notas Explicativas

24. Impostos e contribuições sociais

	Controladora		Consolidado	
	30/09/2019	31/12/2018	30/09/2019	31/12/2018
Imposto s/Circulação de Mercadorias e Serviços - ICMS (a)	-	-	775.871	623.089
Encargos Sociais	2.757	2.050	61.844	41.080
Imposto de Renda Pessoa Jurídica - IRPJ	-	-	43.490	20.974
Contribuição Social s/ o Lucro - CSSL	-	-	29.569	8.777
Contribuições ao PIS e a COFINS	2.162	1.845	242.835	160.903
Pis e Cofins-Sobre atualização efeitos da redução do ICMS na base de cálculo	-	-	6.437	-
Imposto Sobre Serviços - ISS	1.111	716	20.668	15.258
Imposto s/ Operações Financeiras - IOF	600	859	1.307	1.220
Imposto de Renda Retido na Fonte - IRRF	895	986	13.584	19.270
Contribuição Previdenciária s/ Receita Bruta - CPRB	-	-	583	429
Outros	402	624	25.712	55.964
Total	7.927	7.080	1.221.900	946.964
Circulante	7.493	6.965	748.619	546.841
Não Circulante	434	115	473.281	400.123

(a) ICMS - A controlada indireta ESS, possui liminar suspendendo a cobrança do ICMS sobre os valores faturados com subvenção do “baixa renda” no montante de R\$27.541 (R\$27.541 em 31 de dezembro de 2018), com depósito judicial, enquanto as controladas EMT, ESS, ETO, EMS, EPB, ESE, EBO, EMG e ENF possuem R\$342.332 (R\$260.331 em 31 de dezembro de 2018), referente ao ICMS incidente sobre a disponibilização da rede de distribuição e transmissão aos consumidores livres e ICMS sobre a demanda de energia, que se encontram suspenso por liminares dos consumidores (vide nota explicativa nº 7, item nº 6). Todos os valores citados encontram-se demonstrados no passivo não circulante.

• Programa de Parcelamento - Refis estadual - Eletroacre

Em 28/06/2019, a controlada direta EAC aderiu ao plano de parcelamento de débitos fiscais do ICMS, publicado pela Secretaria de Estado da Fazenda do Acre, autorizado pela Lei nº 3.479 de 24 de maio de 2018 e pelo convênio ICMS 79/18, onde optou para pagamento à vista de créditos fiscais no montante de R\$71.339, em 06/2019 conforme segue:

Descrição	30/09/2019	31/12/2018
ICMS - Valor principal	55.817	92.365
Multas e juros	105.118	96.786
Redução de juros e multas	(89.596)	(87.107)
Pagamento à vista de créditos fiscais	(71.339)	-
	-	102.044

O montante de R\$55.817 de valor principal de ICMS foi registrado pela controlada Eletroacre na rubrica de outras contas a receber no ativo não circulante, por se tratar de créditos de ICMS recuperar, incidentes sobre as aquisições de óleo diesel consumidos durante o processo de geração de energia elétrica nos sistemas isolados no interior do Estado do Acre a serem ressarcidos junto a CCC.

As multas e juros no montante de R\$105.118, foram contabilizadas em outras despesas financeiras no resultado do período no consolidado, deduzidas das reduções de R\$89.596.

A controlada possuía provisão de contingências fiscais de R\$46.380 que em razão dos pagamentos realizados, foram revertidas no resultado operacional do período, no consolidado, na rubrica de provisões para riscos trabalhistas, cíveis, fiscais e regulatórios no montante de R\$14.973 e, R\$31.407 em outras despesas financeiras reduzindo o impacto dos juros e multas. O efeito líquido no resultado do período no consolidado foi de R\$27.658, líquido de Pis e Cofins.

Notas Explicativas

25. Parcelamento de impostos - consolidado

A Controlada ESS possui parcelamentos ordinários e de dívida ativa junto a Secretaria da Fazenda Estadual de São Paulo e Paraná no montante R\$53.588 (R\$62.269 em 31 de dezembro de 2018). Os parcelamentos federais são corrigidos pela variação da Taxa Selic e os estaduais através dos índices próprios de cada Estado, são como segue.

	Consolidado	
	30/09/2019	31/12/2018
ICMS, COFINS/PIS-PRT e INSS RETIDO NA FONTE		
Principal	24.300	37.807
Multa	25.468	33.530
Juros	3.820	5.500
Total	53.588	76.837
Circulante	17.313	31.881
Não Circulante	36.275	44.956

Saldos em 30 de setembro de 2019:

Os saldos consolidados dos impostos parcelados estão assim programados:

	Consolidado	
	30/09/2019	31/12/2018
2019	4.523	31.881
2020	16.806	15.371
2021	14.922	13.648
Após 2021	17.337	15.937
Total	53.588	76.837
Circulante	17.313	31.881
Não Circulante	36.275	44.956

26. Encargos setoriais - consolidado

	30/09/2019	31/12/2018
Conta de Desenvolvimento Energético - CDE ⁽¹⁾	21.916	85.173
Fundo Nacional Desenvolvimento Científico Tecnológico-FNDCT	5.214	4.746
Ministério de Minas e Energia - MME	2.587	2.344
Programa Nacional de Conservação de Energia Elétrica-PROCEL	27.478	23.930
Pesquisa e Desenvolvimento-P&D ⁽²⁾	188.076	197.961
Programa de Eficiência Energética-PEE ⁽²⁾	242.690	249.940
Programa Incentivo Fontes Alternativas de Energia - PROINFA	1.479	1.479
Total	489.440	565.573
Circulante	180.230	292.898
Não-circulante	309.210	272.675

⁽¹⁾ A partir de setembro de 2019, a quota da CDE Energia (Conta- ACR), segue a Resolução Homologatória Aneel nº 2.521, de 20 de março de 2019 e Despacho 871/2019 da mesma data.

⁽²⁾ Os encargos setoriais correspondem a 1% da receita operacional líquida e visam financiar e a combater o desperdício de energia elétrica e o desenvolvimento tecnológico do setor elétrico relacionado aos Programas de Eficiência Energética (PEE) e Pesquisa e Desenvolvimento (P&D).

Os gastos realizados com os projetos de PEE e P&D estão registrados na rubrica de serviços em curso até o final dos projetos, quando são encerrados contra os recursos do programa, enquanto a realização das obrigações por aquisição de ativo intangível, tem como contrapartida o saldo de obrigações especiais.

Notas Explicativas

27. Provisões para riscos trabalhistas, cíveis, fiscais e regulatórias

Uma provisão é reconhecida no momento em que a obrigação for considerada provável pelos assessores jurídicos da Companhia. A contrapartida da obrigação é uma despesa do período. Essa obrigação pode ser mensurada com razoável certeza e é atualizada de acordo com a evolução do processo judicial ou encargos financeiros incorridos e pode ser revertida caso a estimativa de perda não seja mais considerada provável, ou baixada quando a obrigação for liquidada. Por sua natureza, os processos judiciais serão resolvidos quando um ou mais eventos futuros ocorrerem ou deixarem de ocorrer. Tipicamente, a ocorrência ou não de tais eventos não depende da atuação da Companhia e incertezas no ambiente legal envolve o período de estimativas e julgamentos significativos da Administração quanto aos resultados dos eventos futuros.

Segue demonstrativo das movimentações das provisões:

Controladora	Trabalhistas	30/09/2019	31/12/2018
Saldos iniciais - não circulante -31/12/2018 e 31/12/2017	1.286	1.286	1.493
Constituições de provisões	508	508	133
Reversões de provisões	45	45	(153)
Pagamentos realizados	(323)	(323)	(245)
Atualização monetária	42	42	58
Saldos finais - não circulante -30/09/2019 e 31/12/2018	1.558	1.558	1.286
Depósitos e cauções vinculados (*)		(88)	(57)

(*) A Companhia possui depósitos e cauções vinculados registrados no ativo não circulante, no montante de R\$397 (R\$179 em 31 de dezembro 2018). Deste total, R\$309 (R\$122 em 31 de dezembro de 2018) não possuem provisões para riscos em face do prognóstico de perda ser possível ou remoto.

Consolidado	Trabalhistas	Cíveis	Fiscais	Regulatórios	30/09/2019	31/12/2018
Saldos iniciais - não circulante -31/12/2018 e 31/12/2017	266.778	666.332	1.335.117	124.898	2.393.125	486.111
Saldo de Combinação de negócios	2.177	-	-	-	2.177	1.909.711
Constituições de provisões	87.824	338.420	7.053	4.352	437.649	344.228
Reversões de provisões	(53.391)	(256.026)	(77.105)	(15.405)	(401.927)	(225.770)
Pagamentos realizados	(66.141)	(71.683)	-	-	(137.824)	(145.586)
Atualização monetária	6.298	11.479	(11.885)	5.418	11.310	24.431
Transferência	3.932	(2.294)	(1.638)	-	-	-
Saldos finais - não circulante -30/09/2019 e 31/12/2018	247.477	686.228	1.251.542	119.263	2.304.510	2.393.125
Depósitos e cauções vinculados (*)					(141.508)	(75.815)

(*) As controladas diretas e indiretas possuem depósitos e cauções vinculados registrados no ativo não circulante, no montante de R\$559.092 (R\$495.947 em 31 de dezembro de 2018). Deste total, R\$417.584 (R\$420.132 em 31 de dezembro de 2018) não possuem provisões para riscos em face do prognóstico de perda ser possível ou remoto.

Perdas prováveis - consolidado

• Trabalhistas

A maioria das ações tem por objeto discussões sobre: (i) Acidentes de trabalho; (ii) Horas extras e reflexos; (iii) Sobreaviso e reflexos; (iv) Equiparação salarial e reflexos; (v) Adicional de gratificação para dirigir veículos; (vi) FGTS (40% sobre o expurgo inflacionário); (vii) adicional de periculosidade. Foram provisionadas as contingências representadas pelas citadas ações judiciais trabalhistas com chances prováveis de perda pela Companhia e controladas, conforme avaliação de seus advogados. De maneira geral, estima-se em cerca de 3 a 5 anos, em média, o prazo para que as referidas ações com chances prováveis de perda tenham julgamento final e haja o efetivo desembolso dos valores provisionados, na hipótese de a Companhia ser vencidas nas ações.

• Cíveis

Nos processos cíveis discutem-se principalmente indenizações por danos morais/materiais e reclamações de consumidores, tais como (i) corte indevido de energia elétrica; (ii) inscrição indevida (SPC/Serasa); (iii) cancelamento/Revisão de fatura de irregularidade de consumo; (iv) cancelamento/Revisão de fatura de consumo normal; (v) ressarcimento de danos elétricos; (vi) ligação ou troca de titularidade de UC; (vii) programa Luz no

Notas Explicativas

Campo/programa Luz para Todos; (viii) incorporação/ indenização por construção de rede particular de energia elétrica; (ix) acidentes com terceiros; (x) indenizações.

Existem ainda ações judiciais de consumidores reivindicando o reembolso de valores pagos às controladas resultantes da majoração de tarifas com base nas portarias do DNAEE nº 38 e nº 45, aplicadas durante a vigência do Plano Cruzado no ano de 1986, tendo sido constituída provisão pelo valor da tarifa majorada.

• Fiscais

Referem-se às discussões relacionadas a COFINS, INSS, PIS, ISS, ICMS, IRPJ e CSLL. Os processos se encontram com a exigibilidade de seus créditos suspensa, quer seja por estarem em trâmite, os processos administrativos, quer seja porque se encontram devidamente garantidas às execuções fiscais em andamento.

A Companhia e suas controladas diretas e indiretas estão sujeitas a várias reivindicações legais, cíveis e processos trabalhistas, que advêm do curso normal das atividades de negócios.

O julgamento da Companhia é baseado na opinião de seus consultores jurídicos. As provisões são revisadas e ajustadas para levar em conta alterações circunstanciais tais como prazo de prescrição aplicável, conclusões de inscrições fiscais ou exposições identificadas com base em novos assuntos ou decisões de tribunais.

• Regulatórias

As controladas EMT, EMS, ETO e ESS possuem processos juntos à ANEEL, referente descumprimento de preceito regulatório.

Perdas possíveis

A Companhia e suas controladas possuem processos das naturezas trabalhistas, cíveis, fiscais e regulatórias em andamento cuja probabilidade de êxito foi estimada como possível, não requerendo a constituição de provisão.

Segue demonstrativo das movimentações:

Controladora	Trabalhistas	Cíveis	Fiscais	30/09/2019	31/12/2018
Saldos iniciais -31/12/2018 e 31/12/2017	210	94.410	57.088	151.708	56.678
Novos processos	1.035	-	-	1.035	42.712
Alteração do valor do pedido	-	-	-	-	47.280
Alteração de prognóstico	(50)	-	-	(50)	-
Encerramento	(101)	(53.270)	-	(53.371)	(118)
Atualização monetária	6	3.004	2.675	5.685	5.156
Saldos finais 30/09/2019 e 31/12/2018	1.100	44.144	59.763	105.007	151.708

Consolidado	Trabalhistas	Cíveis	Fiscais	Regulatórios	30/09/2019	31/12/2018
Saldos iniciais -31/12/2018 e 31/12/2017	257.549	4.223.461	3.247.688	34.507	7.763.205	3.738.959
Saldo de Combinação de negócios	544	42	-	-	586	1.779.243
Novos processos	47.574	205.102	124.476	10.032	387.184	927.648
Alteração do valor do pedido	19.563	(228.046)	17.632	4.711	(186.140)	807.466
Alterações de prognóstico	(1.581)	(204.658)	(123.773)	-	(330.012)	732.761
Encerramento	(63.695)	(312.138)	(347.607)	(32.324)	(755.764)	(439.310)
Atualização monetária	6.345	120.812	142.432	719	270.308	216.438
Saldos finais 30/09/2019 e 31/12/2018	266.299	3.804.575	3.060.848	17.645	7.149.367	7.763.205

Seguem os comentários de nossos consultores jurídicos referente as ações consideradas com riscos possíveis.

• Trabalhistas

Ações judiciais de natureza trabalhistas referem-se aos seguintes objetos: discussões de empregados que requerem recebimento de horas extras, adicional de periculosidade, sobreaviso, indenizações por danos decorrentes de acidente de trabalho, bem como ações de ex-empregados de prestadores de serviços contratados pelas controladas, reclamando responsabilidade solidária por verbas rescisórias, bem como a cobrança de contribuição sindical, sobreaviso, indenizações por danos decorrentes de acidente de trabalho, concursos públicos, plano de incentivo ao desligamento, transposição ao quadro federal.

Notas Explicativas

• Cíveis

As ações judiciais de natureza cível têm majoritariamente os seguintes objetos: (i) revisão ou o cancelamento de faturas de energia elétrica em razão da incerteza de seu valor; (ii) indenizações por danos materiais e morais decorrentes da suspensão do fornecimento de energia elétrica por falta de pagamento, por irregularidades nos aparelhos de medição, de variações de tensão elétrica, ou de falta momentânea de energia; e (iii) multas regulatórias originárias de procedimentos de fiscalização do poder concedente que encontram-se em processo de defesa administrativa, bem como a ações em que os consumidores pretendem a devolução de valores, em face dos reajustes tarifários determinados pelas Portarias nº 38 e nº 45/1986, do extinto Departamento Nacional de Águas e Energia Elétrica - DNAEE, durante o congelamento de preços no Plano Cruzado. Além de multas regulatórias originárias de procedimentos de fiscalização do poder concedente que se encontram em processo de defesa administrativa.

Principais processos:

Controladora

Em 25 de abril de 2016, a Companhia e sua controlada Energisa Soluções (“Requeridas”) foram comunicadas sobre o requerimento de instauração de arbitragem em curso perante o Centro de Mediação e Arbitragem da Câmara de Comércio Brasil Canadá, formulado pela São João Energética (“Requerente”).

O pedido formulado pela Requerente tem por base a suposta violação do contrato de compra e venda de ações e/ou quotas, assinado em 19 de novembro de 2014, mediante o qual as Requeridas pactuaram a venda à Requerente de três fundos de investimentos, contratualmente denominados FIP Eólicas, FIP Biomassa e FIP PCH.

Em 21 de agosto de 2019, o tribunal arbitral, por unanimidade, julgou improcedentes todos os pedidos apresentados pela Requerente e a condenou a pagar às Requeridas o reembolso dos custos e despesas incorridas com a defesa na arbitragem (“Sentença Arbitral”). A Administração avaliou as melhores estimativas possíveis e concluiu como sendo o provável o êxito da controladora e da controlada Energisa Soluções S/A, tendo sido obtido a vitória na sentença arbitral final.

Em 23 de outubro de 2019, a Sentença Arbitral foi mantida por seus próprios fundamentos após o indeferimento, por unanimidade, do pedido de esclarecimentos da Requerente, tendo o tribunal arbitral declarado encerrada a sua jurisdição com a prolação da decisão sobre o pedido de esclarecimentos da Requerente.

Principais processos:

Controladas

. Principais processos:

EPB

. Ação 0053723-89.2016.4.01.3400, no montante de R\$176.628 (R\$171.952 em 31 de dezembro 2018) relacionada ao pleito de restituição de valores cobrados em faturas de energia elétrica, referentes a perdas técnicas.

. Ação 0002664-83.2015.815.0131 com valor envolvido de R\$54.821 (R\$53.369 em 31 de dezembro de 2018), processo onde se discute questões relacionadas a rescisão contratual (ação anulatória proposta pela Cooperativa de Eletrificação Rural). O autor questiona a transferência da rede de eletrificação realizada entre a Cervap e a Energisa, requerendo a nulidade da escritura pública de transação entre as empresas e de todos os atos decorrente da mesma.

ESE

. Ação 0053723-89.2016.4.01.3400, no montante de R\$101.834 (R\$99.138 em 31 de dezembro de 2018) relacionada ao pleito de restituição de valores cobrados em faturas de energia elétrica, referentes a perdas técnicas e comerciais.

Notas Explicativas

EMS

. Ação cível coletiva 00651268720144013800, no montante de R\$174.775 (R\$170.148 em 31 de dezembro de 2018), por meio da qual a Associação de Defesa dos Consumidores de Energia, objetivando a devolução em dobro de valores supostamente cobrados de forma indevida. O impacto no caso de perda do processo é eventual recálculo das tarifas praticadas, implicando na alteração das bases contratuais do contrato de concessão e toda metodologia de fixação das tarifas elaboradas pelo Poder Concedente.

. Ação 00537238920164013400, no montante de R\$164.946 (R\$160.579 em 31 de dezembro de 2018) relacionada ao pleito de restituição de valores cobrados em faturas de energia elétrica, referentes a perdas técnicas e comerciais.

. Ação cível pública 00081923720034036000, no montante de R\$64.810 (R\$63.094 em 31 de dezembro 2018), por meio da qual o Ministério Público Federal, pleiteia a anulação da Resolução ANEEL nº167, que fixou o índice de reposicionamento tarifário Companhia, para em seu lugar, fixar outro índice que não o IGPM.

EMT

. Ação 1004068-45.2018.4.01.3600 no montante de R\$312.416 (R\$304.145 em 31 de dezembro de 2018) relacionada ação de cobrança envolvendo indenização pela passagem. Autor requer declaração de legalidade e exigibilidade da cobrança de contraprestação pelo uso das faixas de domínio da rodovia concedida à CRO, com a condenação da EMT ao pagamento das parcelas vencidas e vincendas em razão do referido uso, bem como a assinar os contratos pendentes e a apresentar o projeto executivo da área de ocupação.

. Ação 0053723-89.2016.4.01.3400, no montante de R\$303.769 (R\$295.727 em 31 de dezembro de 2018) relacionada ao pleito de restituição de valores cobrados em faturas de energia elétrica, referentes a perdas técnicas e comerciais.

. Ação de indenização 17436-75.2014.811.0041, no montante de R\$72.307 (R\$70.392 em 31 dezembro de 2018), ajuizada por Conel Construções Elétricas Ltda, objetivando o ressarcimento por danos materiais e morais, fundamentada em suposta rescisão imotivada pela ré do contrato de prestação de serviços.

. Ação de indenização 54570-73.2013.811.0041, no montante de R\$40.976 (R\$39.891 em 31 de dezembro de 2018), objetivando o ressarcimento de valores em razão de onerosidade excessiva dos contratos de prestação de serviço e de descumprimento de obrigações previstas nos contratos.

. Ação de indenização 13549-66.2015.811.0003 no montante de R\$35.390 (R\$34.453 em 31 de dezembro de 2018), onde se discute matéria relacionada a danos morais e materiais.

ETO

. Processo 0007336-94.2008.4.01.3400 com valor envolvido de R\$34.467 (R\$33.555 em 31 de dezembro de 2018) onde se discute questões contratuais relacionadas a desapropriação.

Processo 0053723-89.2016.4.01.3400 com valor envolvido de R\$33.637 (R\$32.746 em 31 de dezembro de 2018) onde se discute indenização por danos morais/ pedido de antecipação de tutela, teve seu prognóstico alterado em julho de 2019 de remoto para possível. Alteração baseada na já jurisprudência e orientação dos assessores jurídicos.

ERO

. Ação de indenização 7040117-63.2016.8.22.0001 no montante de R\$109.417 (R\$803.464 em 31 de dezembro de 2018) ajuizada pela Petrobrás Distribuidora S.A. objetivando a ação de cobrança pelo fornecimento de óleo diesel.

. Ação de indenização 0013664-30.2015.401.4100 no montante de R\$468.810 (R\$457.037 em 31 dezembro de 2018) objetivando o ressarcimento de valores em razão de onerosidade excessiva dos contratos de prestação de serviço e de descumprimento de obrigações previstas nos contratos.

Ação 0038260-55.2015.807.0001 no montante de R\$433.561 (R\$422.673 em 31 dezembro de 2018) relacionada a ação pública impetrada contra todas as concessionárias de energia elétrica do país, referente prevenção e reparação de danos difusos contra consumidores, com pedido de liminar para que as empresas não cobrem nas

Notas Explicativas

faturas de energia, as perdas demandadas, mesmo que por rateio, assim como as perdas experimentadas por erro de faturamento ou de medição, furtos e fraudes do período de 2010 a 2014. Pleiteia também a anulação de todas as Resoluções da ANEEL que permitam a cobrança e a inclusão nas faturas de valores cobrados de perdas não-técnicas. A Companhia considerou esse processo como possível pelos motivos seguintes: (i) a autora não possui autorização para propor essa demanda, conforme exigido pelo Supremo Tribunal Federal, após julgamento de recurso repetitivo sobre o tema na forma do art. 543-C do CPC 73. A autora está com o CNPJ cancelado conforme comprovado no processo e (ii) esta ação civil não se trata de cobranças implementadas pela Companhia, mas sim, de critérios adotados pela ANEEL (competência legal) a respeito dos elementos de composição da tarifa de energia elétrica, logo, cabe somente a ANEEL, providências relacionadas ao tema em questão não havendo qualquer ilegalidade na consideração das perdas não técnicas na composição dessas tarifas. Neste contexto, há violação da competência exclusiva da ANEEL. Ressalte-se que, em uma eventual condenação, o valor da ação será repassado integralmente às tarifas.

. Ação Civil Pública 0011930-44.2015.401.41000 no montante de R\$51.416 (R\$50.200 em 31 de dezembro de 2018) ajuizada pela Ordem dos advogados do Brasil, objetivando discutir questões relacionadas a falta de energia.

. Ação Ordinária 0008746-40.2015.822.0001 no montante de R\$50.067 (R\$48.810 em 31 de dezembro de 2018) ajuizada pela Ordem dos advogados do Brasil, objetivando discutir questões relacionadas a falta de energia.

EAC

. Ação 0038260-55.2015.807.0001 no montante de R\$122.773 (R\$119.523 em 31 de dezembro de 2018) relacionada a ação pública impetrada contra todas as concessionárias de energia elétrica do país, referente prevenção e reparação de danos difusos contra consumidores, com pedido de liminar para que as empresas não cobrem nas faturas de energia, as perdas demandadas, mesmo que por rateio, assim como as perdas experimentadas por erro de faturamento ou de medição, furtos e fraudes do período de 2010 a 2014. Pleiteia também a anulação de todas as Resoluções da ANEEL que permitam a cobrança e a inclusão nas faturas de valores cobrados de perdas não-técnicas. A Companhia considerou esse processo como possível pelos motivos seguintes: (i) a autora não possui autorização para propor essa demanda, conforme exigido pelo Supremo Tribunal Federal, após julgamento de recurso repetitivo sobre o tema na forma do art. 543-C do CPC 73. A autora está com o CNPJ cancelado conforme comprovado no processo e (ii) esta ação civil não se trata de cobranças implementadas pela Companhia, mas sim, de critérios adotados pela ANEEL (competência legal) a respeito dos elementos de composição da tarifa de energia elétrica, logo, cabe somente a ANEEL, providências relacionadas ao tema em questão não havendo qualquer ilegalidade na consideração das perdas não técnicas na composição dessas tarifas. Neste contexto, há violação da competência exclusiva da ANEEL. Ressalte-se que, em uma eventual condenação, o valor da ação será repassado integralmente às tarifas.

Rede Energia

. Ação civil pública 00313063920124013900 com pedido de antecipação de tutela, ajuizada pelo Ministério Público Federal, no montante envolvido de R\$214.439 em 31 de dezembro de 2018, por meio da qual pretende anular a Resolução Autorizativa da ANEEL nº 3.731, de 30/12/2012, que autorizou a CELPA a destinar para investimentos na área de concessão os recursos decorrentes das compensações devidas a seus consumidores por transgressões aos limites dos indicadores de qualidade do serviço de distribuição de energia elétrica, no período de 29/02/2012 a 07/08/2015. Prognóstico alterado de possível para remoto em agosto de 2019. Alteração baseada na já jurisprudência e orientação dos assessores jurídicos.

. Ação de execução por quantia certa 01415375820128260100 com montante envolvido de R\$37.601 (R\$33.758 em 31 de dezembro de 2018), para a cobrança dos supostos créditos consubstanciados em Cédulas de Crédito Bancário, emitidas pelas Centrais Elétricas do Pará - CELPA. Na hipótese da CELPA vir a ser condenada, esse débito poderá ter de se sujeitar ao Plano de Recuperação Judicial.

• Fiscais

As ações de natureza fiscais e tributárias referem-se basicamente a discussões sobre: (i) PIS e COFINS incidentes sobre as faturas de energia elétrica; (ii) ICMS incidente sobre a demanda de energia; (iii) compensação e aproveitamento de créditos de ICMS; (iv) diferencial de alíquota; e (v) imposto de renda e contribuição social sobre o lucro; (vi) cobrança de ISS sobre prestação de serviços oriundos da concessão; (vii) compensação e aproveitamento de créditos de ICMS de equipamentos para prestação dos serviços de distribuição e transmissão de energia alocados no ativo permanente da empresa, (viii) crédito de ICMS, (ix) escrituração de documento fiscal, (x) multa não escrituração CIAP, (xi) ICMS em razão da glosa de créditos nas operações de aquisição de óleo diesel para industrialização por encomenda.

Notas Explicativas

Principais processos:

Controladora

. Auto de infração 18471.000772.2008-26, objetivando a cobrança de IOF no período de 2003 a 2005, sobre adiantamento para futuro aumento de capital - AFAC em favor da controlada Energisa SE, no montante envolvido de R\$59.763 (R\$57.088 em 31 de dezembro de 2018).

Controladas:

EMG

. Processo 0087729-97.2016.8.13.0153 com valor envolvido de R\$35.268 em 31 de dezembro de 2018, no qual se discute a quebra do diferimento do ICMS nas operações de venda de energia elétrica isenta ou não tributada, teve seu prognóstico alterado de possível para remoto em setembro de 2019. Alteração baseada na jurisprudência e na orientação dos assessores jurídicos. Alteração baseada na jurisprudência e na orientação dos assessores jurídicos.

ETO

. Processo 5003614-42.2012.827.2729 - cobrança de débito tributário apurado por meio do auto de infração relativo a ICMS incidente sobre operações de compra de bens destinados ao ativo imobilizado da empresa no montante envolvido de R\$180.689 (R\$168.278 em 31 de dezembro de 2018).

. Processo 5008221-35.2011.827.2729 - cobrança de débito tributário apurado por meio do auto de infração relativo a glosa de créditos de ICMS baseado na aquisição de bens destinados ao ativo imobilizado, no montante envolvido de R\$78.677 em 31 de dezembro de 2018. Teve seu prognóstico alterado de possível para remoto em julho de 2019. Alteração baseada no risco financeiro envolvido na ação. Questões relacionadas ao mérito estão sendo discutidas na ação anulatória nº 5000726-08.2009.827-2729, proposta pela Companhia previamente à cobrança do Estado.

. Auto de Infração 2014/003353 com valor envolvido de R\$41.962 em 31 de dezembro de 2018 relacionado a discussões sobre registro de notas fiscais de entrada de energia e transmissão no período 2010 a 2014. A redução de R\$41.053 levou em consideração acórdão que julgou parcialmente procedente o recurso interposto pela empresa, teve seu prognóstico alterado de possível para remoto em setembro de 2019. Alteração baseada no risco financeiro envolvido na ação.

EPB

. Auto de infração 10467.720529/2011-81, com montante envolvido R\$105.792 em 31 de dezembro de 2018, pelo qual a Receita Federal sustenta a suposta falta de adição na apuração do lucro real e da base de cálculo da contribuição social, de despesas consideradas indedutíveis relativas à amortização do ágio referente à privatização da Companhia, bem como a suposta compensação indevida de prejuízos fiscais e da base de cálculo da contribuição social. Processo encerrado em agosto de 2019, em razão do trânsito em julgado da decisão parcialmente favorável à Companhia, que determinou o cancelamento do lançamento em discussão.

. Autos de Infrações números: (I) 93300008.09.00000271/2017.59 no montante de R\$132.634 (R\$126.698 em 31 de dezembro de 2018) - referente ao período de janeiro de 2012 a dezembro de 2015 e (II) Auto de Infração 93300008.09.70/2016-70 com valor envolvido de R\$43.220 (R\$41.286 em 31 de dezembro de 2018) - referente ao período de janeiro a dezembro de 2011. Todos lavrados pela Receita Estadual em virtude de glosa de ICMS, sob o argumento de que as aquisições de mercadorias objeto do creditamento no livro CIAP (controle de crédito do ativo permanente), não poderiam ser consideradas como ativo fixo, por não serem de propriedade da impugnante, mas sim do poder concedente (União Federal). A alegação do Estado é que o registro das operações no Ativo Imobilizado somente era possível até o ano de 2009. A partir de 2010, as normas contábeis passaram a exigir a escrituração das novas aquisições no Ativo Intangível.

ESE

. Auto de infração 10.510.724763/2011-12 com montante envolvido de R\$189.520 (R\$179.795 em 31 dezembro de 2018), pelo qual a Receita Federal sustenta a suposta falta de adição na apuração do lucro real e da base de cálculo da contribuição social, de despesas consideradas indedutíveis relativas à amortização do ágio referente à

Notas Explicativas

privatização da Companhia, bem como a suposta compensação indevida de prejuízos fiscais e da base de cálculo da contribuição social.

. Auto de Infração 20194243 com montante envolvido de R\$34.308, no qual o Estado de Sergipe sustenta a suposta falta de colhimento de ICMS incidente sobre operações de venda de energia elétrica aos órgãos da administração pública direta e suas fundações e autarquias, recebido em agosto de 2019.

EMS

. Auto de infração 10140720806201057, com montante envolvido de R\$50.938 (R\$48.692 em 31 dezembro de 2018), lavrado pela Receita Federal para cobrança de créditos tributários de PIS e COFINS, das competências de dezembro de 2007 a fevereiro de 2008, decorrentes da glosa de créditos apropriados no regime não cumulativo sobre os valores que seriam restituídos aos consumidores por força de determinação da ANEEL.

EMT

. Processos 5044000/2015, 1189910010000012009-19, 5069184/2013, 167410016000122008-11, 5028005/2011, envolvendo ICMS incidente sobre demanda de energia ("ICMS Demanda") no montante de R\$625.355 (R\$597.373 em 31 dezembro de 2018), para o qual a Companhia não constituiu provisão, com base na avaliação de seus consultores jurídicos. Os processos referentes a ICMS Demanda, decorrem de autuação em virtude de falta de arrecadação e recolhimento do tributo, por conta de impedimento judicial (decisões judiciais suspendendo a exação, obtidas por consumidores). Após a cessação dos efeitos das referidas decisões, a Companhia vem mantendo discussões com a SEFAZ/MT, no sentido de construir uma solução para a arrecadação deste tributo, por meio da participação da Companhia, na condição de mero agente arrecadador. As discussões culminaram na abertura da possibilidade de adesão direta pelos consumidores, ao programa de parcelamento vigente do Estado (Refis MT - Leis Estadual n° 10.433/2016 e Decreto n° 780/2016).

. Destaca-se também os processos 1000985-84.2016.811.0041, 1189910010000092010-19, 122752000142016115, 1035343/630/96/2014, 5205023/2012 e 5095376/2016, referentes à tomada de crédito do diferencial de alíquota de ICMS, nas operações de aquisição de bens destinados ao ativo permanente no valor total de R\$231.504 (R\$221.146 em 31 de dezembro 2018), dentre os quais vale destacar: (i) execução fiscal 1000985-84.2016.811.0041 no valor de R\$75.992 (R\$72.592 em 31 de dezembro 2018); em divergência com preceitos constitucionais e com a Lei Complementar n° 87/96, a Lei Estadual n° 7.098/98 do Estado de Mato Grosso veda em seu art. 25, §6°, a tomada deste crédito; o tema é objeto da ADI n° 4.623/MT, em trâmite perante o STF, já com parecer favorável da Advocacia Geral da União e (ii) auto de infração 011178550.20128130699 lavrado pela Secretaria da Fazenda do Estado de Mato Grosso, com cobrança de ICMS relativo ao período de janeiro de 2010 a janeiro de 2012, sob o fundamento de que a Companhia supostamente teria se apropriado indevidamente de crédito fiscal relativo ao diferencial de alíquota pelas aquisições de bens destinados ao ativo permanente, que após apresentação de manifestação - teve a autuação transferida para o processo 5205023/2012, no valor de R\$79.877 (R\$76.303 em 31 de dezembro 2018).

. Auto de infração (administrativo 0408/2018) 14094.720008/2018-36, no montante de R\$73.279 (R\$70.000 em 31 de dezembro 2018) relacionado a não homologação das alterações realizadas nas DCTF do período de 2014 a 2016.

. Processo 0010774-95.2017.4.01.3600, no montante de R\$125.794 (R\$120.166 em 31 de dezembro de 2018), envolvendo discussão sobre execução fiscal proposta pela União Federal, em razão da exclusão da empresa no parcelamento previsto na Lei n° 11.941/09 com a respectiva perda dos benefícios concedidos. Foi apresentada garantia ao débito fiscal.

ERO

. Auto de Infração 2016-2700100711 (CDA20160600058378) com valor envolvido de R\$135.811 (R\$130.916 em 31 de dezembro de 2018) onde se discute questões relacionadas a Apropriação indébita de créditos fiscais de aquisição de óleo.

. Auto de Infração 2009.31.00100061 (CDA N° 20090600042124) com valor envolvido de R\$102.113 (R\$98.433 em 31 de dezembro de 2018) onde se discute questões relacionadas a estorno do crédito do óleo diesel - 2008.

. Auto de Infração 2009.31.00100058 (CDA N° 20180200007119) com valor envolvido de R\$95.164 (R\$91.735 em 31 de dezembro de 2018) onde se discute questões relacionadas a estorno do crédito do óleo diesel - 2005.

Notas Explicativas

Auto de Infração 20162700100692 (CDA Nº 20161700242462) com valor envolvido de R\$94.294 (R\$90.896 em 31 de dezembro de 2018) onde se discute questões relacionadas a falta de Escrituração no Livro de Ent. Fiscal Dig. EFD/SPED os doc. fiscais relacionados - 2011.

EAC

. Ação 46.743/2018 proposta e plano montante de R\$52.437 (R\$108.569 em 31 de dezembro de 2018), onde se discute questões relacionadas a ICMS - Glosa de créditos - Obrigação Acessória.

. Auto de Infração 12.097 lavrado pelo Estado do Acre, no montante de R\$34.005 que formaliza lançamento de crédito tributário de ICMS por “recolhimento a menor de ICMS em relação ao exercício de 2015 decorrente de apropriação indevida de créditos fiscais, diferença na base de cálculo das operações de venda de energia elétrica e recolhimentos mensais inferiores ao realmente devido pelo contribuinte”. De acordo com a fiscalização, a Contribuinte incorreu nas seguintes ocorrências: i. Estornos: i.i. Óleo Diesel; i.ii. parcela isenta (inc. I do art. 35 da LCE 55/1997);i.iii. perda de energia (inc. IV do art. 35 da LCE 55/1997); i.iv. valor de venda inferior ao custo de aquisição (inc. V do art. 35 da LCE 55/1997);ii. Valor referente a provisão (débito) e compensação (crédito) do diferencial de alíquota; iii. Não homologação da totalidade dos cancelamentos conforme ocorrências verificadas e previstas no inc. VIII da Cláusula Primeira do Conv. ICMS 30/2004, pela verificação de créditos prescritos (§1º do art. 33 da LCE 5/1997), situações que impem a manutenção de tais créditos fiscais na escrituração do contribuinte; iv. Diferenças na base de cálculo em relação a energia elétrica efetivamente vendida ao consumidor final; e v. Diferença de ICMS a recolher para o exercício de 2015. Empresa apresentou impugnação em 20 de setembro de 2019.

Regulatório

Processos de contingências regulatórias junta à ANEEL decorrem principalmente de penalidade aplicada em razão da operação de aquisição de créditos fiscais realizadas entre as distribuidoras e a QMRA para fruição do benefício do Refis da Copa e Autos de Infração oriundos de fiscalização regular da ANEEL.

28. Taxas regulamentares - consolidado

Movimentação	30/09/2019	31/12/2018
Saldo inicial -31/12/2018 e 31/12/2017	39.494	96.917
Juros	(1.212)	4.318
Amortização	(38.282)	(61.741)
Saldo Final -30/09/2019 e 31/12/2018 - circulante	-	39.494
Quota Reserva Global de Reversão - RGR	-	15.176
Quota - Conta de Desenvolvimento Energético - CDE	-	24.318

Os valores das taxas regulamentares foram integralmente parcelados, em 01 de julho de 2014, junto à Eletrobrás pelas controladas indiretas EMT e ETO conforme segue: (i) RGR e CDE parcelado em 60 meses, sendo os juros SELIC incidentes sobre o principal, amortizados nas 24 primeiras parcelas e o principal nas demais.

29. Incorporação de redes - consolidado

Com a finalidade de viabilizar o atendimento aos pedidos de ligação de novas unidades consumidoras, o solicitante, individualmente ou em conjunto, e os órgãos públicos, inclusive da administração indireta, poderão aportar recursos, em parte ou no todo, para as obras necessárias à antecipação da ligação ou executar as obras de extensão de rede mediante a contratação de terceiro legalmente habilitado. Os recursos antecipados ou o valor da obra executada pelo interessado deverão ser restituídos pelas controladas EMT, EMS, ETO, ESS, EAC e ERO até o ano em que o atendimento ao pedido de fornecimento seria efetivado segundo os Planos de Universalização, para os casos de consumidores que se enquadrem aos critérios de atendimento sem custo ou nos prazos fixados nos regulamentos que tratam do atendimento com participação financeira do interessado.

Notas Explicativas

O prazo de universalização de energia elétrica da controlada EMT, em áreas rurais no Mato Grosso, foi prorrogado para 2020. A revisão do cronograma foi aprovada pela Agência Nacional de Energia Elétrica (ANEEL).

Sobre os saldos das incorporações de redes particulares incidem encargos calculados pela variação do IGPM, acrescido de 0,5% a 1% ao mês de juros.

Segue a movimentação ocorrida no período/exercício:

Descrição	30/09/2019	31/12/2018
Saldo em 31/12/2018 e 31/12/2017	260.145	209.970
Saldo inicial da combinação de Negócios	-	160.401
Adição no período/exercício	19.707	23.833
Atualização monetária e juros	25.886	24.075
Pagamentos/Baixas	(78.000)	(158.134)
Saldo em 30/09/2019 e 31/12/2018	227.738	260.145
Circulante	66.448	93.708
Não circulante	161.290	166.437

30. Outros passivos

Descrição	Controladora		Consolidado	
	30/09/2019	31/12/2018	30/09/2019	31/12/2018
Participações Empregados	-	11.739	5.300	78.240
Salários a pagar	2.297	1.733	18.547	96.337
Banco Daycoval Rede Energia RJ	50.693	50.693	50.693	50.693
Outros Benefícios a empregados	2.947	2.488	27.061	22.943
Provisão fundo de pensão (HSBC)	2.000	2.000	4.000	4.000
Prêmio de seguros	48	103	6.748	10.387
Adiantamentos de clientes	4.733	4.223	191.881	114.102
Retenção de caução contratual empreiteiras	314	329	38.917	30.136
Parcelamentos de multas regulatórias	-	-	26.268	810
Valores e encargos a recuperar tarifa - TUSD	-	-	12.201	12.201
Taxa fiscalização ANELL - contribuição mensal	-	-	1.125	1.289
Encargos emergenciais (ECE e EAE)	-	-	18.649	18.650
Reembolso Eletrobrás - aquisição de combinação de negócios	163.604	163.604	163.604	163.604
Ressarcimento EPB - Salto Paraíso (1)	-	-	41.279	43.229
Compromisso assumido de capitalização ERO e EAC (2)	-	-	-	63.099
Efeitos da Redução do ICMS na base de cálculo do Pis e Cofins (3)	-	-	627.852	-
Outras contas a pagar	2.729	3.423	232.036	95.028
Total	229.365	240.335	1.466.161	804.748
Circulante	224.111	235.573	596.203	580.805
Não Circulante	5.254	4.762	869.958	223.943

(1) Refere-se à incorporação da conexão das usinas na SE Salto Paraíso com ressarcimento a ser pago pela companhia a EBP (Enel Brasil Participações) por meio de compensação com crédito decorrente do contrato de uso do sistema de distribuição ("CUSD").

(2) Compromisso da controladora em subscrever as sobras das ações dos empregados e aposentados.

(3) Efeitos da Redução do ICMS na base de cálculo do Pis e Cofins - Consolidado

Efeitos do trânsito em julgado das ações que reivindicam a exclusão do ICMS da base de cálculo do PIS/COFINS:

Em março de 2017 o STF decidiu em repercussão geral (tema 69) e confirmou que o ICMS não compõe a base de cálculo para a incidência do PIS e da COFINS. Contudo, a União Federal apresentou embargos de

Notas Explicativas

declaração buscando a modulação dos efeitos e alguns a definição do valor do ICMS que será excluído da base de cálculo das contribuições.

Em maio, junho e julho de 2019 transitaram em julgado no Tribunal Regional Federal da 5ª Região decisões favoráveis nos processos das subsidiárias EPB, EBO e ETO, respectivamente. Os demais processos nos quais discutimos a exclusão do ICMS da base de cálculo do PIS e COFINS estão em andamento.

Amparada nas avaliações de seus assessores legais e baseando na melhor estimativa da Administração, a EPB, EBO e ETO constituíram ativo de PIS e de COFINS a recuperar de R\$634.289 e passivo de R\$627.619, líquido de honorários devidos aos advogados e de tributos. A constituição do passivo decorre do entendimento que os montantes a serem recebidos como créditos fiscais das contribuições deverão ser integralmente repassados aos consumidores nos termos das normas regulatórias do setor elétrico. O repasse aos consumidores dependerá do efetivo aproveitamento do crédito tributário pelas controladas e será efetuado conforme normas da Receita Federal do Brasil e regulatórias, da Agência Nacional de Energia Elétrica - ANEEL.

Eventual mudança, ou limitação, do entendimento do STF, decorrente do julgamento dos embargos de declaração pelo STF, refletirá nos valores de ativo e passivo constituídos.

O resumo dos impactos são como segue:

	Consolidado	
	30/09/2019	
	Ativo não circulante	Passivo não circulante
Tributos a recuperar		
Pis e Cofins - Efeitos da redução do ICMS	634.289	-
Outros passivos		
Efeitos da Redução do ICMS na base de cálculo do Pis e Cofins (*)	-	627.619
	634.289	627.619
	Demonstração do resultado	
Receita operacional bruta		
Efeitos da Redução do ICMS na base de cálculo do Pis e Cofins - outros passivos		(502.313)
Efeitos da redução do ICMS na base de cálculo Pis e Cofins - tributos a recuperar		502.313
Resultado financeiro		
Outras Receitas financeiras		
Atualização dos Tributos a recuperar Pis e Cofins - Efeitos da redução do ICMS		131.976
Outras Despesas financeiras		
Atualização dos Outros passivos Efeitos da Redução do ICMS na base de cálculo do Pis e Cofins		(131.976)
Resultado apurado		-

(*) Deduzidos de R\$6.670, referente aos custos incorridos com advogados e tributos.

31. Patrimônio líquido

31.1 Capital Social

O capital social é de R\$3.363.685 (R\$3.363.685 em 31 de dezembro de 2018), representando 1.814.561.910 (1.814.561.910 em 31 de dezembro de 2018) ações nominativas, sendo 755.993.938 (755.822.033 em 31 de dezembro de 2018) ações ordinárias e 1.058.567.972 (1.058.739.877 em 31 de dezembro de 2018) ações preferenciais, sem valor nominal. O montante de ações convertido em Units (certificado de ações que representa a propriedade de 4 ações preferenciais e 1 uma ação ordinária da Companhia) é de 262.478.899 (262.325.118 em 31 de dezembro de 2018).

A Companhia possui contabilizado diretamente no Patrimônio Líquido o montante de R\$65.723 (R\$65.723 em 31 de dezembro de 2018), relativo aos custos transação incorridos na captação de recursos por meio da emissão de novas ações e foram registrados separadamente como uma redução do patrimônio líquido.

As ações preferenciais não possuem direito de voto, tem prioridade no caso de reembolso do capital em prêmio e de serem incluídas na oferta pública de alienação de controle, sendo-lhes assegurado o preço igual a 80% do valor pago por ação com direito a voto, integrante do bloco de controle.

Notas Explicativas

Independentemente de modificação estatutária, o capital social poderá ser aumentado até o limite de 3.000.000.000 de ações, sendo até 1.626.300.000 em ações ordinárias e até 1.373.700.000 em ações preferenciais, mediante deliberação do Conselho de Administração, que decidirá sobre as condições de integralização, características das ações a serem emitidas e preço de emissão.

31.2 Reserva de Capital

	30/09/2019	31/12/2018
Alienação de ações em tesouraria	1.849	1.849
Transações entre sócios ⁽⁴⁾	268.008	252.204
Custo de captação - Aumento de capital	(65.723)	(65.723)
Incentivos fiscais de reinvestimentos ⁽¹⁾	8.042	4.991
Investimento PUT ⁽³⁾	68.625	-
Programa de remuneração variável (ILP) ⁽²⁾	3.797	1.408
Saldos em 30/09/2019 e 31/12/2018	284.598	194.729

(1) Incentivos fiscais de reinvestimentos (reflexo) - benefícios destinados as pessoas jurídicas com empreendimentos em operação na área de atuação da Sudene e SUDAM, com o reinvestimento de 30% (trinta por cento) do Imposto devido até 2018 e 50% a partir de 2019, em projetos de modernização ou complementação de equipamento, até o ano de 2023.

Os recursos liberados, deduzidos da quantia correspondente a 2%, a título de administração do projeto, conforme dispõe o artigo 19, parágrafo 2o, da Lei nº 8.167/1991, foram contabilizados em outras reservas de capital e, após sua aprovação, no prazo de 180 (cento e oitenta) dias, contados a partir do encerramento do exercício social em que houve a emissão do ofício de liberação pela Superintendência do Desenvolvimento Regional, serão capitalizados.

(2) Implementação do programa de remuneração variável, através de concessão de ações, denominada Incentivo de Longo Prazo (ILP), (vide nota explicativa nº 14);

(3) Refere-se a diferença da opção de recompra das ações integralizadas pelos empregados e aposentados das controladas CERON e Eletroacre, correspondente a 191.679.293 ações CERON e 14.374.919.056 ações Eletroacre, reconhecidas no exigível a longo prazo, Outros passivos-Instrumentos financeiros derivativos R\$1.017 em contrapartida ao valor patrimonial das ações contabilizadas no ativo não circulante, Investimentos - Outras participações societárias R\$69.642; e

(4) Inclui R\$42.280 de dedução de imposto de renda e contribuição social incidentes sobre parcela de mais valia de ações próprias

Transações entre sócios	30/09/2019	31/12/2018
Saldo inicial -31/12/2018 e 31/12/2017	252.205	(80.683)
Transações entre sócios - reflexo (1)	(6.362)	(59.069)
Ganho apurado com novas aquisições de participação em controladas diretas e indiretas (2)	22.165	391.957
Saldo final -30/09/2019 e 31/12/2018	268.008	252.205

(1) Inclui parcela reflexa do percentual de participação na controlada EEVP, referente ao instrumento financeiro derivativo conforme descrito na nota explicativa nº 35.

(2) O montante de R\$22.165 (R\$391.957 em 31 de dezembro de 2018) refere-se a ganho apurado com novas aquisições de participações em controladas diretas e indiretas, contabilizadas diretamente no Patrimônio Líquido.

31.3 Reserva de Incentivos - reserva de redução de imposto de renda (controladas)

As controladas EPB, ESE, EBO, EMT e ETO por atuarem no setor de infraestrutura na região Nordeste, Centro Oeste e Norte, obtiveram a redução do imposto de renda devido para fins de investimentos em projetos de ampliação da sua capacidade instalada, conforme determina o artigo 551, § 3º, do Decreto nº 3.000, de 26 de março de 1999.

Esta redução foi aprovada através de Laudos Constitutivos, que impõe algumas obrigações e restrições:

- O valor apurado como benefício não pode ser distribuído aos acionistas;
- O valor deve ser contabilizado como reserva de lucros e capitalizado até 31 de dezembro do ano seguinte à apuração e/ou utilizado para compensação de prejuízos com aprovação em AGO/AGE; e
- O valor deve ser aplicado em atividades diretamente relacionadas com a produção na região incentivada.

Os incentivos fiscais passaram a ser contabilizados no resultado do período com posterior transferência para reservas de lucros - reserva de redução de imposto de renda.

Notas Explicativas

Segue as informações dos incentivos obtidos pelas:

Controladas	Órgão Governamental	Nº do laudo constitutivo	Redução de Imposto de Renda (consolidado)	
			30/09/2019	31/12/2018
EPB	SUDENE	197/2012	47.340	48.675
ESE	SUDENE	205/2012	18.907	11.250
EBO	SUDENE	206/2012	5.574	5.841
EMT	SUDAM	114/2014	88.241	65.205
ETO	SUDAM	113/2014	25.159	15.963
Total			185.221	146.934

Esses valores foram registrados diretamente no resultado do período na rubrica “imposto de renda e contribuição social corrente” no consolidado e foram destinados à reserva de incentivo fiscais no patrimônio líquido das controladas.

31.4 Dividendos

O Estatuto Social determina a distribuição de um dividendo obrigatório de 35% do lucro líquido do período, ajustado nos termos do artigo 202 da Lei nº 6.404 de 15 de dezembro de 1976, e permite a distribuição de dividendos apurados com base em resultados intermediários.

Em 22 de fevereiro de 2019, o Conselho de Administração da Companhia aprovou a distribuição de dividendos intercalares à conta lucro líquido no valor de R\$235.893. Esse montante corresponde a R\$0,13 por ação de emissão da Companhia (ordinária e preferencial) e R\$0,65 por certificado de depósito de ações (Unit), pagos a partir de 11 de março de 2019.

Em 19 de março de 2019, o Conselho de Administração da Companhia aprovou a distribuição de dividendos intercalares no valor de R\$54.437. Esse montante corresponde a R\$0,03 por ação de emissão da Companhia (ordinária e preferencial) e R\$0,15 por certificado de depósito de ações (Unit). Os pagamentos foram efetuados no dia 10 de abril de 2019 com base na posição acionária de 22 de março de 2019, respeitadas as negociações na B3 até esta data.

O Conselho de Administração da Energisa S/A aprovou em 08 de agosto, a distribuição de dividendos intermediários à conta dos resultados do período findo em 30 de junho de 2019, no montante de R\$101.615, o que equivale a R\$0,28 por Unit e R\$0,056 por ação ordinária ou preferencial. Esses dividendos foram pagos em à partir do dia 23 de agosto de 2019 e fazem jus aos dividendos os acionistas da Companhia detentores de ações em 13/08/2019, respeitadas as negociações em Bolsa até aquela data.

A Companhia tem como prática alocar o recebimento de dividendos das controladas na atividade de investimento na demonstração do fluxo de caixa.

32. Receita operacional

32.1 Receita operacional bruta - controladora

	01/07/2019 a 30/09/2019	01/01/2019 a 30/09/2019	01/07/2018 a 30/09/2018	01/01/2018 a 30/09/2018
Receita operacional				
Serviços especializados (*)	61.898	177.952	50.197	137.643
Deduções a receita operacional				
PIS	(1.021)	(2.936)	(853)	(2.296)
COFINS	(4.704)	(13.524)	(3.928)	(10.574)
ISS	(1.466)	(4.367)	(984)	(3.145)
Receita operacional líquida	54.707	157.125	44.432	121.628

(*) Referem-se aos serviços administrativos e de compartilhamento de recursos humanos prestados as controladas.

Notas Explicativas

32.2 Receita operacional- consolidada

	30/09/2019				30/09/2018			
	Fora do escopo dos auditores independentes		01/07/2019 à 30/09/2019	01/01/2019 à 30/09/2019	Fora do escopo dos auditores independentes		01/07/2018 à 30/09/2018	01/01/2018 à 30/09/2018
	Nº de consumidores	MWh	R\$	R\$	Nº de consumidores	MWh	R\$	R\$
Residencial	6.354.814	9.768.070	2.481.341	7.446.272	5.538.805	7.931.374	1.924.927	5.549.800
Industrial	42.267	1.818.443	433.634	1.241.362	42.465	1.652.572	394.463	1.079.923
Comercial	535.894	4.746.815	1.240.278	3.681.385	467.230	3.950.075	1.004.620	2.857.916
Rural	783.298	2.524.458	531.687	1.392.787	615.378	2.173.253	449.304	1.098.595
Poder público	70.610	1.305.200	319.165	926.857	62.308	980.661	234.841	660.949
Iluminação pública	7.507	1.301.750	187.962	522.167	6.714	1.131.747	161.100	417.045
Serviço público	8.861	878.585	169.251	463.459	7.877	781.250	145.587	381.031
Consumo próprio	1.692	31.712	-	-	1.456	25.660	-	-
Subtotal	7.804.943	22.375.033	5.363.318	15.674.289	6.742.233	18.626.592	4.314.842	12.045.259
Suprimento de energia a concessionárias	-	1.723.126	160.938	917.994	-	1.504.975	189.084	711.254
Fornecimento não Faturado líquido	-	10.677	73.395	168.072	-	(94.801)	64.153	79.774
Disponibilização do sistema de transmissão e de distribuição	902	-	359.812	1.002.557	713	-	342.254	832.764
Energia comercializada com clientes livres	-	3.374.518	236.035	645.180	-	3.548.814	281.406	766.784
Receita de construção da infraestrutura (1)	-	-	852.405	1.821.070	-	-	352.665	997.007
Receita de remuneração ativo de contratos	-	-	93.321	245.265	-	-	-	-
Serviços especializados	-	-	17.843	52.221	-	-	12.025	31.800
Penalidades Regulatórias	-	-	(8.297)	(62.802)	-	-	(4.530)	(21.255)
Efeitos da Redução do ICMS na base de cálculo do Pis e Cofins - outros passivos	-	-	(174.939)	(502.313)	-	-	-	-
Efeitos da Redução do ICMS na base de cálculo do Pis e Cofins - tributos a recuperar	-	-	174.939	502.313	-	-	-	-
Outras receitas operacionais	-	-	47.924	150.760	-	-	28.947	95.951
Ativo financeiro indenizável da concessão	-	-	25.751	143.577	-	-	37.270	276.116
(-) Ultrapassagem Demanda	-	-	(63)	4.449	-	-	-	-
(-) Excedentes de Reativos	-	-	(471)	6.793	-	-	-	-
Constituição e amortização - CVA Ativa e Passiva	-	-	(148.684)	(129.635)	-	-	236.941	643.391
Subvenções vinculadas ao serviço concedido	-	-	342.743	954.714	-	-	299.905	821.833
Total - receita operacional bruta	7.805.845	27.483.354	7.415.970	21.594.504	6.742.946	23.585.580	6.154.962	17.280.678
Deduções da receita operacional								
ICMS	-	-	1.241.989	3.659.880	-	-	1.012.297	2.850.135
PIS	-	-	113.739	332.959	-	-	94.956	265.055
COFINS	-	-	523.849	1.533.510	-	-	437.377	1.221.518
CPRB	-	-	1.924	4.858	-	-	1.476	4.097
ISS	-	-	5.196	14.108	-	-	3.988	11.125
Deduções Bandeiras Tarifárias (2)	-	-	(15.852)	(12.858)	-	-	74.369	71.292
Programa de Eficiência Energética - PEE - Conta de Desenvolvimento Energético - CDE	-	-	19.433	58.988	-	-	17.351	48.701
Programa de Pesquisa e Desenvolvimento - P&D	-	-	429.969	1.389.378	-	-	388.927	1.085.688
Taxa de Fiscaliz dos serviços de Energia Elétrica - TFSEE	-	-	19.433	58.988	-	-	17.351	48.701
	-	-	5.887	17.221	-	-	4.862	13.712
Total - deduções da receita operacional	-	-	2.345.567	7.057.032	-	-	2.052.954	5.620.024
Total - receita operacional líquida	7.805.845	27.483.354	5.070.403	14.537.472	6.742.946	23.585.580	4.102.008	11.660.654

(1) Do total **Receita de construção da infraestrutura da concessão**, o montante de R\$1.555.529 refere-se a receita de construção das distribuidoras e R\$265.539 refere-se a receita de construção das transmissoras. Adicionalmente, do total do custo de construção apresentado na Demonstração de Resultado de R\$1.796.506 o montante de R\$1.555.531 refere-se ao custo de construção das distribuidoras e R\$240.977 refere-se ao custo de construção das transmissoras.

(2) **Bandeiras Tarifárias** - a partir de janeiro de 2015, as contas de energia tiveram a aplicação do Sistema de Bandeiras Tarifárias. O acionamento da bandeira tarifária é sinalizado mensalmente pela ANEEL, de acordo com as informações prestadas pelo Operador Nacional do Sistema - ONS, conforme a capacidade de geração de energia elétrica no país.

Notas Explicativas

A ANEEL através do Ofício nº 185 de 08 de abril de 2015, com alteração efetuada pelo Despacho nº 245 de 28 de janeiro de 2016, alterado pelo Despacho nº 4.356 de 22 de dezembro de 2017 que estabeleceu novos procedimentos contábeis para registro das Receitas Adicionais das Bandeiras Tarifárias. Pela alteração proposta, os montantes das bandeiras passam a ser registrados na receita operacional.

As receitas auferidas pelas controladas referentes as bandeiras tarifárias para período findo em 30 de setembro de 2019, foram de R\$212.122 (R\$404.141 em 30 de setembro de 2018), tendo recebido da CCRBT o montante de R\$12.858 (R\$71.292 em 30 de setembro de 2018). Dessa forma, o efeito líquido das bandeiras tarifárias no resultado das Companhias no período findo em 30 de setembro de 2019 foi de R\$228.980 (R\$332.849 em 30 de setembro de 2018).

Para os meses de janeiro a julho de 2019 e 2018 a Aneel homologou os valores conforme abaixo:

Meses	Despacho	30/09/2019	30/09/2018
Janeiro	Nº 629 de 01 de março de 2019 (Nº 516 de 06 de março de 2018)	727	(4.604)
Fevereiro	Nº 979 de 02 de abril de 2019 (Nº 728 de 02 de abril de 2018)	5.409	2.447
Março	Nº 1.253 de 02 de maio de 2019 (Nº 981 de 30 de maio de 2018)	3.080	2.298
Abril	Nº 1.525 de 30 de maio de 2019 (Nº 1.210 de 01 de junho de 2018)	3.376	2.634
Maiο	Nº 1.862 de 02 de julho de 2019 (Nº 1.472 de 03 de julho de 2018)	1.952	(5.102)
Junho	Nº 2.081 de 30 de julho de 2019 (Nº 1.706 de 30 de julho de 2018)	4.652	(39.296)
Julho	Nº 2.422 de 30 de agosto de 2019 (Nº 1.965 de 29 de agosto de 2018)	10.638	(28.396)
Agosto	A ser homologado em outubro de 2019/2018	(737)	(1.279)
Setembro	A ser homologado em outubro de 2019/2018	(16.239)	6
Total		12.858	(71.292)

33. Energia Elétrica comprada para revenda:

	Consolidado					
	MWH (1)		Energia elétrica comprada p/revenda			
	30/09/2019	30/09/2018	01/07/2019 a 30/09/2019	01/01/2019 a 30/09/2019	01/07/2018 a 30/09/2018	01/01/2018 a 30/09/2018
Energia de Itaipú - Binacional	2.479.506	2.390.381	265.516	704.499	339.043	742.739
Energia de leilão	13.453.924	8.658.407	936.896	2.872.614	537.981	1.922.529
Energia bilateral e outros suprimentos	5.478.839	5.680.457	740.830	2.169.943	798.796	2.258.775
Cotas de Angra Resolução Normativa nº 530/12 (2)	846.201	711.372	58.308	197.873	38.046	150.532
Energia de curto prazo - CCEE	460.548	478.447	198.873	973.514	293.715	819.976
Cotas Garantia Física-Res. Homologatória nº 1.410	5.948.170	5.236.064	302.915	750.386	401.237	800.630
Programa Incentivo Fontes Alternativas Energia - PROINFA	526.750	448.092	74.412	223.234	55.051	165.156
Energia de Reserva - ERR	-	-	41.563	95.784	-	-
(-) Parcela a compensar crédito PIS/COFINS não cumulativo	-	-	(243.605)	(710.472)	(226.831)	(612.102)
Total	29.193.938	23.603.220	2.375.708	7.277.375	2.237.038	6.248.235

(1) Informações fora do escopo dos auditores independentes.

(2) Contempla valor de Resolução Normativa nº 1.585/2013.

Notas Explicativas

34. Cobertura de seguros

A política de seguros da Energisa e suas controladas baseia-se na contratação de seguros com coberturas bem dimensionadas, consideradas suficientes para cobrir prejuízos causados por eventuais sinistros em seu patrimônio, bem como por reparações em que seja civilmente responsável pelos danos involuntários, materiais e/ou corporais causados a terceiros decorrentes de suas operações, considerando a natureza de sua atividade. As premissas de riscos adotadas, dada a sua natureza, não fazem parte do escopo dos nossos auditores independentes. As principais coberturas são:

Ramos	Data de vencimento	Importância Segurada (R\$ mil)	Controladora	
			30/09/2019	31/12/2018
Riscos Operacionais	07/11/2020	90.000	96	96
Auto-Frota	23/10/2020	Até 360/ veículo	30	27
Vida em Grupo e Acidentes Pessoais (*)	31/12/2019	118.382	273	224
Responsabilidade Civil de Administradores e Diretores (D&O)	26/11/2019	75.000	2	2
Total			401	349

Ramos	Data de vencimento	Importância Segurada (R\$ mil)	Consolidado	
			30/09/2019	31/12/2018
Riscos Operacionais	07/11/2020	90.000	5.955	5.749
Responsabilidade Civil Geral	23/11/2020	90.000	4.153	3.898
Auto Frota	23/10/2020	Até 1.110/ veículo	2.126	1.608
Responsabilidade Civil Geral a 2º Risco	23/11/2020	10.000	133	133
Aeronáutico - responsabilidade civil (RETA)	12/12/2019	1.129	2	2
Aeronáutico - casco/LUC	12/12/2019	123.860	135	132
Vida em Grupo Acidentes Pessoais (*)	31/12/2019	123.573	2.142	1.946
Transporte Nacional	04/04/2020	Até 2.000/ transporte	181	136
Responsabilidade Civil de Administradores e Diretores (D&O)	26/11/2019	75.000	341	431
Responsabilidade do Explorador ou Transporte - R.E.T.A (Drones)	12/01/2020	289/ drone	37	26
Total			15.205	14.061

(*) Importância Segurada relativa ao mês de agosto/19 e prêmio anualizado.

35. Instrumentos financeiros e gerenciamento de risco

Hierarquia de valor justo

Os diferentes níveis foram assim definidos:

- Nível 1 - Preços cotados (não ajustados) em mercados ativos para ativos e passivos idênticos.
- Nível 2 - Inputs, exceto preços cotados, incluídas no Nível 1 que são observáveis para o ativo ou passivo, diretamente (preços) ou indiretamente (derivado de preços).
- Nível 3 - Premissas, para o ativo ou passivo, que não são baseadas em dados observáveis de mercado (inputs não observáveis).

Em função das controladas de distribuição terem classificados o ativo financeiro indenizável da concessão como melhor estimativa de valor justo por meio do resultado e como, os fatores relevantes para a avaliação ao valor justo não são publicamente observáveis, a classificação da hierarquia de valor justo é de nível 3. A movimentação e respectivos ganhos no resultado do período de R\$143.577 (R\$276.116 em 30 de setembro de 2018), assim como as principais premissas utilizadas, está divulgada na nota explicativa nº 16.

Notas Explicativas

Abaixo, são comparados os valores contábeis, valor justo e os níveis hierárquicos dos principais ativos e passivos de instrumentos financeiros:

Controladora					
	Nível	30/09/2019		31/12/2018	
		Contábil	Valor justo	Contábil	Valor justo
Ativos					
Custo amortizado					
Caixa e equivalentes de caixa		17.236	17.236	313.687	313.687
Clientes		39.097	39.097	34.842	34.842
Títulos e créditos a receber		114	114	222	222
Créditos com partes relacionadas		377.061	377.061	186.396	186.396
		433.508	433.508	535.147	535.147
Valor justo por meio do resultado					
Aplicações financeiras no mercado aberto e recursos vinculados	2	2.455.643	2.455.643	2.431.702	2.431.702
Instrumentos financeiros derivativos	2	45.891	45.891	29.256	29.256
		2.501.534	2.501.534	2.460.958	2.460.958
Passivos					
Custo amortizado					
Fornecedores		5.446	5.446	3.227	3.227
Débitos com partes relacionadas		6.121	6.121	68.926	68.926
Empréstimos, financiamentos, encargos de dívidas e debêntures		4.180.236	4.120.850	3.847.634	3.787.691
		4.191.803	4.132.417	3.919.787	3.859.844
Valor justo por meio do resultado					
Instrumentos financeiros derivativos	2	907.596	907.596	424.386	424.386

Consolidado					
	Nível	30/09/2019		31/12/2018	
		Contábil	Valor justo	Contábil	Valor justo
Ativos					
Custo amortizado					
Caixa e equivalentes de caixa		823.457	823.457	706.738	706.738
Clientes, consumidores e concessionárias		4.655.881	4.655.881	3.990.180	3.990.180
Títulos de créditos a receber		28.562	28.562	35.137	35.137
Ativos financeiros setoriais		2.445.954	2.445.954	2.827.814	2.827.814
		7.953.854	7.953.854	7.559.869	7.559.869
Valor justo por meio do resultado					
Aplicações financeiras no mercado aberto e recursos vinculados	2	1.820.665	1.820.665	3.643.972	3.643.972
Ativo financeiro indenizável da concessão	3	6.068.477	6.068.477	5.515.275	5.515.275
Instrumentos financeiros derivativos	2	907.955	907.955	567.689	567.689
		8.797.097	8.797.097	9.726.936	9.726.936
Passivos					
Custo amortizado					
Fornecedores		1.993.178	1.993.178	1.728.614	1.728.614
Empréstimos, financiamentos, encargos de dívidas e debêntures		16.737.968	16.650.336	15.787.898	15.736.911
Passivos financeiros setoriais		952.901	952.901	1.238.430	1.238.430
Parcelamento de tributos		53.588	53.588	76.837	76.837
Taxas regulamentares (*)		21.916	21.916	124.667	124.667
		19.759.551	19.671.919	18.956.446	18.905.459
Valor justo por meio do resultado					
Instrumentos financeiros derivativos	2	966.463	966.463	515.333	515.333
Instrumento financeiro - MTM (**)	2	-	-	604.352	604.352
		966.463	966.463	1.119.685	1.119.685

(*) Inclui saldo da Conta de Desenvolvimento Energético - CDE no montante de R\$21.916 e (R\$85.173 em 31 de dezembro de 2018), divulgada na nota explicativa 26).

Notas Explicativas

(**) A controlada EEVP e a BNDESPAR assinaram contrato assegurando à BNDESPAR, a seu exclusivo critério, o direito de exercer, em face da controlada, a opção de venda de até 67.642.986 ações preferenciais de emissão da Rede Energia S/A, de propriedade da BNDESPAR, no prazo de 60 dias a contar de 03/01/2019. Em 08 de março de 2019, foi exercida a PUT pela BNDESPAR, tendo a controlada indireta EEVP efetuado o pagamento no valor de R\$614.296. A quantidade de ações da Put é de 67.642.986 que passaram a ser detidas pela controlada.

Em atendimento à Instrução CVM nº 475/2008 e à Deliberação nº 604/2009, a descrição dos saldos contábeis e do valor justo dos instrumentos financeiros incluídos no balanço patrimonial em 30 de setembro de 2019 e de 31 de dezembro de 2018 estão identificadas a seguir:

Derivativos

O valor justo estimado de ativos e passivos financeiros foi determinado por meio de informações disponíveis no mercado e por metodologias apropriadas de avaliação.

A Companhia e suas controladas têm como política o gerenciamento dos riscos, evitando assumir posições relevantes expostas a flutuações de valor justo. Nesse sentido, buscam operar instrumentos que permitam maior controle de riscos. Os contratos de derivativos são efetuados com operações de swap e opções envolvendo juros e taxa de câmbio, visando eliminar a exposição à variação cambial além de adequação do custo das dívidas de acordo com o direcionamento do mercado.

As operações de proteção contra variações cambiais adversas requerem monitoramento constante, de forma a preservar a eficiência das suas estruturas. As operações vigentes são passíveis de reestruturação a qualquer tempo e podem ser objeto de operações complementares ou reversas, visando reduzir eventuais riscos de perdas relevantes.

Hedge Accounting

Em 01 de julho de 2015, a Companhia e suas controladas efetuaram a designação formal de parte de suas operações de proteção do tipo “swap” (instrumento de “hedge”) para troca de variação cambial e juros, para variação do CDI como “hedge accounting”. Em 30 de setembro de 2019 essas operações, assim como as dívidas (objeto do “hedge”) estão sendo avaliadas de acordo com a contabilidade de “hedge” de valor justo. Em tais designações de “hedge” a Companhia e suas controladas documentaram: (i) a relação de “hedge”; (ii) o objetivo e estratégia de gerenciamento de risco; (iii) a identificação do instrumento financeiro; (iv) o objeto ou transação coberta; (v) a natureza do risco a ser coberto; (vi) a descrição da relação de cobertura; (vii) a demonstração da correlação entre o “hedge” e o objeto de cobertura; e (viii) a demonstração da efetividade do “hedge”.

Os contratos de “swap” são designados e efetivos como “hedge” de valor justo em relação à taxa de juros e/ou variação cambial, quando aplicável. Durante o período, o “hedge” foi altamente efetivo na exposição do valor justo às mudanças de taxas de juros e, como consequência, o valor contábil das dívidas designadas como “hedge” foi impactado em R\$148.968 (R\$4.588 em 30 de setembro de 2018) e reconhecido no resultado financeiro no mesmo momento em que o valor justo de “swap” de taxa de juros era reconhecido no resultado.

Fair Value Option

A Companhia e suas controladas optaram pela designação formal de novas operações de dívidas contratadas no terceiro trimestre de 2019 para as quais a Companhia e suas controladas possuem instrumentos financeiros derivativos de proteção do tipo “swap” para troca de variação cambial e juros, como mensuradas ao valor justo. A opção pelo valor justo (“Fair Value Option”) tem o intuito de eliminar ou reduzir uma inconsistência de mensuração ou reconhecimento de determinados passivos, no qual de outra forma, surgiria. Assim, tanto os “swaps” quanto as respectivas dívidas passam a ser mensuradas ao valor justo e tal opção é irrevogável, bem como deve ser efetuada apenas no registro contábil inicial da operação. A partir de 30 de setembro de 2019, tais dívidas e derivativos, assim como os demais ativos e passivos mensurados ao valor justo por meio do resultado tem quaisquer ganhos ou perdas resultantes de sua re-mensuração reconhecidos no resultado da Companhia.

Durante o período, o valor contábil das dívidas designadas como “Fair Value Option” foi impactado em R\$25.959 (R\$37.512 em 30 de setembro de 2018) e reconhecido no resultado financeiro no mesmo momento em que o valor justo de “swap” de taxa de juros era reconhecido no resultado.

A Companhia e suas controladas não possuem avaliação de risco de crédito ou instrumento derivativo contratado para esta exposição. Na avaliação da Companhia, a alteração do risco de crédito não tem impacto significativo.

Incertezas

Os valores foram estimados na data do balanço, baseados em informações disponíveis no mercado e por metodologias apropriadas de avaliações. Entretanto, considerável julgamento foi requerido na interpretação dos

Notas Explicativas

dados de mercado para produzir a estimativa mais adequada do valor justo. Como consequência, as estimativas utilizadas e apresentadas a seguir não indicam, necessariamente, os montantes que poderão ser realizados no mercado de troca corrente.

Administração financeira de risco

O Conselho de Administração tem responsabilidade geral pelo estabelecimento e supervisão do modelo de administração de risco da Companhia e suas controladas. Assim, fixou limites de atuação da Companhia com montantes e indicadores preestabelecidos na “Política de Gestão de Riscos decorrentes do Mercado Financeiro” (revista anualmente e disponível na web site da Companhia) e nos regimentos internos da diretoria da Companhia e suas controladas.

O Comitê de Gestão de Riscos, composto pela Diretoria Financeira e Consultor externo especializado, acompanha, através do Relatório Trimestral de Gestão de Riscos, a adequação das operações à “Política de Gestão de Riscos decorrentes do Mercado Financeiro”.

Adicionalmente, a gestão de risco da Companhia e de suas controladas visa identificar, analisar e monitorar riscos enfrentados, para estabelecer limites e mesmo checar a aderência aos mesmos. Para tanto, a Companhia e suas controladas contam com serviços de empresa especializada e independente na gestão de risco de caixa e dívida, de modo que é procedido monitoramento diário sobre o comportamento dos principais indicadores macroeconômicos e seus impactos nos resultados, em especial nas operações de derivativos. Este trabalho permite definir estratégias de contratação e reposicionamento, visando menores riscos e melhor resultado financeiro.

Gestão de Risco de Capital

O índice de endividamento no final do período/exercício são:

	Consolidado	
	30/09/2019	31/12/2018
Dívida (a)	16.737.968	15.787.898
Caixa e equivalentes de caixa	(823.457)	(706.738)
Dívida líquida	15.914.511	15.081.160
Patrimônio líquido (b)	5.488.086	5.388.141
Índice de endividamento líquido	2,90	2,80

(a) A dívida é definida como empréstimos, financiamentos e debêntures de curto e longo prazos e encargos de dívida (excluindo derivativos e contratos de garantia financeira), conforme, detalhado nas notas explicativas nº 21 e nº 22.

(b) O patrimônio líquido inclui todo o capital e as reservas do Grupo, gerenciados como capital.

a) Risco de liquidez

A Administração, através do fluxo de caixa projetado, programa suas obrigações que geram passivos financeiros ao fluxo de seus recebimentos ou de fontes de financiamentos, de forma a garantir o máximo possível a liquidez, para cumprir com suas obrigações, evitando inadimplências que prejudiquem o andamento das operações da Companhia e de suas controladas.

As maturidades contratuais dos principais passivos financeiros, incluindo pagamentos de juros estimados e excluindo o impacto de acordos de negociação de moedas pela posição líquida, são as seguintes:

Controladora							
	Taxa média de juros efetiva ponderada (%) meses	Até 6 meses	De 6 a 12 meses	De 1 a 3 anos	De 3 a 5 anos	Mais de 5 anos	Total
Fornecedores		5.446	-	-	-	-	5.446
Empréstimos e financiamentos, encargos de dívidas e debêntures.	8,72%	134.499	923.160	2.710.475	671.709	731.408	5.171.251
Instrumentos Financeiros Derivativos		2.441	(22.448)	(25.884)	-	-	(45.891)
Instrumentos Financeiros Derivativos - Outros (*)		-	302.193	605.403	-	-	907.596
Total		142.386	1.202.905	3.289.994	671.709	731.408	6.038.402

Notas Explicativas

Consolidado							
	Taxa média de juros efetiva ponderada (%) meses	Até 6 meses	De 6 a 12 meses	De 1 a 3 anos	De 3 a 5 anos	Mais de 5 anos	Total
Fornecedores		1.900.852	-	-	-	92.326	1.993.178
Empréstimos e financiamentos, encargos de dívidas e debêntures	7,37%	654.084	2.227.199	9.032.251	5.711.070	7.149.595	24.774.199
Instrumentos Financeiros Derivativos		25.479	(70.863)	(425.645)	(158.459)	(214.436)	(843.924)
Instrumentos Financeiros Derivativos - Outros (*)		-	302.193	605.403	-	(5.164)	902.432
Total		2.580.415	2.458.529	9.212.009	5.552.611	7.022.321	26.825.885

(*) Inclui R\$1.016 de compromisso de recompra das ações integralizadas pelos empregados e aposentados das controladas CERON e Eletroacre.

O risco de liquidez representa o risco da Companhia enfrentar dificuldades para cumprir suas obrigações relacionadas aos passivos financeiros. A Companhia monitora o risco de liquidez mantendo investimentos prontamente conversíveis para atender suas obrigações e compromissos, e também se antecipando para futuras necessidades de caixa.

b) Risco de crédito

A Administração avalia que os riscos de caixa e equivalentes de caixa, aplicações financeiras e instrumentos financeiros derivativos são reduzidos, em função de não haver concentração e as operações serem realizadas com bancos de percepção de risco aderentes à “Política de Gestão de Riscos decorrentes do Mercado Financeiro”. Constituído no primeiro trimestre de 2010, o Comitê de Auditoria do Conselho de Administração tem a função de supervisionar se a administração do grupo vem seguindo as regras e princípios estabelecidos na política.

O risco de crédito, principalmente das distribuidoras de energia elétrica do Grupo Energisa, é representado por contas a receber, o que, no entanto, é atenuado por vendas a uma base pulverizada de clientes e por prerrogativas legais para suspensão da prestação de serviços a clientes inadimplentes.

Adicionalmente, parte dos valores a receber relativos às transações de venda, compra de energia e encargos de serviço do sistema, realizados no âmbito da CCEE, está sujeita a modificações, dependendo de decisões de processos judiciais ainda em andamento, movidos por algumas empresas do setor. Esses processos decorrem da interpretação de regras do mercado, vigentes entre junho de 2001 e fevereiro de 2002, período do Programa Emergencial de Redução de Energia Elétrica.

Exposição a riscos de crédito

O valor contábil dos ativos financeiros representa a exposição máxima do crédito conforme apresentado abaixo:

	Nota	Controladora		Consolidado	
		30/09/2019	31/12/2018	30/09/2019	31/12/2018
Caixa e equivalentes de caixa	5	17.236	313.687	823.457	706.738
Aplicações financeiras no mercado aberto e recursos vinculados	5	2.455.643	2.431.702	1.820.665	3.643.972
Clientes, consumidores e concessionárias	6	39.097	34.842	4.655.881	3.990.180
Títulos de créditos a receber	7	114	222	28.562	35.137
Ativos financeiros setoriais líquidos	11	-	-	1.493.053	1.589.384
Ativo financeiro indenizável da concessão	15	-	-	6.068.477	5.515.275
Instrumentos financeiros derivativos	34	45.891	29.256	907.955	567.689

c) Risco de mercado: taxa de juros e de câmbio

Parte dos empréstimos e financiamentos em moeda nacional, apresentados na nota explicativa nº 21, é composto de financiamentos obtidos junto a diversos agentes de fomento nacional (Eletrobrás, Banco do Nordeste, BNDES, BDMG e FINEP) e outras instituições do mercado de capitais. A taxa de juros é definida por estes agentes, levando em conta os juros básicos, o prêmio de risco compatível com as empresas financiadas, suas garantias e o setor no qual estão inseridas. Na impossibilidade de buscar alternativas ou diferentes hipóteses de mercado e/ou metodologias para suas estimativas, em face dos negócios das controladas e às peculiaridades setoriais, esses são mensurados pelo “método do custo amortizado” com base em suas taxas contratuais.

Notas Explicativas

Os resultados da Companhia são suscetíveis a variações dos passivos atrelados a moedas estrangeiras. A taxa de câmbio do dólar norte-americano encerrou o período findo em 30 de setembro de 2019 com alta de 7,5% sobre 31 de dezembro de 2018, cotado a R\$4,1644/USD. A volatilidade do dólar norte-americano em 30 de setembro de 2019 era de 15,23%, enquanto em 31 de dezembro de 2018 era de 14,34%. A taxa de câmbio do euro encerrou no período findo em 30 de setembro de 2019 com alta de 2,33% sobre 31 de dezembro de 2018, cotado a R\$4,3587/Euro. A volatilidade do Euro era de 10,65% em 30 de setembro de 2019.

Do montante consolidado das dívidas bancárias e de emissões da Companhia em 30 de setembro de 2019, de R\$16.800.403 (R\$15.844.927 em 31 de dezembro de 2018), R\$3.575.200 (R\$3.489.732 em 31 de dezembro de 2018) estão representados em moedas estrangeiras conforme nota explicativa nº 21. As operações que possuem proteção cambial e os respectivos instrumentos financeiros utilizados estão detalhadas abaixo.

Os empréstimos em moedas estrangeiras têm vencimento de curto e longo prazo (último vencimento em dezembro de 2023) e custo máximo de 4,58% ao ano mais variação cambial

O balanço patrimonial da controladora e consolidado apresentam os seguintes saldos a título de marcação a mercado dos instrumentos financeiros derivativos atrelados ao câmbio e aos juros e que são originados da combinação de fatores usualmente adotados para precificação a mercado de instrumentos dessa natureza, como volatilidade, cupom cambial, taxa de juros e cotação cambial.

	Controladora		Consolidado	
	30/09/2019	31/12/2018	30/09/2019	31/12/2018
Ativo circulante	20.007	2.286	119.275	49.171
Ativo não circulante	25.884	26.970	788.680	518.518
Total do ativo	45.891	29.256	907.955	567.689
Passivo circulante	(302.193)	(1.480)	(376.084)	(691.352)
Passivo não circulante	(605.403)	(422.906)	(590.379)	(428.333)
Total do passivo	(907.596)	(424.386)	(966.463)	(1.119.685)

Não se tratam de valores materializados, pois refletem os valores da reversão dos derivativos na data de apuração, o que não corresponde ao objetivo de proteção das operações de hedge. No período, a Energisa reconheceu diretamente no seu Patrimônio Líquido redução de R\$6.362 (R\$43.873 em 31 de dezembro de 2018) referente a sua participação nos efeitos refletidos no patrimônio das suas controladas.

A Companhia e suas controladas possuem proteção contra variação cambial adversa de 100% dos financiamentos atrelados à moedas estrangeiras, protegendo o valor principal e dos juros até o vencimento. As proteções acima estão divididas nos instrumentos descritos a seguir:

Operação	Notional (USD)	Custo Financeiro (% a.a.)		Vencimento	Designação
		Ponta Ativa	Ponta Passiva		
ENERGISA S/A					
Resolução 4131 - Itaú BBA	80.000	VC + 4,75%	CDI+1,28%	24/05/2021	Fair Value Option
ESE					
Resolução 4131 - Citibank	61.805	(Libor + 0,73%) x 117,65%	CDI + 1,43%	19/01/2021	Fair Value Option
Resolução 4131 - Bank of America ML	34.321	(Libor + 1,20%) x 117,65%	CDI + 1,48%	29/01/2021	Fair Value Option
Resolução 4131 - Citibank	8.798	(Libor + 0,72%) x 117,65%	CDI + 1,35%	26/04/2021	Fair Value Option
Resolução 4131 - Citibank	11.100	(LIBOR + 0,82%) x 117,647%	CDI + 0,80%	08/09/2021	Fair Value Option
Resolução 4131 - JP Morgan	3.612	(LIBOR + 1,30%) x 117,647%	CDI + 0,85%	13/09/2021	Fair Value Option
EPB					
Resolução 4131 - Itaú BBA	25.480	VC + 4,47%	119,03% CDI	23/06/2020	Fair Value Option
Resolução 4131 - Citibank	18.541	(Libor + 0,73%) x 117,65%	CDI + 1,43%	19/01/2021	Fair Value Option
EMG					
Resolução 4131 - Itaú BBA	8.993	VC + 4,47%	119,03% CDI	23/06/2020	Fair Value Option
Resolução 4131 - Citibank	17.595	Libor + 0,72%) x 117,65%	CDI + 1,35%	17/05/2021	Fair Value Option
Resolução 4131 - Bocom BBM	15.503	VC + 3,70%	CDI + 0,27%	09/04/2021	Fair Value Option
ENF					

Notas Explicativas

Operação	Notional (USD)	Custo Financeiro (% a.a.)		Vencimento	Designação
		Ponta Ativa	Ponta Passiva		
Resolução 4131 - Citibank	8.250	(Libor + 1,62%) x 117,65%	CDI + 1,50%	28/09/2022	Fair Value Option
Resolução 4131 - Citibank	4.539	(Libor + 0,65%) x 117,65%	CDI + 1,32%	29/03/2021	Fair Value Option
EMT					
Resolução 4131 - Bank of America ML	28.235	(Libor + 1,60%) x 117,65%	CDI + 1,70%	15/06/2020	Fair Value Option
Resolução 4131 - Citibank	14.351	(Libor + 1,70%) x 117,65%	CDI + 1,53%	21/06/2022	Fair Value Option
Resolução 4131 - Citibank	14.351	(Libor + 1,80%)	CDI + 1,53%	21/06/2022	Fair Value Option
Resolução 4131 - Bank of America ML	24.615	(Libor + 1,20%) x 117,65%	CDI + 1,43%	15/01/2021	Fair Value Option
Resolução 4131 - Citibank	31.785	(LIBOR + 0,82%) x 117,65%	CDI + 0,80%	08/09/2021	Fair Value Option
Resolução 4131 - BBM	18.861	VC + 4,52%	CDI + 0,65%	21/10/2019	Fair Value Option
Resolução 4131 - JPM	26.709	(LIBOR + 1,05%) x 117,65%	CDI + 1,33%	12/11/2021	Fair Value Option
EMS					
Resolução 4131 - Citibank	14.429	(Libor + 1,70%) x 117,65%	CDI + 1,55%	26/05/2022	Fair Value Option
Resolução 4131 - Citibank	14.429	(Libor + 1,80%)	CDI + 1,55%	26/05/2022	Fair Value Option
Resolução 4131 - Citibank	17.115	(LIBOR + 0,82%) x 117,65%	CDI + 0,80%	08/09/2021	Fair Value Option
Resolução 4131 - Bank of America ML	11.314	EUR + 1,16%	CDI + 0,95%	09/05/2022	Fair Value Option
ETO					
Resolução 4131 - Citibank	11.196	(Libor + 1,70%) x 117,65%	CDI + 1,56%	16/05/2022	Fair Value Option
Resolução 4131 - Citibank	11.196	(Libor + 1,80%)	CDI + 1,56%	16/05/2022	Fair Value Option
Resolução 4131 - Bank of America ML	31.032	(Libor + 1,20%) x 117,65%	CDI + 1,47%	29/01/2021	Fair Value Option
Resolução 4131 - Itaú BBA	51.778	VC + 5,12%	CDI + 1,28%	01/06/2021	Fair Value Option
EBO					
Resolução 4131 - Citibank	6.135	(Libor + 0,97%) x 117,65%	116,00% CDI	13/11/2020	Fair Value Option
ECOM					
Resolução 4131 - Santander	10.459	VC + 5,53%	CDI + 1,35%	22/06/2020	Fair Value Option
Resolução 4131 - BBM	6.081	Libor + 0,56%	CDI + 0,59%	19/09/2022	Fair Value Option
ENERGISA SUL SULDESTE					
Resolução 4131 - Citibank	6.857	(Libor + 1,70%) x 117,65%	CDI + 1,53%	21/06/2022	Fair Value Option
Resolução 4131 - Citibank	6.857	(Libor + 1,80%)	CDI + 1,53%	21/06/2022	Fair Value Option
Resolução 4131 - Bank of America ML	29.740	(Libor + 1,10%) x 117,65%	CDI + 1,35%	09/04/2020	Fair Value Option
Resolução 4131 - Citibank	15.928	(LIBOR + 1,27%) x 117,647%	CDI + 1,25%	03/07/2023	Fair Value Option
Resolução 4131 - Bank of America ML	19.704	(LIBOR + 1,20%) x 117,647%	CDI + 0,80%	31/08/2021	Fair Value Option
Resolução 4131 - Bank of America ML	24.432	EURO + 1,0235%	CDI + 0,85%	06/06/2022	Fair Value Option
ELETROACRE					
Resolução 4131 - Bank of America ML	79.186	EURO + 1,65%	CDI + 1,65%	13/12/2023	Fair Value Option

(*) Estas operações possuíam, originalmente, uma opção de compra com limitador atrelado ao swap. Estas operações foram revertidas, minimizando assim a exposição à variação do câmbio.

Notas Explicativas

Adicionalmente, a Companhia possui operações de swap de taxa de juros (taxas pré-fixadas, CDI, TJLP, dentre outras) associada ao “Notional” de seu endividamento em moeda local (Reais). As operações de swap de juros estão relacionadas a seguir:

Operação	Notional (BRL)	Custo Financeiro (% a.a.)		Vencimento	Designação
		Ponta Ativa	Ponta Passiva		
Controladora					
Itaú BBA X EMT	81.885	IPCA + 5,60%	101,75% CDI	15/06/2022	Fair Value Hedge
Itaú BBA X EMT	73.494	IPCA + 5,66%	102,65% CDI	17/06/2024	Fair Value Hedge
JP Morgan X EMT	10.544	IPCA + 4,49%	100,90% CDI	17/10/2022	Fair Value Hedge
JP Morgan X EMT	1.965	IPCA + 4,71%	101,60% CDI	17/10/2024	Fair Value Hedge
JP Morgan X EMT	3.657	IPCA + 5,11%	103,50% CDI	15/10/2027	Fair Value Hedge
Itaú BBA x EMT	385.000	IPCA + 5,08%	103,70 CDI	15/09/2025	Fair Value Hedge
Itaú BBA X ETO	39.771	IPCA + 5,60%	101,75% CDI	15/06/2022	Fair Value Hedge
Itaú BBA X ETO	35.696	IPCA + 5,66%	102,65% CDI	17/06/2022	Fair Value Hedge
JP Morgan X ETO	9.526	IPCA + 4,49%	100,90% CDI	17/10/2022	Fair Value Hedge
JP Morgan X ETO	1.775	IPCA + 4,71%	101,60% CDI	17/10/2024	Fair Value Hedge
JP Morgan X ETO	3.304	IPCA + 5,11%	103,50% CDI	15/10/2027	Fair Value Hedge
Itaú BBA x ETO	240.000	IPCA + 5,08%	103,70 CDI	15/09/2025	Fair Value Hedge
Itaú BBA X ESS	24.647	IPCA + 5,60%	101,75% CDI	15/06/2022	Fair Value Hedge
Itaú BBA X ESS	18.397	IPCA + 5,60%	101,75% CDI	15/06/2022	Fair Value Hedge
Itaú BBA X ESS	22.121	IPCA + 5,66%	102,65% CDI	17/06/2024	Fair Value Hedge
Itaú BBA X ESS	16.511	IPCA + 5,66%	102,65% CDI	17/06/2024	Fair Value Hedge
JP Morgan X ESS	8.580	IPCA + 4,49%	100,90% CDI	17/10/2022	Fair Value Hedge
JP Morgan X ESS	1.599	IPCA + 4,71%	101,60% CDI	15/10/2024	Fair Value Hedge
JP Morgan X ESS	2.977	IPCA + 5,11%	103,50% CDI	15/10/2027	Fair Value Hedge
Itaú BBA x ESS	70.000	IPCA + 5,08%	103,70 CDI	15/09/2025	Fair Value Hedge
JP Morgan X EMS	10.762	IPCA + 4,49%	100,90% CDI	17/10/2022	Fair Value Hedge
JP Morgan X EMS	2.006	IPCA + 4,71%	101,60% CDI	15/10/2024	Fair Value Hedge
JP Morgan X EMS	3.733	IPCA + 5,11%	103,50% CDI	15/10/2027	Fair Value Hedge
Itaú BBA x EMS	155.000	IPCA + 5,08%	103,70 CDI	15/09/2025	Fair Value Hedge
Itaú BBA X EMG	8.392	IPCA + 5,60%	101,75% CDI	15/06/2022	Fair Value Hedge
Itaú BBA X EMG	7.532	IPCA + 5,66%	102,65% CDI	17/06/2024	Fair Value Hedge
JP Morgan X EMG	3.636	IPCA + 4,49%	100,90% CDI	17/10/2022	Fair Value Hedge
JP Morgan X EMG	678	IPCA + 4,71%	101,60% CDI	15/10/2024	Fair Value Hedge
JP Morgan X EMG	1.261	IPCA + 5,11%	103,50% CDI	15/10/2027	Fair Value Hedge
Itaú BBA x EMG	50.000	IPCA + 5,08%	103,70 CDI	15/09/2025	Fair Value Hedge
Itaú BBA X EPB	15.173	IPCA + 5,60%	101,75% CDI	15/06/2022	Fair Value Hedge
Itaú BBA X EPB	13.618	IPCA + 5,66%	102,65% CDI	17/06/2024	Fair Value Hedge
JP Morgan X EPB	11.635	IPCA + 4,49%	100,90% CDI	17/10/2022	Fair Value Hedge
JP Morgan X EPB	2.169	IPCA + 4,71%	101,60% CDI	15/10/2024	Fair Value Hedge
JP Morgan X EPB	4.035	IPCA + 5,11%	103,50% CDI	15/10/2027	Fair Value Hedge
Safra x EPB	135.000	IPCA + 5,08%	103,70 CDI	15/09/2025	Fair Value Hedge
Itaú BBA X ESE	9.333	IPCA + 5,60%	101,75% CDI	15/06/2022	Fair Value Hedge
Itaú BBA X ESE	8.376	IPCA + 5,66%	102,65% CDI	17/06/2024	Fair Value Hedge
JP Morgan X ESE	7.126	IPCA + 4,49%	100,90% CDI	17/10/2022	Fair Value Hedge
JP Morgan X ESE	1.328	IPCA + 4,71%	101,60% CDI	15/10/2024	Fair Value Hedge
JP Morgan X ESE	2.472	IPCA + 5,11%	103,50% CDI	15/10/2027	Fair Value Hedge
Safra x ESE	65.000	IPCA + 5,08%	103,70 CDI	15/09/2025	Fair Value Hedge
Santander x ETE	75.500	IPCA + 4,92%	104,25% CDI	15/12/2025	Fair Value Hedge
Santander x ETE	51.462	IPCA + 5,14%	105,15% CDI	15/12/2028	Fair Value Hedge
Santander x ETE	123.038	IPCA + 4,98%	104,50% CDI	15/12/2025	Fair Value Hedge
Itaú x ERD	195.000	IPCA + 4,63%	104,00% CDI	15/04/2026	Fair Value Hedge
Itaú x ERD	130.000	IPCA + 4,63%	104,00% CDI	15/04/2026	Fair Value Hedge
Itaú x EAC	105.000	IPCA + 4,63%	104,00% CDI	15/04/2026	Fair Value Hedge
Itaú x EAC	70.000	IPCA + 4,63%	104,00% CDI	15/04/2026	Fair Value Hedge

Notas Explicativas

De acordo com o CPC 40, apresentam-se abaixo os valores dos instrumentos financeiros derivativos da Companhia e suas controladas, cujos valores não foram contabilizados como “fair value hedge”, vigentes em 30 de setembro de 2019.

• Controladora

Derivativos	Valor de referência		Descrição	Valor justo	
	31/12/2018			31/12/2018	
			Posição Ativa		
			Taxa de Juros Pré-fixada, CDI e IPCA		206.485
Swap de Juros	135.715		Posição Passiva		
			Taxa de Juros CDI + TJLP e IPCA		(207.965)
			Posição Total Swap		(1.480)

A Companhia designa certos instrumentos de “hedge” relacionados a risco com variação cambial e taxa de juros dos empréstimos como “hedge” de valor justo (“fair value hedge”), conforme demonstrado abaixo:

Fair Value Option	Valor de referência		Descrição	Valor justo	
	30/09/2019	31/12/2018		30/09/2019	31/12/2018
Dívida (Objeto de Hedge) *	291.200	436.800	Moeda Estrangeira - USD e LIBOR	(344.619)	(469.177)
			Posição Ativa		
			Moeda Estrangeira - USD e LIBOR	344.619	469.177
			Posição Passiva		
			Taxa de Juros CDI	(298.728)	(439.921)
Swap Cambial (Instrumento de Hedge)	291.200	436.800	Posição Líquida Swap	45.891	29.256
			Posição Líquida Dívida + Swap	(298.728)	(439.921)

• Consolidado

Derivativos	Valor de referência		Descrição	Valor justo	
	30/09/2019	31/12/2018		30/09/2019	31/12/2018
Dívida (Objeto de Hedge) *	2.319.714	1.955.429	Taxa Pré-Fixada	(2.680.392)	(2.178.669)
			Posição Ativa		
			Taxa Pré-Fixada	2.684.736	2.177.606
			Posição Passiva		
			Taxa de Juros CDI	(2.359.814)	(2.055.369)
Swap de Juros (Instrumento de Hedge)	2.319.714	1.955.429	Posição Líquida Swap	324.922	122.237
			Posição Líquida Dívida + Swap	(2.355.470)	(2.056.432)

Fair Value Option	Valor de referência		Descrição	Valor justo	
	30/09/2019	31/12/2018		30/09/2019	31/12/2018
Dívida designada para “Fair Value Option”	3.013.125	3.049.286	Moeda Estrangeira - USD e LIBOR	(3.571.530)	(3.392.648)
			Posição Ativa		
			Moeda Estrangeira - USD e LIBOR	3.576.516	3.392.648
			Posição Passiva		
			Taxa de Juros CDI	(3.057.514)	(3.072.596)
Swap Cambial (Derivativo)	3.013.125	3.049.286	Posição Líquida Swap	519.002	320.052
			Posição Líquida Dívida + Swap	(3.052.528)	(3.072.596)

Notas Explicativas

De acordo com o CPC 40, apresentam-se abaixo os valores dos instrumentos financeiros derivativos da Companhia, cujos valores não foram contabilizados como “fair value hedge”, vigentes em 30 de setembro de 2019.

Fair Value Hedge	Valor de referência	Descrição	Valor justo
	31/12/2018		31/12/2018
Dívida (Objeto de Hedge) *	75.785	Moeda Estrangeira - USD e LIBOR	(96.269)
		Posição Ativa	
		Moeda Estrangeira - USD e LIBOR	96.269
Swap Cambial (Instrumento de Hedge)	75.785	Posição Passiva	
		Taxa de Juros CDI	(76.299)
		Posição Líquida Swap	19.970
		Posição Líquida Dívida + Swap	(76.299)

(*) Os empréstimos designados formalmente como “Fair Value Hedge” são reconhecidos a valor justo na proporção da parcela efetiva em relação ao risco que está sendo protegido.

O valor justo dos derivativos contratados pelas controladas em 30 de setembro de 2019 foi apurado com base nas cotações de mercado para contratos com condições similares. Suas variações estão diretamente associadas às variações dos saldos das dívidas relacionadas na nota explicativa nº 21 e 22 e ao bom desempenho dos mecanismos de proteção utilizados, descritos acima. A Companhia e suas controladas não têm por objetivo liquidar esses contratos antes dos seus vencimentos, bem como possuem expectativa distinta quanto aos resultados apresentados como valor justo - conforme abaixo demonstrado. Para uma perfeita gestão, é procedido monitoramento diário, com o intuito de preservar menores riscos e melhores resultados financeiros.

A Marcação a Mercado (MtM) das operações da Companhia e de suas controladas foi calculada utilizando metodologia geralmente empregada e conhecida pelo mercado. A metodologia consiste basicamente em calcular o valor futuro das operações, utilizando as taxas acordadas em cada contrato, descontando a valor presente pelas taxas de mercado. No caso das opções, é utilizado para cálculo do MtM uma variante da fórmula de Black & Scholes, destinada ao cálculo do prêmio de opções sobre moeda. Os dados utilizados nesses cálculos foram obtidos de fontes consideradas confiáveis. As taxas de mercado, como a taxa Pré e o Cupom cambial, foram obtidas diretamente do site da BM&F (Taxas de Mercado para Swaps). A taxa de câmbio (Ptax) foi obtida do site do Banco Central. No caso das opções, as volatilidades implícitas de dólar também foram obtidas na BM&F.

Análise de sensibilidade

De acordo com o CPC 40, a Companhia e suas controladas realizaram análise de sensibilidade dos principais riscos aos quais os instrumentos financeiros e derivativos estão expostos, como segue:

Variação cambial

Considerando a manutenção da exposição cambial de 30 de setembro de 2019, com a simulação dos efeitos nas demonstrações financeiras futuras, por tipo de instrumento financeiro e para três cenários distintos, seriam obtidos os seguintes resultados (ajustados a valor presente para a data base das demonstrações financeiras):

Operação	Exposição	Risco	Cenário I (Provável) (*)	Cenário II (Deterioração de 25%)	Cenário III (Deterioração de 50%)
Dívida Moeda Estrangeira - USD e LIBOR	(3.013.125)		(2.744.320)	(3.570.002)	(4.395.683)
Variação Dívida	-		268.805	(556.877)	(1.382.558)
Swap Cambial		Alta câmbio			
Posição Ativa					
Instrumentos Financeiros Derivativos - USD e LIBOR	3.576.516		3.302.725	4.128.407	4.954.088
Variação - USD e LIBOR	-		(273.791)	551.891	1.377.572
Posição Passiva					
Instrumentos Financeiros Derivativos - Taxa de Juros CDI	(3.057.514)		(3.052.966)	(3.052.966)	(3.052.966)
Subtotal	519.002		249.759	1.075.441	1.901.122
Total Líquido	(2.494.123)		(2.494.561)	(2.494.561)	(2.494.561)

(*) O cenário provável é calculado a partir da expectativa do câmbio futuro do último boletim Focus divulgado para a data de cálculo. Os cenários de deterioração de 25% e de deterioração de 50% são calculados a partir da curva do cenário provável. Nos cenários a curva de

Notas Explicativas

câmbio é impactada, a curva de CDI é mantida constante e a curva de cupom cambial é recalculada. Isto é feito para que a paridade entre spot, CDI, cupom cambial e câmbio futuro seja sempre válida.

Os derivativos no “Cenário Provável”, calculados com base na análise líquida das operações acima apresentadas até o vencimento das mesmas, ajustadas a valor presente pela taxa prefixada brasileira em reais para 30 de setembro de 2019, o que é refletido no valor presente negativo de R\$2.494.561, que serve para mostrar a efetividade da mitigação das variações cambiais adversas das dívidas existentes. Neste sentido, quanto maior a deterioração do câmbio (variável de risco considerada) maiores serão os resultados positivos dos swaps. Por outro lado, com os cenários de deterioração do real frente ao câmbio, de 25% e 50%, observaríamos períodos de ultrapassagem de alguns dos limitadores atualmente vigentes, levando a valor presente negativo de R\$2.494.561, em ambos os casos.

Variação das taxas de juros

Considerando a manutenção da exposição às taxas de juros de 30 de setembro de 2019, com a simulação dos efeitos nas demonstrações financeiras futuras, por tipo de instrumento financeiro e para dois cenários distintos, seriam obtidos os seguintes resultados (ajustados a valor presente para a data base das demonstrações financeiras):

Operação	Exposição	Risco	Cenário I (Provável) (*)	Cenário II (Deterioração de 25%)	Cenário III (Deterioração de 50%)
Dívida Moeda Local - Taxa de Juros	(2.319.714)		(2.319.714)	(2.319.714)	(2.319.714)
Swap de Juros					
Posição Ativa					
Instrumentos Financeiros Derivativos - Pré	2.684.736		2.684.736	2.684.736	2.684.736
Posição Passiva		Alta CDI			
Instrumentos Financeiros Derivativos - CDI	(2.359.814)		(2.359.814)	(2.527.785)	(2.695.138)
Variação - CDI				(167.971)	(335.324)
Subtotal	324.922		324.922	156.952	(10.402)
Total Líquido	(1.994.792)		(1.994.792)	(2.162.762)	(2.330.116)

Considerando que o cenário de exposição dos instrumentos financeiros indexados às taxas de juros de 30 de setembro de 2019 seja mantido e que os respectivos indexadores anuais acumulados sejam (CDI = 4,66% ao ano) e caso ocorram oscilações nos índices de acordo com os três cenários definidos, o resultado financeiro líquido seria impactado em:

Instrumentos	Exposição (R\$ mil)	Risco	Cenário I (Provável) (1)	Cenário II (Deterioração de 25%)	Cenário III (Deterioração de 50%)
Instrumentos financeiros ativos:					
Aplicações financeiras no mercado aberto e recursos vinculados	(1.869.327)	Alta CDI	(90.475)	(113.094)	(135.713)
Instrumentos financeiros passivos:					
Swap	(3.057.610)	Alta CDI	(147.988)	(184.985)	(221.982)
	(7.189.872)	Alta CDI	(347.989)	(434.988)	(521.984)
	(4.223)	Alta TJLP	(235)	(284)	(353)
Empréstimos, financiamentos e debêntures	(3.998.696)	Alta IPCA	(99.569)	(124.461)	(149.354)
	(983)	Alta SELIC	(48)	(60)	(72)
	(644.894)	Alta TR	-	-	-
Subtotal (2)	(14.896.278)		(595.829)	(744.786)	(893.745)
Total -perdas (2)	(16.765.605)		(686.304)	(857.880)	(1.029.458)

(1) Considera o CDI de 30 de setembro de 2020 (4,84% ao ano), cotação das estimativas apresentadas pela recente Pesquisa do BACEN, datada de 30 de setembro de 2019, Selic 4,84% ao ano, TR 0% ao ano e IPCA 2,49% ao ano.

(2) Não incluem as demais operações pré-fixadas no valor de R\$1.904.126.

Notas Explicativas

Gerenciamento de risco de liquidez

O risco de liquidez representa o risco da Companhia e suas controladas enfrentarem dificuldades para cumprir suas obrigações relacionadas aos passivos financeiros. A Companhia e suas controladas monitoram o risco de liquidez mantendo investimentos prontamente conversíveis para atender suas obrigações e compromissos, e também se antecipando para futuras necessidades de caixa.

36. Benefícios pós-emprego

Plano de pensão:

As controladas são patrocinadoras de planos de benefícios previdenciários aos seus empregados, na modalidade de contribuição definida e de benefício definido, sendo para este último vedado o ingresso de novos participantes e os atuais neles inscritos, estão na condição de assistidos. O plano de benefício definido é avaliado atuarialmente ao final de cada exercício, visando verificar se as taxas de contribuição estão sendo suficientes para a formação de reservas necessárias aos compromissos de pagamento atuais e futuros.

No período findo de 30 de setembro de 2019, a despesa de patrocínio a esses planos foi de R\$1.320 (R\$663 em 30 de setembro de 2018) na controladora e R\$44.146 (R\$47.324 em 30 de setembro de 2018), registrada na rubrica de benefícios pós-emprego na demonstração de resultado do período no consolidado.

Prêmio e gratificação de Aposentadoria:

A Companhia e as controladas EMG, ENF, Energisa Soluções S/A, Energisa Soluções Construções e Serviços em Linhas e Redes S/A, ETO, ESE e ECOM em Acordo Coletivo de Trabalho, concederam aos seus colaboradores, um prêmio aposentadoria a ser pago quando do requerimento das aposentadorias do Instituto Nacional da Seguridade Social (INSS).

O referido Prêmio varia entre 1,5 a 15 salários base, em razão do tempo de serviço prestado entre (mínimo de 5 anos e teto de 35 anos), quando do direito do benefício - aposentadoria requerida.

Em 30 de setembro de 2019, a despesa de manutenção do plano foi de R\$1.078 (R\$913 em 30 de setembro de 2018) na controladora e R\$2.918 (R\$3.255 em 30 de setembro de 2018) no consolidado, registrada na rubrica de benefícios pós-emprego na demonstração de resultado.

Plano de saúde:

As controladas participam também do custeio de planos de saúde a seus empregados, administrados por operadoras reguladas pela ANS. No caso de rescisão e/ou aposentadoria, os empregados podem permanecer no plano desde que assumam a totalidade do custeio.

Em 30 de setembro de 2019, as despesas com esse benefício foram de R\$3.238 (R\$2.620 em 30 de setembro de 2018) na controladora e R\$70.908 (R\$58.082 em 30 de setembro de 2018) no consolidado.

Inclui R\$98 (R\$387 em 30 setembro de 2018) referente a cálculo atuarial do plano de benefício pós emprego na controladora e R\$4.556 (R\$5.722 em 30 de setembro de 2018) no consolidado.

37. Compromissos - consolidados

As controladas possuem os seguintes compromissos relacionados a contratos de longo prazo com a venda de energia:

	Contrato de venda de energia - reais mil					
	Vigência	2019	2020	2021	2022	Após 2022
Energisa Comercializadora de Energia Ltda	2019 a 2029	214.8770	532.913	188.392	56.643	38.716

Notas Explicativas

As controladas possuem os seguintes compromissos relacionados a contratos de curto e longo prazo com a compra de energia:

	Contrato de compra de energia- reais mil (*)					
	Vigência	2019	2020	2021	2022	Após 2022
Energisa Nova Friburgo Distribuidora Energia S/A	2019 a 2029	21.232	85.570	87.240	89.656	706.398
Energisa Minas Gerais Distribuidora Energia S/A	2019 a 2053	59.146	254.552	251.136	249.387	5.364.238
Energisa Paraíba Distribuidora Energia S/A	2019 a 2053	196.071	724.649	712.702	609.796	12.885.412
Energisa Sergipe Distribuidora Energia S/A	2019 a 2053	145.681	531.416	500.103	457.290	9.361.087
Energisa Borborema Distribuidora Energia S/A	2019 a 2053	25.922	103.390	101.940	88.670	1.594.756
Energisa Mato Grosso Distribuidora Energia S/A	2019 a 2053	357.145	1.677.379	1.719.366	1.541.492	25.888.110
Energisa Tocantins Distribuidora Energia S/A	2019 a 2053	128.973	426.212	443.145	423.093	7.864.759
Energisa Mato Grosso do Sul Distribuidora S/A	2019 a 2053	214.053	781.015	791.881	746.096	15.773.921
Energisa Sul - Sudeste Distribuidora Energia S/A	2019 a 2053	128.380	475.663	487.807	513.396	9.122.189
Energisa Comercializadora de Energia Ltda.	2019 a 2029	222.355	493.598	152.656	77.347	84.105
Centrais Elétricas de Rondônia S/A	2019 a 2053	205.858	633.248	564.359	496.152	16.536.628
Companhia de Eletricidade do Acre	2019 a 2053	46.347	249.819	274.598	283.522	5.121.739
Alsol Energias Renováveis S/A	2019 a 2053	422.965	412.761	412.761	412.761	4.700.079
		2.174.128	6.849.272	6.499.694	5.988.658	115.003.421

(*) Não inclui os valores referentes à Quota do Proinfa e Itaipu.

Os valores relativos aos contratos de compra de energia, com vigência de 8 a 30 anos, representam o volume contratado pelo preço médio corrente findo do período de 30 de setembro de 2019 e foram homologados pela ANEEL.

Notas Explicativas

38. Informações adicionais aos fluxos de caixa

Em 30 de setembro de 2019 e 31 dezembro de 2018, as movimentações patrimoniais que não afetaram os fluxos de caixa consolidado da Companhia, referentes à combinação de negócios, são como seguem:

	30/09/2019	31/12/2018
Outras transações não caixa		
Ativo financeiro indenizável da concessão - Bifurcação de Ativos	642.780	650.907
Ativo financeiro indenizável da concessão - Valor justo ativo indenizável	143.577	295.119
Atividades operacionais		
Aquisição de intangível	208.078	174.055
Incorporação de redes - transferência para obrigações especiais	19.707	23.383
Outras contas a receber - Governo do Estado de Tocantins	30.178	25.353
Arrendamento mercantil - CPC 06 (R2)	68.697	-
Atividades de investimentos		
Aquisição de intangível com pagamento a prazo	208.078	174.055
Obrigações especiais - transferência para incorporação de redes	19.707	23.383
Dividendos compensados Governo do Estado de Tocantins	30.178	25.353
Outros investimentos alienados para pagamento de empréstimos	33.333	-
Intangível - CPC 06 (R2)	68.697	-
Atividades de financiamento		
Pagamento de empréstimos com alienação de outros investimentos	(33.333)	-
Combinação de negócios		
Caixa e equivalente de caixa	11.739	26.714
Aplicações financeiras no mercado aberto e recursos vinculados	-	42.074
Clientes, consumidores e concessionárias	28.407	748.814
Estoques	4.703	18.070
Tributos a recuperar	1.322	96.145
Créditos tributários	1.956	-
Ativos financeiros setoriais	-	1.291.805
Depósitos e cauções vinculados	-	225.794
Ativo financeiro indenizável da concessão	-	22.138
Outros créditos	5.654	266.336
Imobilizado, intangível e ativo contratual	11.095	7.522.868
Fornecedores	12.100	2.060.966
Empréstimos, financiamentos e encargos de dívidas	116	1.566.390
Arrendamentos operacionais	4.831	-
Impostos de renda e contribuição social diferido	1.385	2.026.128
Passivos financeiros setoriais	-	194.978
Provisão para riscos trabalhistas, cíveis, fiscais e regulatórios	2.177	1.909.711
Outros passivos	39.299	1.000.163
Tributos e contribuições sociais	2.910	-
Participação de acionistas não controladores	266	169.165

39. Eventos subsequentes

39.1 Bandeiras tarifárias

A ANEEL definiu a aplicação da Bandeira Amarela para o mês de outubro e Bandeira Vermelha Patamar 1 para o mês de novembro de 2019, resultado de análises do cenário hidrológico do país.

39.2 Antecipação de dividendos do exercício de 2019 da controlada ETO

Em Ata de Reunião do Conselho de Administração realizada em 01 de outubro de 2019, aprovou a distribuição de dividendos intercalares apurados com base no balanço patrimonial da controlada de 31 de agosto de 2019 no montante de R\$24.230, correspondente a R\$37,1838877251 por ação do capital, com base na posição acionária da Companhia na presente data.

Neste mesmo ato foi homologado a distribuição de dividendos da ordem de R\$5.393 para o Estado de Tocantins utilizados para abater integralmente no saldo devedor do Contrato Reluz, o efetivo pagamento foi realizado em 04 de outubro de 2019.

Notas Explicativas

39.3 Emissão debêntures da controlada Alsol

Em 07 de Outubro de 2019 a controlada Alsol, fez a 1ª emissão de debêntures em moeda corrente no valor total de R\$100.000, com vencimento em 07/10/2024 e remuneração de CDI mais 1,20% ao ano, sendo os recursos disponibilizados em conta corrente no dia 23 de Outubro de 2019. Os recursos captados com a emissão serão destinados à gestão ordinária dos negócios da Alsol Energias Renováveis S.A.

39.4 Revisão Tarifária Extraordinária - Controladas Ceron e Eletroacre

A ANEEL através dos Despachos nº 2.827 e 2.829 de 15 de outubro de 2019, indeferiu o pedido de Revisão Tarifária Extraordinária apresentado pelas controladas Centrais Elétricas de Rondônia - CERON e Companhia de Eletricidade do Acre - ELETROACRE, respectivamente, em substituição ao Reajuste Tarifário Anual de 2019, com avaliação completa da Base de Remuneração Regulatória, nos termos do Contrato de Concessão de Serviço Público de Distribuição de Energia Elétrica e Edital de Privatização. Em 30/10/2019 as controladas apresentaram recursos de reconsiderações na ANEEL.

39.5 Prorrogação da Concessão da controlada ETO

O Ministério de Minas e Energia deferiu o requerimento de prorrogação da concessão de distribuição de energia elétrica para a controlada Energisa Tocantins. O despacho assinado pela ministra de Minas e Energia interina, Marisete Dadald, foi publicado em 24 de outubro de 2019, do Diário Oficial da União. O deferimento segue as regras da Lei nº 12.783, de 11 de janeiro de 2013 e refere-se ao objeto do Contrato de Concessão nº 52/1999-ANEEL, celebrado entre a União e a Energisa Tocantins Distribuidora de Energia. Assim, a concessionária fica convocada para assinatura do Sexto Termo Aditivo ao Contrato de Concessão, neste ano, em função das métricas de melhoria contínua dispostas no Termo Aditivo.

39.6 Encerramento de arbitragem

No final do mês de outubro foi encerrado o processo de arbitragem movida pela São João Energética S.A. ("Requerente") contra a Companhia e a controlada Energisa Soluções S.A. ("Requeridas") julgado pelo tribunal arbitral, por unanimidade improcedentes todos os pedidos apresentados pela Requerente, tendo o tribunal arbitral declarado encerrada a sua jurisdição com a prolação da decisão sobre o pedido de esclarecimentos da Requerente.

39.7 Antecipação de dividendos do exercício de 2019 da controlada EPM

Em Ata de Reunião do Conselho de Administração realizada em 30 de outubro de 2019, aprovou a distribuição de dividendos intercalares da controlada no montante de R\$50.000 correspondente a R\$0,8333333 por ação preferencial apurados com base no balanço patrimonial de 30 de junho de 2019. Os pagamentos serão realizados em 08 de novembro de 2019.

39.8 Registro na CVM da controlada ESS

A controlada ESS em 05 de novembro de 2019, obteve seu registro de emissor na categoria "B" de que trata a Instrução CVM 480/09, junto a Comissão de Valores Mobiliários - CVM.

Notas Explicativas

39.9 Antecipação de dividendos do exercício de 2019 - Controladas

Em Ata de Reunião do Conselho de Administração realizada em 07 de novembro de 2019, aprovou a distribuição de dividendos intercalares apurados com base no balanço patrimonial das controladas de 30 de setembro de 2019, conforme demonstrado a seguir:

Controladas	Valor dividendos R\$/mil	Valor por ação (R\$)	Data pagamento
Rede Energia participações S/A	74.083	0,036 ON	22/11/2019
Energisa Mato Grosso	52.270	0,7113638447 ON	10/12/2019
	4.373	0,03136384474 PN	10/12/2019
Energisa Mato Grosso do Sul	47.879	74 ON	A partir 08/11/2019
Energisa Sul Sudeste	14.081	145 ON	A partir 08/11/2019
Energisa Paraíba	14.255	15,525430731000 ON	A partir 08/11/2019
Energisa Sergipe	25.708	131,4920897247 ON	A partir 08/11/2019
Energisa Borborema	10.466	35,7300140653 ON	A partir 08/11/2019
Energisa Minas Gerais	5.249	6,4120639452 ON	A partir 08/11/2019
Energisa Nova Friburgo	2.946	97,8340652809 ON	A partir 08/11/2019
Rede Power	17.200	65,4275106794 ON	A partir 08/11/2019

Pareceres e Declarações / Relatório da Revisão Especial - Sem Ressalva

Relatório sobre a revisão de informações trimestrais

Aos

Acionistas, Conselheiros e Administradores da

Energisa S.A.

Cataguases – MG

Introdução

Revisamos as informações financeiras intermediárias, individuais e consolidadas, da Energisa S.A. ("Companhia") contidas no Formulário de Informações Trimestrais - ITR referente ao trimestre findo em 30 de setembro de 2019, que compreendem o balanço patrimonial em 30 de setembro de 2019 e as respectivas demonstrações do resultado e, do resultado abrangente para os períodos de três e nove meses findos naquela data, e das mutações do patrimônio líquido e dos fluxos de caixa para o período de nove meses findo naquela data, incluindo as notas explicativas.

A Administração da Companhia é responsável pela elaboração das informações financeiras intermediárias individuais e consolidadas de acordo com a NBC TG 21 – Demonstração Intermediária e com a norma internacional IAS 34 - Interim Financial Reporting, emitida pelo International Accounting Standards Board - IASB, assim como pela apresentação dessas informações de forma condizente com as normas expedidas pela Comissão de Valores Mobiliários, aplicáveis à elaboração das Informações Trimestrais - ITR. Nossa responsabilidade é a de expressar uma conclusão sobre essas informações financeiras intermediárias com base em nossa revisão.

Alcance da revisão

Conduzimos nossa revisão de acordo com as normas brasileiras e internacionais de revisão de informações intermediárias (NBC TR 2410 - Revisão de Informações Intermediárias Executada pelo Auditor da Entidade e ISRE 2410 - Review of Interim Financial Information Performed by the Independent Auditor of the Entity, respectivamente). Uma revisão de informações intermediárias consiste na realização de indagações, principalmente às pessoas responsáveis pelos assuntos financeiros e contábeis e na aplicação de procedimentos analíticos e de outros procedimentos de revisão. O alcance de uma revisão é significativamente menor do que o de uma auditoria conduzida de acordo com as normas de auditoria e, conseqüentemente, não nos permitiu obter segurança de que tomamos conhecimento de todos os assuntos significativos que poderiam ser identificados em uma auditoria. Portanto, não expressamos uma opinião de auditoria.

Conclusão sobre as informações financeiras intermediárias individuais e consolidadas

Com base em nossa revisão, não temos conhecimento de nenhum fato que nos leve a acreditar que as informações financeiras intermediárias individuais e consolidadas incluídas nas informações trimestrais acima referidas não foram elaboradas, em todos os aspectos relevantes, de acordo com a NBC TG 21 e a IAS 34 aplicáveis à elaboração de Informações Trimestrais - ITR, e apresentadas de forma condizente com as normas expedidas pela Comissão de Valores Mobiliários.

Outros assuntos

Demonstrações do valor adicionado

As informações trimestrais acima referidas incluem as demonstrações do valor adicionado (DVA), individual e consolidada, referente ao período de nove meses findo em 30 de setembro de 2019, elaboradas sob a responsabilidade da Administração da Companhia e apresentadas como informação suplementar para fins de IAS 34. Essas demonstrações foram submetidas a procedimentos de revisão executados em conjunto com a revisão das informações trimestrais, com o objetivo de concluir se elas estão conciliadas com as informações financeiras intermediárias e registros contábeis, conforme aplicável, e se sua forma e conteúdo estão de acordo com os critérios definidos na NBC TG 09 - Demonstração do Valor Adicionado. Com base em nossa revisão, não temos conhecimento de nenhum fato que nos leve a acreditar que essas demonstrações do valor adicionado não foram elaboradas, em todos os aspectos relevantes, segundo os critérios definidos nessa Norma e de forma consistente em relação às informações financeiras intermediárias individuais e consolidadas tomadas em conjunto.

Rio de Janeiro, 7 de novembro de 2019.

ERNST & YOUNG

Auditores Independentes S.S.

CRC - 2SP 015.199/O-6

Roberto Cesar Andrade dos Santos

Contador CRC - 1RJ 093.771/O-9

Pareceres e Declarações / Parecer do Conselho Fiscal ou Órgão Equivalente

Ata de Reunião do Conselho Fiscal da Energisa S.A. ("Companhia"), realizada em 05 de novembro de 2019.

1.Data, Hora e Local: Aos 05 dias do mês de novembro de 2019, às 10h00, na Av. Pasteur, n.º 110, 5º andar, Botafogo, Cidade e Estado do Rio de Janeiro.

2.Convocação e Presença: Convocados regularmente todos os membros do Conselho Fiscal da Companhia, encontram-se presentes os conselheiros abaixo assinados, verificando-se a composição de quorum suficiente para a instalação da presente reunião do Conselho Fiscal. Presente também o Diretor Financeiro e de Relações com Investidores da Companhia, Sr. Maurício Perez Botelho.

3.Mesa: Presidente: Sr. Paulo Henrique Laranjeiras da Silva

Secretário: Sr. João Paulo Paes de Barros

4.Deliberações: Foram tomadas, por unanimidade, as seguintes deliberações:

4.1.Autorizar a lavratura da ata a que se refere esta Reunião do Conselho Fiscal em forma de sumário.

4.2.Consignar que os membros do Conselho Fiscal da Companhia examinaram as demonstrações financeiras referentes ao terceiro trimestre do exercício social de 2019, conforme apresentação realizada pelo Diretor Financeiro e de Relações com Investidores da Companhia, que prestou todos os esclarecimentos necessários e solicitados pelos Conselheiros Fiscais.

4.3.Consignar a realização de apresentação realizada pela Auditoria Externa Independente, Ernst & Young Auditores Independentes, com os seguintes tópicos: (i) plano de auditoria para o exercício 2020; (ii) resultados do plano de auditoria para o exercício corrente realizado até 30 de setembro de 2019; e (iii) pontos de atenção sobre os processos e riscos da Companhia; conforme Doc. 01 que fica arquivado na sede da Companhia;

5.Encerramento: Nada mais havendo a tratar, lavrou-se a ata a que se refere esta reunião que, depois de lida e aprovada, foi assinada por todos os presentes.

Mesa:

João Paulo Paes de Barros

Secretário

Paulo Henrique Laranjeiras da Silva

Presidente

Conselheiros Fiscais:

Paulo Henrique Laranjeiras da Silva

Flavio Stamm

Vania Andrade de Souza

Pareceres e Declarações / Relatório Resumido do Comitê de Auditoria (estatutário, previsto em regulamentação específica da CVM)

Não se aplica à Companhia.

Pareceres e Declarações / Parecer ou Relatório Resumido, se houver, do Comitê de Auditoria (estatutário ou não)

Não se aplica à Companhia.

Pareceres e Declarações / Declaração dos Diretores sobre as Demonstrações Financeiras

Declaração dos Diretores da Energisa S.A. ("Companhia") sobre as Demonstrações Financeiras do período de 1º de janeiro de 2019 a 30 de setembro de 2019

Os diretores da Energisa S.A. abaixo assinados declaram, nos termos do art. 25, § 1º, VI, da Instrução CVM nº 480/09, que, em reunião realizada nesta data, revisaram, discutiram e concordam, ressalvados os limites específicos das respectivas competências, com as Demonstrações Financeiras da Companhia, tendo aprovado o referido documento.

Cataguases, 7 de novembro de 2019.

Ricardo Perez Botelho

Diretor Presidente

Maurício Perez Botelho

Diretor Financeiro e Diretor de Relações com Investidores

Alexandre Nogueira Ferreira

Diretor de Assuntos Regulatórios e Estratégia

José Marcos Chaves de Melo

Diretor de Suprimentos e Logística

Daniele Araújo Salomão Castelo

Diretora de Gestão de Pessoas

Pareceres e Declarações / Declaração dos Diretores sobre o Relatório do Auditor Independente

Declaração dos Diretores da Energisa S.A. sobre o Parecer dos Auditores Independentes

Os diretores da Energisa S.A. abaixo assinados declaram, nos termos do art. 25, § 1º, V, da Instrução CVM nº 480/09, que, em reunião realizada nesta data, revisaram, discutiram e concordam, ressalvados os limites específicos das respectivas competências, com as opiniões expressas no parecer dos auditores independentes, tendo aprovado o referido documento.

Cataguases, 7 de novembro de 2019.

Ricardo Perez Botelho

Diretor Presidente

Maurício Perez Botelho

Diretor Financeiro e Diretor de Relações com Investidores

Alexandre Nogueira Ferreira

Diretor de Assuntos Regulatórios e Estratégia

José Marcos Chaves de Melo

Diretor de Suprimentos e Logística

Daniele Araújo Salomão Castelo

Diretora de Gestão de Pessoas